REBESP

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Coleção "Conde dos Arcos"

POLÍCIA MILITAR
DO ESTADO DE GOIÁS

Comando da Academia da Polícia Militar

Versão Eletrônica em: revista.ssp.go.gov.br

Volume 15, nº 01 – janeiro/2022

POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS
11 JUNHO 1940
ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR

REBESP

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA MILITAR

DO ESTADO DE GOIÁS

SOBRE

A **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública (REBESP)** é um periódico interdisciplinarde publicação semestral, editada desde 2008 e registrada no Instituto Brasileiro de Informação emCiência e Tecnologia (IBICT) sob o número ISSN 2175-053X. Conforme Regimento de Ensino da PMGO (Portaria nº 13313/2020 – PM) o Comando da Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás - CAPM, Academia Conde dos Arcos, é o responsável pela coordenação e do referido periódico.

ENDEREÇO e CONTATO

Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de GoiásRua 252, nº21, Setor Leste Universitário, Goiânia-Goiás
CEP: 74.630-240
Tel: 62 3201 1795
E-mail: editorgerente@gmail.com

PROPRIEDADE INTELECTUAL

Todo o conteúdo do periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons do tipo atribuição CC-BY.

Os textos publicados não refletem, necessariamente, a opinião da REBESP ou da Polícia Militar do Estado de Goiás.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Coleção Conde dos Arcos: Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública —REBESP — Vol. 15, n. 01 — Goiânia-Goiás: Academia da Polícia Militar

JANEIRO 2022

172 p.; 21x30cm

Edição Semestral.

COMITÊ EDITORIAL

CONSELHO EDITORIAL

Tenente-Coronel PM **Geyson Alves Borba**
Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (presidente)

Major PM **Alexandre Grevy Magacho Barcellos**
Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás

EDITORES

Major PM **Alexandre Grevy Magacho Barcellos**
Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás

3º Sargento PM **Sullyvan Garcia da Silva**
Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL

Alexandre Peres Teixeira - ESG

Alex Jorge das Neves – PMGO

Amauri Meireles – PMMG

Ana Paula Toledo Vieira – PMGO

Anderson Luiz Brasil Silva – Polícia Penal/GO

Carlos Eduardo Nascimento – UNICERP

Cintiene Sandes Monfredo Mendes - ESG

Danilo Fabiano Carvalho – PCGO

Edna Rodrigues Araújo – PMGO

Eli Braz da Silva Junior – PMGO

Érico Duarte – UFRGS

Fausto Mendonça – ITA

Fernando Galvão – UFMG

Fernando José Ludwig – UFT

Fernando Tonet – UNISINOS

Gabriel Eliseu Silva – PMGO

Gabriel Schimschak – USP

Gilberto Protásio dos Reis – PMMG

Glauco Leão Ferreira Alves – PCGO

Guilherme Costa Câmara – MPPE

Hélio Hiroshi Hamada – PMMG

Isabela de Andrade Gama – ECEME

Jan Marcel de Almeida Freitas Lacerda – UFT

Joara de Paula Campos – PCGO

José Vicente da Silva Filho – PMESP

Leonardo Bernardes Melo – PMGO

Letícia de Sousa Moreira – PMTO

Lorenna Dantas Lara – PCGO

Luciano Lucindo da Silva – UFG

Luciano Stremel Barros – Universidade Autônoma de Lisboa/IDESF

Marcello Martinez Hipólito – PMSC

Marcos Lima – UFCE

Melissa de Mello Martins Gomes de Oliveira – UFF

Nazareno Marcineiro – FAPOM/ SC

Osvaldo Canela Junior – Escola Magistratura/PR

Paula Fernandes Teixeira Canedo – PCGO

Rafael Delfino Rodrigues Alves – PMGO

Rodrigo Tapia Passos de Oliveira – SPTC/GO

Tatiane Ferreira Vilarinho – PMGO

Tomaz Espósito Neto – UFGD

Wanderson Felipe Silva do Nascimento - PMGO

Wendel de Jesus Costa – PMGO

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Juan Carlos Nieto Aldana – Colegio de Estudios Superiores de Administración (CESA), Colômbia

Erik Alda - The American University, EUA

José Manuel Ugarte - Universidad de Buenos Aires, Argentina

Ritesh Kumar Meena – University of Gujarat, India

Hafez Hussin – Brunel University London, United Kingdom

Cihan Aydiner – Embry-Riddle Aeronautical University, USA

Oleskyenio Enrique Florez Rincon – Universidad Externado de Colombia/ Policía Nacional de Colombia, Colombia

SUMÁRIO

ARTIGOS

A utilização de operações temáticas de enfrentamento ao crime como ferramentas de disseminação do conhecimento na PRF
Fabio Elissandro Cassimiro Ramos

.....*09*

Histórico documental da Gestão por indicadores da Segurança Pública pela Polícia Militar de Minas Gerais
Gilmar Rosa, Maressa de Assis Silva Martins, Micael Henrique Silva Miller França Michalick e Renato Pinheiro Batista

.....31

Percepção da autoimagem de mulheres em privação de liberdade
Cecília Amorim de Santana Mota, Juliana Chaves de Mendonça, Patrícia Pinheiro Cabral, Paula Santana Marra, Antonio Márcio Teodoro Cordeiro Silva e Rogério José de Almeida

.....61

Valorização profissional do policial militar em unidades especializadas e os efeitos na qualidade de vida
Eleilton Souza e Letícia de Sousa Moreira

.....77

As mulheres nas policias militares frente a igualdade de gênero
Ana Paula de Toledo Vieira e Gabriella Vicente Martins

.....103

Roubos e furtos contra propriedades rurais em Cristalina/GO: análise sobre os bens subtraídos, as perdas patrimoniais e as circunstâncias dos fatos
Carlos Antonio Ferreira de Oliveira e Gabriel da Silva Medina

.....119

Logística de rastreabilidade dos lotes das munições empregadas pela Polícia Civil do Estado de Goiás
Marcela Monteiro Barboza e Glauco Leão Ferreira Alves

.....141

O estresse e impacto na saúde mental de policiais militares trabalhadores do Copom no interior de Sao Paulo
Andréa da Silva Mazariolli, Ana Luiza de Souza Paula e Carla Larissa Victoriano dos Santos

.....161

ARTIGOS

Clima organizacional: uma análise dos fatores internos do Colégio Militar da Polícia Militar I
Paulo César Diniz de Araújo, Danelle Tamborini Lopes e Diogo de Lima Albuquerque

..... 187

Análise criminal como fator de integração das polícias
Nazareno Marcineiro, Pedro Corrêa Guerra, Edimar Boarão, Willian Pamplona e Bruno de Pádua Cavalcante

..... 203

Agentes que compõem o campo da educação militarizada em Goiás
Sebastião Donizeti da Silva Linhares

..... 221

POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS
11 JUNHO 1940
ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR

ISSN 2175-053X

A UTILIZAÇÃO DE OPERAÇÕES TEMÁTICAS DE ENFRENTAMENTO AO CRIME COMO FERRAMENTAS DE DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO NA PRF

Fabio Elissandro Cassimiro Ramos

Polícia Rodoviária Federal, Brasília/DF, Brasil.
E-mail: fabiocassimiroramos@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo contribuir com o tema de gestão de pessoas à medida que evidencia uma abordagem transversal da capacitação e da gestão do conhecimento na atividade finalística da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Para tanto, utilizou-se como estratégia metodológica a revisão bibliográfica triangulada com a pesquisa documental e coleta de dados em campo, de forma a evidenciar o aporte das Operações Temáticas de Enfrentamento ao Crime para a capacitação profissional e efetividade da gestão do conhecimento. Na análise dos resultados ficou demonstrado o elevado grau de satisfação dos servidores envolvidos, o reconhecimento como prática de difusão do conhecimento, a característica motivadora e o interesse do colaborador na participação em dinâmicas operacionais semelhantes.

Palavras-chave: Cultura Organizacional. Educação Corporativa. Gestão do Conhecimento. Eficiência Operacional.

THE USE OF THEMATIC OPERATIONS TO FIGHT CRIME AS TOOLS FOR DISSEMINATION OF KNOWLEDGE IN THE PRF

ABSTRACT: The present work aims to contribute to the theme of personnel management as it highlights a transversal approach to training and knowledge management in the final activity of the Federal Highway Police (PRF). To this end, the methodological strategy used was a bibliographic review triangulated with documentary research and field data collection, to highlight the contribution of the Thematic Operations to Fight Crime for professional training and effective knowledge management. In the analysis of the results, it was shown the high degree of satisfaction of the servers involved, the recognition as a practice of knowledge dissemination, the motivating characteristic, and the interest of the collaborator in participating in similar operational dynamics.

Keywords: Organizational Culture. Corporate Education. Knowledge Management. Operational Efficiency.

Introdução

A Complexidade do mundo hodierno enseja uma constante e complexa mudança nos processos organizacionais. Nessa conjuntura, o tema Gestão do Conhecimento possui relevância estratégica, uma vez que evidencia ser um fator de integração entre o resultado e a longevidade corporativa. Ainda, por ser uma área interessante para pesquisa e aprendizado contínuos, a gestão do conhecimento possui contemporaneidade e relevância para figurar como ferramenta estratégica de gestão de pessoas em um ambiente organizacional. Assim, fomentar boas práticas de gestão do conhecimento nas organizações de segurança pública podem ser de grande valia para o desenvolvimento de ações policiais mais eficazes e, por consequência, o aumento da satisfação social.

Na linha do que já fora evidenciado por Júnior (2021), o cenário de evolução iniciado na revolução industrial além de ser responsável por grandes alterações estruturais em boa parte das instituições, é também responsável por tornar a gestão do conhecimento nas organizações o protagonista de sucesso para sobrevivência às adversidades. Nessa mesma lógica, diante das complexas mudanças sociais, as instituições de segurança pública devem estar atentas para as ferramentas de gestão do conhecimento que possibilitem disseminar as melhores práticas de atuação profissional aos servidores envolvidos nas atividades finalísticas do órgão.

Corroborando para tal afirmação, Hamada (2020) afirma que a gestão do conhecimento na segurança pública ganhou mais relevância a partir de 2003, com o advento da Política Nacional de Segurança Pública. O mesmo autor faz um levantamento de práticas de sucesso nas instituições de segurança pública que se valeram da gestão do conhecimento como ferramenta de disseminação de informação e melhoria dos resultados institucionais.

Diante do exposto, o presente trabalho tem os objetivos analisar a sistematização das Operações Temáticas de Enfrentamento ao Crime (OT's) na Polícia Rodoviária Federal (PRF) como ferramentas de gestão do conhecimento, à luz da literatura existente, bem como mensurar a percepção dessas iniciativas operacionais pelos servidores envolvidos. Para tanto, a pesquisa buscou triangular as informações extraídas do levantamento bibliográfico, da análise de documentos normativos e da pesquisa de campo resultante da aplicação de questionários estruturados direcionados ao efetivo da PRF.

Para melhor compreensão da proposta, o trabalho foi segmentado em três partes principais. Na primeira, contextualiza-se o leitor acerca dos temas educacionais e organizacionais relacionados. Na segunda parte é realizada uma explanação sobre a PRF e o histórico das OT's. Na terceira parte, apresenta-se a sistematização das OT's, bem como os resultados e discussões acerca do questionário

aplicado ao efetivo. Nas considerações finais são expostos argumentos que suscitam reflexões sobre o assunto abordado.

Nesse sentido, o presente trabalho perpassa por visões teóricas acerca do tema da gestão do conhecimento em uma instituição de segurança pública. Buscando, dessa forma, contribuir para os debates acerca do cunho transversal das iniciativas operacionais com caráter educacional.

Referencial Teórico

Capital humano

Segundo Schultz (1964), o desenvolvimento da população, decorrente de investimentos em sua educação, proporcionariam um aumento na produtividade no trabalho e consequente lucro, com resultados positivos na economia. Ao se traçar uma analogia entre produtividade e efetividade, podemos traduzir que o investimento no desenvolvimento do colaborador aumenta o potencial de sucesso institucional. Nesse viés, levando-se em conta a dinâmica das relações sociais atuais, torna-se estratégico o investimento na educação do colaborador, sobretudo em tópicos correlacionadas à sua atividade profissional, de modo a abarcar a maior multidimensionalidade e transversalidade, ou seja, o conhecimento pertinente (MORIN, 2000, p. 35-36).

Nesse sentido, Castro Belo (2021) afirma que a área de segurança pública possui desafios cada vez mais complexos, o que reforça o entendimento de que a gestão eficiente do capital humano deve ser pautada por bases sólidas. Além disso, o autor enfatiza que o gerenciamento eficiente do capital humano acarreta resultados positivos na prestação de serviços à sociedade. Dessa maneira, o capital humano corresponde a um valioso recurso para o planejamento e implementação de estratégia institucional de segurança pública (SANTANA, 2020) .

Júnior e Cândido (2019), ao tratar sobre a importância do treinamento continuado nas instituições de segurança pública, enfatizam a importância do capital humano nas organizações, uma vez que este é diretamente ligado em todos os setores das organizações. Nesta perspectiva, De lima (2020), evidencia que o desenvolvimento do capital é de responsabilidade de todos na instituição e a sua valorização torna-se variável importante na geração de vantagem competitiva, destarte contribuindo para o aperfeiçoamento da cultura organizacional.

Cultura Organizacional

Hofstede, Hofstede e Minkov (2010) evidenciam a cultura organizacional como “a

programação coletiva da mente que distingue os membros de uma organização de outra". Assim, a cultura direciona a organização para consecução dos objetivos. Por outro lado, Ferreira e Costa (2014), afirmam que possuir uma cultura forte, conservadora e resistente a mudanças pode ser positivo, mas esta deve ser suscetível às alterações de mercado, uma vez que este se altera constantemente. Dessa forma, mesmo a estabilidade sendo um dos requisitos para o sucesso, existe a necessidade de mudança para garantir a modernização e competitividade.

Segundo De lima (2020), "para que as melhorias nos processos e inovações aconteçam dentro da empresa, é necessário que se tenha uma gestão e uma estrutura organizacional que valorizem seus profissionais e que incentivem mudanças". Dessa maneira, verifica-se que todo o processo de criação, implantação e êxito da estratégia de uma organização é influenciado por sua cultura. Assim, constata-se que acompanhar e analisar as mudanças constantemente, constitui estratégia fundamental para as instituições, sobretudo na seara de segurança pública, onde as práticas visam entender e lidar com as demandas sociais.

Rodrigues (2010), ao discorrer sobre o desafio da gestão da Polícia Militar em fortalecer o diálogo entre o policial militar e o cidadão, evidencia pontos necessários para o entendimento das dinâmicas sociais. Além disso, o autor caracteriza que a "cultura organizacional deve ser administrada considerando seus aspectos internos e externos à organização". Dessa forma, a instituição policial deve buscar sempre manter sua cultura organizacional em constante desenvolvimento, de modo a promover o correto emprego de recursos face às demandas da sociedade.

Gestão do conhecimento

Takeuchi e Nonaka (2008), em sua Teoria da Espiral do Conhecimento, dividem o conhecimento em duas dimensões: a epistemológica e a ontológica. Os autores caracterizam que o conhecimento tácito é pessoal, específico ao contexto e o conhecimento explícito refere-se ao que é transmissível na linguagem formal sistemática. Já Davenport e Prusak (1998), evidenciam que "o conhecimento pode ser comparado a um sistema vivo, que cresce e se modifica à medida que interage com o meio ambiente".

Com o enfoque no desempenho, Chiavenato (2003) afirma que a gestão do conhecimento visa a criação, organização disseminação e o aumento do conhecimento com o objetivo de melhorar o desempenho institucional. O autor ainda afirma que o conhecimento é elemento essencial de transformação institucional. Nesse sentido, a gestão do conhecimento baseada em práticas sistematizadas e inovadoras faz-se necessária, de modo a permitir a criação de uma cultura

organizacional que não esteja alheia às necessidades contextuais.

Hamada (2020, p. 64), evidencia que “As organizações contemporâneas têm investido cada vez mais na gestão do conhecimento como elemento estratégico para ser traduzida em vantagem competitiva “. O autor ainda afirma que dessa forma, as organizações passam a inserir nos seus processos internos as práticas exitosas, que refletem resultados positivos, transformando conhecimento tácito em conhecimento explícito.

Segundo Júnior (2021), a atividade de segurança publica demanda que o policial possua em sua aprendizagem uma diversidade e aprofundamento de conhecimentos, de modo que amplie seu horizonte cultural. Para tanto, é necessário um adequado processo educativo contínuo, composto de características críticas, construtivas, criativas e reflexivas, lastreado pela reafirmação de valores éticos, de modo a construir relações integradoras entre os envolvidos.

A Polícia Rodoviária Federal

A PRF foi criada no ano de 1928, pelo então Presidente da República, Washington Luís, com o nome de “Polícia das Estradas”. Conhecido pelo lema "governar é abrir estradas”, advindo da campanha ao governo do Estado de São Paulo em 1920, Washington Luís inaugurou no ano de 1928 a Rodovia Rio – Petrópolis, considerada a primeira rodovia asfaltada do país (POLTRONIERI, 2021).

Academicamente, é classificada como órgão permanente de Estado, estruturado em carreira cujas competências estão dispostas constitucionalmente, possuindo como finalidade precípua o patrulhamento ostensivo em rodovias federais (BRASIL, 1988). Além disso, como órgão de segurança pública, também possui competências dispostas em outros diplomas jurídicos especiais. Através da Diretoria de Operações - DIOP, a PRF implementa as Operações Temáticas de Enfrentamento ao Crime – OT’s, que são ações operacionais de nível nacional ou regional, precedidas por eventos de disseminação de conhecimento relacionados às técnicas e táticas de policiamento, (PRF, 2019).

Atualmente, a PRF está presente em todos os estados do Brasil, possuindo em sua estrutura 27 Superintendências Regionais, uma Universidade Corporativa, localizada em Florianópolis/SC e uma Sede Nacional, em Brasília/DF. Observada sua estrutura, verifica-se no que concerne ao enfrentamento da criminalidade, cabe à Diretoria de Operações o planejamento das ações ostensivas, (BRASIL, 2019). Assim, de modo a vencer os desafios institucionais e a grande complexidade de ações relacionadas à atividade finalística da PRF, verifica-se a necessidade do constante aprimoramento dos conhecimentos de cada profissional da instituição.

Histórico das Operações Temáticas de enfrentamento ao Crime

Dentro da estrutura Operacional, a DCC era a unidade responsável pelas diretrizes de planejamento, acompanhamento, promoção e execução de ações de enfrentamento ao crime no âmbito nacional, bem como outras atribuições dispostas no então Regimento Interno da PRF, (MJ, 2007). Em 2016 sucedeu-se a renomeação da DCC para Comando de Operações Especiais, ainda como Divisão, posteriormente houve a elevação hierárquica para Coordenação e, atualmente, sua estrutura é de Coordenação-Geral. Cumpre ressaltar que as ações e operações desencadeadas pelo COE, tem por finalidade o suporte tático e operacional às Superintendências Regionais da Polícia Rodoviária Federal nas áreas de policiamento ordinário e especializado (PRF, 2021).

Segundo Labrousse (2010), "a guerra às drogas envolve Estados e grupos não estatais que circulam pelo planeta, mas que também se fixam em favelas, becos, morros, selvas". Nesse sentido, analisando, as características correlacionadas às atividades criminosas, tais como sazonalidade, migração e similaridades, a gestão da DCC vislumbrou a possibilidade de sistematizar e disseminar o conhecimento empírico dos policiais de para todo o efetivo da Instituição (PRF, 2021). Para tanto, verificou-se o tipo penal, sob a ótica geopolítica e fatores socioeconômicos, bem como a expertise policial das regiões de fronteira, caracterizada pelas boas práticas de policiamento, aprimoradas técnicas de fiscalização minuciosa e pelo expressivo número de apreensões características.

Segundo Zenone (2020), a visão estratégica implica pensar e raciocinar em relação ao futuro, destacando metas e objetivos a longo prazo. Trata-se de uma maneira diferente de ver as partes internas e externas do mercado, a partir de uma visão do todo, e não apenas das partes integrantes, procurando coordenar ações futuras que solucionem os problemas da empresa.

Nesse sentido, verificando as características correlacionadas às atividades criminosas, tais como sazonalidade, migração, similaridades, ótica geopolítica e fatores socioeconômicos, a PRF ampliou o rol de iniciativas operacionais. Dessa forma, as OT's ganharam maior relevância, com participação de outras instituições, tornando-se ações referenciais de cunho interministerial, como é o caso da Operação Temática de Combate aos Crimes contra o Fisco e a Saúde Pública - OTEFIS, (VIDIGAL, 2014). O quadro a seguir exemplifica os tipos de Operações Temáticas de Enfrentamento ao crime existente:

Quadro 1: Operações Temáticas de Enfrentamento ao Crime

OPERAÇÃO TEMÁTICA	ENFOQUE	INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES
OTENARCO	Operação Temática de Enfrentamento ao Narcotráfico- Primeira OT desenvolvida pela DCC. Enfoque principal na repressão ao narcotráfico.	Receita Federal do Brasil - RFB, Polícia Federal - PF, e Forças Armadas.
OTEVEIC	Operação Temática de Enfrentamento às Fraudes Veiculares - Tendo em vista que um veículo adulterado é de baixo custo, configurando baixo risco, devido ao fato do não relacionamento do proprietário do veículo com o responsável pelo transporte de produtos ilícitos.	Departamentos Estaduais de Trânsito – DETRANs e as Polícias Civis dos Estados -
OTECA	Operação Temática de Enfrentamento aos Crimes Ambientais – Enfoque na atuação nos diversos biomas do país.	IBAMA e ICMBIO
OTEFIS	Operação Temática de Enfrentamento aos Crimes de Fisco e Saúde Pública. Enfoque principal na repressão aos crimes de contrabando, fisco e saúde Pública.	RFB, Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Agências estaduais de Vigilância sanitária
OTCDH	Operação Temática de Enfrentamento aos Crimes Contra os Direitos Humanos. Enfoque policial da atividade- finalística da instituição na atuação em temas de Direitos Humanos.	Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Secretaria Especial do Trabalho

Fonte: elaboração pelo autor (2020).

Ressalta-se que, nos cinco tipos de operações temáticas descritos no quadro 1, além de promover a especialização no enfrentamento ao crime e, visando garantir maior efetividade e melhores resultados operacionais os policiais participantes destes eventos são previamente capacitados dentro da respectiva temática (DEFANI, 2017).

Processo Metodológico

Fuzzi (2010) aponta que "A pesquisa de campo procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, à análise e interpretação desses dados". Além disso, a autora afirma que a pesquisa de campo é utilizada para o estudo de instituições, grupos e indivíduos, visando a compreensão dos aspectos relacionais. Dessa forma, a depender das técnicas empregadas, a pesquisa de campo será classificada como de abordagem qualitativa ou quantitativa (FUZZI, 2010).

Ao discorrer sobre pesquisas exploratórias, Gil (2002), afirma que estas objetivam "proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses". Dessa forma, tais pesquisas visam o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

O autor ainda discorre sobre a pesquisa de campo, evidenciando seu foco em uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, e sendo desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas, geralmente conjugadas com análise de documentos, (GIL, 2002).

Assim, pode-se afirmar com fulcro na aplicação do questionário estruturado e das pesquisas documentais realizadas, que a metodologia adotada para essa pesquisa é de base exploratória e descritiva.

Também, procedeu-se a coleta de variadas fontes sobre gestão do conhecimento, o estudo valeu-se de pesquisa documental no institucional de modo a sistematizar a criação das operações temáticas como ferramentas de disseminação do conhecimento. Além disso, a pesquisa foi realizada com o efetivo da Polícia Rodoviária Federal, que possui aproximadamente 10.000 policiais, através de questionário estruturado, desenvolvido a partir do Google Forms, aplicativo da Google que permite a criação, compartilhamento e disponibilização de formulários na web. Posteriormente fora encaminhado aos policiais rodoviários federais de todo o país e respondido durante o mês de fevereiro de 2020. O universo desse estudo compõe-se de aproximadamente 10 mil policiais, tendo como amostra a quantidade de 1.323 respondentes.

Resultados e Discussões

Neste ponto, passaremos a analisar a sistematização das OT's como ferramentas de gestão do conhecimento, tendo como norte a literatura desenvolvida na seara de gestão de pessoas. Posteriormente, discorreremos sobre a percepção dessas iniciativas operacionais pelos participantes da PRF.

Segundo Franco, Rodrigues e Cazela (2012), as formas de compartilhar informações em uma instituição são de responsabilidade do gestor. Assim, este deve buscar ferramentas de disseminação do conhecimento para alcançar o maior número de atores organizacionais, de modo que estes atores passem a desenvolver suas atividades pautados em informações e experiências vivenciados e internalizados, fator essencial para a atividade policial. É justamente nesse cenário que, ao conjugar os objetivos institucionais com as necessidades sociais, as OT's ganham espaço no ambiente organizacional. Afinal, além de disseminar as atualizações dos diplomas jurídicos envolvendo a atividade policial também levam ao efetivo o emprego de técnicas policiais mais dinâmicas e adequadas, atualizando o conhecimento já iniciado quando da formação policial e garantindo a atualização de conhecimentos de forma prática e com resultados institucionais imediatos.

As OT's são divididas em três fases: a fase preparatória, que consiste em um estudo detalhado, em conjunto com as Unidades Desconcentradas da PRF; a fase de execução, que compreende uma etapa teórico-prática e uma fase pós-operatória, a qual compreende uma análise pós-ação (PRF, 2021).

A fase preparatória consiste em uma análise detalhada de variáveis envolvendo: estatísticas criminais; os custos da ação; a capacidade de integração com outras instituições; os resultados alcançáveis após a execução da OT e o público-alvo (PRF, 2021). Conforme Torres (1994), o "controle da economicidade significa controle da eficiência na gestão financeira e na execução orçamentária, consubstanciada na minimização de custos e gastos público". Nesse sentido, as Operações Temáticas possuem a característica de gestão eficiente de recursos. Uma vez que é caracterizada como uma ação operacional em serviço, não ensejando despesas como Gratificação de Encargo de Curso e Concurso, ou posterior reposição de horas, conforme disposto no artigo 76-A da Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (BRASIL, 1990).

Finalizada a fase preparatória, inicia-se a fase de execução, que possui duas etapas, as quais são desenvolvidas durante as atividades operacionais: etapa teórico-prática caracterizada por problemas baseados em estudos de caso; e etapa operativa, caracterizada pela aplicação direta do conhecimento (PRF, 2021).

A etapa teórico-prática, baseia-se nos ensinamentos de Klein (2020), o qual afirma que o aluno aprimora o pensamento crítico e desenvolve seu potencial intelectual, à medida que se depara com desafios. Desta forma, a problematização de situações que ocorre nessa etapa, visa que os participantes desenvolvam as habilidades inerentes ao eixo de conhecimento. Outro aspecto observado é o fato de que geralmente a prática delituosa combatida por cada operação envolve crimes conexos, motivo pelo qual é enfatizada a necessidade da fiscalização detalhada em todos os aspectos. Ainda nessa fase são expostos os normativos jurídicos vigentes e relacionados à OT em tela.

A etapa operativa é desenvolvida em locais predeterminados, pressupostos de controle e aprimoramento (PRF, 2021). Assim, as OT's ocorrem em ambientes relacionados à vertente da operação, sendo desenvolvida de forma a adequar o contexto operacional, sob o prisma tático, incluindo a participação de outras instituições.

Machado et al. (2005), discorrem sobre a conversão e a junção do conhecimento tácito e explícito, de modo que exemplificam quatro modelos: Socialização, Externalização, Combinação e

Internalização. Os autores apontam nos modelos como os conhecimentos são relacionados na organização e como podem ser mais bem aproveitados. Dessa maneira, uma vez que a OT tem enfoque na aplicação direta dos conhecimentos adquiridos pelos participantes, evidencia-se que a interação permanente dos conhecimentos tácito e explícito entre os participantes das OT's possibilitam o alcance de um dos propósitos, a inovação em técnicas policiais eficientes.

Ao final da fase de execução, inicia-se a fase pós-operatória, a qual consiste em análises pós-ação, onde são apontados os aspectos positivos, pontos a melhorar e considerações gerais, (BRASIL, 2021). Segundo Lacruz e Américo (2018), a análise pós-ação é de grande valia para o aprimoramento de atividades institucionais. Nesse sentido, após a reunião final da operação, cabe ao coordenador da operação elaborar e encaminhar à Diretoria de Operações, o relatório técnico contendo: o resultado operacional, o aproveitamento técnico, pontos positivos e a melhorar, registros fotográficos e relatos detalhados de ocorrências da operação.

Por fim, os relatórios são analisados pelas áreas responsáveis da Diretoria de Operações, com o intuito de aprimorar a sistemática operacional e posterior encaminhamento às Unidades Desconcentradas da PRF. Dessa forma, a finalidade de auferir os resultados operacionais em períodos subsequentes à execução da OT é cumprida com o envolvimento de mais gestores da instituição.

No mês de fevereiro de 2020, foi realizada pesquisa de campo com 1.323 (mil e trezentos e vinte três) policiais rodoviários federais, com a finalidade de levantar uma amostragem daqueles que já participaram de uma Operação Temática, que tem interesse em participar e das impressões que têm sobre as OT's. Assim, foi elaborado um questionário com perguntas estruturadas, as quais objetivavam a impressão sobre aspectos gerais e profissionais relacionados às Operações Temáticas de Enfrentamento ao Crime. Destarte, após agrupar o grupo de respostas de cada pergunta foram elaborados os gráficos a seguir, de maneira a prover uma forma mais intuitiva para verificação dos resultados.

A primeira pergunta visava mensurar o tempo de instituição do participante. Dessa forma, seria possível verificar a experiência profissional do policial rodoviário federal que compõe a força de trabalho nas OT's. Os resultados foram dispostos através do gráfico 01, a seguir:

Gráfico 1: Amostra da pesquisa de campo.

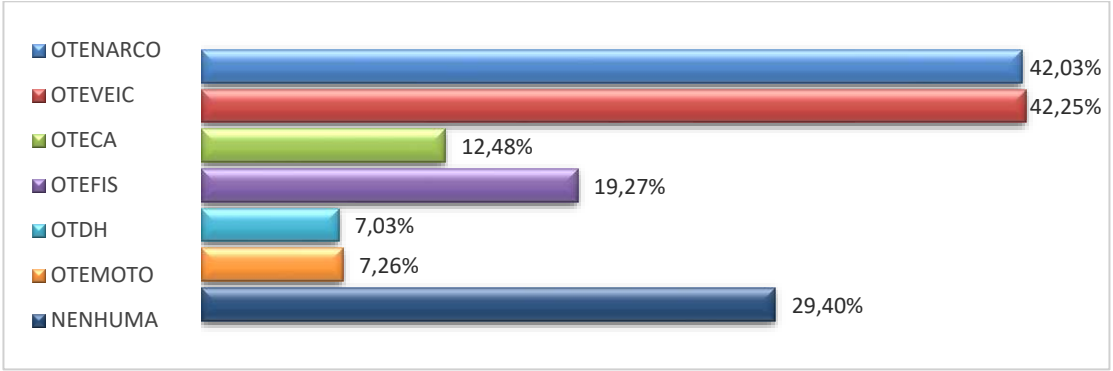
n = 1.323 respondentes
Fonte: elaboração pelo autor (2020).

A partir do gráfico 1, constatamos que 79% dos participantes da pesquisa possuem mais de cinco anos de instituição. O perfil de participantes com mais tempo de serviço contribui para uma análise mais crítica das iniciativas operacionais desenvolvidas, haja vista que, além da participação nos eventos de capacitação continuada disponibilizadas pela seara de ensino, esses policiais possuem mais experiência na rotina policial.

O gráfico 2 apresenta a quantidade de participantes por modalidade de Operação Temática. Dessa maneira, objetiva-se verificar a participação dos colaboradores em quais operações e se estes participaram em mais de um tipo de iniciativa operacional.

Podemos verificar através do gráfico 2 que pouco mais de 70 % dos colaboradores da pesquisa já haviam participado no mínimo de uma edição de Operação Temática. Destarte, depreende-se que, devido ao fato da iniciativa ser atrativa, esta enseja que o colaborador seja voluntário para participar mais vezes.

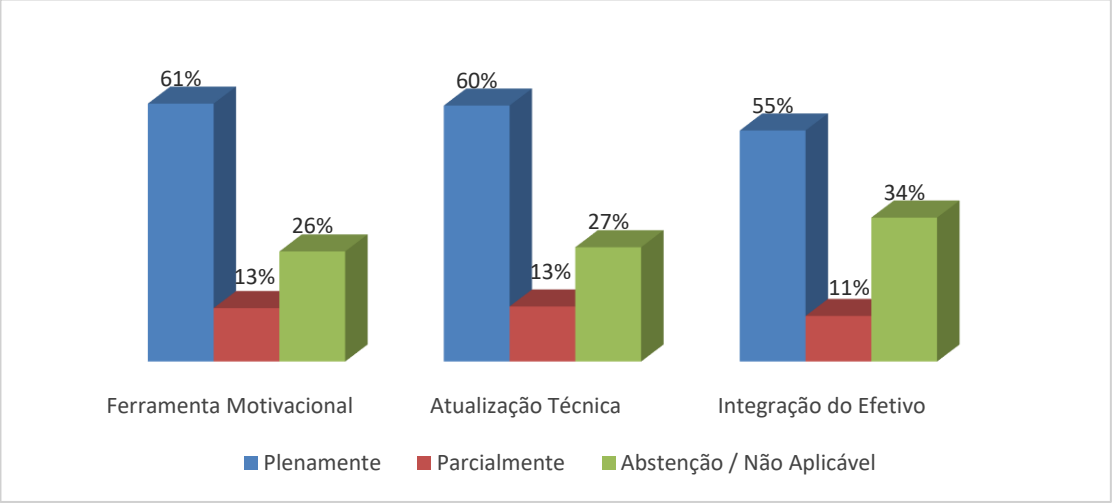
Gráfico 2: Participações em Operações Temáticas



n = 1.323 respondentes
Fonte: elaboração pelo autor (2020).

Já o gráfico 3, visa mensurar a percepção dos participantes sobre o cumprimento dos objetivos das OT's. Tais objetivos concernem aos aspectos motivacionais, aos aspectos de atualização técnica e de integração do efetivo.

Gráfico 3: Cumprimento dos objetivos



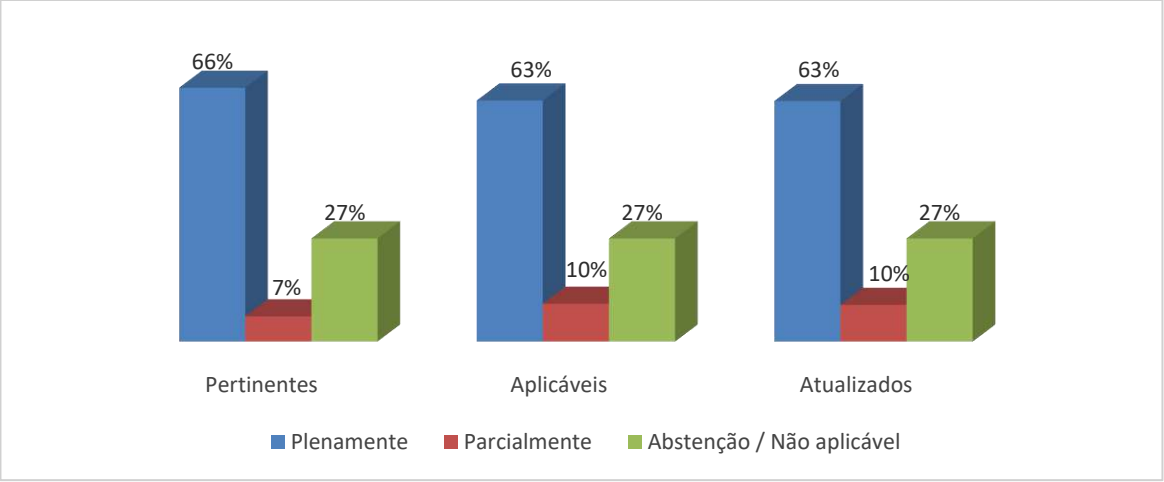
n = 1.323 respondentes
Fonte: elaboração pelo autor (2020).

Observando o Gráfico 3, podemos verificar que 61% dos participantes da pesquisa, informam que as OT's cumprem de maneira plena os objetivos de motivar o colaborador e que 13% acreditam que as OT's cumprem tal papel parcialmente; 60% dos participantes informam que a atualização se dá plenamente e 13% informam que a atualização é parcial. Nos aspectos de integração do efetivo, 55% dos colaboradores informaram que a integração se deu de forma plena enquanto 11% informaram que a integração ocorre parcialmente. Entre 26% e 34% optaram por se abster ou não entender aplicável.

O gráfico 4 dispõe sobre a percepção dos participantes sobre o conteúdo dos conhecimentos. A pertinência, aplicabilidade e atualização dos conteúdos configuram um outro fator de atratividade para a participação em Operações Temáticas.

Através do gráfico 4, verificamos que 73% dos participantes avaliam os conhecimentos repassados como plenamente pertinentes ou parcialmente pertinentes. De igual forma, 73% dos participantes avaliam os conhecimentos aplicáveis e atualizados. Dentre os participantes, 27% optaram por não informar.

Gráfico 4: Aplicabilidade, pertinência e atualidade dos conhecimentos repassados



n = 1.323 respondentes
Fonte: elaboração pelo autor (2020).

O gráfico 5 demonstra o ponto de vista dos participantes sobre a importância de uma Operação Temática para a atividade profissional policial.

Gráfico 05: Importância na atividade profissional

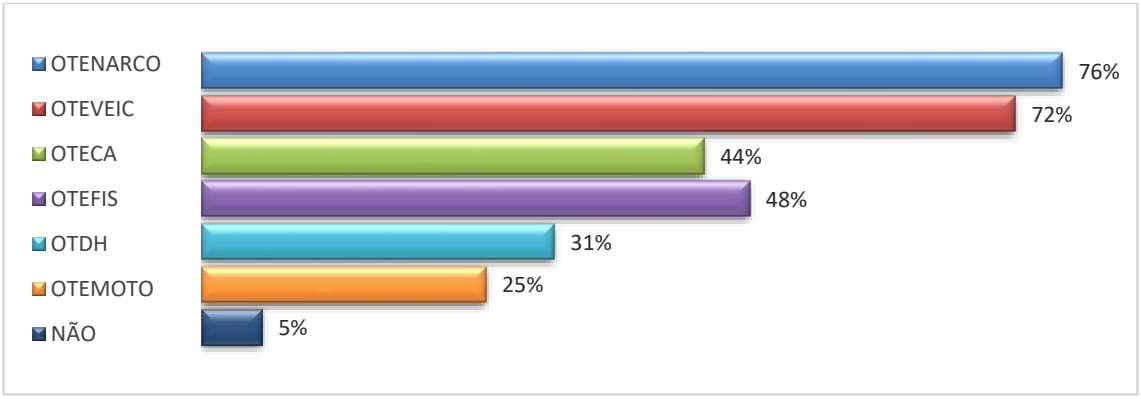
n = 1.323 respondentes
Fonte: elaboração pelo autor (2020).

Neste Sentido, podemos observar, por meio do gráfico 5, que 84% dos participantes informam que as OT's possuem muita importância na atividade profissional. Enquanto 15% consideram importantes. Somente 1% considera a atividade pouco importante ou sem importância. Ressalta-se que o universo de 99% dos participantes informa da importância das Operações Temáticas na atividade profissional.

O gráfico 6 trata sobre o interesse dos policiais na participação em Operações Temáticas. Dessa forma foram evidenciadas as modalidades para que fosse indicada qual o policial teria a intenção

de participar.

Gráfico 6: Interesse em participação (1.323).



n = 1.323 respondentes
Fonte: elaboração pelo autor (2020).

Através do gráfico 06, podemos verificar que 95% dos colaboradores têm interesse em participar de uma Operação Temática. O que reflete uma capacidade das OT's em atrair e motivar na participação em eventos de disseminação do conhecimento.

Sobre o efetivo participante da pesquisa, infere-se que em torno de 70% já participou de alguma Operação Temática. Com relação às avaliações de motivação, conhecimento pertinente e válido, verificamos a mesma média de 70% avaliando as OT's positivamente. Igualmente, verifica-se que o efetivo de 30% dos participantes nunca participou das OT's, todavia demonstram interesse na participação, o que foi verificado através de 95 % dos participantes. De forma semelhante, vemos que 99% dos participantes informam que as temáticas são de característica importante ou muito importante para a atuação profissional.

Considerações Finais

O trabalho apresentou características relevantes, concernentes à disseminação do conhecimento tácito e explícito, dentro da instituição. Outrossim, demonstrou que a implementação das Operações Temáticas de Enfrentamento ao Crime possui embasamento em processos transversais, com fulcro nos princípios da administração pública e diretrizes estratégicas da instituição.

Ao discorrer sobre as OT's, visualizou-se a preocupação do pesquisador em abordar a concepção histórica e o advento das diferenciadas vertentes da fiscalização especializada. De igual forma, retratou-se de maneira analítica o processo de implementação das OT's, evidenciando o planejamento nos aspectos orçamentários, operacionais e de disseminação dos conhecimentos.

É oportuno salientar que o universo de 99% dos colaboradores participantes da pesquisa realizada considera as OT's importantes ou muito importantes para as atividades profissionais.

As Operações Temáticas de Enfrentamento ao Crime desenvolvidas no âmbito da Polícia Rodoviária Federal configuram um ponto de partida valioso para Gestão do Conhecimento na esfera operacional, haja vista que comungam a teoria e prática policial, aliadas à aplicação direta de conhecimentos no teatro de operações real.

No entanto, é importante destacar as limitações do estudo, relacionadas principalmente com a necessidade de avaliar a percepção dos gestores e refletir sobre situações peculiares no estudo do fenômeno humano. Frente a tais limitações esta pesquisa almeja abrir novas alternativas de pesquisa exploratória sobre o tema.

Enfim, espera-se que a discussão proposta contribua para uma reflexão crítica quanto às formas de conhecimento policial que são oferecidos aos servidores em exercício, de maneira que não fique restrita à promoção de iniciativas de atualização desprovidas de conteúdo eficiente e de ações de baixo resultado institucional imediato. É importante que os atores de segurança pública vislumbrem possibilidades mais dinâmicas e efetivas de atualização profissional de modo a proceder o estímulo dos servidores antigos e potencializar o aprimoramento do capital humano da instituição e, por conseguinte, entregas de excelência à sociedade.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil DE 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.662, de 1 de janeiro de 2019**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9662.htm. Acesso em: 06 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019**. Altera o Decreto nº 9.662. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10073.htm. Acesso em: 06 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 06 dez. 2021.

CASTRO BELO, Livio. **A gestão de Recursos Humanos na SEPM: Um estudo de caso**. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/30310/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Vers%c3%a3o%20Final.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 06 dez. 2021.

CHIAVENATO, Idalberto. A Administração e suas Perspectivas: Delineando o Papel da Administração. In: CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DAVENPORT, Thomas. H.; PRUSAK, Laurance. **Conhecimento empresarial:** como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DEFANI, Leonardo Caron et al. **A formação da fundada suspeita na atividade policial:** aspectos legais do procedimento de abordagem e busca pessoal conduzidas pelo policial rodoviário federal. 2017. Monografia (Especialização em Políticas de Segurança Pública e Direitos Humanos) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017. Disponível em: https://bdm.ufmt.br/bitstream/1/317/1/TCCP_2017_Leonardo%20Caron%20Defani.pdf. Acesso em 08 nov. 2021.

DE LIMA, Vanessa Matildes. A valorização do Capital Humano e suas contribuições para organizações. **Revista GeTeC**, v. 9, n. 23, 2020. Disponível em: https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/getec/article/view/2251/1397. Acesso 06 dez. 2021.

FERREIRA, Káritta Borges; COSTA, Vital Henrique Barbosa. **Cultura Organizacional e sua influência no comportamento dos colaboradores**. Monografia (Graduação em Administração) – Faculdade Padrão, Goiânia, 2014.

FERNANDES, Marianna. **A atuação da Polícia Rodoviária Federal nas estradas**. 2021. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade do sul de Santa Catarina, Araranguá, 2021. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/14254/1/Marianna%20Fernandes%20TCC.pdf. Acesso em 06 dez. 2021.

FRANCO, Décio Henrique; RODRIGUES, Edna de Almeida.; CAZELA, Moisés Miguel. **Tecnologias e ferramentas de gestão**. Campinas: Alínea, 2012.

FUZZI, Ludmila Pena. **O que é a pesquisa de campo?** 2010. Disponível em: https://profludfuzzimetodologia.blogspot.com/2010/03/o-que-e-pesquisa-de-campo.html. Acessado em: 06 dez. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAMADA, Hélio Hiroshi; MOREIRA, Renato Pires. **Gestão do Conhecimento e de Boas práticas na segurança pública**. Catu: Bordô-Grená, 2021.

HOFSTEDE, Geert.; HOFSTEDE, Gert Jan.; MINKOV, Michael. **Cultures and Organizations**: Software of the Mind. Estados Unidos: The McGraw-Hill Companies, 2010.

KLEIN, Niumar André; AHLERT, Edson Moacir. Aprendizagem baseada em problemas como metodologia ativa na educação profissional. **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 11, n. 4, 2020. Disponível em: http://univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/2398. Acesso em 07 dez. 2021.

JÚNIOR, João Daniel Coelho; CÂNDIDO, Ana Clara. Gestão das informações sobre treinamentos de agentes de segurança pública. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, v. 8, n. 1, p. 6-12, 2019. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/67252/38724. Acesso em 07 nov. 2021.

JÚNIOR, José Roberto Rosas; LANGHI, Celi; PETEROSSI, Helena Gemignani. Capacitação profissional na polícia militar do estado de São Paulo. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**., v. 13, n. 29, p. 325-339, 2021. Disponível em: https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/1038/908. Acesso em 11 nov. 2021.

LABROUSSE, Alain. **Geopolítica de las drogas**. Ediciones Trilce, 2010.

LACRUZ, Adonai Jose; AMÉRICO, Bruno Luiz. Influência do Debriefing no Aprendizado em Jogos de Empresas: Um Delineamento Experimental. **Brazilian Business Review**, v. 15, n. 2, p. 192-208, 2018.

MACHADO, Erika Santos et al. Capital Intelectual e Gestão do Conhecimento: desafios dos gestores de Recursos Humanos diante dos novos contextos de gerenciamento. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 19, n. 30, p. 3-9, 2016. Disponível em: https://cienciasgerenciais.pgsskroton.com.br/article/view/3658. Acesso 11 nov. 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007.** Aprova o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Disponível em: https://www.justica.gov.br/Acesso/anexos-institucional/2007portariamj1375.pdf. Acesso em 06 dez. 2021.

MORIN, Edgard. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2003.

POLTRONIERI, Willion Matheus. **Segurança pública: dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. 2016.** Jus.com.br. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/53353/seguranca-publica-dever-do-estado-direito-eresponsabilidade-de-todos. Acesso em 17 nov. 2021.

PRF. **Manual de Planejamento e Execução de Operações Temáticas de Enfrentamento ao Crime**. Brasília, DF, 2021.

PRF. Diretoria de Operações. **Portaria Nº 30/2019/DIROP, de 14 de março de 2019**. Brasília, DF, 2019.

PRF. **Polícia Rodoviária Federal: MAPEAR**. Disponível em: https://www.prf.gov.br/agencia/wpcontent/uploads/2018/05/Projeto-Mapear.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020

RODRIGUES, Marcus Paulo Ruffeil. **Gestão da Polícia Militar: a cultura institucional como agente limitador da construção de uma polícia cidadã**. 2010. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial, área de Administração de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9041/1418705.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 11 nov. 2021.

SANTANA, Guilherme Guimarães. **Recursos na Polícia Federal:** o caso de delegacias de fronteiras. 2020. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38270/1/2020_GuilhermeGuimar%c3%a3esSant%27Ana.pdf. Acesso em 11 nov. 2021.

SCHULTZ, Theodore William. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

TORRES, Ricardo Lobo. O Tribunal de Contas e o controle da legalidade, economicidade e legitimidade. **Revista de informação legislativa**, p. 270, 1991. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176237/000488273.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso 06 dez. 2021.

VIDIGAL, Nathalia Mühlethaler. **A contrafação de propriedade intelectual e seus reflexos no mercado de luxo**: repercussão jurídica e políticas de combate. 2014. Monografia (Graduação em Direito) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/5525/1/20853130.pdf. Acesso em 06 dez. 2021.

ZENONE, Luiz Claudio. **Fundamentos do Marketing Estratégico**. Grupo Almedina, 2020.

Sobre o Autor

Fabio Elissandro Cassimiro Ramos

Policial Rodoviário Federal. Graduado em Segurança Pública (UNESA). Especialista em Altos Estudos em Defesa (ESG) e Educação (PUCRS). MBA em Educação Corporativa (UNESA).

Recebido: 10 mai. 2021
Aceito: 09 dez. 2021

POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS
11 JUNHO 1940
ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR

ISSN 2175-053X

ARTIGO

HISTÓRICO DOCUMENTAL DA GESTÃO POR INDICADORES DA SEGURANÇA PÚBLICA PELA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

Gilmar Rosa

Escola de Engenharia de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil. E-mail: glmrrs.dep@gmail.com

Maressa de Assis Silva Martins

Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil. E-mail: maressa.asm@gmail.com

Micael Henrique Silva

Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil. E-mail: micaelhs7@gmail.com

Miller França Michalick

Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil. E-mail: miller.michalick@gmail.com

Renato Pinheiro Batista

Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil. E-mail: rpbatista@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo descreve a história, os procedimentos e as normas legais editadas, que sustentaram a implantação de uma gestão cientifica da Polícia Militar de Minas Gerais. De maneira geral a gestão por indicadores que norteiam o emprego operacional da Polícia Militar, sendo construída e aprimorada ao longo dos anos. Procurou-se descrever os passos seguidos pela instituição até a implantação do modelo atual de gerenciamento por indicadores. Demonstra-se através de uma breve análise estatística a efetividade da metodologia que sempre carece de aperfeiçoamento. Vale ressaltar que indicadores não são um fim em si mesmos, mas devem nortear, aliado a outros indicadores, tais como indicadores administrativos (que norteiam as ações administrativas em apoio as atividades operacionais), o emprego dos serviços de segurança pública ostensivos, a fim de que possam produzir os efeitos desejados.

Palavras-chave: Histórico. Indicadores. Polícia Militar.

DOCUMENTAL HISTORY OF THE MANAGEMENT BY PUBLIC SAFETY INDICATORS BY THE MILITARY POLICE OF MINAS GERAIS

ABSTRACT: This article describes the history, procedures and published legal norms that supported the implementation of scientific management by the Military Police of Minas Gerais. In general, the management by indicators that guide the operational employment of the Military Police, being built and improved over the years. We tried to describe the steps followed by the institution until the implementation of the current model of management by indicators. It is demonstrated through a brief statistical analysis the effectiveness of the methodology that always needs improvement. It is noteworthy that indicators are not an end in themselves, but should guide, together with other indicators, such as administrative indicators (which guide administrative actions in support of operational activities), the use of ostensible public security services, in order to that can produce the desired effects.

Keywords: History. Indicators. Military Police.

Introdução

Observa-se no final da década de 80, com o advento do Reforma Gerencial – também denominada Nova Gestão Pública (NGP) –, que a ideia da prestação de serviços públicos, a partir das premissas da eficiência, eficácia e efetividade, trazidas pela *expertise* da gestão privada, ganhou forças no mundo. Tratou-se de uma evolução do modelo tradicional *weberiano* para um modelo em que a lógica de resultados fosse priorizada, ao invés da lógica procedimental, vigente no padrão burocrático, decorrente das transformações sociais e conjuntura econômica da época (SUZUKI; GABBI, 2009).

A PMMG se inseriu nesse contexto de reformas, da nova maneira de pensar e prestar o serviço público, na busca pela excelência na promoção de segurança pública, no final dos anos 90, a partir da primeira experiência dentro dessa temática, o Programa **"Polícia para Resultados"**, que previa, entre outros aspectos, o estabelecimento de metas, a rotina de reunião de gestão operacional e a autonomia aos Comandantes de Companhia para direcionamento dos recursos sob sua responsabilidade, na busca de soluções de enfrentamento à criminalidade. À continuação, observa-se outra iniciativa estratégica que caminha nessa mesma toada, o Controle Científico da Polícia, do início dos anos 2000.

Perpassando pela Integração da Gestão em Segurança Pública (IGESP) e o Acordo de Resultados firmado entre o Estado e os órgãos de segurança pública para o acompanhamento de indicadores e metas atinentes a cada envolvido, a partir de 2005, após o início da estratégia de governo denominada Choque de Gestão no Estado de Minas Gerais, a partir de 2003, o Comando da Polícia Militar de Minas Gerais, percebendo a necessidade de continuidade, otimização e padronização da metodologia de acompanhamento e avaliação de resultados operacionais, estabeleceu, no ano de 2015, a Diretriz de Gestão do Desempenho Operacional DGDO. Tal Diretriz, que instituiu a GDO (Gestão de Desempenho Operacional), se perfaz numa metodologia que trata do desempenho operacional da Instituição, mensurado a partir da proposição de metas aos indicadores da atividade-fim, desdobradas até o nível de Unidades de Execução Operacional (UEOp) adotando, uma metodologia de mensuração estatística, denominada por – **"Quartis Adaptados"** –, termo que faz analogia aos quartis convencionais empregados na estatística, sendo uma adaptação da teoria de quartis, estatístico, (MINAS GERAIS, 2020a).

É perceptível, então, que PMMG vem amadurecendo sua gestão organizacional, especificamente no que tange ao tema deste projeto – sua gestão operacional –, de modo a direcionar os recursos e esforços com o claro objetivo do atingimento das metas tracejadas para cada indicador, previamente identificado.

Um fator preponderante para esse amadurecimento perpassa pela construção do conhecimento no ramo da ciência denominada Estatística, na qual se baseiam os métodos para criação de indicadores, seu cálculo, análise e interpretação, além da instituição de metas. Essa construção se iniciou na PMMG por meio do então Major Verter Santa Cecília, à época Chefe do Setor de Estatística do Comando de Policiamento da Capital (CPC), na década de 80 o qual, em uma linguagem simples e didática, que objetivava o alcance amplo do tema pelos membros da Instituição, criou a primeira obra sobre a ciência estatística na Instituição, em 1984, Estatística Aplicada às Operações, em que pese datarem de 1972, os primeiros relatórios estatísticos produzidos pelo então Major Verter Santa Cecília, em âmbito institucional (SANTA CECÍLIA, 1984).

Outrossim, percebe-se que é intrínseco à PMMG uma avaliação constante dos seus processos e métodos, especialmente no que tange ao fenômeno criminal e a mensuração dos resultados operacionais, sob a máxima do estatístico, professor, consultor e conferencista, Dr. W. Edwards Deming, de que aquilo que não pode ser medido, não pode, à idêntica maneira, ser gerenciado e ainda,

de que o aprimoramento da gestão operacional resulta na melhoria da qualidade do serviço de segurança pública, anseio da comunidade.

Este artigo evidencia, através da pesquisa bibliográfica, documental e ainda, na coleta de dados, uma convergência de documentos no sentido de que a instituição responsável pelo segurança pública ostensiva em Minas Gerais, vêm aprimorando e revendo e a reavaliando seus métodos de mensuração e gestão de segurança pública garantindo bons resultados, por meio da metodologia empregada. O fato de a metodologia estar em sua 3ª edição, já sinaliza o interesse institucional na busca da excelência da gestão do desempenho e resultados operacionais.

Neste desiderato, Campos (2013) leciona que o estudo e o conhecimento de um método, vocábulo que pode ser entendido como "caminho para a meta", é questão de sobrevivência das organizações, assim como a meta está diretamente relacionada ao bom gerenciamento, sendo este o objetivo dessa atividade.

Isto posto, a constante e diuturna busca pelo estabelecimento e atingimento das metas, por todos os atores envolvidos, deve ser criteriosa e científica, requerendo periódica atualização. Metas estas que estão atreladas a um indicador finalístico que visa aferir a efetividade ou impacto das estratégias e ações desenvolvidas pelos órgãos do Sistema de Defesa Social no combate à criminalidade no estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2020b).

Uso histórico do aprimoramento dos metodologia de gestão por indicadores na Polícia Militar de Minas Gerais

Preliminarmente, far-se-á um breve resgate histórico do início do emprego do tratamento estatístico dos dados operacionais pela Corporação, como importante pressuposto e fundamento para a trajetória percorrida pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) até a adoção da atual metodologia de Gestão do Desempenho Operacional (GDO).

Também se discorrerá sobre as estratégias de gestão operacional vislumbradas no Programa Polícia Orientada para Resultados, marco indissociável da gestão operacional dentro da PMMG. Em seguida, discorrer-se-á sobre o Controle Científico da Polícia, a metodologia IGESP e o Acordo de Resultados, chegando-se à GDO. Isto é relevante, pois julga-se primordial que sejam conhecidas e honradas as estratégias que contribuíram, efetivamente, para que a Instituição, pioneira em muitos aspectos dentro do Estado e no próprio país esteja, também, na vanguarda das estratégias de controle criminal, por meio da contínua evolução da gestão do desempenho operacional com o emprego de, entre outras técnicas, métodos estatísticos, estabelecimento e controle de metas operacionais.

Estatística aplicada às operações - primeiros passos para cientificidade da gestão por indicadores.

Em 1984, o então Major Verter Santa Cecília, de modo precursor, lançou a obra "Estatística aplicada às operações", cujo prefaciador, Coronel PM Klinger Sobreira de Almeida, acentuou que o autor da obra foi quem estruturou, na PMMG, o primeiro setor de estatística, mais precisamente no âmbito do Comando de Policiamento da Capital (CPC), situado em Belo Horizonte, Minas Gerais, no

mesmo período em que se inicia o emprego da estatística finalística na Instituição como suporte a todo ciclo de planejamento policial militar, de forma que os fatos e fenômenos da área policial militar recebessem um trato científico e objetivo (SANTA CECÍLIA, 1984).

A obra trouxe, em termos acessíveis, de fácil e didática compreensão, os ensinamentos no campo da Estatística Descritiva, e consubstanciou-se em um manual para levantamentos estatísticos aplicáveis aos variados campos dentro da Corporação, mesmo que, em um primeiro momento, os dados e informações disponibilizados diziam respeito ao CPC, a exemplo, levantamento de faixa horária de incidência de ocorrências; índice de violência; avaliação de desempenho e controle; faixa etária de infratores; ocorrências atendidas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH); circunstâncias de furtos e roubos registrados no território supracitado; origem das solicitações de radiopatrulhas (RP) e média mensal dessas solicitações; eventos mais frequentemente atendidos pelas RP; média diária de RP empenhadas; armas de fogo apreendidas; índice de atendimento, frustração, necessidade e capacidade; coeficiente de aproveitamento de efetivo e de indisponibilidade nas operações; evolução nos atendimentos de RP na RMBH nos últimos exercícios e sua média diária; solicitações estimadas para o ano de 1982, entre outros tantos exemplos da aplicabilidade e emprego da estatística no campo operacional que possuíam o condão do assessoramento da atividade de gestão operacional (SANTA CECÍLIA, 1984).

Nesse período, já se falava em criminalidade violenta, tanto que, em 1983, após expressivas cifras de armas apreendidas, o Comando do CPC decidiu verificar, estatisticamente, qual o reflexo dessas apreensões na criminalidade violenta, um prelúdio para o nosso atual Índice de Apreensão de Arma de Fogo (IAF) e, de algum modo, para Taxa de Criminalidade Violenta (TCV) utilizado atualmente pela Segurança Pública em Minas Gerais.

Outro fator que merece destaque, é a menção, nesta obra, da existência de Anuário Estatístico na PMMG desde 1972, publicado pelo mesmo autor, e a apresentação, de forma pormenorizada, como os gestores, à época, poderiam aplicar no contexto institucional o estudo estatístico, seus métodos, fases para produção de informações que objetivavam fundamentar o processo decisório (SANTA CECÍLIA, 1984), este interregno histórico, ainda não se vislumbra a criação de indicadores e metas estatísticas em face dos serviços prestados pela PMMG, o que viria a se consolidar anos após.

O Manual de Banco de Dados, Estatística e Geoprocessamento: Implanta técnicas mais sofisticadas de análise criminal.

Após a primeira obra no campo da estatística, em 2003 a Polícia Militar aprovou o Manual de Conhecimentos Básicos em Banco de Dados, Estatística e Geoprocessamento, documento reconhecido como Trabalho Técnico-Profissional. Segundo a comissão responsável pela elaboração do manual, o estudo nele consubstanciado trazia às Unidades a oportunidade de conhecer os avanços trazidos nos campos da estruturação de bancos de dados, gestão de informações estatísticas e formulação/interpretação de mapas produzidos dentro da moderna concepção de geoprocessamento (MINAS GERAIS, 2004).

O manual fora estruturado em quatro capítulos, sendo que o primeiro trouxe amplas considerações sobre Informação e Banco de Dados. Já o segundo capítulo é composto por definições, exemplificações e instruções sobre como construir e gerir informações pela Estatística. No capítulo 3 são apresentados os fundamentos e técnicas do geoprocessamento e, o último capítulo ofereceu a um resumo de todos os capítulos anteriores, aplicados ao mapeamento da criminalidade (MINAS GERAIS,

2004).

Bastante conceitual e conciso, o trabalho, ainda trouxe consigo os principais conceitos sobre banco de dados, estatística descritiva, incluindo referências ao Estimador Bayesiano Empírico para índice de criminalidade, além de metodologia para a elaboração de gráficos, tabelas e outro correlatos. Outra contribuição do aludido manual se deu no campo do estudo sobre geoprocessamento, abrangendo os temas topografia, imagens de satélite, sistema de posicionamento global por satélite (GPS), sensoriamento remoto, geoestatística e conceitos sobre tecnologia da informação (MINAS GERAIS, 2004).

Tal obra, ao apresentar informações sobre a aplicação dos conceitos estudados no mapeamento da criminalidade, com produção de informações necessárias ao planejamento operacional, representa uma importante ferramenta para a PMMG no campo da gestão operacional e consequentemente no controle e prevenção criminal.

O Programa "Polícia Orientada para Resultados"

A PMMG, no final dos anos 90, enviou uma comitiva de Policiais Militares do Comando de Policiamento da Capital (CPC), chefiada pelo Coronel Severo Augusto da Silva Neto, aos Estados Unidos, mais precisamente ao estado de Nova York, à IV Conferência de Chefes de Polícia, promovida pela Associação Internacional de Chefes de Polícia (IACP), para conhecerem os métodos adotados pela polícia local, no que se referia ao monitoramento, mapeamento e ao controle da criminalidade, evento com duração de três dias. Na ocasião, os militares assistiram a uma reunião real do modelo de gestão policial norte-americano, o *CompStat.*

O CompStat foi a principal inovação organizacional/administrativa em policiamento do final do século XX. O programa da polícia de Nova York ficou conhecido pelos seus elementos mais perceptíveis, quais sejam, encontros estratégicos de controle de crime, indicadores de desempenho e tecnologia computacional para mapear crimes, sendo parte da nova estrutura organizacional e rotina gerencial da polícia local. (FREITAS, 2015).

A partir desta visita institucional, a Polícia Militar mineira criou o programa "Polícia de Resultados" ou "Polícia Orientada para Resultados", visando a modernização organizacional com a utilização do georreferenciamento como ferramenta de gestão e, consequentemente, aprimorar o planejamento de suas atividades operacionais (FREITAS, 2015).

Iniciando a partir do ano de 2000, o Programa Polícia de Resultados, além da previsão do emprego do georreferenciamento, previa uma rotina de reuniões entre os planejadores e executores do policiamento e a mobilização comunitária, conferindo autonomia aos Comandantes das Unidades Policiais. Tais reuniões consistiam em prestação de contas dos Comandantes de Companhia aos respectivos Comandantes das Regiões sobre os resultados operacionais alcançados, sendo instituídas na Capital do Estado pelo Coronel Severo, à época Comandante do Policiamento da Capital, seguindo-se com o Coronel Renato Vieira de Souza em um modelo baseado no *CompStat*.

A Polícia de Resultados é assim descrita:

> "Polícia de Resultados" é a denominação de um programa de modernização da gestão interna da atividade operacional da PMMG, que ainda está em vigor desde o seu lançamento em 1999, e possui as seguintes características: aumento da autonomia de gestores do nível médio, localizados na função de Comandantes de Companhias de Polícia Militar, para planejar o emprego do policiamento, sem precisar de autorizações dos gestores localizados no nível gestor imediatamente superior (Comandante de Batalhão); uso de mapas georreferenciados para

> analisar espacialmente os horários, dias e locais de concentração ou — deslocamento de delitos no Município de Belo Horizonte; estabelecimento de uma rotina de reuniões entre os Comandantes de Companhia e o Comandante da Região, autoridade situada imediatamente acima dos Comandantes de Batalhão (REIS; SOUZA, 2010, p. 257-249 *apud* OLIVEIRA, 2011).

Preliminarmente, a nova metodologia foi implantada na cidade de Belo Horizonte e, *a posteriori*, expandiu para os principais municípios do interior do Estado. Na capital, inclusive, no final do ano 2000 entrou em funcionamento a sala de reunião de avaliação, no prédio do Comando-Geral, proposta que guardava semelhança com a "Sala de Guerra" – terminologia que denominava as reuniões do *CompStat* da polícia de Nova York, em alusão ao centro de decisões do Pentágono. Já a sala de reuniões da PMMG, foi batizada de "Pelourinho", sendo as primeiras reuniões de avaliação chamadas de Encontros de Avaliação de Desempenho Operacional (EADO) (FREITAS, 2015).

Reis e Souza (2011, p. 208) afiançam que o programa apresentava três características principais, quais sejam:

> [...] aumento da autonomia das unidades policiais – denominadas Companhias de Polícia Militar – encarregadas do policiamento em cada grupo de bairros da capital do Estado; instituição de uma rotina de reuniões entre planejadores e executores do policiamento para analisar resultados e reorientar, se necessário, as prioridades da prestação de serviços; e mobilização comunitária para a agência policial de coordenação operacional organizar-se em ambientes destinados a reuniões e à apresentação de propostas sobre quais deveriam ser as prioridades do policiamento.

O sistema de registros policiais georreferenciados possibilitaria a melhoria da coordenação e o controle por parte do Comando da Polícia Militar, possibilitando-lhe receber, analisar e cobrar resultados de suas Unidades subordinadas. A outra ferramenta fundamental de gestão utilizada pelo Programa foi o envolvimento do cidadão nas questões relacionadas à segurança pública, ou seja, comunidades foram incentivadas a participar de reuniões comunitárias com a participação da polícia, para apresentar sugestões e críticas ao policiamento (OLIVEIRA, 2011).

Posteriormente, no ano de 2002, colaciona o mesmo autor, foi publicado pelo Comando-Geral da Instituição a Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública (DPSSP) nº 01/2002-CG, atualmente revogada, que regulava, àquela ocasião, o emprego da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, abordando o tema Gestão Pública Orientada por Resultados e transformando o Programa Polícia Orientada por Resultados numa diretriz de gestão operacional destinada à Corporação como um todo (MINAS GERAIS, 2002).

A Diretriz reconhecia o crescimento da violência e criminalidade nas grandes cidades, e que os esforços tradicionais da Polícia Militar no sentido de combater e controlar este crescimento, esbarravam nas limitações técnicas e táticas do policiamento tradicional, fazendo-se necessária a adoção de novas estratégias gerenciais de emprego operacional.

A diretriz tornava prioritário o desenvolvimento, por parte de cada comando, de métodos de acompanhamento e estudo técnico-científico da evolução da criminalidade e da violência em suas respectivas circunscrições, com o apontamento e correção de distorções e óbices que estivessem gerando falhas ou comprometendo a prestação de serviços à população. Segundo a Diretriz, a Polícia Orientada por Resultados era um conceito contemporâneo e progressista de "ser" e "fazer" polícia ostensiva (MINAS GERAIS, 2002).

Passados alguns meses da visita técnica, a empresa responsável pelo *software* utilizado no modelo *CompStat* o forneceu à PMMG, sendo que a mencionada visita e a implantação do *software*

estão inseridas no mesmo período da publicação do Decreto 41.097, 7 de junho de 2000, no qual o Governador do Estado postulava ao Comandante-Geral da Polícia Militar e ao Secretário de Estado da Segurança Pública a criação de planos de ação de combate à criminalidade:

> Art. 1º No prazo de trinta dias, contados da publicação deste decreto, o Secretário de Estado da Segurança Pública e o Comandante Geral da Polícia Militar apresentarão ao Governador do Estado plano de ação de combate à criminalidade, com ênfase quanto às medidas preventivas (MINAS GERAIS, 2000).

Segundo Rosa e Oliveira (2014) em cumprimento ao Plano de Ação de Combate à Criminalidade, atendendo ao Decreto Governamental, conforme o Memorando nº 33.310.4/2001 do Estado-Maior, algumas estratégias foram adotadas, destacando-se:

> a) estabelecer metas locais e regionais de redução dos índices de criminalidade;
> b) criar, nos Comandos Regionais da Polícia Militar, os sistemas de informações gerenciais de segurança pública, para registro e processamento informatizado de dados sobre a movimentação da atividade criminal local, para ajustar a precisão das táticas operacionais no Estado de Minas Gerais;
> c) estabelecer programas conjuntos de diagnóstico e planejamentos locais, baseados em sistemas de informações, interação comunitária e metas (ROSA e OLIVEIRA, 2014, p. 34).

Para os autores, o atendimento aos objetivos específicos do plano carecia de uma base que fornecesse, de forma mais ágil, os dados de criminalidade, para a análise e o planejamento dos recursos a serem empregados. No mesmo contexto, estava em curso no CPC a nova metodologia trazida pelo *CompStat* de reuniões de avaliação de resultados, denominada "Pelourinho". Para atender essa agilidade na obtenção dos seria necessário a elaboração de um novo boletim de ocorrência, pois a base de dados é fornecida pelos registros policiais.

Para o desenvolvimento do projeto, foram envolvidos a Assessoria de Estatística e Geoprocessamento da Polícia Militar e as Seções de Estado-Maior do Comando-Geral, com apoio da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Corroborando os autores, Oliveira (2013) afirma que o Registro de Evento de Defesa Social (REDS) foi muito importante no sentido de se formar uma base de dados confiável, e de rápido acesso, para subsidiar o monitoramento de indicadores e o planejamento operacional. Trata- se do registro informatizado de ocorrências por parte da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros Militar, que teve início na capital do Estado, em 2006, e foi expandido para as unidades do interior no período de 2008 a 2010:

> Atividades que antes eram feitas manualmente, como o georreferenciamento de endereços de ocorrências, começaram a ser realizadas de forma automática e rápida, por meio do acesso informatizado aos dados armazenados pelos módulos REDS, CAD e PCNet, que passaram a ser disponibilizados pelo banco de dados criado para o setor de Defesa Social do Estado: o Armazém de Informações do SIDS ou Armazém de Dados (OLIVEIRA, 2013, p. 53)

O Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS) consistiu na construção de sistemas informatizados para compartilhamento de informações de forma integrada, coordenada e otimizada pela Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar, bem como dos demais órgãos da área de Segurança e Defesa Social.

O REDS, no início, foi criado pela Polícia Militar visando atender às suas demandas na política de gestão por resultados. Com criação da SEDS, transformou-se em uma ferramenta de compartilhamento de informações de segurança pública do Estado. Com os dados obtidos a partir dos

registros de ocorrências policiais, contidos no Armazém de Informações do SIDS, facilitou-se a criação de análises criminais que atendam a demanda da Instituição.

Segundo Rosa e Oliveira (2014) com o REDS, foi possível instrumentalizar o geoprocessamento das ocorrências com a numeração do logradouro, coordenadas geográficas, locais de maior incidência e concentração de crimes. A partir do REDS, é possível fazer um melhor acompanhamento do fenômeno criminal, através de uma coleta mais ágil dos dados criminais, permitindo o modelo de avaliação atual, a GDO.

O Controle Científico da Polícia e a criação de indicadores

Segundo Reis e Souza (2011), a Polícia Militar de Minas Gerais, no ano de 2004, possuía uma baixa visibilidade conceitual de segurança pública, com poucas iniciativas que extrapolavam a responsabilidade legal das polícias. Havia os reflexos de um longo período de baixos investimentos no campo da segurança pública, o que comprometia os recursos logísticos e humanos em face do contingente de policiais que se transferiram para a inatividade, sem a devida contratação de novos profissionais.

De acordo com SOARES (2005 *apud* REIS; SOUZA, 2011, p. 208):

> Os governos se sucedem, no Brasil, e a violência criminal cresce dramaticamente, mas o problema não chega a ser enfrentado com políticas públicas apropriadas e recursos correspondentes à magnitude da tragédia social envolvida. É curiosa esta reiterada omissão, este silêncio, este imobilismo. A violência criminal parece sofrer de uma estranha invisibilidade conceitual, cuja consequência parece ser a dificuldade em assumir e implantar políticas públicas específicas, ainda que os efeitos da violência ocupem as primeiras páginas dos jornais, diariamente.

Para os autores alhures, a Polícia Militar enfrentava uma exposição negativa sem precedentes, a qual comprometia a confiança da população e da imprensa, no tocante à sua capacidade de gerenciar uma crescente escalada da criminalidade violenta no Estado, especialmente na cidade de Belo Horizonte, tendo se registrado, em 2003, o ápice dos crimes violentos desde o ano de 1995 (REIS; SOUZA, 2011).

Vislumbra-se, também, neste período o esgotamento do modelo reativo frente aos novos desafios propostos aos Encarregados de Aplicação da Lei (EAL). As operações de ocupação das regiões mais violentas, com destinação de grande aporte de recursos humanos e logísticos, não conseguiam minorar e controlar o fenômeno criminal ali existente, a não ser durante o período da grande mobilização de tropas nesses espaços urbanos de elevada concentração criminal (REIS; SOUZA, 2011).

Outra variável que impactou na gestão da PMMG foi o movimento reivindicatório por melhores salários ocorrido nos anos de 1997 e 1998, que, aliás, refletiu em todo o país. Até então, o controle por meio da hierarquia e disciplina era o principal modelo da Administração Pública Burocrática da Polícia Militar, não tendo as organizações congêneres do País mais condições, no pós-movimento, de sustentar o controle interno utilizando somente esses pilares. Sendo assim, foi necessária a adoção de novas ferramentas de gestão, o que foi possível com o desenvolvimento de indicadores do desempenho das agências policiais. A criação de indicadores contribuiu para o fortalecimento da Instituição após o episódio, pois o seu desenvolvimento e implantação tiveram como base um amplo debate que envolveu desde o topo até a base da Organização, na capital do Estado (REIS e SOUZA, 2011).

Nesta toada, Reis e Souza (2005 p. 15) sinalizam na direção desenhada à continuação:

> O Controle Científico da Polícia extrapola os conceitos vigentes nas doutrinas de emprego e de avaliação de desempenho da Polícia Militar, conforme pode se observar no primeiro documento a tratar do assunto, a Instrução nº 01/2005-8ª RPM. Os métodos, enquanto meios matemático-estatísticos para a observação dos resultados, foram desenvolvidos com revisão e aprovação de um estatístico extramuros, e são particulares em relação a cada indicador. Com metodologia inédita e padrões baseados em conceitos técnicos da bibliografia especializada, nenhum relacionado à Polícia.

Preliminarmente, os indicadores na PMMG foram criados sob a lógica do conjunto "método-metodologia-padrão-planilha", permitindo o monitoramento do aspecto da realidade escolhido (REIS, 2006).

Os referenciais estabelecidos neste período foram: na área de Pessoal (P/1), Absenteísmo; na área de Inteligência/Informações (P/2), Policiamento Velado; na área de Planejamento das Operações (P/3), Emprego do Policiamento a Pé em Áreas Comerciais, Atendimento Comunitário, Relacionamento Comunitário, Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) e Eficiência das Patrulhas de Prevenção Ativa (PPA); na área de Apoio Logístico (P/4), Emprego de Viaturas e Indisponibilidade de Viaturas; na área de Comunicação Organizacional (P/5), Opinião Pública (Jornalismo Comparado); na área de Estatística e Geoprocessamento de Estratégias e Pesquisas, Desempenho Operacional de Companhia com responsabilidade territorial, Desempenho Operacional de Companhia Tático Móvel; Estratégias e Pesquisas, Capacidade Técnica, Capacidade Tática, Qualidade do Atendimento, Eficiência do Sistema de Gerenciamento dos Indicadores/Indicador da Eficiência em Controle Científico da Polícia®. Fato é que cada indicador possuía uma fórmula própria de mensuração (REIS e SOUZA, 2011).

Para Reis e Souza (2011), introdutores da nova doutrina na Polícia Militar, o Controle Científico da Polícia justificava-se pela transição da administração pública burocrática para a administração pública gerencial, iniciada no país na década de 1990, que introduziu o conceito de gestão por resultados nas instituições brasileiras.

Choque de Gestão no Estado de Minas Gerais e o Acordo de Resultados

Prosseguindo na linha histórica da Gestão por Resultados na PMMG, cita-se o programa Choque de Gestão, implementado no estado de Minas Gerais a partir do ano de 2003. Tal iniciativa visou a otimização do serviço público, enxugamento da máquina pública e eficiência do serviço público, tendo como foco uma administração por resultados.

O Choque de Gestão, tratado como "[...] um conjunto integrado de políticas de gestão pública orientado para o desenvolvimento" (VILHENA. *et al.*, 2006 *apud* SOARES 2010, p. 5), fez de Minas Gerais um estado referência em termos de administração pública.

Tal iniciativa governamental foi dividida em três fases. A primeira, entre 2003 e 2006, com a inserção de metodologias da administração gerencial focando no ajuste fiscal, na revitalização do planejamento com definição de objetivos de médio e longo prazo e sua integração com o orçamento. Na segunda fase, de 2007 a 2010, denominada "Estado para Resultados", houve a continuidade do processo com a consolidação pragmática do acompanhamento de projetos estruturadores, utilização de ferramentas com ênfase nos resultados, implementação de assessorias de gestão nos órgãos setoriais e reuniões de comitê das áreas de resultados. Finalmente, na terceira fase, a chamada "Gestão para a Cidadania", conceitos de redes transversais e intersetoriais foram desenvolvidos, houve a realização de

programas e participação da sociedade civil organizada, passando as estratégias a serem regionalizadas e aprimorando os sistemas de informações gerenciais (MINAS GERAIS, 2012).

No ano de 2003, firmada na Administração Gerencial e no Choque de Gestão, foi criada a Secretaria de Defesa Social (SEDS), uma proposta inovadora que tencionou unir os esforços das instituições integrantes do sistema e de outras entidades e órgãos públicos que atuassem diretamente no fenômeno criminal.

Em 2005, surgiu em Belo Horizonte a Integração e Gestão de Segurança Pública (IGESP), um modelo de atividades que buscava organizar e facilitar a gestão do trabalho dos órgãos integrantes do Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS). A partir do ano de 2007, o Governo passou a contratualizar resultados com os com diversos órgãos e entidades da administração direta, a começar pelas secretarias estaduais e seus respectivos órgãos, a exemplo dos órgãos de Defesa Social. Tal projeto foi ampliado para todas as Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) do estado de Minas Gerais. O modelo se baseava em experiências nacionais e internacionais, e previa reuniões entre os órgãos do SIDS ou outros que pudessem contribuir para a solução dos problemas de criminalidade (MINAS GERAIS, 2017).

Já em 2008, quando houve o desdobramento dos indicadores pactuados pela Secretaria para os órgãos subordinados à sua estrutura, no que tange à pasta da segurança pública, a SEDS estipulou indicadores de desempenho para a PMMG, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Defensoria Pública e Superintendência de Administração Penitenciária (OLIVEIRA, 2011).

Segundo consta na Diretriz nº 3.01.07/2017-CG, com o amadurecimento da metodologia IGESP, foram implementados documentos como o Manual IGESP e o Diagnóstico Orientado para Gestão e Solução de Problemas (DOGESP), que traziam relatórios voltados à efetivação de planos de ação, definição de metas e de avaliação das atividades desenvolvidas. Com isso era possível adotar políticas públicas que possibilitavam o acompanhamento dos processos desenvolvidos em todo o Estado (MINAS GERAIS, 2017).

A PMMG, alinhada às diretrizes governamentais, procurou aprimorar, neste sentido, seus métodos e técnicas buscando melhorias e eficiência nos resultados, com modernização logística e, sobremodo, passando a usar indicadores de desempenho operacional atrelados às metas para cada uma de suas Unidades.

Àquela época, foram pactuados com a Organização por parte do Estado os seguintes indicadores: Taxa de Crimes Violentos, Taxa de Homicídios, Taxa de Crimes Violentos Contra o Patrimônio, Armas de Fogo Apreendidas e Operações Militares realizadas. Para cada indicador, estabelecia-se uma meta (percentual). As metas propostas para a Instituição eram desdobradas para todas as Regiões de Polícia Militar (RPM) e, assim, sucessivamente. Tais indicadores, ao final de cada período avaliatório, eram analisados conforme fórmula de cálculo de desempenho definida na descrição de cada indicador em particular. Em seguida, cada indicador recebia uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), equivalente à pontuação pré-definida pelas faixas de desempenho previstas na fórmula de cálculo ou, ainda, proporcional ao seu percentual de execução. Neste período, vigorou também o recebimento pelos órgãos do Estado do denominado "prêmio por produtividade", valor em dinheiro calculado e pago para todos os servidores a partir da nota média das equipes/instituições a que pertenciam (MINAS GERAIS, 2008).

Para Reis e Sousa (2011), a Polícia Militar já estava familiarizada com a linguagem e a lógica da avaliação do desempenho operacional bastando, apenas, adequar alguns aspectos para que boa parte dos indicadores sobre a prestação de serviços da PMMG passasse a servir a um propósito maior: a contratualização de resultados com o Governo. Segundo os autores, a PMMG já trabalhava, desde o

final da década de 90, com reuniões de avaliação associadas ao geoprocessamento, baseadas no *CompStat*, e com avaliação das Unidades, desde o ano de 2004, por meio de indicadores de desempenho.

As reuniões da então na Oitava Região da Polícia Militar, o CPC, com sede em Belo Horizonte, representaram a implantação do modelo gerencial e as primeiras avaliações de desempenho, as quais, posteriormente, se tornaram uma política estadual de segurança pública, o que reitera que a PMMG já estava preparada para a implantação de indicadores e metas por parte da SEDS, conforme asseguram Reis e Souza (2011).

Por questões orçamentárias, sem recursos para as reuniões do IGESP em todo o Estado, viu-se a necessidade de concentrar esforços nos 14 municípios prioritários, pois representavam os maiores índices criminais interferindo, diretamente, nos índices estaduais, denominando assim IGESP Focal.

Com a mudança do modelo para IGESP Focal, alterando-se a metodologia original, alguns Comandos Regionais continuaram adotando a metodologia de avaliação. Com base nas experiências obtidas ao longo dos anos com a metodologia IGESP, o Comando da Instituição, percebendo a necessidade de retomada da doutrina de avaliação estratégica, e visando otimização e padronização da metodologia de acompanhamento e avaliação de resultados operacionais, estabeleceu no ano de 2015 a 1ª edição da Diretriz de Gestão do Desempenho Operacional (GDO) (MINAS GERAIS, 2015).

A atual metodologia: gestão de desempenho operacional

Da *expertise* adquirida com o conhecimento e profícuas experiências anteriores, e, considerando-se a necessidade de a Polícia Militar trabalhar com cientificidade a análise do fenômeno criminal, indicando respostas e ações para conter e minorar o aumento criminal e o nível de insegurança da população, surgiu a Gestão do Desempenho Operacional (GDO), cuja primeira versão foi publicada em 2015.

O contexto da criação da GDO também será explorado por ocasião da análise de dados tendo em vista as entrevistas que, para aprofundar no assunto, também abordam este aspecto.

A GDO tem como fundamento as apresentações analíticas e a elaboração de Planos de Ação em caso de não cumprimento da meta pelos gestores operacionais da Instituição, numa dinâmica pragmática e numa interface metodológica simplificada e objetiva (MINAS GERAIS, 2020a).

Assim como nos modelos anteriores, a GDO conta com reuniões realizadas mensalmente nas Unidades de Execução Operacionais (UEOp), correspondendo aos Batalhões e Companhias Independentes com responsabilidade de área,. No primeiro nível, os Comandantes de Companhias e de Pelotões se reúnem com os seus Comandantes de Unidades, apresentando os resultados operacionais com base nos indicadores e metas estabelecidas, bem como as estratégias e ações para manutenção ou melhoria dos desempenhos diagnosticados (MINAS GERAIS, 2020a).

O segundo nível consiste em reuniões com apresentação de dados e informações das Unidades aos Comandantes de Unidade de Direção Intermediária (UDI), correspondendo às Regiões de Polícia Militar (RPM), finalizando este ciclo, subsequentemente, mediante a apresentação, ao Comando-Geral, dos Comandantes de Unidades Autônomas pré-selecionadas (acompanhados dos respectivos Comandantes de UDI), conforme critérios técnicos de aferição de resultados, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1: Níveis de reuniões de Gestão do Desempenho Operacional

Fonte: Minas Gerais (2020b, p. 12)

A GDO alinha-se de forma mais imediata ao Plano Estratégico da Instituição, atualmente em vigor (quadriênio 2020-2023). Tal normativa, considerado um planejamento de médio prazo da PMMG, apresenta, já na sua introdução, a necessidade de se investir em ações voltadas à redução do medo do crime e ao aumento da sensação de segurança do cidadão. Objetivo este que foi tratado como uma bandeira governamental durante a formulação do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2019-2030 demonstrando a relevância da temática da Segurança Pública para o alcance da visão prevista no PMDI (MINAS GERAIS, 2020a).

O Plano Estratégico traz, ainda, o primeiro Objetivo Estratégico como sendo o de "Contribuir para a redução do crime violento no Estado de Minas Gerais" (objetivo diretamente afeto a este trabalho) e traça as estratégias a serem desenvolvidas para o alcance do propósito da Instituição, quais sejam: fortalecimento dos serviços voltados à prevenção e repressão qualificada e fomentação da atuação integrada de forma a se potencializar os resultados finalísticos. Todas essas ações com vistas à redução dos crimes e aumento da sensação de segurança do povo mineiro (MINAS GERAIS, 2020c).

Convergindo para o mesmo propósito, o segundo Objetivo Estratégico – "Contribuir para a melhoria da sensação de segurança no Estado", apresenta como estratégias o aprimoramento da gestão do serviço operacional, a potencialização dos serviços preventivos e a consolidação da segurança no meio rural (MINAS GERAIS, 2020c).

O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2019-2030 é o planejamento governamental de longo prazo calcado na Constituição Mineira de 1989. O PMDI estabelece objetivos e diretrizes estratégicas, que se estendem aos planos de curto e médio prazo e articula, por sua concepção abrangente, as ações e programas formulados pelos órgãos do Governo, de modo a conferir coerência aos processos decisórios e níveis satisfatórios de coordenação e integração de determinado projeto político. O PMDI pretende promover a articulação entre os diversos planos de curto e médio prazo, como forma de estabilizar uma política de longo prazo em torno dos permanentes problemas e oportunidades do Estado (MINAS GERAIS, 2019a).

Ao vislumbrar-se que Plano Mineiro objetiva a contribuição para a redução da criminalidade no estado de Minas Gerais, e ainda define como diretriz estratégica, que essa contribuição é atrelada às novas iniciativas e as demais em curso da Polícia Militar, Polícia Civil e Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, fica patente o alinhamento GDO-Plano Estratégico PMMG-PMDI. O que não poderia ser diferente, já que enquanto Instituição de Estado, a PMMG deve subordinar-se aos objetivos deste ente federativo, no que concerne as ações que visam garantir uma melhor prestação de serviços e efetividade por parte de cada órgão público.

De 2015 a 2020: criação e atualizações da Diretriz de Gestão do Desempenho Operacional

Nesta Seção apresentaramos o percurso da evolução da Diretriz de Gestão do Desempenho Operacional na Polícia Militar de Minas Gerais, desde sua criação, em 2015, até a atualidade.

A primeira edição da Diretriz de Gestão do Desempenho em 2015

A Polícia Militar, buscando a otimização e padronização da metodologia de acompanhamento e avaliação de resultados operacionais na Instituição, estabeleceu no ano de 2015, a 1ª edição da Diretriz de Gestão do Desempenho Operacional (GDO).

A Diretriz, constrói um preâmbulo sobre a origem da implantação dos indicadores e metas na Instituição, passando pela visita dos Oficiais ao *CompStat* em Nova York nos Estados Unidos, a Polícia de Resultados, a criação da SEDS em 2003, em uma tentativa de unificação dos órgãos de Defesa Social, a criação do IGESP em 2005 e sua inexequibilidade na forma original devido à escassez de recursos orçamentários, o que levou a PMMG ao atual modelo de avaliação de indicadores com as metas estipuladas por Unidade (MINAS GERAIS, 2015).

Estabeleceu-se, no documento, os seguintes grupos de indicadores: Indicadores de Ações Estaduais – composto pelo Índice de Crimes Violentos, Taxa de Homicídios Consumados e Índice de Apreensão de Armas de Fogo. Os Indicadores de Ações Preventivas abrangiam o Indicador de Interação Comunitária, Taxa de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos, ao passo que os Indicadores de Ações Qualificadas eram compostos pela Taxa de Reação Imediata a Crimes Violentos, realização de Operações Lei Seca, Repressão Qualificada da Violência e Cumprimento de Demandas geradas pelo Disque Denúncia Unificada (DDU). Já no rol dos Indicadores de Ações Especializadas estavam a Taxa de Acidentes com Vítimas nas rodovias, Índice de Prevenção aos Crimes e Infrações Ambientais. Por fim, foram trazidos os Indicadores de Ações Regionalizadas, através dos quais cada UDI definia um indicador específico, pactuado com o Comando Geral da Instituição (MINAS GERAIS, 2015).

Naquela edição, a Diretriz previu ainda, a realização de reuniões sistemáticas entre os Comandantes e Assessores nos três níveis de gestão, a partir das experiências adquiridas anteriormente, possibilitando o acompanhamento do fenômeno criminal de maneira contínua e direcionada de forma ascendente, iniciando no nível operacional, perpassando no nível tático, até o nível estratégico.

Novos desafios foram apresentados à Instituição naquela época, como o Registro de Eventos de Defesa Social (REDS) implementado em todo o Estado de Minas e elaborado por meio de formulário eletrônico, através do qual, foi possível a criação de indicadores condicionados a fatores temporais, à exemplo da Taxa de Reação Imediata (TRI), que mensura o percentual de prisões/apreensões de autores de crimes violentos em relação ao quantitativo de crimes violentos da Unidade, sendo fundamental neste

indicador o "logo após" ou "estado de flagrante" do autor do delito (MINAS GERAIS, 2015).

Uma importante constatação, foi que o primeiro ano da GDO, serviu como barômetro para aferição da potencialidade dos indicadores e contabilização dos dados, tendo em vista que sua publicação ocorreu em meados de 2015. Já no ano seguinte (2016) seguiu-se com os mesmos indicadores, contudo as metas já foram estipuladas logo no início do ano, possibilitando a aferição dessas metas, bem como as reuniões nos diversos níveis de gestão do início ao fim do ano.

A segunda edição da Diretriz de Gestão do Desempenho em 2017

Após dois anos de vigência da primeira Diretriz, a segunda versão da GDO, a Diretriz nº 3.01.07/2017-CG (MINAS GERAIS, 2017), surgiu da necessidade de se atualizar e aprimorar os procedimentos e parâmetros estabelecidos, bem como de alinhar com os instrumentos de gestão estratégica desenvolvidos pela Instituição como o Plano Estratégico 2016-2019 e do respectivo Caderno de Planos Táticos, sendo estabelecidos indicadores de atividade-meio (Conjunto de esforços administrativos que permitam ou facilitam a realização da atividade-fim da Corporação) e de atividade-fim. Os indicadores de atividade-fim foram mantidos para a GDO, visando dar continuidade e fortalecer a metodologia adotada na Corporação desde o ano 2015.

Nessa linha, no Caderno de Projetos e Indicadores do Plano Estratégico 2016-2019, foi estabelecida uma nova dinâmica de acompanhamento e gestão dos indicadores em nível estratégico, sendo efetuados ajustes na metodologia de monitoramento, controle e avaliação dos resultados nos demais níveis, implicando na revisão da Diretriz (MINAS GERAIS, 2017).

Segundo a Diretriz nº 3.01.07/2017-CG, foram estabelecidos para o Programa de Reestruturação os indicadores finalísticos de Índice de Crimes Violentos, Taxa de Homicídios Consumados, Índice de Apreensão de Armas de Fogo, Taxa de Reação Imediata aos Crimes Violentos e Repressão Qualificada da Violência, com as taxas e metas previstas na primeira edição do caderno metodológico e desdobramento das metas dos Indicadores de GDO (MINAS GERAIS, 2017).

A 2ª edição da DGDO está diretamente atrelada ao Programa de Reestruturação da Instituição da mesma época. O Programa de Reestruturação da Polícia Militar de Minas Gerais, contido na Diretriz n. 3.01.08/2017 – CG, teve como objetivo principal a priorização da atividade finalística da Instituição, por meio de aperfeiçoamento dos processos, racionalização das estruturas nas áreas administrativas e operacionais e otimização do emprego dos recursos humanos para enfrentamento do crime e da violência no Estado Gerais (MINAS GERAIS, 2017).

Após a identificação de que o modelo de estruturação vertical e os níveis de direção na PMMG comportava algumas atividades administrativas as quais eram desenvolvidas de forma redundante, caracterizando precário aproveitamento das ferramentas tecnológicas e dos processos existentes, e ainda que tais atividades absorviam parcela relevante dos recursos humanos e orçamentários disponíveis, inclusive com tendência de crescimento, contribuindo diretamente para a perda do foco na atividade finalística da Organização que é o policiamento ostensivo, foi realizado o processo de reestruturação da PMMG em quatro etapas, a saber: a reestruturação do Estado-Maior, o diagnóstico dos Processos e das Estruturas Setoriais do Nível Intermediário; a consolidação do Programa de Reestruturação e execuções das Ações do Programa de Reestruturação (MINAS GERAIS, 2017).

Para a diretriz, o foco da reestruturação foi a melhoria e racionalização das estruturas administrativas nos diversos níveis, com vistas à otimização do emprego dos recursos humanos na Organização e principalmente na otimização das atividades operacionais de segurança pública por intermédio da polícia ostensiva, atribuídas à Instituição. Com a reestruturação foram deslocados um

efetivo considerável da atividade-meio para a atividade-fim da PMMG, o que consequentemente contribuiu para as demais estratégias voltadas ao aspecto operacional da Instituição, a exemplo da GDO (MINAS GERAIS, 2017).

Em relação a aferição dos resultados, esta Diretriz reestrutura o nível de monitoramento dos Indicadores, os quais passam a ser mensurados por UDI e UEOp, possibilitando o acompanhamento pormenorizado dos resultados e, constando ainda o ranqueamento das UEOp dentro da respectiva UDI e o ranqueamento geral da UEOp no estado.

Neste modelo os Comandantes de UEOp, escolhidos a partir dos resultados insatisfatórios obtidos nos Indicadores, participavam da reunião de nível estratégico com o Subcomandante Geral e inclusive, poderiam ser novamente convocados a apresentarem os resultados obtidos após determinado período de tempo.

A terceira edição da Diretriz de Gestão do Desempenho em 2020

À sequência, em 2019, verificou-se a necessidade de aprimoramento dos parâmetros de avaliação da 2ª edição da GDO, em um processo de melhoria contínua da Organização, com o objetivo de se buscar resultados cada vez melhores.
No ano de 2020, surgiu a versão atual da GDO, Diretriz nº 8002.2/2020-CG, terceira edição revista e atualizada com o devido Caderno metodológico e desdobramento das metas para cada Região e respectivas Unidade de Execução Operacional subordinadas, sendo acrescidos a esta versão os novos indicadores:

> a) Taxa de Crimes Violentos (TCV);
> b) Taxa de Homicídios Consumados (THC);
> c) Taxa Qualificada de Furtos (TQF);
> d) Índice de Apreensão de Armas de Fogo (IAF);
> e) Taxa de Reação Imediata aos Crimes Violentos (TRI);
> f) Repressão Qualificada da Violência (RQV);
> g) Índice de efetividade no cumprimento de demandas geradas via Disque Denúncia Unificado (IDDU);
> h) Interação Comunitária (IC);
> i) Índice de Prevenção aos Crimes e Infrações Ambientais (IPCIA);
> j) Taxa de Acidentes com vítimas nas rodovias estaduais e federais delegadas (TAV);
> k) Operação Lei Seca (OLS). (MINAS GERAIS, 2020b. p. 11).

Uma relevante inovação trazida na 3ª edição da DGDO foi a previsão de o indicador da Taxa de Homicídios Consumados (THC) passar a ser contabilizado a partir do quantitativo de vítimas deste delito, em detrimento da versão anterior da Diretriz em que se contabilizava o quantitativo de registros de homicídios consumados. Foi ainda implementado o indicador Taxa de Furtos Qualificados (TQF), com a finalidade de aferir a taxa de furtos, na modalidade tentada e consumada.

Os indicadores Taxa de Crimes Violentos (TCV), Taxa de Homicídios Consumados (THC) e Taxa Qualificada de Furtos (TQF) passam a ter as respectivas metas estipuladas através do modelo Quartis Adaptados, que estipulam como metas para os indicadores, o comportamento da UEOp (Unidades de Execução Operacional) em comparação com a taxa média do conjunto das 87 UEOp do Estado, rompendo assim, a tônica de metas lineares estipuladas nos anos anteriores.

Ademais, outros indicadores foram aperfeiçoados, como por exemplo, a Taxa de Reação Imediata (TRI) que passou a contabilizar para a variável crimes violentos, somente os registros efetuados

pela PMMG com lapso temporal de 6 horas entre a consumação e a comunicação do fato. Já o indicador de Visitas às Vítimas de Crimes Violentos deixou se ser objeto de mensuração por parte da GDO.

A constante atualização das diretrizes (primeira, segunda e terceira versão) são esforços da Instituição pela melhoria contínua, na busca de se aperfeiçoar as avaliações de desempenho e adaptar-se aos planos estratégicos, bem como ao PMDI e as políticas de Estado de prevenção criminal.

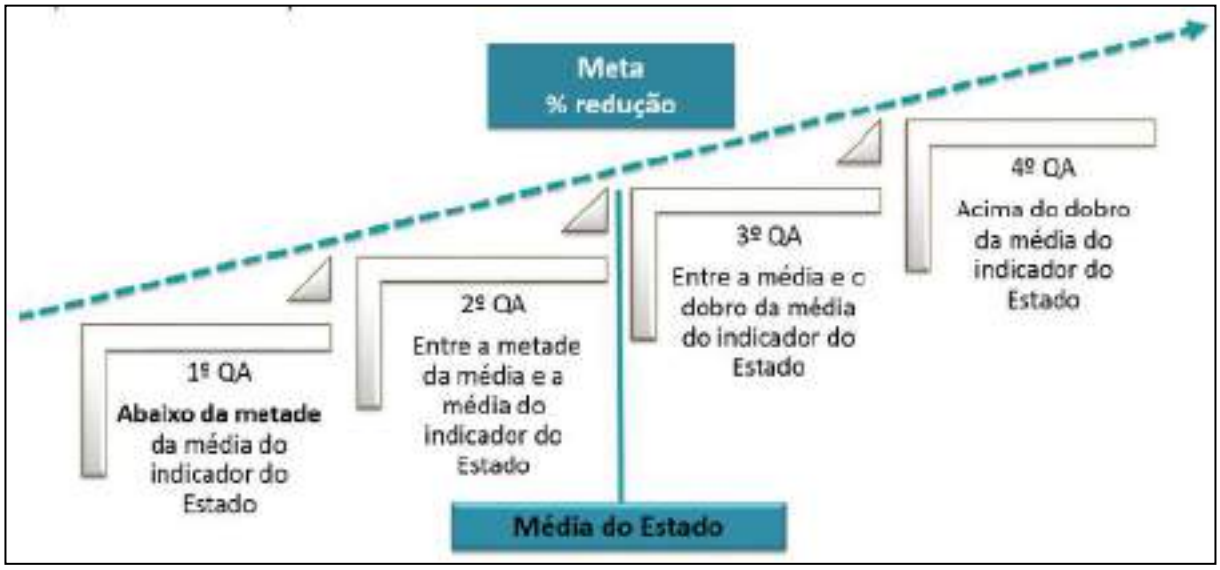
Quartis Adaptados, metodologia de mensuração da 3ª Edição da GDO

A Polícia Militar adotou o método denominado Quartis Adaptados (QA) para a fixação de metas de redução criminal para as UEOp. Os QA são uma adequação utilizada pela PMMG, em analogia ao conceito de "quartis" do ramo da estatística matemática, para posicionamento e estabelecimento de metas às Unidades com responsabilidade territorial, de maneira não linear.

A Figura 2 demonstra a parametrização de percentuais de redução entre os quatro quartis. Primeiramente é calculada a taxa média aritmética simples das taxas crimes ocorridos em Minas Gerais, a partir de então são estabelecidos os valores dos quartis. O primeiro quartil refere-se aos valores compreendidos entre zero e da metade da média apurada. O segundo quartil abrange os valores entre a metade da média e a média do indicador do estado. Já o terceiro quartil compreende valores entre a média e o dobro da média de crimes em Minas Gerais. Por fim o quarto quartil engloba valores acima do dobro da média do indicador.

Para a distribuição das metas, deve-se levar em consideração as taxas aferidas e sua distribuição entre os quartis adaptados. A elas são atribuídos os percentuais de redução como metas para o ano seguinte à obtenção dos resultados. Desta forma, objetivando melhores resultados, metas mais desafiadoras são atribuídas às unidades com maiores taxas de criminalidade.

Figura 2: Quartis Adaptados (QA) na Polícia Militar de Minas Gerais



Fonte: Minas Gerais (2020b, p. 16)

O percentual de redução definido para cada quartil é determinado pelo gestor máximo da Instituição, ou seja, Comandante-Geral, com vistas a equalizar os índices das Unidades. Para cada Indicador Finalístico foi criado um percentual diferente de redução de acordo com as particularidades vislumbradas, visando atingir as metas governamentais para a Instituição.

Estabelecimento de Metas, da 3ª Edição da GDO

As metas podem ser conceituadas como "alvos específicos ou subjetivos delegáveis a unidades operacionais da organização, a serem cumpridos em períodos e prazos predeterminados, expressos em dados numéricos". Dessa forma, as metas se derivam de alvos, podendo, ainda, ser entendidas como sub-objetivos, que se referem a determinados períodos (RICHERS, 1980, p. 7).

No âmbito da PMMG, De acordo com a Diretriz de Gestão para Resultados nº 001/2010-CG, a meta "é o passo ou etapa perfeitamente quantificada, com prazo e responsável definidos para alcançar os desafios e objetivos organizacionais" (MINAS GERAIS, 2010, p. 77).

As metas dos indicadores são divulgadas anualmente por meio de memorando do Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar (CHEM) e servem de base para a avaliação dos resultados no período de janeiro a dezembro do ano de referência. As metas avaliadas, utilizando-se o método dos Quartis Adaptados (QA), são precedidas da média aritmética histórica dos dados estaduais, sendo as UEOp posicionadas em um dos quartis adaptados de acordo com as respectivas taxas criminais e a relação destas com a taxa estadual (MINAS GERAIS, 2020a).

O Caderno Metodológico e de Desdobramento das Metas dos Indicadores da GDO-2020, elaborado pelo Centro Integrado de Informações de Defesa Social (CINDS) contém as metas para cada indicador, as quais são estimadas a partir dos resultados obtidos no ano anterior. As metas das RPM são baseadas no resultado de cada UEOp (MINAS GERAIS, 2020a).

O Quadro 1 sintetiza os marcos de criação e atualização, além das alterações das GDO.

Quadro 1: Principais alterações da Gestão de Desempenho Operacional, Minas Gerais 2015-2020 (continua)

ANO/VERSÃO GDO	PRINCIPAIS MARCOS/ALTERAÇÕES
2015	1. Criação da Comissão para elaboração da Diretriz de Gestão de Desempenho Operacional 2. Definição dos Indicadores de Ações Estaduais, Ações Preventivas, Ações Qualificadas, Ações Especializadas e Ações Regionalizadas 3. Reuniões de Gestão de Desempenho Operacional nos diversos níveis de gestão. 4. Inclusão do crime de extorsão nos crimes violentos 5. Publicação da Diretriz Nº 3.01.07/2015 CG - Gestão de Desempenho Operacional (1ª Primeira DGDO)
2016	1. Acompanhamento mensal dos resultados 2. Início das auditorias de inclusão e exclusão de REDS da base da GDO.
2017	1. Alteração na meta de Índice de Crimes Violentos devido a melhora substancial no Indicador. 2. Aprimoramento no Indicador de Repressão Qualificada da Violência 3. Publicação da Diretriz Nº 3.01.07/2017 CG - Gestão de Desempenho Operacional (2ª Edição Revisada)
2018	1. Acompanhamento mensal a partir do nível de UEOp/CIA PM Ind 2. Aprimoramento no Indicador de Taxa de Reação Imediata 3. Aprimoramento do Indicador de Lei Seca 4. Escolha de Unidades para participar de reunião com o CHEM, conforme resultados obtidos na GDO

Quadro 1: Principais alterações da Gestão de Desempenho Operacional, Minas Gerais 2015-2020 (continuação)

ANO/VERSÃO GDO	PRINCIPAIS MARCOS/ALTERAÇÕES
2019	1. Introdução do Indicador de Taxa Qualificada de Furtos 2. Exclusão do Indicador de Visitas a Vítimas de Crimes Violentos 3. Mudança no Indicador de homicídios consumados, passando a contabilizar vítimas em vez de registros 4. Implementação da metodologia dos "Quartis Adaptados" para ICV, THC e TQF 5. Exclusão de homicídios em razão de confrontos com agentes de segurança pública
2020	1. Alteração no rol de naturezas referentes aos crimes violentos (inclusão das naturezas de roubo tentado, extorsão tentada, extorsão mediante sequestro tentado, sequestro e cárcere privado tentado) 2. Publicação da Diretriz Nº 8002.2/2020-CG - Gestão de Desempenho Operacional (3ª Edição Revisada)

Fonte: elaborada pela autora a partir de Minas Gerais (2015; 2017; 2019b; 2020b)

Indicadores de desempenho da Gestão de Desempenho Operacional 2020

Indicadores de Desempenho, segundo a International Organization for Standadization - ISO (1998), é uma expressão (que pode ser numérica, simbólica ou verbal) usada para caracterizar atividades (eventos, objetos, pessoas) em termos quantitativos e qualitativos, com o objetivo de determinar o valor.

Dentro do processo de melhoria contínua da Instituição Militar Estadual (IME), decidiu-se que a GDO passaria a fazer a gestão de indicadores organizados em Seções, com base em ações preventivas e de combate à criminalidade.

Os indicadores visam avaliar a efetividade das medidas implementadas pela PMMG no combate e prevenção da criminalidade, propostas sob as premissas estabelecidas pelo Plano Estratégico de redução da criminalidade violenta e do aumento da sensação de segurança (MINAS GERAIS, 2020b).

Atualmente, os indicadores de desempenho se dividem nos seguintes grupos: Indicadores Finalísticos, Indicadores de Ações Qualificadas, Indicador de Ação Comunitária, Indicador de Ações de Meio Ambiente, Indicadores de Ações de Trânsito, Indicadores Táticos e Operacionais, os quais se desdobram nos indicadores conforme Quadro 2.

Cada indicador de desempenho possui uma ficha técnica respectiva que o descreve, incluindo, por exemplo, a sua fórmula de cálculo, resultado de referência, resultado esperado, polaridade, entre outros aspectos, conforme se observa no Quadro 2, que traz a ficha técnica do indicador TCV.

Quadro 2 – Indicadores de Desempenho na Polícia Militar de Minas Gerais

INDICADORES DE DESEMPENHO	
Indicadores Finalísticos	✓ Taxa de Crimes Violentos (TCV) ✓ Taxa de Homicídios Consumados (THC) ✓ Taxa Qualificada de Furtos (TQF)
Indicadores de Ações Qualificadas	✓ Índice de Apreensão de Armas de Fogo (IAF) ✓ Taxa de Reação Imediata aos Crimes Violentos (TRI) ✓ Repressão Qualificada da Violência (RQV) ✓ Índice de efetividade no cumprimento de demandas geradas via Disque Denúncia Unificado (IDDU)
Indicador de Ação Comunitária	✓ Interação Comunitária (IC)
Indicador de Ações de Meio Ambiente	✓ Índice de Prevenção aos Crimes e Infrações Ambientais (IPCIA)
Indicadores de Ações de Trânsito	✓ Taxa de Acidentes de Trânsito com Vítimas nas rodovias estaduais e federais delegadas (TAV) ✓ Operação Lei Seca (OLS)
Indicadores Táticos e Operacionais	✓ As UDI de atividade-fim e UEOp poderão definir ainda indicadores específicos para pactuarem com suas Unidades/Subunidades subordinadas, os quais deverão ser avaliados por ocasião das reuniões da GDO de níveis tático e operacional.

Fonte: a autora, a partir de Minas Gerais (2020b)

Para fins de delimitação, o objeto desta pesquisa ater-se-á ao indicador Taxa de Crimes Violentos, abarcado pelo rol dos indicadores finalísticos, para os quais é empregado o método "Quartis Adaptados".

Indicadores Operacionais monitorados pela GDO, a partir da 3ª Edição

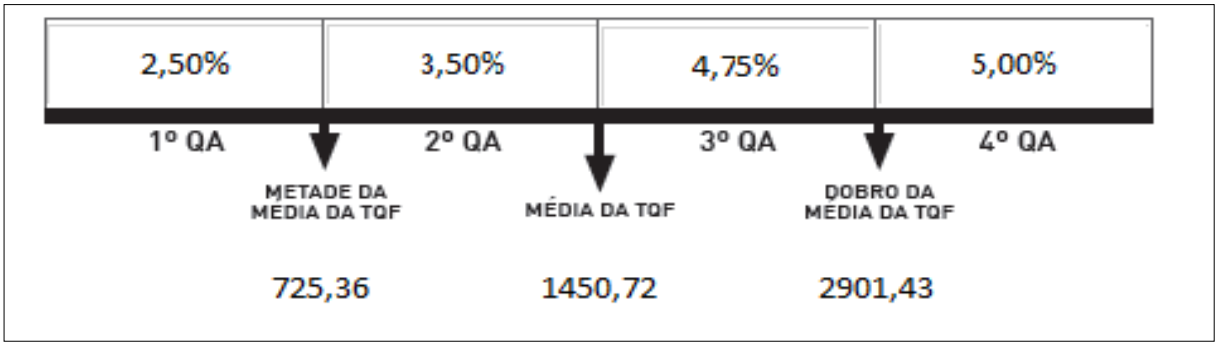
Os Indicadores Finalísticos objetivam aferir a efetividade ou impacto das estratégias e ações desenvolvidas pelos órgãos do Sistema de Defesa Social no combate à criminalidade no estado de Minas Gerais. São três os indicadores finalísticos: a Taxa de Crimes Violentos (TCV) e a Taxa de Homicídios Consumados (THC) – monitorados em nível governamental como parte da política de segurança pública do Governo Estadual –, e a Taxa Qualificada de Furtos (TQF) – indicador criado pela PMMG como parte da estratégia de reduzir o medo do crime no território mineiro (MINAS GERAIS, 2020).

Serão detalhados, a seguir, os indicadores finalísticos, sua forma de cálculo e as metas para eles estipuladas no corrente ano.

Além das taxas de crimes monitorados em nível de governo estadual, previstas nas políticas públicas de redução criminal do governo estadual e trazidas na Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), a PMMG instituiu a Taxa Qualificada de Furtos (TQF), a qual é calculada por meio da divisão do número total de furtos pela população, multiplicado por 100.000. Este indicador é exclusivo para um crime a ser reduzido no âmbito do Estado.

Calculadas as taxas alcançadas pelas Unidades no exercício anterior (a Figura 2 refere-se às taxas alcançadas em 2019), estas são posicionadas nas quatro faixas ou QA, de acordo com o resultado alcançado tendo como referência a média da taxa estadual. Posteriormente, são estabelecidas as metas com os percentuais de redução para cada faixa ou quartil, conforme se demonstra na Figura 3.

Figura 3: Metas da Taxa Qualificada de Furtos (TQF) e divisão por Quartis Adaptados (QA)



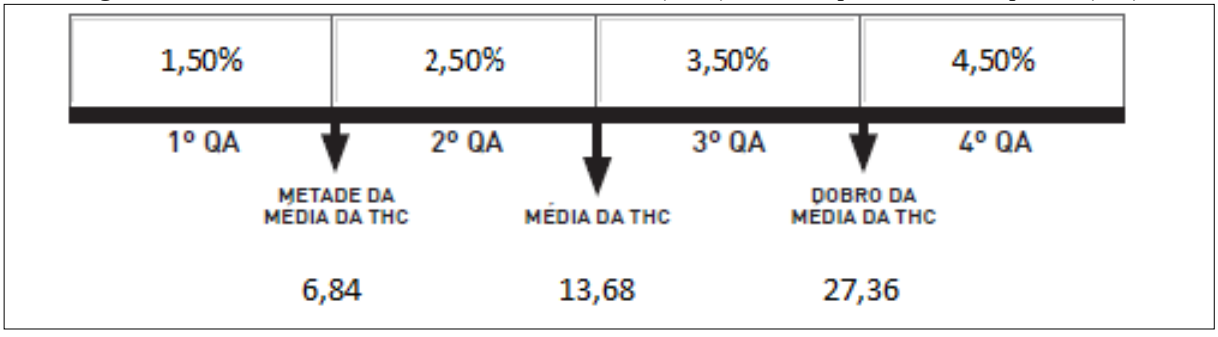
Fonte: Minas Gerais (2020a, p. 10)

Para o indicador da Taxa de Homicídios Consumados (THC) a taxa é calculada através da divisão do número total de homicídios pela população, multiplicado por 100.000 (cem mil), sendo contabilizadas todas as vítimas de homicídios consumados relacionadas nos registros de ocorrências principais ou associados.

Para efeitos de metas, não são contabilizadas as mortes por intervenção de agentes do Estado, tampouco os homicídios ocorridos em estabelecimentos destinados ao acautelamento de pessoas, sendo computados tão somente nas estatísticas oficiais do Estado.

As metas de redução em cada uma das faixas entremeadas pelos três quartis adaptados foram definidas em 1,5%, 2,5%, 3,5% e 4,5% para as Unidades, de acordo com o QA em que cada uma foi disposta, conforme explicita a Figura 4.

Figura 4: Metas da Taxa de Homicídios Consumados (THC) e divisão por Quartis Adaptados (QA)



Fonte: Minas Gerais (2020a, p. 6)

Observa-se pela Figura 4 que, em 2019, a média estadual de homicídios consumados foi de 13,68 homicídios por 100 mil habitantes. A partir dessa medida, os demais quartis adaptados foram estabelecidos, sendo o primeiro entre 0 e 6,84 e o último acima de 27,36, respectivamente a metade da média e seu dobro. Em seguida, foram estabelecidas as faixas de redução de acordo com a meta estadual. Por fim são posicionadas as Unidades, de acordo com os resultados que alcançaram e correspondência nas faixas entre os quartis.

A Taxa de Crimes Violentos (TVC) é um indicador calculado por meio da divisão do número total de crimes violentos registrados, pela população, multiplicado por 100.000. Tal indicador sofreu, ao longo de sua existência, algumas alterações em relação às naturezas criminais contabilizadas, trazendo um acréscimo no número de crimes a serem avaliados, de modo que, atualmente, abrange os crimes de homicídio, estupro, estupro de vulnerável, roubo, sequestro e cárcere privado, extorsão e extorsão mediante sequestro, todos em suas modalidades consumadas e tentadas, conforme Diretriz nº

8002.2/2020-CG (MINAS GERAIS, 2020b).

A Ficha Técnica do TCV estabelece que o indicador é de periodicidade mensal e sua polaridade, quanto menor, melhor será, entre outros parâmetros descritos por meio da Figura 5. A Unidade gestora é a Diretoria de Operações (DOP), anteriormente denominada Diretoria de Apoio Operacional (DAOp).

Figura 5: Ficha técnica do indicador Taxa de Crimes Violentos (TCV)

UDI gestora	**Diretoria de Apoio Operacional.**	
Setor responsável	CINDS/DAOp.	
Descrição	O indicador tem por finalidade verificar a taxa de crimes violentos por 100.000 habitantes.	
Unidade de medida	Taxa.	
Fórmula de cálculo	$TCV = \frac{CV}{Pop} \times 100.000$ Sendo: - CV = Total de registros de ocorrências de crimes violentos. - Pop = População. - Após cálculo do TCV da RPM/UEOP o valor é analisado tendo como parâmetro a taxa média de Minas Gerais. Desse modo, para cálculo das metas, inicialmente verifica-se em qual Quartil (Q.A) a Unidade se encontra, e assim, serão aplicados percentuais de redução de acordo com os previstos no quadro abaixo: 	
Polaridade	Quanto menor, melhor.	
Periodicidade	Mensal.	
Fonte de dados	1) Armazém de Dados do SIDS – REDS Ocorrências. 2) IBGE (população).	
Base geográfica	Regional.	
Resultado de referência	**Valor apurado**	**Data de apuração**
	Média de MG no ano anterior	Janeiro do ano vigente
Resultados esperados	**ANO VIGENTE**	
	A ser definido pelo Comando da PMMG	
Padrão de apuração de desempenho	Resultado ≤ 100% da meta - VERDE Resultado 100% < x < 110% da meta - AMARELO Resultado ≥ 110% da meta - VERMELHO	
Nota ao usuário	- Para o quantitativo de crimes violentos, foram considerados os registros efetuados pelas polícias Militar e Civil, incluindo o REFAP, inclusive os registros associados e os registros com as naturezas secundárias 1, 2 ou 3. Também serão incluídos os registros independentemente do local do fato. - Para avaliação deste indicador será incluído no rol dos crimes violentos, em suas modalidades tentado e consumado, as seguintes naturezas criminais: B 01121 (Homicídio), B 01.148 (Sequestro ou Cárcere Privado), C 01.157 (Roubo), C 01.158 (Extorsão), C 01.159 (Extorsão Mediante Sequestro), D 01.213 (Estupro), D 01.217 (Estupro de Vulnerável). Fica revogado o memorando nº 8064.1/2019 – EMPM. - Não serão contabilizadas as mortes por intervenção de agente do Estado, tampouco os homicídios ocorridos em estabelecimentos destinados ao acautelamento de pessoas (presos, apreendidos ou submetidos à medida de segurança).	

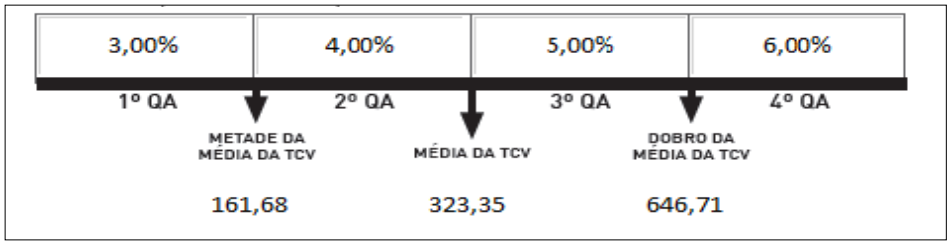
Fonte: Minas Gerais (2020b, p. 27)

Observa-se pela Figura 6 que, em 2019, a média estadual de crimes violentos foi de 323,35 por 100 mil habitantes, a partir dessa medida os demais quartis adaptados foram estabelecidos, sendo o primeiro entre 0 e 161,68 e o último acima de 646,71, respectivamente a metade da média e seu dobro.

Em seguida foram estabelecidas as faixas de redução de acordo com a meta estadual. Por fim são posicionadas as Unidades, de acordo com os resultados que alcançaram e correspondência nas faixas entre os quartis.

No presente exercício, o Comando Geral estipulou as metas de redução em 3%, 4%, 5% e 6%, para cada QA, a fim de se atender ao percentual de redução estabelecido para a Instituição que foi de 4,9% em relação ao alcançado no ano de 2019 (FIGURA 6).

Figura 6: Taxa de Crimes Violentos (TCV) e divisão por Quartis Adaptados (QA)



Fonte: Minas Gerais, 2020a, p. 5.

Contextualizando-se o comportamento do indicador de crimes violentos desde o início das estratégias de gestão operacional estudadas, até à atual GDO, a tabela 1 explicita as taxas do indicador aferidas entre 2000 e 2019 em todo o Estado.

Tabela 1: Taxa de crimes violentos em Minas Gerais (2000 -2019)

Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total Ano
2000	27,91	27,77	32,21	33,14	31,85	29,19	32,79	31,64	33,12	34,20	32,37	35,85	**382,05**
2001	31,13	33,20	33,97	34,60	32,82	31,13	31,30	31,49	32,15	32,19	32,85	38,26	**395,07**
2002	36,56	36,60	41,19	40,22	41,11	37,28	36,38	37,55	36,99	38,51	40,70	45,27	**468,34**
2003	45,40	45,08	51,49	49,92	52,63	48,27	47,81	47,96	45,48	47,91	45,69	48,57	**576,20**
2004	46,06	46,03	49,21	48,23	48,18	46,05	46,71	48,55	46,79	50,36	47,84	50,17	**574,18**
2005	50,26	48,14	50,49	48,96	46,22	44,14	46,27	45,52	45,11	47,44	42,31	43,36	**558,22**
2006	42,48	43,44	46,96	47,23	43,43	39,00	39,17	41,39	40,44	42,30	39,40	42,67	**507,92**
2007	40,11	41,36	47,46	43,86	44,48	39,54	38,86	39,65	37,84	37,93	35,40	35,70	**482,20**
2008	35,19	35,70	38,43	35,66	34,43	31,23	29,85	30,79	28,84	30,29	28,48	30,14	**389,03**
2009	30,34	29,22	31,45	30,66	30,41	28,46	28,30	26,66	25,48	25,80	24,14	24,69	**335,62**
2010	24,95	22,55	26,09	25,05	23,53	23,53	22,99	22,17	22,81	23,48	23,55	24,37	**285,05**
2011	24,31	22,18	26,03	24,92	24,03	24,63	25,00	25,29	24,29	25,64	24,82	26,81	**297,96**
2012	33,09	32,68	35,60	36,17	35,42	33,92	33,45	34,35	33,10	36,72	36,19	39,35	**420,03**
2013	38,49	36,27	41,97	42,56	40,37	38,63	41,80	42,99	39,52	41,56	45,80	46,37	**496,34**
2014	48,88	46,59	50,79	47,96	50,20	42,89	43,08	47,22	47,74	49,94	49,04	49,50	**573,83**
2015	51,54	48,05	55,63	54,77	56,77	54,40	53,28	56,16	56,14	59,63	61,31	59,20	**666,89**
2016	64,21	61,15	64,67	63,97	63,61	59,17	60,36	59,91	60,23	64,63	65,31	63,38	**750,59**
2017	68,03	58,73	61,75	55,12	56,05	49,03	50,54	52,48	48,46	50,69	51,22	48,71	**650,80**
2018	48,50	43,02	42,92	39,61	35,47	34,66	35,19	35,97	33,97	38,07	35,01	33,66	**456,06**
2019	34,13	30,34	31,63	29,54	29,07	24,43	26,00	24,95	23,48	25,92	25,87	26,32	**331,68**

Fonte: Armazém SIDS (2020)

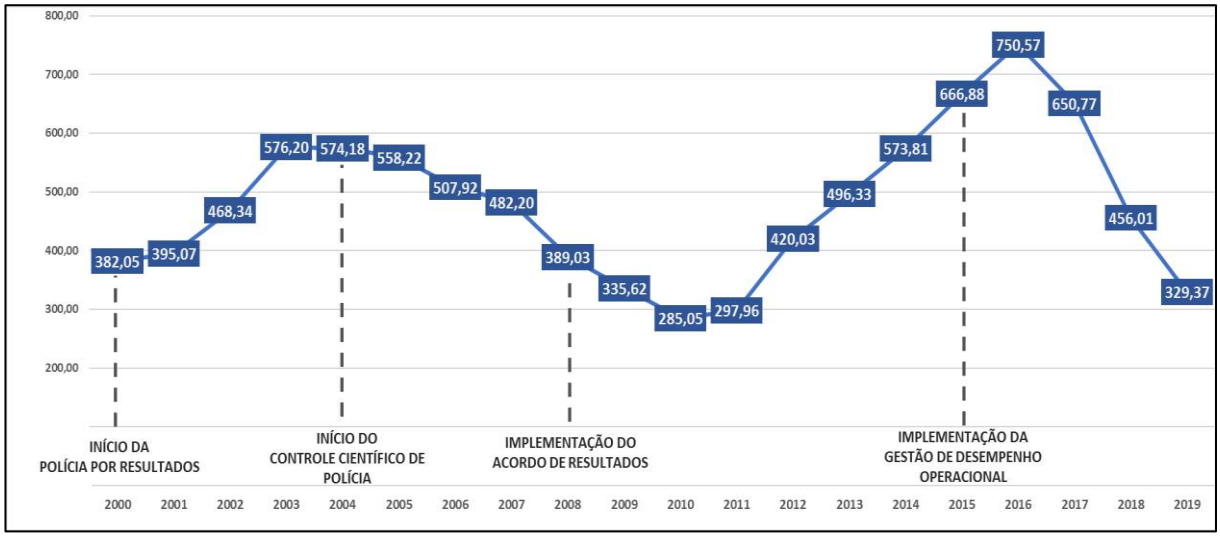
A partir das taxas obtidas na Tabela 1, o Gráfico 1 ilustra o indicador TCV de 2000 a 2019 através dos marcos das estratégias de gestão dos resultados e desempenho da PMMG.

Importante ressaltar que, em relação a base de dados histórica dos registros de crimes violentos, no Estado de Minas Gerais, utilizada para este trabalho, está dividida em três momentos distintos, a saber: o primeiro, para os registros, anteriores à 2005 o repositório de informações desta pesquisa tem por base os dados do sistema SM-20, que abrangia somente os boletins de ocorrência originários da PMMG. O segundo momento, entre os anos 2005 e 2011, o repositório de informações é constituído dos dados do sistema REDS, que incluía os registros da PMMG e da Polícia Civil de Minas Gerais, inicialmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte, expandindo, finalmente, a todo o Estado de Minas Gerais somente a partir do ano de 2012. Enquanto a expansão era consolidada, ainda haviam várias Unidades, cujo banco de dados único era o SM-20. Em um terceiro momento, a partir do início do ano de 2012, com o sistema REDS, implantado em todo o Estado, passa a consolidar todos os registros da PMMG e Polícia Civil no repositório de informações de Defesa Social do Estado de Minas Gerais.

Logo, para fins de comparações diversas nessa pesquisa, foram utilizados dados dos três períodos mencionados.

Observando-se o Gráfico 1, elaborado a partir dos dados inseridos na Tabela 1, ficam patentes as flutuações constantes nas taxas, sendo o menor valor observado no ano de 2010, 285,05 crimes violentos por 100 mil habitantes, no decorrer do Acordo de Resultados e o ápice em 2016, 750,57 crimes violentos por 100 mil habitantes, ano em que se deu o Programa de Reestruturação e a 2ª edição da DGDO.

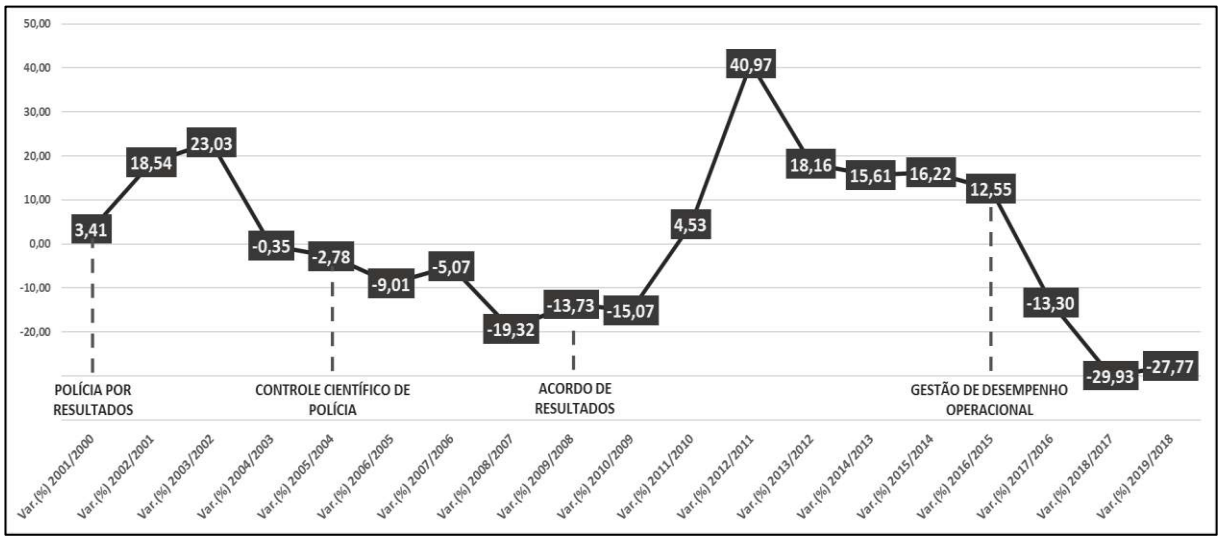
Gráfico 1: Taxa de Criminalidade Violenta a partir das estratégias de gestão de resultados e desempenho da Polícia Militar de Minas Gerais, 2000-2019



Fonte: a autora, a partir de dados do Armazém SIDS (2020)

Já o Gráfico 2, demonstra as variações percentuais das taxas do indicador TCV comparando-se os anos imediatamente anteriores, evidenciando-se em 2018-2017 com a maior redução dos crimes violentos (29,93%) e 2012-2013 com 40,97% de aumento.

Gráfico 2: Variação da Taxa de Criminalidade Violenta a partir das estratégias de gestão de resultados e desempenho da Polícia Militar de Minas Gerais, Minas Gerais (2000-2019)



Fonte: a autora, a partir de dados do Armazém SIDS (2020)

Necessário se faz destacar que, quando são incluídas ou retiradas naturezas de crimes de determinado indicador, por exemplo, para o cálculo e comparação dos períodos, o CINDS atualiza os levantamentos a partir dessas alterações, de modo a buscar-se fidedignidade no trato desses dados, podendo-se comparar as mesmas naturezas criminais em quaisquer períodos.

A presente pesquisa se aterá ao indicador Taxa de Crimes Violentos (TCV), visto que já representa a maior amostra do quantitativo geral dos crimes abrangidos pela metodologia Quartil Adaptado (QA) e, juntamente com os homicídios, são aqueles que mais impactam as metas pactuadas, bem como influenciam na sensação de segurança da comunidade. Sensação de segurança correlaciona-se a um sentimento coletivo, ao passo que o medo do crime, a um sentimento individual, sendo a primeira (a sensação de segurança) atrelada a fatores não criminológicos e o segundo, à ocorrência de determinados crimes em locais e horários específicos.

Na sequência são apresentados breves conceitos concernentes ao estabelecimento de metas nas organizações e sua relação com a gestão por resultados, como um dos fundamentos da proposta dessa pesquisa.

4. CONCLUSÃO

Ao longo deste recorte histórico percebe-se a estreita relação com as técnicas cientificas de mensuração baseadas em técnicas estatísticas e geoprocessamento perseguidos pela Polícia Militar de Minas Gerais.

A gestão operacional e o efetivo emprego dos recursos humanos e materiais na prevenção e combate a criminalidade são embasados por indicadores de criminalidade bem como indicadores de gestão administrativas os quais não foram tratados neste artigo, que ao final torna bastante efetivo e eficiente o emprego do policiamento ostensivo em todo Estado de Minas Gerais.

Outra medida bastante importante para coleta de dados confiáveis de criminalidade foi criação do REDS (Registro de Evento de Defesa Social), que não será tratado aqui com profundidade, tendo sido bem caracterizado no artigo de Rosa e Oliveira (2014).

Contribuição dos autores

Problematização: Maressa de Assis Silva Martins, Micael Henrique Silva, Gilmar Rosa. Conceitualização: Maressa de Assis Silva Martins, Gilmar Rosa; Metodologia: Maressa de Assis Silva Martins, Gilmar Rosa, Miller França Michalick. Coleta de dados: Gilmar Rosa, Maressa de Assis Silva Martins, Micael Henrique Silva, Miller França Michalick, Renato Pinheiro Batista. Análise de dados: Gilmar Rosa, Maressa de Assis Silva Martins, Micael Henrique Silva, Miller França Michalick, Renato Pinheiro Batista. Redação e Revisão final do manuscrito: Maressa de Assis Silva Martins, Gilmar Rosa.

Referências Bibliográficas

CAMPOS, Vicente Falconi. **Gerenciamento pelas diretrizes** (Locais do Kindle 3212-3213). 2013, Falconi Editora. Edição do Kindle.

FREITAS, Lauro Soares de. **A institucionalização do modelo de gestão CompStat na Polícia Militar de Minas Gerais sob a perspectiva teórica do Translation e trabalho institucional.** 2015. 273 p. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-ANYMN4/1/tese_lauro___vers_o_final__ceppead.pdf. Acesso em 02 jul. 2021.

MINAS GERAIS. Governo do Estado. **Decreto nº 41.097, de 7 de junho de 2000**. Dispõe sobre planos de ação de combate à criminalidade. Belo Horizonte, 2000. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/mg/decreto-n-41097-2000-minas-gerais-dispoe-sobre-planos-de-acao-de-combate-a-criminalidade. Acesso em 25/06/2021.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. **Diretriz para a produção de serviços de segurança pública nº 01/2002 - CG**: emprego da Polícia Militar de Minas Gerais na segurança pública. Comando-Geral: Belo Horizonte, 2002. 105 p.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da PMMG. **Manual de banco de dados, estatística e geoprocessamento**. Belo Horizonte, PMMG, 2004. 132p.

MINAS GERAIS. Governo do Estado. **Acordo de Resultados**. 2ª etapa. Secretaria de Estado de Defesa Social. Belo Horizonte: 2008. 30p.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. **Diretriz de Gestão para Resultados**. Diretriz nº 001/2010- CG. Organiza e disciplina o Sistema Integrado de Gestão para Resultados da PMMG. Belo Horizonte: Assessoria de Gestão para Resultados/Estado-Maior, 2010. 84 p

MINAS GERAIS. Policia Militar. Comando-Geral. **Sistema de Gestão Estratégica da Policia Militar**. Diretriz no 002/2012- CG. Organiza e disciplina a Metodologia de Gestão para Resultados na PMMG. Belo Horizonte: Assessoria de Gestão para Resultados/ Estado-Maior, 2012. 152 p.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. **Diretriz de Gestão do Desempenho Operacional:** Estabelece parâmetros, organiza e disciplina a Gestão do Desempenho Operacional na Polícia Militar de Minas Gerais – Comando-Geral: Belo Horizonte, 2015.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. **Diretriz nº 3.01.07/2017-CG.** Estabelece parâmetros, organiza e disciplina a Gestão de Desempenho Operacional. 2.ed.rev. Belo Horizonte, 2017.

MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2019-2030.** Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, 2019a. 81p.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. **Diretriz nº 3.01.07/2017-CG.** Estabelece parâmetros, organiza e disciplina a Gestão de Desempenho Operacional. 2.ed.rev. Belo Horizonte, 2017.
MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. **Caderno Metodológico e Desdobramento de Metas – 2020 (Indicadores GDO).** CINDS. 2. ed. Belo Horizonte, 2020a.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. **Diretriz nº 8002.2/2020-CG** - Estabelece diretrizes para a Gestão do Desempenho Operacional na Polícia Militar de Minas Gerais. 3ª edição revisada. Comando-Geral: Belo Horizonte, 2020b.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. **Plano estratégico 2020 – 2023**. Belo Horizonte: Assessoria de Desenvolvimento Organizacional, 2020c.

OLIVEIRA, Fausto Machado. **Gestão Operacional Orientada por Resultados:** estratégias adotadas na circunscrição da 44ª Companhia de Polícia Militar em face das diretrizes institucionais da PMMG. 2011. 171 f. Monografia. (Especialização em Segurança Pública) - Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 2011.

OLIVEIRA, Ralfe Veiga de. **O sistema de monitoramento diário da criminalidade do 6º Batalhão de Polícia Militar como ferramenta de avaliação e controle de resultados.** 2013. 176 f. Monografia. (Especialização em Segurança Pública) - Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 2013.

REIS, Gilberto Protásio dos. **Avaliação do Desempenho de Agências Policiais, na 8ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais:** Análise da Cientificidade. 2006. 222 f. Monografia. (Especialização em Segurança Pública) - Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: https://pdfhoney.com/compress-pdf.html?queue_id=61c1e0f442187330568b45a8. Acesso em 15/05/2021.

REIS, Gilberto Protásio dos; SOUZA, Renato Vieira de. Gestão para resultados na segurança pública em Minas Gerais: uma análise sobre o uso de indicadores na gestão da Polícia Militar e no Sistema de Defesa Social. **Revista Brasileira de Segurança Pública.** São Paulo, ano 5, edição 8, 206-220, fev/mar 2011. Dispnível em http://www.revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/download/92/89. Acesso em 23/09/2020.

ROSA, Gilmar; OLIVEIRA, Paulo Tiego Gomes de. Preservação da memória documental: a criação do REDS como instrumento de Defesa Social e integração institucional em Minas Gerais**.** Goiânia, **REBESP**, v. 7, n. 2, p. 31-39, 2014. Disponível em: https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebesp/article/view/189. Acesso em 20/12/2020.

SANTA CECÍLIA, Verter. **Estatística aplicada às operações**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do

Estado de Minas Gerais – DO/SI, 1984.

Suzuki, Juliana Akiko Noguchi, and Ligia Villas Boas Gabbi. **Desafios da avaliação de desempenho no setor público:** o caso da prefeitura municipal de São Paulo." 2009.

VILHENA, R. e SANTOS, M. T. Gestão do Gasto. *In*: GUIMARÃES, T. B., MARINI, C., MARTINS, H. F e VILHENA, R. (orgs.). **O Choque de Gestão em Minas Gerais**. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2006.

Sobre os Autores

Gilmar Rosa

Doutor em Engenharia de Produção (UFMG/2016), área de Concentração Pesquisa Operacional e Engenharia de Manufatura. Linha de Pesquisa Modelagem Estocástica e Simulação. Mestrado em Estatística (UFMG/2003), Especialização em Estatística (UFMG/2002), Graduação em Estatística (UFMG/2000), e Graduação em Tecnologia em Gestão de Segurança Pública (EFO/2009). Atualmente é Professor Adjunto 1I, da Escola de Engenharia de Minas Gerais - EMGE, vinculado ao Departamento de Ciência da Computação. Membro Núcleo Docente Estruturante (NDE) da Escola de Engenharia de Minas Gerais – EMGE.

Maressa de Assis Silva Martins

Possui graduação em Ciências Militares (EFO/2009). Especialização em Segurança Pública (APM/2020), Bacharel em Direito UNICSUL (2012). É oficial intermediária da Polícia Militar de Minas Gerais, no posto de Capitão.

Micael Henrique Silva

Bel em Ciências Militares ênfase em Defesa Social pela Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, Bel em Direito PUC/Minas, Especialista em Direito Público PUC/Minas, Especialista em Segurança Pública e Gestão Estratégica de Segurança Publica Pela Fundação João Pinheiro, Especialista em Política e Estratégia pela Escola Superior de Guerra/ Ministério da Defesa, Atualmente é Coronel da Polícia Militar de Minas Gerais.

Miller França Michalick

Especialista em Gestão Estratégica de Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar de Minas Gerais (2018); Especialista em Segurança Pública pela Fundação João Pinheiro (2012); Especialista em Políticas e Estratégias Nacionais pelo Centro universitário do Triângulo (2001). Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário do Triângulo (2004) e graduação em Curso de Formação de Oficiais (Bacharelado) pela Academia de Polícia Militar de Minas Gerais (1998). Atualmente é Tenente Coronel estando à frente da Seção de Operações (PM3) do Estado-Maior da Polícia Militar de Minas Gerais.

Renato Pinheiro Batista

Bacharel em Ciências Militares – APM (1999). Especialista em Segurança Pública – CESP, (FJP/APM) 2012. Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública – CEGESP, APM/CPP (2021). Atualmente é Tenente Coronel da Polícia Militar de Minas Gerais, Comandante do 7º Batalhão da Polícia Militar.

Recebido: 09 jun. 2021
Aceito: 07 ou. 2021

POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS
11 JUNHO 1940
ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR

ISSN 2175-053X

PERCEPÇÃO DA AUTOIMAGEM DE MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Cecília Amorim de Santana Mota

Secretaria Municipal de Saúde, Goiânia/GO, Brasil. E-mail: ceciis.mota@gmail.com

Juliana Chaves de Mendonça

Secretaria Municipal de Saúde, Goiânia/GO, Brasil. E-mail: jumendoca@gmail.com

Patrícia Pinheiro Cabral

Hospital do Servidor Público Municipal, São Paulo/SP, Brasil. E-mail: patricia_ppc@hotmail.com.

Paula Santana Marra

Secretaria Municipal de Saúde, São Paulo/SP, Brasil. E-mail: psmarra@hotmail.com

Antonio Márcio Teodoro Cordeiro Silva

Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia/GO, Brasil. E-mail: marciocmed@gmail.com

Rogério José de Almeida

Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia/GO, Brasil. E-mail: rogeriopucgo@gmail.com.

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo avaliar os fatores associados à percepção da autoimagem corporal de mulheres em privação de liberdade. Trata-se de um estudo transversal analítico com abordagem quantitativa. Foram utilizados dois instrumentos de pesquisa com mulheres em privação de liberdade de um presídio feminino em Aparecida de Goiânia/GO: (a) um questionário sociodemográfico e (b) a Escala de Autoimagem Corporal, que avalia a preocupação dessa variável em jovens e adultos. Foram entrevistadas 45 reeducandas, cuja média de idade era de 34,6 anos, variando entre 20 e 55 anos. São, em sua maioria, casadas (62,2%), com pelo menos um filho (82,2%) e cerca de 51,1% tinham o ensino fundamental completo. De acordo com os escores mensurados pela Escala de Autoimagem Corporal, identificou-se que a maioria (75,6%) das entrevistadas não apresentava distorção de imagem, sendo detectada uma distorção grave em apenas 4 delas, representando 9,8% daquela população. Ao cruzar as informações, não foi encontrada significância entre os dados sociodemográficos e alteração da autoimagem corporal. Porém, quanto aos aspectos pessoais das entrevistadas, foi possível identificar que menores escores, evidenciando uma melhor autoimagem corporal, estavam relacionados com a realização de cuidados pessoais ($p = 0,0088$), nas que se consideravam bonitas ($p = 0,0445$) e nas que estavam satisfeitas com o próprio corpo ($p = 0,0029$). Os resultados demostraram que a variável diretamente ligada a distorção da autoimagem corporal nas entrevistadas é, na verdade, de cunho pessoal, sendo pouco ligada a fatores externos socioeconômicos, ainda que esses não possam ser ignorados. As mulheres que relataram pouco apreço por cuidados pessoais eram as mesmas que afirmaram não estarem satisfeitas com seu próprio corpo, logo, apresentaram maior taxa de distorção da autoimagem. Sustentando o fato de que os fatores internos de cada mulher se sobrepõem ao precário ambiente do cárcere.

Palavras-chave: Autoimagem corporal. Mulheres. Privação de liberdade. Reeducandas.

PERCEPTIONS OF THE SELF-IMAGE OF WOMEN IN DEPRIVATION OF LIBERTY

ABSTRACT: The present study aimed to evaluate the factors associated with the perception of body self-image of women in deprivation of liberty. This is an analytical cross-sectional study with a quantitative approach. Two research instruments were used with women deprived of liberty in a female prison in Aparecida de Goiânia/GO: (a) a sociodemographic questionnaire and (b) the Body Self-Image Scale, which assesses the concern of this variable in young people and adults. Forty-five inmates were interviewed, whose average age was 34.6 years, ranging from 20 to 55 years. They are mostly married (62.2%), with at least one child (82.2%) and about 51.1% had completed elementary school. According to the scores measured by the Body Self-Image Scale, it was identified that the majority (75.6%) of the interviewees did not present image distortion, with severe distortion being detected in only 4 of them, representing 9.8% of that population. When crossing the information, no significance was found between sociodemographic data and changes in body self-image. However, regarding the personal aspects of the interviewees, it was possible to identify that lower score, evidencing a better body self-image, were related to the performance of personal care ($p = 0.0088$), in those who considered themselves beautiful ($p = 0.0445$) and in those who were satisfied with their own bodies ($p = 0.0029$). The results showed that the variable directly linked to the distortion of the body image in the interviewees is, in fact, of a personal nature, being little linked to external socioeconomic factors, although these cannot be ignored. The women who reported little appreciation for personal care were the same who said they were not satisfied with their own body, therefore, they had a higher rate of self-image distortion. Supporting the fact that the internal factors of each woman are superimposed on the precarious prison environment.

Keywords: Body image. Women. Deprivation of liberty. Inmates.

Introdução

Para discutir-se a privação de liberdade de mulheres no Brasil, recorreremos ao Código Penal Brasileiro – CPB – (BRASIL, 1940), especialmente entre os arts. 32 e 95, para compreendermos os diferentes tipos de penalidades que podem ser aplicadas a quem comete algum ilícito penal. Inicialmente, o CPB a apresenta, em seu artigo 33, os tipos regimes que são aplicados no Brasil, são eles: (a) fechado; (b) semiaberto e (c) aberto. Especificamente sobre o regime fechado, a pena é cumprida em estabelecimento penal de segurança máxima ou média (BRASIL, 1940). Ainda sobre o cumprimento de pena, o paragrafo 2º do art. 33, da referida lei, diz que "As penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado" (BRASIL, 1940, art. 33, §2).

Segundo o Levantamento Nacional de informações penitenciárias mulheres (BRASIL, 2017), a maior parte das estruturas físicas prisionais no país foram construídas para a população do gênero masculino. Dentre essas, 74% das unidades destinam-se aos homens, apenas 7% ao público feminino e o restante, 16%, são identificados como mistos, o que significa que podem contar com celas específicas para o encarceramento de mulheres dentro de um local originalmente feito para atender apenas homens (BRASIL, 2018).

Em relação a dados estatísticos em um *ranking* em que estão os doze países em que os índices de mulheres em privação de liberdade são os mais altos do mundo, o Brasil encontra-se na quarta posição, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Rússia em relação ao tamanho absoluto de sua população prisional feminina (BRASIL, 2018). O aumento do número de presidiárias correspondeu a cerca de 656% em 2016 quando comparado com o total registrado no início de 2000. Em junho de 2016, totalizavam 42 mil mulheres encarceradas contra menos que 6 mil no ano de 2000 (BRASIL, 2018).

Em referência à saúde das mulheres em prisões no Brasil, como todos os cidadãos têm o Direito à Saúde segundo a constituição de 1988 e, sabendo da importância disso, o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), por meio da Portaria Interministerial nº 1.777, de 09 de setembro de 2003, incluiu a população presidiária no Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando sua cidadania na perspectiva dos direitos humanos (ALMEIDA et al., 2015).

A disjunção por gênero das unidades penitenciárias ocorre devido ao que está previsto na Lei de Execução Penal e que foi incorporada à Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional. Essa distinção de unidades prisionais consegue melhor adequar a situação de aprisionamento de mulheres em estabelecimentos em que

originalmente foram criados para atender o público masculino e, posteriormente, adaptados para a custódia de mulheres. Assim, estes são ineficientes nas especificidades de espaços e serviços que deveriam ser destinados às mulheres (BRASIL, 2018).

Depreende-se que a experiência do cárcere é hostil, frustrante e extremamente limitadora da liberdade pessoal para qualquer indivíduo, mas especialmente para o gênero feminino, o qual tem necessidades muito particulares. Considerando a construção da imagem corporal como um fenômeno social, uma vez que há um intercâmbio contínuo entre a percepção de nossa própria imagem e a imagem corporal alheia, é fato que mulheres em privação de liberdade merecem atenção na análise deste fenômeno. A instabilidade ambiental proveniente do encarceramento pode contribuir para transformações importantes no autoconceito, podendo gerar consequências profundas nestes indivíduos (GIAVONI; TAMAYO, 2005).

Cria-se a ideia de que cada indivíduo é capaz de construir um modelo de si mesmo, padronizado contra julgamentos de postura e movimentos corporais. Mas, a partir de uma análise mais abrangente que considera a imagem corporal não apenas no contexto orgânico, mas também na psicanálise e sociologia, considerou-se esta como um fenômeno multifacetado, estático e simultaneamente dinâmico, uma vez que pode mudar de acordo com o papel social que cada pessoa vem a adquirir ao longo da vida (BARROS, 2005).

Assim, a maneira com que o indivíduo enxerga a si mesmo é dependente de diversos fatores, não se limitando a uma construção cognitiva, neurológica nem mental. As emoções têm um papel fundamental no desenvolvimento da imagem corporal, sendo esta um produto complexo de seus desejos, atitudes emocionais, interação com os outros, bem como o ambiente em que está inserido. Logo, a imagem do corpo é fortemente influenciada pelos eventos diários e deve ser analisada de forma holística, considerando a interação entre os lados fisiológico, neural, emocional e social (SHONTZ, 1990).

Sendo assim, esta mudança de ambiente pode provocar transformações na maneira com que estas mulheres passam a construir sua própria imagem corporal (MELLET; 2015). Os diversos papeis sociais que a mulher assume ao longo da vida – filha, mãe, educadora etc., reforça o quão complexo podem ser esses estigmas, podendo gerar inúmeras consequências que envolve a saúde dessas mulheres, como por exemplo os transtornos alimentares (anorexia e bulimia), pode levar a uma baixa autoestima, depressão, ansiedade, desequilíbrio do metabolismo, compulsão alimentar, dentre várias outras condições maléficas a saúde (BERGER, 2006; MUNSCH, 2014). Esses distúrbios podem então ser mais objetivamente vistos através do fenômeno da distorção da imagem corporal, reflexo do quadro preocupante do cárcere no Brasil. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo avaliar os fatores associados à percepção da autoimagem corporal em mulheres em privação de liberdade.

Métodos

Trata-se de um estudo transversal analítico com abordagem quantitativa. Este tipo de estudo tem a função de verificar uma hipótese, correlacionando-a com um fator de exposição e as características próprias dos indivíduos de determinado espaço amostral, independentemente do tempo de exposição desta causa para gerar o possível efeito investigado (CAMPANA et al., 2001). Esse método de pesquisa se limita a investigar os efeitos que o encarceramento pode ter sobre a imagem corporal das mulheres em regime privativo de liberdade, funcionado como se fosse um recorte atemporal do momento (HADDAD, 2004).

A pesquisa foi realizada com mulheres em privação de liberdade de um presídio feminino na cidade de Aparecida de Goiânia/GO que se situa na região metropolitana de Goiânia/GO. Como critérios de inclusão foram pesquisadas as mulheres apenadas em regime fechado e que não estavam em crise de abstinência por uso de algum tipo droga lícita e/ou ilícita. Já os critérios de exclusão foram as mulheres que não responderam a todos os itens do questionário aplicado.

Na coleta de dados foram utilizados dois instrumentos de pesquisa. O primeiro foi um questionário sociodemográfico (Anexo I), cujas variáveis investigadas foram: idade, etnia, religião, nível de escolaridade, de quanto tempo é a sua pena, quanto tempo já cumpriu da pena, se tem filhos, se recebe visita de familiares, se tem companheiro (a), se recebe visita íntima, se trabalham, se fazem alguma atividade física, se tem alguma atividade de lazer, se está satisfeita com o seu corpo, se é tabagista, se é etilista.

O segundo instrumento foi a Escala de Autoimagem Corporal, que avalia a preocupação com a autoimagem corporal de jovens e adultos e foi desenvolvido por Cooper et. al. (1987) (Anexo II). Foi adaptado e validado no Brasil por Pimenta et. al. (2012). É uma escala unidimensional composta por 34 itens que são auto preenchidas. A escala é do tipo Likert em que os participantes são solicitados não só a concordarem ou discordarem das afirmações, mas, também, a informar qual o seu grau de concordância/discordância. A pontuação é obtida pela somatória da cotação dos itens que varia de 1 para nunca, 2 para raramente, 3 para às vezes, 4 para frequentemente, 5 muito frequentemente até 6 que corresponde o sempre (PIMENTA et al., 2012).

Os resultados de acordo com a escala são: menor ou igual a 110 pontos há ausência de distorção corporal, constando um padrão de normalidade de imagem corporal; entre 110 e 138 apresenta uma distorção da imagem corporal; entre 138 e 167 é classificado como distorção da imagem corporal; acima de 167 é considerado com uma presença de distorção de imagem corporal grave (PIMENTA et al., 2012).

Com os dados coletados foi confeccionado um banco de dados utilizando o *software IBM SPSS Statistics* 18. Foi realizada estatística descritiva com o cálculo de médias, desvio padrão e cálculo das frequências absoluta e relativa percentual. Foi aplicado o teste de normalidade (*Kolmogorov-Smirnov*) para distinguir as distribuições paramétricas e não-paramétricas. Assim, foram utilizados os testes de Student e ANOVA, bem como os testes Mann-Whitney e Kruskal-Wallis. Para todos os testes comparativos foi assumido p-valor menor ou igual a 0,05 como significativo.

A pesquisa seguiu todos os preceitos legais quanto a ética em pesquisa com seres humanos. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) com o parecer n. 3.056.050.

Resultados

Foram pesquisadas 45 mulheres que no momento da coleta de dados estavam em privação de liberdade. A média de idade era de 34,6 (±9,3) anos, cuja idade mínima foi 20 anos e máxima 55 anos. Um total de 57,8% tinha menos de 35 anos. A maioria das mulheres se auto declarou parda (53.3%), era casada (62,2%), tinham filhos (82,2%) e tinham o ensino fundamental completo (51,1%) (Tabela 1).

Tabela 1: Caracterização sociodemográfica de mulheres em privação de liberdade em presídio de Goiânia-Go.

Variáveis (*n*=45)	***n***	***f(%)***
Idade (anos)		
Até 35	26	57,8
Acima de 35	19	42,2
Etnia		
Branca	9	20,0
Negra	9	20,0
Parda	24	53,3
Amarela	3	6,7
Estado Civil		
Solteiro	17	37,8
Casado	28	62,2
Religião		
Sim	33	73,3
Não	12	26,7
Tem Filhos		
Sim	37	82,2
Não	8	17,8
Você Trabalha		
Interno	13	28,9
Externo	26	57,8
Não	6	13,3
Escolaridade		
Sabe ler e escrever	1	2,2
Fundamental	23	51,1
Médio	17	37,8
Superior	4	8,9

Fonte: Os autores (2019)

Quanto aos aspectos pessoais, a maioria não recebia visita íntima (62,2%), não praticava atividade física (75,6%), recebiam visita dos filhos (62,2%), faziam cuidados pessoais (88,9%), eram vaidosas (82,2%), se consideravam bonita (77,8%) e estavam satisfeitas com o próprio corpo (66,7%) (Tabela 2).

Tabela 2: Caracterização de aspectos pessoais de mulheres em privação de liberdade em presídio de Goiânia-Go.

Variáveis (*n*=45)	***N***	***f(%)***
Recebe Visita Íntima		
Sim	17	37,8
Não	28	62,2
Faz Atividade Física		
Sim	11	24,4
Não	34	75,6
Recebe Visita dos Filhos		
Sim	23	62,2
Não	14	37,8
Tempo de Prisão (anos)		
Até 4	33	73,3
Acima de 4	12	26,7
Tempo da Pena (anos)		
Até 10	27	60,0
Acima de 10	18	40,0
Recebe Auxílio da Família		
Sim	17	37,8
Não	28	62,2
Tem Cuidados Pessoais		
Sim	40	88,9
Não	5	11,1
Você é Vaidosa		
Sim	37	82,2
Não	8	17,8
Se Considera Bonita		
Sim	35	77,8
Não	10	22,2
Satisfeita com seu Corpo		
Sim	30	66,7
Não	15	33,3

Fonte: Os autores (2019)

Em relação aos escores mensurados pela Escala de Autoimagem Corporal, identificou-se que a maioria (75,6%) das entrevistadas não apresentava distorção de imagem, sendo detectado distorção da imagem grave em 4 (9,8%) mulheres (Tabela 3).

Tabela 3: Análise dos níveis de autoimagem corporal de mulheres em privação de liberdade em presídio de Goiânia-Go.

Variáveis (n = 41)*	***n***	***f(%)***
Níveis de Autoimagem		
≤ 110 pontos (Ausência de distorção da imagem)	31	75,6
111 a 138 pontos (Apresenta distorção da imagem)	5	12,2
139 a 167 pontos (Presença de distorção da imagem)	1	2,4
> 167 pontos (Distorção da imagem grave)	4	9,8

* Quatro participantes foram excluídas por preenchimento incompleto da escala.
Fonte: Os autores (2019)

Comparando a autoimagem corporal com os dados sociodemográficos das mulheres não foi identificada nenhuma associação significativa com as variáveis investigadas (Tabela 4).

Tabela 4: Comparação dos níveis de autoimagem corporal com os dados sociodemográficos de mulheres em privação de liberdade em presídio de Goiânia-GO.

Variáveis (*n*=41)*	***Média***	***DP***	***p-valor***
Idade (anos)			
Até 35	92,3	39,3	
Acima de 35	103,7	34,0	0,3383
Etnia			
Branca	112,2	44,9	
Negra	73,0	29,3	
Parda	97,9	33,2	
Amarela	113,7	40,1	0,1359
Estado Civil			
Solteiro	104,9	43,1	
Casado	92,5	32,7	0,3022
Religião			
Sim	96,6	35,0	
Não	99,3	44,0	0,8409
Tem Filhos			
Sim	91,6	32,9	
Não	98,5	38,2	0,6583
Você Trabalha			
Interno	98,3	43,0	
Externo	94,7	31,1	
Não	104,7	49,0	0,8461
Escolaridade			
Sabe Ler e Fundamental	98,3	38,9	
Médio	96,5	39,1	
Superior	94,0	11,4	0,9793

* Quatro participantes foram excluídas por preenchimento incompleto da escala.
* Testes: Teste de t de Student e ANOVA
Fonte: Os autores (2019)

Já comparando-se os níveis de autoimagem corporal com os aspectos pessoais das entrevistadas, foi possível evidenciar, como demonstra a tabela 5, que menores escores estavam relacionados com a realização de cuidados pessoais (p = 0,0088), nas que se consideravam bonitas (p = 0,0445) e nas que estavam satisfeitas com o próprio corpo (p = 0,0029).

Tabela 5: Comparação dos níveis de autoimagem corporal com os aspectos pessoais de mulheres em privação de liberdade em presídio de Goiânia-Goiás.

Variáveis (*n*=41)*	*Média*	*DP*	*p-valor*
Recebe Visita Íntima			
Sim	91,8	41,2	
Não	100,2	35,2	0,4985
Faz Atividade Física			
Sim	83,4	27,3	
Não	101,8	39,0	0,1753
Recebe Visita dos Filhos			
Sim	93,0	27,4	
Não	101,5	44,7	0,8043
Tempo de Prisão (anos)			
Até 4	96,5	37,5	
Acima de 4	99,6	37,6	0,8119
Tempo de Pena (anos)			
Até 10	93,4	37,5	
Acima de 10	103,5	36,7	0,3998
Recebe Auxílio da Família			
Sim	105,7	36,1	
Não	92,0	37,4	0,2525
Tem Cuidados Pessoais			
Sim	91,8	32,2	
Não	137,0	49,5	**0,0088**
Você é Vaidosa			
Sim	93,1	32,9	
Não	114,6	49,8	0,1431
Se Considera Bonita			
Sim	92,1	33,8	
Não	115,9	44,2	**0,0445**
Satisfeita com seu Corpo			
Sim	82,6	22,7	
Não	125,8	43,3	**0,0029**

* Quatro participantes foram excluídas por preenchimento incompleto da escala.
* Testes: Teste de t de Student e ANOVA
Fonte: Os autores (2019)

Discussão

A unidade prisional investigada é composta basicamente por mulheres jovens, com baixo nível de escolaridade e que possuíam filhos. Dados estes que estão em consonância com o relatório do Ministério da Justiça e do Departamento Penitenciário Nacional que, ao apresentar o perfil das mulheres encarceradas no Brasil em 2018, revelou que 68% delas estavam com idade abaixo de 35 anos, que 60% possuíam pelo menos o ensino fundamental incompleto, que 74% possuía pelo menos um filho (BRASIL, 2018). Um fato que chama atenção para a importância de contextualizar e particularizar cada região do país, é que neste presídio goiano o número de mulheres casadas é superior, dado este que difere do levantamento nacional, no qual a maioria encontrava-se solteira (BRASIL, 2018).

Tais indicadores mostram a forte vulnerabilidade socioeconômica que esta população está sujeita, o que influencia diretamente nos altos índices de transgressões. As diversas causas da

criminalidade vêm sendo estudadas ao longo dos anos, mas é sabido a relevância do contexto em que o indivíduo vive, como fatores culturais, realidade social e, consequentemente, déficits sociais (OLIVEIRA, 2018). Dessa forma, essa realidade social do país reforça significativamente o estigma imposto às populações pobres como indivíduos tendentes à violência e às práticas infratoras (LIMA et al., 2013).

No presente estudo nenhum dos fatores sociodemográficos levantados teve significância para a construção da autoimagem corporal dessas mulheres. Entendemos que a ausência de significância se deve ao fato das mulheres presas adquirirem novos aspectos que influenciam tanto a percepção quanto a sua satisfação corporal. Uma vez que o ambiente de cárcere em que se encontram resultam em padrões e referências de corpo próprios para aquele contexto em que vivem (UFSC, 2015). Isso quer dizer que, uma vez estando todas sob o mesmo teto, submetidas às mesmas pressões deste novo ambiente, os fatores sociodemográficos, podem ser menos importantes para essa população.

Ao ter a sua liberdade privada, essas mulheres sofrem um fenômeno de descaracterização pelo ambiente prisional. Elas são despidas, têm seus objetos pessoais retirados, são uniformizadas e, dessa forma ocorre a tentativa de retirar a identidade dessa mulher, criando uma identidade comum de encarcerada (ALMEIDA et al., 2017).

Passa-se então para uma análise de características referentes aos aspectos pessoais dessas reeducandas, o que poderia ou não ter relação com a autoimagem corporal, visto que a entrada em um estabelecimento penitenciário representa para grande parte delas a perda de sua individualidade e que a falta de autonomia reflete diretamente sobre seu corpo, sobre a sua maneira de pensar e como passa enxergar a si própria (MELLET, 2015).

Na amostra entrevistada menos de 30% das mulheres praticavam atividades físicas, mesmo tendo um pátio na penitenciária estudada. Já se sabe que a atividade física é capaz de auxiliar a prevenir doenças crônicas não transmissíveis como diabetes e hipertensão, melhorar a capacidade cardiopulmonar e, além disso, pode melhorar o bem-estar geral, o humor e a autoimagem de uma pessoa (SANTOS et al., 2018; WHO, 2018). Apesar da atividade física representar um ponto positivo e apresentar uma relação direta na autoimagem das pessoas em geral (SANTANA, 2016) no presente estudo este item não evidenciou resultados significativos para a autoimagem corporal das apenadas, provavelmente pelo próprio fato de estarem em cárcere e, a maioria dos estudos feitos relacionarem atividade física e autoimagem corporal de pessoas vivendo em sociedade.

Pode-se observar que o fato da maioria das reeducandas não receberem visitas íntimas não teve relevância para o objeto estudado, mesmo a maioria sendo casadas e tendo esse direito. Nesse caso, o direito deixa de ser exercido por falta de companheiros (as) que se dispunham a visitá-las na cadeia.

Nos poucos estudos que abordam essa temática, a falta de visitas íntimas e/ou de familiares foi associada a sentimentos de abandono e solidão que poderiam gerar uma mudança na concepção de si (CARVALHO et al., 2006). Outros estudam apontam, também, que a perda de vínculo junto com as outras vulnerabilidades criadas pelo cárcere influencia de forma direta na saúde das reeducandas (BARBOSA, 2017). Entretanto, nesse estudo não foi evidenciado relação entre visitas íntimas ou de familiares com a construção da autoimagem corporal dessas mulheres.

É notório que o saber se cuidar e o gostar de se cuidar influenciam positivamente na autoimagem corporal, o que foi evidenciado também nesse estudo, pois está diretamente relacionada com a construção da autoimagem e estudos demonstram que quase 90% dessas mulheres em privação de liberdade se mostraram preocupadas com o cuidado pessoal (SANTOS, 2014). Outro fato importantíssimo na construção do autocuidado é a vaidade (SOAIGHER; ACENCIO; CORTEZ, 2016), que também obteve um score alto, com 80% das reeducandas se autodeclarando vaidosas. Mesmo essas mulheres estando isoladas do convívio da sociedade, vivendo em outro contexto social e as fazendo ter padrões e referências próprias de um corpo satisfatório no cárcere, isso não é algo que retira a preocupação das reeducandas com o seu corpo e com o autocuidado (UFSC, 2015), reforçando assim, os achados desta pesquisa.

Sendo assim, os dados deste estudo reforçam a importância de compreender melhor o conceito de autocuidado, descrito pela enfermeira Dorothea Orem na década de 80 do século passado, mas que continua a subsidiar diversos estudos na atualidade. Este pode ser definido como a prática de diversas atividades que os indivíduos podem realizar em seu benefício para manter a saúde e seu bem-estar físico e mental. Esta capacidade e o interesse de cuidar de si mesmo é fortemente influenciado por fatores condicionantes básicos, como a idade, gênero, estado de saúde, orientação sociocultural, contexto familiar, padrões de vida, fatores ambientais aos quais o indivíduo está exposto, bem como a disponibilidade de recursos a eles oferecidos para a realização dessas práticas (OREM, 1980). No contexto em questão, podemos pensar que o autocuidado pode ser desde a simples realização da higiene pessoal de forma eficiente e autônoma à prática regular de atividades físicas. Sendo assim, observa-se o quanto a deficiência de autocuidado é relevante, tanto pelos baixos indicadores socioeconômicos dessas mulheres, quanto pelo próprio ambiente precário do cárcere.

Outra variável que mostrou ser relevante para a construção da imagem corporal das presas foi a satisfação com seu próprio corpo, encontrando uma prevalência de mais de sessenta por cento das entrevistadas (65%). Esse resultado vai ao encontro de outros, cujos autores descrevem a insatisfação corporal como sendo um possível distúrbio da autoimagem, podendo ser vista como a diferença do corpo atual e o do considerado ideal e o quanto essa pessoa sofre com isso (SATO et al., 2011). Essa relação

com o corpo é muito complexa, como observou um estudo realizado no Rio Grande do Norte, no qual a maioria das presas estudadas se encontravam com excesso de peso e, curiosamente, ansiavam por corpos ainda mais robustos (ANDRADE; BARBOSA; BAGNI, 2018).

Pode-se ir além, reforçando a necessidade da realização de novas pesquisas que analisem as mulheres desde o momento da chegada na prisão até anos após o encarceramento, visando entender o quanto a passagem do tempo pode influenciar no fenômeno estudado, transformando o autoconceito, já que este é sabidamente mutável (BASÍLIO et al., 2017). A exemplo de outros estudos, cujos achados comprovaram relação entre o aumento do corpo frente ao período de reclusão, podendo estar relacionado com vários fatores como a ansiedade, abstinência, depressão, estigmatização social e outros problemas de saúde com sofrimento mental (CANAZARO; ARGIMON, 2010), o tempo de encarceramento também já foi comprovadamente influente na prevalência da obesidade e ganho de peso (HAYSOM et al., 2013).

Foi possível observar que no grupo de mulheres estudadas, quase dez por cento (9,8%) apresentaram distorção de imagem grave. Sabe-se que essa distorção pode gerar inúmeras consequências que envolvem a saúde dessas mulheres, como por exemplo, os transtornos alimentares (anorexia e bulimia), baixa autoestima, depressão, ansiedade, desequilíbrio do metabolismo, compulsão alimentar, dentre outras condições maléficas a saúde (BERGER, 2006; MUNSCH, 2014). Além do mais, a literatura chama atenção para um fator importante que reforça a desigualdade de gênero em vários âmbitos sociais: o ganho de peso após a reclusão é mais prevalente em mulheres (57,5%) do que em homens (35,7%) (KHODABAKHSHIFARD et al., 2014), dado também encontrado em outro estudo (GATES; BRADFORD, 2015). Logo, é fundamental evidenciar a autopercepção da imagem corporal dessas mulheres para, dessa forma, auxiliar tanto os gestores quanto a equipe de saúde a melhorar a qualidade de vida daquelas, diminuindo os efeitos da privação de liberdade sobre as condições de saúde dessas mulheres.

Destaca-se ainda, entre as principais preocupações em relação a essa população, o fato de que a saúde de mulheres em privação de liberdade é menor do que as que vivem livremente em sociedade, fato atribuído às poucas e ineficazes ações no âmbito da saúde que são oferecidos às elas. Estudos recentes comprovam o quanto as políticas de saúde, apesar de ser um direito universal, são negligenciadas quando se trata do ambiente prisional (DIUANA; CORREA; VENTURA, 2017). Logo, torna essa população ainda mais vulnerável ao adoecimento, uma vez que sabemos da precariedade do acesso aos profissionais de saúde, assim como o controle e aplicação de medidas preventivas no acometimento de doenças nas prisões (AMORIM, 2015; SILVA, 2009).

CONCLUSÃO

A alteração da autoimagem corporal está diretamente ligada a fatores pessoais, internos e subjetivos de cada reeducanda, com ênfase na realização de cuidados pessoais, se achar bonita e sentir-se satisfeita com o próprio corpo. Assim, a valorização destes fenômenos funciona como fator de proteção diante da distorção da imagem corporal. E o contrário também é verdadeiro: as mulheres que realizavam poucos cuidados pessoais, estavam insatisfeitas com seu corpo e não se achavam bonitas, foram as que apresentaram os maiores escores de distorção da autoimagem corporal.

Assim, medidas para amenizar tais angústias poderiam ser tomadas, como disponibiliza um educador físico para incentivar e supervisionar as atividades físicas, estimular eventos culturais ou até mesmo promover o acesso a atendimento psicológico. Levando em consideração o contexto regional e, apesar do presente estudo não ter demonstrado significância dos fatores externos e socioeconômicos, diferentemente das demais pesquisas nacionais, estes não podem ser ignorados, visto que são comprovadamente fatores de risco para a criminalidade, e obviamente, a porta de entrada do cárcere.

Outro detalhe a ser considerado é quanto a quantidade de tempo que essas mulheres foram submetidas à análise. Por se tratar de um estudo transversal e funcionar como um recorte do momento, não foi encontrada uma distorção da autoimagem corporal na maioria das reeducandas. Porém, isso não quer dizer que os índices não possam aumentar com o passar dos anos, fomentando a necessidade de novos estudos de caráter longitudinal que as analise em diversos momentos diferentes, observando como o autoconceito pode vir a se tornar cada vez mais distorcido a medida que os anos de pena passem.

Foi possível perceber o quanto o déficit deste é fruto de uma estrutura carcerária feminina que não abrange de forma eficiente todos os complexos papeis sociais que a mulher exerce ao longo dos anos. Torna-se, assim, imprescindível o conhecimento de tais aspectos para subsidiar uma atuação mais humana e eficaz de gestores e profissionais da saúde que, por sua vez, podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida dessas mulheres, minimizando os efeitos do cárcere sobre suas condições de saúde física e mental, focando em sua ressocialização quando chegar o momento da liberdade.

Contribuições dos Autores

Todos os autores contribuíram de forma igual na problematização, conceitualização, metodologia, coleta de dados, análise de dados, redação e revisão final do manuscrito.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. Q. et al. Mulheres encarceradas: visita íntima, gênero e dignidade sexual. **Anais do III Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão**. Recife, 2017. p. 1-18. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321867811. Acesso em 18 ago. 2018.

ALMEIDA, P. R. C. et al. Condição de saúde de mulheres privadas de liberdade: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 19, n. 1, p. 73-80, 2015. DOI: https://doi.org/10.4034/RBCS.2015.19.01.12.

AMORIM, F. M. C. **Estado nutricional das mulheres apenas em regime fechado do Rio Grande do Norte**. 2015. 25 f. Monografia - Curso de Nutrição, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Faculdade de Saúde da Ciências do Trairi, Santa Cruz/RN, 2015.

ANDRADE, A. L. C. C.; BARBOSA, A. P. D. I; BAGNI, U. V. Imagem corporal no cárcere: percepções de mulheres privadas de liberdade. **Demetra: alimentação, nutrição & saúde**. v. 13, n. 2, p. 381-393, 2018 Disponível em: https://doi.org/10.12957/demetra.2018.33309.

BARBOSA, A. P. D. I. **Imagem corporal em mulheres privadas de liberdade**. 2017. 70f. Dissertação (Mestrado em Nutrição). Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2017. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/24901. Acesso em 18 ago. 2018.

BARROS, D. D. Imagem corporal: a descoberta de si mesmo. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 2, p. 547-54, 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-59702005000200020.

BASÍLIO, L. R. M. et al. Self-concept dialectical transformation: a study in a women's prison. **Estudos de Psicologia**, v. 34, n. 2, p. 305-314, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-02752017000200011.

BERGER, M. **Corpo e identidade feminina.** 2006. 312f. Tese (Doutorado em Antropologia). Pós-Graduação em Antropologia, Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006. Disponível em: https://doi.org/10.11606/T.8.2006.tde-22112007-150343.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Levantamento Nacional de informações penitenciárias INFOPEN mulheres.** (2 edição). Brasília, DF: Departamento Penitenciário Nacional. 2018. 79p. Disponível em: http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em: 15 ago. 2018.

CAMPANA, A. O. et al. **Investigação científica na área médica.** São Paulo: Manole, 2001.

CANAZARO, D.; ARGIMON I. I. L. Características, sintomas depressivos e fatores associados em mulheres encarceradas no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de saúde pública**, v. 26, n. 7, p. 1323-33, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-311X2010000700011.

CARVALHO, M. L. et al. Perfil dos internos no sistema prisional do Rio de Janeiro: especificidades de gênero no processo de exclusão social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, n. 2, p. 461-71, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000200023.

COOPER, P. J. et al. The development and validation of the Body Shape Questionnaire. **International Journal of Eating Disorders**, v. 6, n. 4, p. 485-494, 1987. Acesso em: https://doi.org/10.1002/1098-108X(198707)6:4<485:AID-EAT2260060405>3.0.CO;2-O.

DIUANA, V.; CORREA, M. C.; VENTURA, M. Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. **Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, n.3, p.727-747, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000300018.

GATES, M. L.; BRADFORD, R. K. The impact of incarceration on obesity: are prisoners with chronic diseases becoming overweight and obese during their confinement? **Journal of Obesity**, v. 2015, n. 532468, p. 1-7, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1155/2015/532468.

GIAVONI, A. TAMAYO, A. Inventário Feminino dos Esquemas de Gênero do Autoconceito (IFEGA). **Estudos de Psicologia**, v. 10, n, 1, 25-34, 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-294X2005000100004.

HADDAD, N. **Metodologia de estudos em ciências da saúde**. São Paulo: Roca, 2004.

HAYSOM, L. et al. Prevalence and perceptions of overweight and obesity in Aboriginal and non-aboriginal young people in custody. **The Medical journal of Australia**, v. 199, n. 4, p. 266-270, 2013. DOI: https://doi.org/10.5694/mja13.10407.

KHODABAKHSHIFARD, A. et al. Evaluation of the nutritional status using the anthropometric indices and dietary intakes in the central prison of Mashhad. **Journal of Biology and Today's World**, v. 12, p. 266-270, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.15412/J.JBTW.01031203.

LIMA, G. M. B. et al. Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência. **Saúde em Debate**, v.37, n.98, p.446-456, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/jwF9hQQFwGH8mKWQwJjjW5H/abstract/?lang=pt.

MELLET, A. H. Razones para vivir y afecto em mujeres privadas de libertad um estabelecimento penitenciário de Lima. **Subjetividad y Procesos cognitivos**, v. 19, n, 2, p. 113-131, 2015. Disponível em: http://dspace.uces.edu.ar:8180/xmlui/handle/123456789/3457. Acesso em: 15 ago. 2018.

MUNSCH, S. Study protocol: psychological and physiological consequences of exposure to mass media in young women-an experimental cross-sectional and longitudinal study and the role of moderators. **BMC Psychology**, v. 2, n. 1, p. 1, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s40359-014-0037-0.

OLIVEIRA, M. **Mulheres no cárcere: sistema prisional feminino brasileiro**. 2018. 27f. Monografia – Centro universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente, Presidente Prudente/SP, 2018. Disponível em: http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/Direito/article/view/6949/67646903

OREM, D. E. **Nursing:** concepts of practice. New York: McGraw-Hill, 1980.

PIMENTA, F. et al. Validação do Body Shape Questionnaire (BSQ) numa amostra de mulheres de meia-idade. **Anais do Congresso nacional de psicologia da saúde**. Lisboa: Placebo, 2012. p. 1140-1145.

SANTANA, M. M. **Influência da atividade física na imagem corporal em diferentes faixas etárias**. 2016. 27f. Monografia (Bacharelado em Educação Física). Núcleo de Educação Física e Ciências do Esporte, Universidade Federal de Pernambuco, Vitória de Santo Antão, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/22233. Acesso em 19 ago. 2018.

SANTOS, I. et al. Repercussões do acometimento cutâneo na vida das pessoas: sociopoetizando a autoimagem e a autoestima. **Revista de Enfermagem**, v. 22, n. 2, p. 157-162, 2014. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/13545/10357.

SANTOS, T. V. et al. Espelho meu: análise exploratória sobre a construção da autoimagem corporal de praticantes de musculação em academias. **Polêm!ca**, v. 18, n. 3, p. 73-92, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.12957/polemica.2018.39424.

SATO, P. M. et al. A imagem corporal nos transtornos alimentares: como o terapeuta nutricional pode contribuir para o tratamento. In: ALVARENGA, M.; SCAGLIUSI, F.B.; PHILIPPI, S.T. (Orgs.). **Nutrição e transtornos alimentares – Avaliação e tratamento**. Barueri: Manole, 2011. p. 477-482.

SHONTZ, F. C. Body image and Physical disability. In: CASH, T. F.; PRUZINSKY, T. (Eds) **Body images:** development, deviance and change. New York: The Guilford Press, 1990. p. 149-68.

SILVA, C. G. **Mulher como sujeito da criminalidade: um estudo sobre a realidade de presidiárias do complexo Penal Dr. João Chaves Natal/ RN**. 2009. 173 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/17900. Acesso em: 18 ago. 2018.

SOAIGHER, K. A; ACENCIO, F. R; CORTEZ, D. A. G. O poder vaidade e do autocuidado na qualidade de vida. **Revista do departamento de Educação física e saúde e do mestrado em promoção da saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul/Unisc**, v. 18, n. 1, p. 69-72, 2016. DOI: https://doi.org/10.17058/cinergis.v18i1.8218.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **Acolhimento e humanização nas práticas de gestão e atenção à saúde de pessoas privadas de liberdade**. Curso de Atenção à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade – Modalidade a Distância, 2014. Disponível em: https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/7430/1/Acolhimento%20e%20Humanizacao%20nas%20Praticas%20de%20Gestao%20e%20Atencao%20a%20Saude%20de%20Pessoas%20Privadas%20de%20Liberdade.pdf. Acesso em: 20 ago. 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Physical activity**. Geneva, 2018. Disponível em: http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs385/en/. Acesso em: 9 de setembro de 2019.

Sobre os Autores

Cecília Amorim de Santana Mota

Médica, graduada pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

Juliana Chaves de Mendonça

Médica, graduada pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

Patrícia Pinheiro Cabral

Médica, graduada pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

Paula Santana Marra

Médica, graduada pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

Antonio Márcio Teodoro Cordeiro Silva

Doutor em Biologia Molecular. Professor do Curso de Medicina e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Saúde (PPGCAS) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

Rogério José de Almeida

Doutor em Sociologia. Professor do Curso de Medicina e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Saúde (PPGCAS) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

Recebido: 03 jun. 2021
Aceito: 24 nov. 2021

ANEXO I

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

1) **Idade:** _____ anos

2) **Etnia:** Branca ( ) Negra ( ) Parda ( ) Amarela ( ) Outros ( )

3) **Estado Civil:** Solteiro ___ Casada /União estável ____

Se sim, recebe visita íntimas dele (a): Sim ( ) Não ( )

4) **Tem religião:** Sim ( ) Não ( )

5) **Prática atividade física/ recreação:** sim ( ) não ( )

6) **Tem Filhos:** _____

Se sim, recebe visita deles: Sim ( ) Não ( )

7) **Anos cumpridos na prisão:** _____

8) **Anos da pena completa:** _____

9) **Recebe auxílio da família:** Sim ( ) Não ( )

10) **Trabalha:** Interno ( ) Externo ( ) Não ( )

11) **Escolaridade:** Analfabeto(a) ___ Sabe ler e escrever ___ Ensino primário ___ Ensino secundário ___ Curso Superior ___

12) **Realiza cuidados pessoais:** Sim ( ) Não ( )

13) **Se considera vaidosa:** Sim ( ) Não ( )

14) **Se considera bonita:** Sim ( ) Não ( )

15) **Está satisfeita com o próprio corpo:** Sim ( ) Não ( )

ANEXO II

BODY SHAPE QUESTIONNAIRE – BSQ
Adaptado e validado para uso no Brasil por Mônica Cristina Di Pietro, Evelyn Doering Xavier e Dartiu Xavier da Silveira
PROAD / Departamento de Psiquiatria – UNIFESP / EPM

Responda as questões abaixo em relação à sua aparência nas últimas 4 semanas. Usando a seguinte legenda:

1. Nunca
2. Raramente
3. Às vezes
4. Freqüentemente
5. Muito freqüentemente
6. Sempre

01.	Sentir-se entediada(o) faz você se preocupar com sua forma física?	1	2	3	4	5	6
02.	Sua preocupação com sua forma física chega ao ponto de você pensar que deveria fazer uma dieta?	1	2	3	4	5	6
03.	Já lhe ocorreu que suas coxas, quadril ou nádegas são grandes demais para o restante do seu corpo?	1	2	3	4	5	6
04.	Você tem receio de que poderia engordar ou ficar mais gorda(o)?	1	2	3	4	5	6
05.	Você anda preocupada(o) achando que o seu corpo não é firme o suficiente?	1	2	3	4	5	6
06.	Ao ingerir uma refeição completa e sentir o estômago cheio, você se preocupa em ter engordado?	1	2	3	4	5	6
07.	Você já se sentiu tão mal com sua forma física a ponto de chorar?	1	2	3	4	5	6
08.	Você deixou de correr por achar que seu corpo poderia balançar?	1	2	3	4	5	6
09.	Estar com pessoas magras do mesmo sexo que você faz você reparar em sua forma física?	1	2	3	4	5	6
10.	Você já se preocupou com o fato de suas coxas poderem ocupar muito espaço quando você senta?	1	2	3	4	5	6
11.	Você já se sentiu gorda(o) mesmo após ingerir uma pequena quantidade de alimento?	1	2	3	4	5	6
12.	Você tem reparado na forma física de outras pessoas do mesmo sexo que o seu e, ao se comparar, tem se sentido em desvantagem?	1	2	3	4	5	6
13.	Pensar na sua forma física interfere em sua capacidade de se concentrar em outras atividades (como, por exemplo, assistir televisão, ler ou acompanhar uma conversa)?	1	2	3	4	5	6
14.	Ao estar nua(nu), por exemplo, ao tomar banho, você se sente gorda(o)?	1	2	3	4	5	6
15.	Você tem evitado usar roupas mais justas para não se sentir desconfortável com sua forma física ?	1	2	3	4	5	6
16.	Você já se pegou pensando em remover partes mais carnudas de seu corpo?	1	2	3	4	5	6
17.	Comer doces, bolos ou outros alimentos ricos em calorias faz você se sentir gorda(o)?	1	2	3	4	5	6
18.	Você já deixou de participar de eventos sociais (como por exemplo, festas) por se sentir mal com relação à sua forma física?	1	2	3	4	5	6
19.	Você se sente muito grande e arredondada(o)?	1	2	3	4	5	6
20.	Você sente vergonha do seu corpo?	1	2	3	4	5	6
21.	A preocupação frente à sua forma física a(o) leva a fazer dieta?	1	2	3	4	5	6
22.	Você se sente mais contente em relação à sua forma física quando seu estômago está vazio (por exemplo, pela manhã)?	1	2	3	4	5	6
23.	Você acredita que sua forma física se deva à sua falta de controle?	1	2	3	4	5	6
24.	Você se preocupa que outras pessoas vejam dobras na sua cintura ou estômago?	1	2	3	4	5	6
25.	Você acha injusto que outras pessoas do mesmo sexo que o seu sejam mais magras do que você?	1	2	3	4	5	6
26.	Você já vomitou para se sentir mais magro(a)?	1	2	3	4	5	6
27.	Quando acompanhada(o), você fica preocupada(o) em estar ocupando muito espaço (por exemplo, sentada(o) num sofá ou no banco de um ônibus)?	1	2	3	4	5	6
28.	Você se preocupa com o fato de estar ficando cheia(o) de "dobras" ou "banhas"?	1	2	3	4	5	6
29.	Ver seu reflexo (por exemplo, num espelho ou na vitrine de uma loja) faz você sentir-se mal em relação ao seu físico?	1	2	3	4	5	6
30.	Você belisca áreas de seu corpo para ver o quanto há de gordura?	1	2	3	4	5	6
31.	Você evita situações nas quais as pessoas possam ver seu corpo (por exemplo, vestiários e banheiros)?	1	2	3	4	5	6
32.	Você já tomou laxantes para se sentir mais magra(o)?	1	2	3	4	5	6
33.	Você fica mais preocupada(o) com sua forma física quando em companhia de outras pessoas?	1	2	3	4	5	6
34.	A preocupação com sua forma física leva você a sentir que deveria fazer exercícios?	1	2	3	4	5	6

Nenhuma:	≤ 110
Leve:	> 110 e ≤ 138
Moderada:	> 138 e ≤ 167
Grave:	> 167

ISSN 2175-053X

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DO POLICIAL MILITAR EM UNIDADES ESPECIALIZADAS E OS EFEITOS NA QUALIDADE DE VIDA

Eleilton Souza

Polícia Militar do Estado de Goiás, Goiânia/GO, Brasil. E-mail: eeleilton@gmail.com

Letícia de Sousa Moreira

Polícia Militar do Estado do Tocantins, Palmas/TO, Brasil. E-mail: leticiamoreirapsi@gmail.com

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar a valorização do policial militar que trabalha em unidades de policiamento especializado e o reflexo desta valorização em sua qualidade de vida. A pesquisa foi realizada a partir de uma metodologia qualitativa e quantitativa, utilizando como instrumento um questionário com perguntas abertas e fechadas, respondido por 61 policiais do serviço operacional, pertencentes aos batalhões: ROTAM GO, RECON-RJ, BOPE-AP e ROTAM-TO. Os resultados mostram que 86,9% dos policiais militares pesquisados afirmam estar com a saúde geral Boa; 93,4% relatam que são incentivados a realizar atividade física e que seu batalhão proporciona meios para isso; 96,7% declaram que se sentem motivados em seus trabalhos; 68,9% declaram que se sentem reconhecidos pelo trabalho prestado; 63,9% relatam que se sentem valorizados; 83,6% afirmam que nunca precisaram buscar ajuda psicológica e sentem-se bem em relação à saúde mental. De uma forma geral, observou-se que os batalhões especializados pesquisados se empenham em proporcionar meios para seus policiais manterem a prática de atividade física e terem uma boa qualidade de vida. Os participantes da pesquisa relataram grande satisfação em servir nesses batalhões, sentindo-se valorizados e reconhecidos no trabalho e, principalmente, pela sociedade em geral. Portanto, pode-se considerar que a valorização profissional nos batalhões especializados reflete diretamente na qualidade de vida de seus integrantes.

Palavras-chave: Qualidade de Vida. Valorização Profissional. Policiamento Especializado.

PERCEPTIONS OF THE SELF-IMAGE OF WOMEN IN DEPRIVATION OF LIBERTY

ABSTRACT: This work aims to analyze the valorization of the military police who work in specialized policing units and the reflex of this valorization in their quality of life. The research was carried out using a qualitative and quantitative methodology, using a questionnaire with open and closed questions as an instrument, answered by 61 police officers from the operational service, belonging to the battalions: ROTAM GO, RECON-RJ, BOPE-AP and ROTAM-TO. The results show that 86.9% of the military police surveyed claim to have general good health in general, 93.4% report that they are encouraged and that their battalion provides means to perform physical activities; 96.7% declare that they feel motivated in their work; 68.9% declare that they feel recognized for the work provided; 63.9% report that they feel valued; 83.6% say they never needed to seek psychological help. In general, it was observed that specialized battalions strive to provide their policemen with a good quality of life and the research participants reported great satisfaction in serving in these battalions, feeling valued and recognized at work and, especially, by society in general. Therefore, it can be considered that the professional enhancement in specialized battalions directly reflects on the quality of life of its members.

Keywords: Quality of Life. Professional Appreciation. Specialized Policing.

Introdução

Estudos sobre valorização profissional consideram que é uma ferramenta de gestão bastante importante, cujos resultados trazem benefícios tanto para a pessoa quanto para a organização. Ela busca avaliar a dedicação, a produtividade e os resultados individuais e coletivos, bem como considera a missão, a visão e a cultura da organização ou grupo.

Considerando a Polícia Militar, como uma organização, diversas são as maneiras de reconhecer e valorizar um profissional ou as ações por ele desempenhadas, bem como diferentes são os efeitos produzidos na saúde e qualidade de vida do policial militar. Também é observado que a valorização profissional é resultante tanto de ações internas, promovidas pela instituição, quanto externas, oriundas da sociedade em geral.

O trabalho do policial militar constitui uma prestação de serviço à sociedade 24h por dia, todos os dias do ano. O risco iminente de morte é enfrentado diuturnamente por esses profissionais no cumprimento de seu dever legal, enquanto protegem a vida de terceiros, ou seja, a sociedade.

Nesse contexto, a valorização do Policial Militar é algo complexo e paradoxal, que funciona como uma das formas de demonstrar o reconhecimento institucional pela dedicação e esforço prestado durante sua atividade, e também fora dela, pois o policial militar não deixa de exercer sua função mesmo em horário de folga. Como já dito anteriormente, a valorização profissional é uma ferramenta bastante eficaz e traz grandes benefícios para a organização e, também, para o profissional.

A profissão policial militar por envolver atividades onde o trabalhador é exposto a situações de risco de morte e estresse constante, favorecem o surgimento de diversas doenças e transtornos psíquicos como a síndrome de Burnout, estresse ocupacional, esgotamento físico e mental, que afetando de maneira significativa sua qualidade de vida.

A Qualidade de Vida é um tema bastante pesquisado nos dias atuais, estando diretamente relacionado à saúde global do ser humano, e também ao seu nível de autorealização. No entanto, corroboramos a ideia de Tolfo e Piccinini (2001) que consideram a importância da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), independente de ser uma organização pública ou privada, alertando que essa temática não deve ser negligenciada por seus gestores, uma vez que pode comprometer o futuro da organização e seu desempenho.

Também Moraes e Kiliminik (1994) referem existir uma relação direta entre a QVT e baixos níveis de estresse presentes nos membros de uma instituição. Os autores propõem que o aumento da QVT e o controle do estresse e de suas manifestações negativas no ambiente de trabalho, podem constituir importante base para resultados organizacionais mais satisfatórios.

Assim sendo, este estudo tem como proposta analisar como ações institucionais buscam

valorizar o policial militar, quais delas atingem seu objetivo e como essa valorização pode refletir de forma positiva em sua saúde, melhorando sua qualidade de vida.

Revisão de Literatura

De acordo com o Dicionário online, valorização é "o aumento do valor ou do preço de algo, em virtude de ter recebido aperfeiçoamento ou melhoria, devido às suas qualidades intrínsecas ou raridade, ou em virtude de estar em alta o valor ou o preço de seus similares".

Valorização profissional é um termo muito utilizado nas organizações de trabalho, sendo algo muito amplo, pois pode ser dividida em várias partes. Em primeiro lugar, vem o valor que o profissional reconhece como seu, que envolve sua autoestima e sentimento de auto realização. A partir daí surge à necessidade de ser valorizado e reconhecido, por seus pares e superiores.

Os estudos sobre conceito de valorização profissional ressaltam que o salário não pode ser tratado como objetivo, mas como consequência da gestão de pessoas. Ganhar mais não expressa, necessariamente, ser mais valorizado (MINAYO, 2013). Isso ocorre porque na perspectiva do senso comum ser valorizado significa ganhar mais e ter mais valor significa ter mais dinheiro.

Padilha (2011) faz um contra ponto e entende que, ganhar mais não significa, automaticamente, ser mais valorizado. No entanto, o autor argumenta que quando a pessoa é realmente valorizada pelo mercado, ganhar mais é uma consequência natural do trabalho desempenhado.

Ao mencionar os estudos históricos que descrevem a relação entre a polícia e o Estado, Muniz (1999) ressalta que são raros os trabalhos que valorizam os aspectos cotidianos das atividades de polícia. "Perguntamo-nos se isso não tem a ver com a mentalidade da nossa sociedade para quem o ser humano policial nada mais é do que um objeto instrumental de produção de segurança pública" (MINAYO; ADORNO, 2013, p. 589).

A literatura sociológica aponta que valorização profissional está diretamente ligada ao papel social desenvolvido pelo sujeito por meio de modelos de comportamento, responsabilidades, expectativas e privilégios e associada à avaliação, por meio de um julgamento formado através de complexos filtros perceptivos (MINAYO, 2013).

A seguir, citaremos alguns indicadores de valorização profissional, segundo Padilha (2011): (1) Reconhecimento; (2) Ascenção à carreira; (3) Realização e (4) Motivação.

Reconhecimento

De acordo com o dicionário Online de Português Dicio, reconhecimento é o ato ou efeito de reconhecer, admitir como verdadeiro: reconhecimento de um direito.

Percebe-se que há uma dualidade entre os policiais militares no tocante ao reconhecimento. Se por um lado tem-se a visão do reconhecimento social, por parte da sociedade em geral, por outro, o reconhecimento da própria instituição por meio dos pares e seus superiores também é algo necessário. Quando falamos em reconhecimento social, há certa indignação e frustração no meio militar devido ao posicionamento ambivalente adotado: em alguns momentos a sociedade se posiciona a favor dos policias militares, com apoio ostensivo em redes sociais, programas de tv e direcionando elogios aos policiais na rua, e, em outros momentos, promovem ataques, desmerecimento e julgamentos. Nas palavras dos policiais: "a mesma sociedade que aplaude, também bate".

Equivale dizer que a carência de reconhecimento social é vivenciada pelos policiais militares, constrangendo-lhes e trazendo em si “a marca de uma subjetividade negada, arrebentada, esmagada, infeliz, o que é expresso pelo ator que não pode existir enquanto tal” (Mattos, 2012, p. 37).

De acordo com a experiência e observação de comandantes de unidades especializadas, como a ROTAM-GO, o reconhecimento institucional impulsiona os policiais militares. O fato de pertencer a uma tropa especializada gera uma aceitação entre os pares, os comandantes facilitam o acesso a outros cursos, proporciona meios para que seus policiais pratiquem atividade física, visando à melhoria da saúde e o preparo físico. Um dos pontos a ser destacado é que os policiais militares sentem-se mais reconhecidos por parte de seus comandantes através dos elogios em ficha, medalhas e promoção por ato de bravura. Como bem exemplifica a fala de um oficial da PMAP:

> "Substancial parcela do sentimento de pertencimento e coesão de uma tropa especializada, está também fortemente ligada à postura do comando que conduz aquele grupo, baseado em uma relação de confiança construída em via de mão dupla, onde de maneira justa aqueles que merecem reconhecimento assim o tenham e, não obstante, os que necessitem de correção justa assim também a receba. O incentivo positivo através dos meios necessários, evitando a formação de grupos, em considerável medida faz reverberar na tropa a certeza do reconhecimento" (oficial entrevistado da PMAP).

Ascensão à carreira

Em 1977, deu-se prosseguimento às reformas que reestruturavam as carreiras policiais em três categorias, restabelecendo-se o provimento por ascensão mediante prova de habilitação e curso específico e criando-se novas categorias funcionais. Tal reforma tinha como objetivo proporcionar melhores condições de trabalho aos policiais, assegurando-lhes um sistema de promoções anuais baseado no mérito objetivamente aferido (MINAYO, 2008).

Atualmente, cada estado tem suas formas de ascensão a carreira. O esperado por todos policiais é a possibilidade real de progressão na carreira e as condições adequadas para tal, sem qualquer interferência negativa por meio da administração ou judicial.

Realização

A realização pessoal exprime uma diminuição dos sentimentos de competência e de prazer associados ao desempenho de uma atividade profissional (MAROCO; TECEDEIRO, 2009).

Maslow (1991), ao falar sobre a Pirâmide das necessidades humanas, coloca a autorrealização como o último ponto a ser alcançado pelo ser humano. Ele conceitua "o desejo da pessoa pela autossatisfação, é a tendência que ela tem de tornar real aquilo que tem como potencial" (p. 12).

Os testes para ingressar em uma unidade especializada são muito rígidos. O policial militar passa por várias provações, inclusive dos policiais que iram ombrear caso consigam chegar ao final dos testes. Após aprovado o sentimento de autorrealização é imensurável, sentimento compartilhado por todos os militares que trabalham no serviço especializado.

Motivação

A motivação, em particular no trabalho, constitui um dos temas mais discutidos atualmente, na senda da procura de melhores caminhos para a produtividade no trabalho, na parte dos gestores de empresas, organizações e até grupos sociais. No entanto, várias posições são assumidas perante esta situação, no que diz respeito aos fatores estimuladores da motivação no trabalho e, até certo modo, posições contrativas. (ALFINETE JÚNIOR, 2016).

Diversas são as motivações para garantir um ambiente melhor de trabalho, tais como incentivos do comando em nível do batalhão, objetivos atingidos serão recompensados, como, por exemplo: folgas, dispensas por produtividade, elogio individual, nota meritória, medalhas e demais recompensas.

Nos estudos de Erez, Kleinbeck e Thierry (2001, *apud* TAMAYO; PASCHOAL, 2003) mostraram que a motivação para o trabalho deve ser analisada nos níveis individual, grupal, organizacional e mesmo cultural. Com essa abordagem ampla, a motivação no trabalho pode ser definida e analisada no nível do indivíduo, das equipes, dos grupos ou setores organizacionais e da organização como um todo, compreendendo assim os níveis micro, meso e macro.

Qualidade de Vida

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, qualidade de vida é "a percepção do indivíduo de sua inserção na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações". (OMS, 2015). Envolve o ser humano como um todo, a partir do bem estar espiritual, físico, mental, psicológico e emocional.

Normalmente, qualidade de vida e saúde são dois temas correlatos, uma vez que a saúde contribui para melhorar a qualidade de vida das pessoas, sendo fundamental para que um indivíduo ou um grupo tenha saúde.

A temática da qualidade de vida tem uma enorme relevância social, e vem sendo amplamente estudada a partir dos anos 50, tendo iniciado seus debates na Inglaterra. Por se tratar de um tema multidisciplinar e transitar por diversas áreas do conhecimento, existe uma grande dificuldade em estabelecer um conceito que dialogue com todas elas. No entanto, é consenso que sua aplicação de forma prática, busque alcançar resultados para a melhoria da vida da sociedade em geral.

A qualidade de vida do policial militar, também vem sendo abordada em estudos científicos há alguns anos. O policial militar brasileiro pertence a uma categoria de trabalhador juramentado, que coloca a própria vida em risco com o lema de "servir e proteger". Essa característica, especificamente, influencia profundamente o lado emocional desse profissional uma vez que ele lida, na maior parte da sua carreira, com a violência. Aliado a isso, a pessoa que ingressa em uma corporação militar, tem que aprender a se sujeitar a um ordenamento jurídico e disciplinar mais rigoroso em relação a outras atividades de trabalho, tendo seus pilares baseados na hierarquia e disciplina.

Nesse sentido, a atividade policial militar possui vários aspectos que podem causar danos a qualidade de vida: escalas de serviços hora diurna hora noturna; horário para entrar, mas não pra sair; não se alimentam na hora certa e de forma errada; muitos não conseguem manter regularidade na atividade física e ter lazer, etc. Tudo isso em conjunto com a vivência diária do risco iminente de morte, enquanto propicia proteção à vida de terceiros.

A partir desses conceitos discutidos, surgiu o interesse em analisar o tema da valorização profissional e o reflexo na qualidade de vida dos policiais militares que servem em Batalhões especializados.

A Polícia Militar é uma instituição social, que cuida da Segurança Pública nos estados. Segundo a Constituição Federal, são forças auxiliares reservas do Exército, subordinadas aos governadores dos estados e têm como principal atribuição o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

Com as diferentes demandas que foram surgindo no contexto social e com o crescimento populacional, começaram a ser criados policiamentos especializados em determinados tipos de ocorrências, com doutrinas próprias, fardamentos e equipamentos diferenciados. Esses batalhões foram escolhidos como local de pesquisa por suas peculiaridades em relação ao tema estudado e também por ser o local de trabalho do pesquisador.

Sendo assim, segue breve histórico sobre os quatro batalhões pesquisados, pertencentes a quatro estados brasileiros e que seguem a Doutrina de ROTAM, especificamente. Essa doutrina foi

criada em São Paulo, no ano de 1970 e será melhor abordada abaixo.

RECOM – Rio de Janeiro

Com a proximidade da Copa do Mundo, devido ao crescimento da incidência de grandes manifestações populares e outros eventos de grande porte, o Comando da Corporação percebeu a necessidade da criação de um Batalhão especializado voltado ao trato e gestão de multidões. Foi então criado o Batalhão de Policiamento em Grandes Eventos – BPGE. A missão precípua do BPGE era a preservação da ordem em locais públicos, onde houvesse a presença de multidões, seja em manifestações populares ou grandes eventos.

No dia 24 de junho de 2017 o Tenente Coronel Daniel Miranda de Queiróz assumiu o Comando do BPGE, dando continuidade ao serviço prestado por seus antecessores no policiamento ostensivo em multidões. Entretanto, devido à diminuição da recorrência dos eventos de grande porte e manifestações públicas, o Comandante vislumbrou a possibilidade de modificar a natureza da unidade, a fim de cobrir outra necessidade da corporação, ainda mais urgente diante do então cenário da segurança pública.

Em 2018 o referido oficial então concebeu a ideia de criar um batalhão de patrulhamento tático especial motorizado, a fim de saturar em prevenção/repressão áreas com elevado índice de criminalidade. Em abril de 2018 o então Comandante do BPGE enviou Policiais Militares do Rio de Janeiro – RJ ao Batalhão de ROTAM da polícia militar do Estado de Goiás, para realizarem COR, com o intuito de buscar subsídios doutrinários para a criação de uma unidade de rondas especiais.

No dia 06 de julho de 2018 foi criado o Batalhão de Rondas Especiais e Controle de Multidões – RECOM, que foi oficialmente inaugurado no dia 12 de dezembro de 2018. No dia 10 de abril de 2019 o Tenente Coronel Marcelo Moreira Malheiros assumiu o Comando do RECOM, dando continuidade ao processo de elaboração doutrinária e concepção do Curso Operacional de Patrulhamento Especial Motorizado, cuja primeira edição ocorreu em setembro de 2019.

ROTAM - Tocantins

Com o aumento da criminalidade e da complexidade dos crimes e organizações criminosas, a polícia militar do Estado do Tocantins buscando aprimorar suas técnicas e especialização de seus policiais, criou dentro do Batalhão de Polícia de Choque, a 3ª companhia de ROTAM, sendo este o grupo especializado em patrulhamento tático especial, com atuação urbana e, excepcionalmente, pode atuar na zona rural do Estado. No ano de 2009 ocorreu o primeiro curso de ROTAM, ministrado por profissionais da PM de Goiás. Desde seu surgimento até o ano de 2012 utilizou-se como referência a

doutrina de ROTAM do Estado de Goiás.

BOPE - Amapá

O batalhão de operações especiais foi criado na Polícia Militar do Amapá, através do decreto nº 6.803 de 06 de dezembro de 2002, e teve como primeiro comandante o então Tenente Coronel PM Marcos Vasconcelos da Cruz e como sub cmt o Tenente Coronel PM Leonardo José Souto Almeida, sendo composto seu estado maior os seguintes oficiais, à época: Capitão PM PM Andrson Bezerra, Tenente PM Romulo Souto, Tenente PM Wellington Mendes, Tenente PM Rodrigo Matias, Tenente Jales Petrúcio, Tenente PM Jackson Vilela, Tenente PM Joércio Costa e vários praças oriundos da CIRP - Companhia Independente de Radio Patrulha.Completou seu efetivo com 96 policiais recém formados no curso de formação de soldado em 2002, que foram submetidos ao estágio básico para o ingresso na unidade, sendo que apenas 80 policiais, concluíram. Completou-se, assim, o efetivo do batalhão. No ato de sua implantação, possuía 03 companhias em sua estrutura organizacional:

1ª CIA – Companhia De Rondas Ostensivas E Táticas Motorizadas – ROTAM;

2ª CIA – Companhia De Controle De Distúrbios Civis – Choque;

3ª CIA – Companhia De Operações Especiais –COE.

Posteriormente, no ano de 2013, foi ativada a 4ª CIA, denominada grupo de intervenção rápida ostensiva – GIRO, e desde então, assim permanece a estrutura organizacional do BOPE. Faz-se necessário ainda, exaltar o 1º pelotão da Companhia de Choque, canil, o qual é responsável por subsidiar ações especificas, onde apenas a ação humana não seria capaz de identificar ilícitos.

No ano de 2014, através do curso de controles de distúrbios civis (categoria b), o BOPE admitiu ao efetivo da Companhia de Choque, 13 policiais femininas.

Ao longo desses 16 anos, a unidade esteve presente nas maiores operações do estado do Amapá, colecionando o reconhecimento de diversas instituições públicas e privadas e principalmente, da sociedade civil organizada.

Sua missão como tropa de elite, reserva estratégica do comando geral, pressupõe dedicação exclusiva e compromisso incondicional, algo vivenciado doutrinariamente nas especialidades de cada companhia, de cada policial aqui presente, refletindo também o apoio e companheirismo de seus familiares, sem os quais seria impossível escrever essa nobre história.

ROTAM - Goiás

No ano de 1981, foi criado na Companhia de Policiamento de Choque - CPCHOQUE o pelotão de Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas – ROTAM. Quatro anos mais tarde comandante

geral da Polícia Militar do Estado de Goiás, enviou policais militares ao Estado de São Paulo, afim de realizarem uma visita técnica ao Batalhão das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar–ROTA. Então surgiu a figura do Rotam Comando, nominação atribuida ao oficial que comando o policiamente do dia no batalhão.

Novamente em 1996, policiais militares foram enviados ao batalhão da ROTA em São Paulo, para buscarem conhecimentos e subsídios doutrinários para seus integrantes. Sendo assim, no ano seguinte deu inicio ao estágio doutrinário de ROTAM. No ano de 2002 por meio da Portaria nº 404 PM 033-PM/1 a ROTAM conquistou sua independência, possibilitando sua própria organiazação atráves do regimento interno e doutrinário (Portaria nº 531-041/02-PM/1. Ainda no ano de 2002 deu início a especialização do policial de ROTAM onde foi substituído o estágio doutrinário pelo Curso Operacional de ROTAM – COR. Dia 06 de junho ficou estabelecido o aniversário da ROTAM de Goiás.

O princípio básico para servir na ROTAM é o voluntariado e é preciso que o homem deseje servir, sendo sua conduta familiar e profissional irrepreensíveis, pois o importante, é o exemplo do fazer. O Policial Militar especializado no COR, poderáter designações como Rotanzeiro ou Raiado. Existem alguns padrões e normas a serem seguidos em relação à postura e comportamento do policial que serve na ROTAM, seja em lugares públicos ou privados, em deslocamentos com a viatura para atendimento de ocorrências ou simplesmente no patrulhamento de rotina. Anexo I, Portaria Nº 7795, de 20 de abril de 2016.

Assim sendo, este estudo tem como proposta analisar como ações institucionais ou não institucionais buscam valorizar o policial militar, quais delas atingem seu objetivo e como essa valorização pode refletir de forma positiva em sua saúde, melhorando sua qualidade de vida.

Metodologia

Este trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, buscando analisar como ações institucionais valorizam o policial militar, melhorando, consequentemente, sua qualidade de vida. Foi utilizado como instrumento de pesquisa um questionário com perguntas fechadas e abertas, com a finalidade de obter dados que comprovem nossa hipótese de pesquisa.

Os policiais militares foram convidados a participarem da pesquisa de forma voluntária em seus respectivos batalhões. Os batalhões que foram selecionados para participar da pesquisa deste artigo são batalhões de polícia especializada, que tem em comum participarem de ocorrências de grande vulto, terem seu efetivo formandos no Curso Operacional de ROTAM (COR), para servir na respectiva unidade militar e serem seguidores de alguma doutrina específica. Os participantes foram assim distribuídos:

- Polícia do Estado de Goiás (Rondas Ostensivas Táticas Metropolitana - ROTAM): 25 policiais militares;
- Tocantins (Ronda Táticas Metropolitanas – ROTAM): 11 policiais militares;
- Rio de Janeiro (Rondas Especiais e Controle de Multidões - RECOM): 13 policiais militares;
- Amapá (Batalhão de Operações Especiais - BOPE): 12 policiais militares.

Totalizando n=61 (sessenta e um) participantes.

Esses batalhões foram escolhidos para participar da pesquisa por terem parte de seus membros formados pelo Curso Operacional de ROTAM do Estado de Goiás, e também por serem parte dos contatos do pesquisador.

Para realização desta pesquisa, foi realizado o contato prévio por meio de ligação telefônica e mensagem de texto via whatsapp com os policiais oficiais de polícia de cada batalhão supracitado, solicitando autorização para os integrantes participarem da pesquisa. Depois de prévia autorização verbal, os policiais militares foram convidados a participar da pesquisa de forma aleatória por meio de convite digital, tendo como exigência fazer parte do respectivo batalhão especializado por no mínimo 3 anos. Foi explicado o objetivo da pesquisa, a finalidade acadêmica, a questão do sigilo e a garantia total do anonimato. Ao aceitarem participar da pesquisa, foi enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para ser assinado individualmente, em seguida o questionário foi enviado por mídias eletrônicas. Após respondido, o questionário foi devolvido ao pesquisador. O questionário foi criado por meio da plataforma Google Forms conforme modelo Anexo 1 e aplicados aos policias dos batalhões de ROTAM–GO, RECOM–RJ, ROTAM–TO e BOPE–AP.

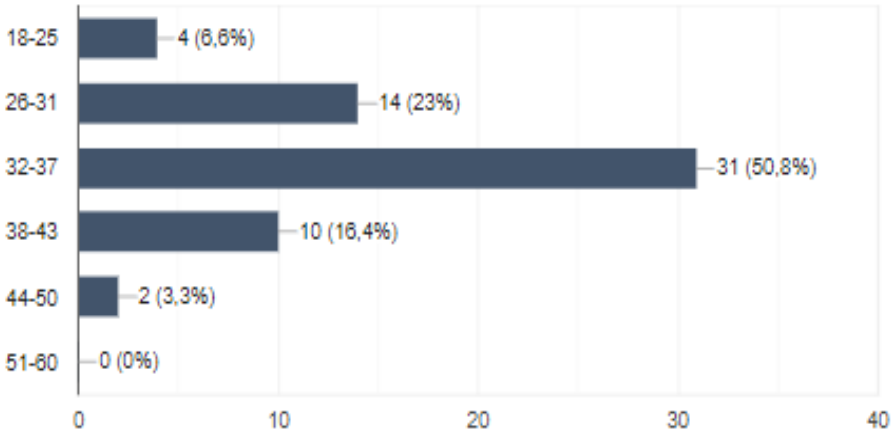
Para análise dos dados obtidos foram utilizados como indicadores de valorização profissional: Reconhecimento, Ascensão a Carreira, Realização e Motivação, segundo modelo proposto por Padilha (2011) e supracitado anteriormente.

Resultados e Discussão

A partir da aplicação do questionário, foram obtidas sessenta e uma (61) respostas, sendo: vinte e cinco (25) dos policiais da ROTAM – GO, treze (13) dos policias do RECOM – RJ, doze (12) dos policiais do BOPE - AP e onze (11) dos policias da ROTAM – TO. Todos são do sexo masculino.

Como demonstrado no gráfico 1, os policias que responderam a pesquisa, onde n=31 dos entrevistados estão na faixa etária dos 32 aos 37 anos de idade, totalizando 50,8% da amostra.

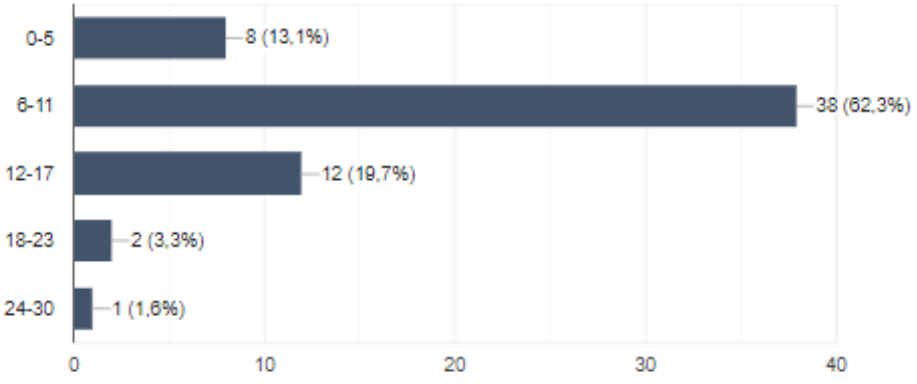
Gráfico 1: Características sócio-demográficas de idade dos participantes do estudo.



***n** = 61 respondentes
Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

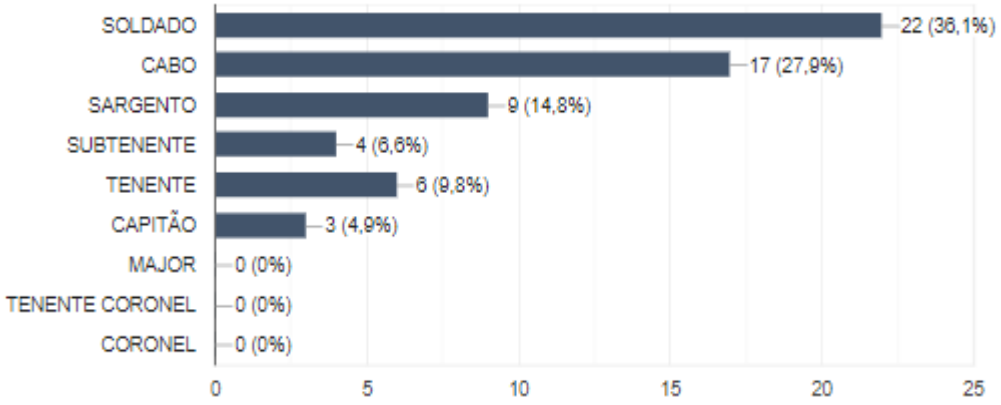
Outra característica analisada foi o tempo de serviço e o posto ou graduação dos entrevistados durante o período da pesquisa. O resultado mostra que a grande maioria possui de 06 (seis) a 11(onze) anos de serviço, totalizando n=38 (trinta e oito), correspondendo a 62,3% dos entrevistados. E a maioria está na graduação de Soldado, n=22 responderam essa opção, sendo um total de 36,1% da amostra.

Gráfico 2: Tempo de serviço



***n** = 61 respondentes
Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Gráfico 3: Posto ou Graduação

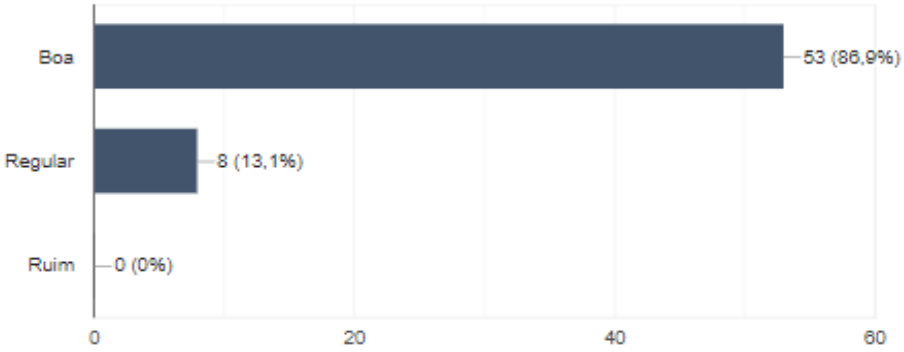


***n** = 61 respondentes
Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Em relação à saúde de forma geral, tendo como alternativas: Boa, Regular e Ruim, dos sessenta e um (61) entrevistados, cinquenta e oito (58), ou seja, 86,9% dos respondentes, disseram que estão com a saúde Boa e apenas três (03), 13,1% dos respondentes, falaram que estão com a saúde Regular e não obtivemos nenhuma resposta no quadro Ruim.

Sobre a prática de atividade física militar. Foi questionado se a Unidade Militar, incentiva ou proporciona meios para que seja realizada atividade física militar, e cinquenta e sete (57), sendo estes 93,4% dos entrevistados, responderam que "Sim" e apenas quatro (04) responderam que Não. Entre os cinquenta e sete (57) entrevistados que responderam "Sim", quarenta e cinco (45) ou seja, 73,8% daqueles que responderam "Sim", realizam a atividade no serviço, e trinta e três (33) respondentes (54,1%), disseram que praticam as atividades no horário de folga. E dos sessenta e um (61) participantes da pesquisa, trinta e cinco (35) deles (57,4%) marcaram a opção "com a equipe" e quarenta e quatro (44), 72,1% dos respondentes marcaram "individual".

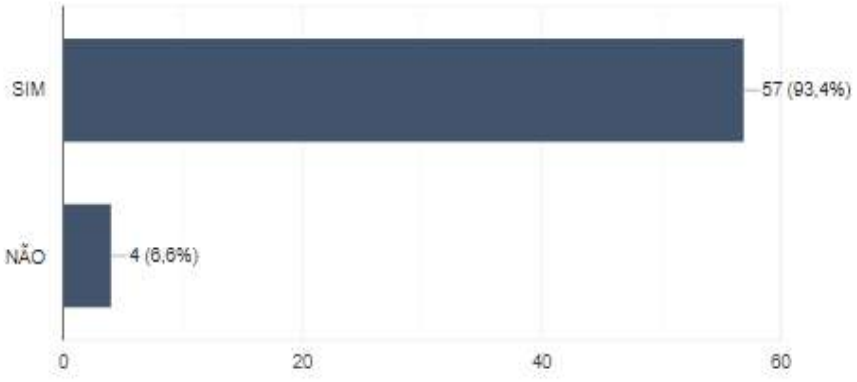
Gráfico 4: Estado de saúde



***n** = 61 respondentes
Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

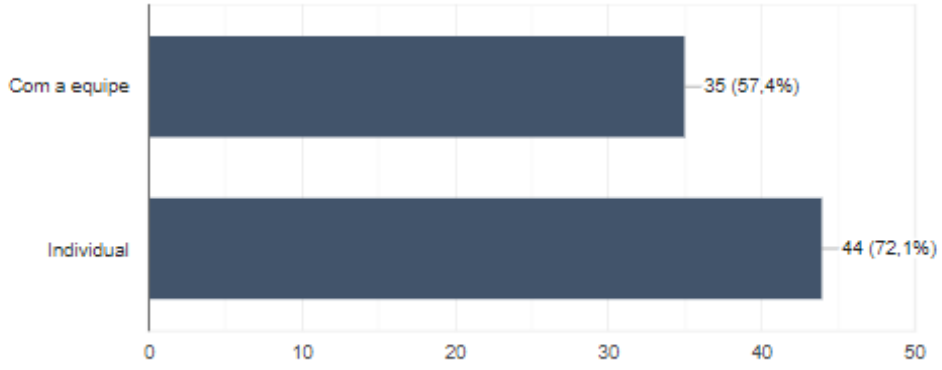
Se observarmos bem, a matemática apresentada acima “não fecha”, já que o questionário foi aplicado para sessenta e uma (61) pessoas e se somarmos todas as respostas o número superará a quantidade de respondentes. Mas há uma explicação plausível para isso. Alguns entrevistados marcaram mais de uma opção, o que é aceitável, pois, a Unidade Militar onde trabalham proporcionam meios, como por exemplo, academia e ou campo de futebol, para que essa prática de atividade física militar seja realizada tanto no horário de serviço quanto no horário de folga, em equipe ou individualmente.

Gráfico 5: Há Incentivo ou meio para a prática de atividade física militar?



***n** = 61 respondentes
Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Gráfico 6: Como é realizada a atividade física militar, com a equipe ou individual.



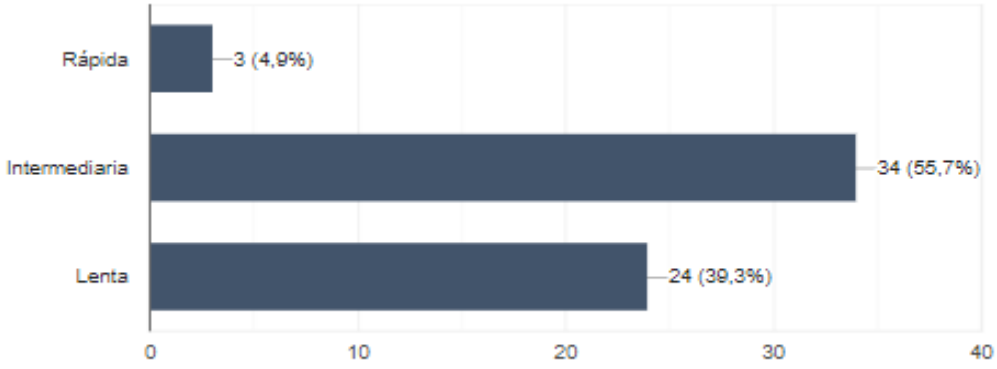
***n** = 61 respondentes
Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Quando perguntado de que forma a Unidade Militar onde se encontra trabalhando poderia melhorar a prática de atividade física e como se tratava de uma resposta discursiva e não obrigatória, obtivemos cinquenta e duas (52) respostas. As três mais citadas são: “Está a contento”; “Melhorar

estrutura" e "Separando os militares por faixa de idade"

Em relação à ascensão a carreira, foi perguntado se o entrevistado considera a progressão na carreira "Rápida", "Intermediária" ou "Lenta", e se essa ascensão é justa. Assim, trinta e quatro (34) respondentes (55,7%) marcaram a opção intermediária, vinte e quatro (24) policiais (39,3%) marcaram a opção lenta e apenas três (03) respondentes (4,9%) marcaram a opção rápida. Neste sentido, quarenta e um (41) policiais militares (67,02%) acham à ascensão a carreira injusta e vinte (20) deles (32,8%) acham justa.

Gráfico 7: Ascensão na carreira



***n** = 61 respondentes
Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

Ainda sobre a ascensão a carreira, perguntado se há promoção por ato de bravura na Unidade Militar onde o entrevistado se encontra trabalhando, cinquenta e quatro (54), 88,5% responderam que "Sim" e sete (07), 11,5% responderam que "Não".

Gráfico 8: Promoção por ato de bravura, Sim ou Não.

***n** = 61 respondentes
Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Sobre a pergunta anterior foi questionando o posicionamento do policial entrevistado e por se tratar de uma pergunta discursiva e opcional, obtivemos cinquenta e seis (56) respostas, os cinco (05) principais relatos são: “Concordo. Forma de valorizar o policial.”; “A ascensão por ato de bravura é uma forma de reconhecimento pelo serviço prestado à sociedade pelo policial militar, bem como serve de incentivo a outros policiais tal tipo de conduta.”; “A bravura é o mecanismo para reconhecer que esse profissional fez algo além de suas atribuições convencionais. Eu defendo”, “Poderia ter um estudo a respeito para ser mais justo” e “Acho justo, porém muito burocrática.”

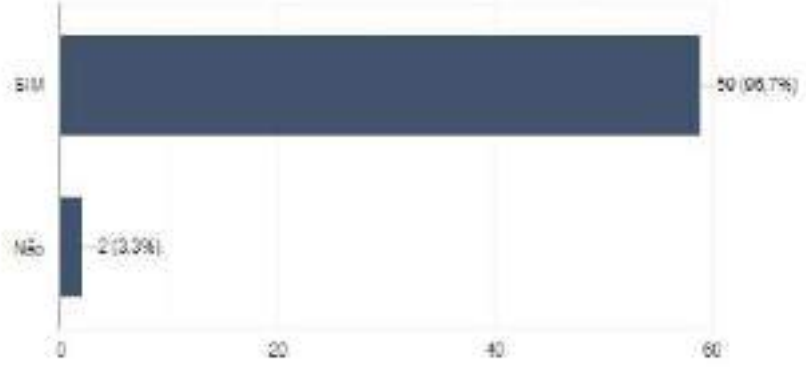
Mediantes as respostas dos participantes, a maioria concorda com a promoção por ato de bravura, porém, alegam que os meios para sua concessão são muito burocráticos e subjetivos. A justificativa é que, embora tenham alguns critérios a serem preenchidos, eles consideram que tem um cunho subjetivo.

A concessão para a promoção por ato de bravura é um ato discricionário da Administração Pública, embora as ações praticadas pelo policial militar extrapolem o seu dever, ao ingressar com o pedido de bravura a Administração avaliará o feito e só o definirá caso conforme sua conveniência.

Sobre a motivação, foi perguntado se o entrevistado se sente motivado, tendo como opção das respostas “Sim” ou “Não”. Dos sessenta e um (61) respondentes, cinquenta e nove (59), sendo que 96,7% responderam “Sim” e dois (02), um total 3,3%, disseram que “Não”.

De acordo com Katzell e Thompson (1990, *apud* TAMAYO; PASCHOAL, 2003), existe a motivação laboral exógena, com vários fatores a serem analisados. Um deles refere-se à necessidade de "prestar mais atenção às diferenças individuais", pois as disposições, interesses, valores e metas do indivíduo podem determinar os níveis de energia que eles investem no trabalho. E também a motivação laboral endógena, que focaliza os aspectos pessoais e internos que levam o indivíduo a elevar seu desempenho.

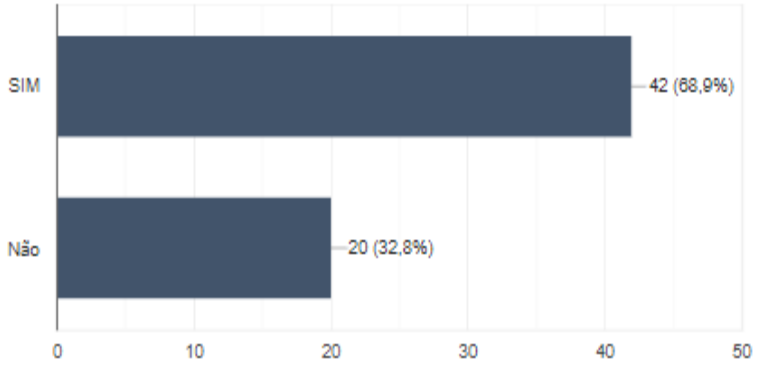
Gráfico 9: Motivado, Sim ou Não.



***n** = 61 respondentes
Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Sobre o reconhecimento, perguntado se o entrevistado sente-se Reconhecido pelo seu trabalho, tendo como opção de resposta Sim ou Não. Entre os sessenta e um (61) respondentes, quarenta e dois (42), sendo 68,9% do total de respostas, disseram que “Sim” e vinte (20) policiais, (32,8%) disseram que “Não”. O reconhecimento faz parte da vida de todos os seres humanos, especialmente no universo do trabalho. Sentir-se reconhecido está diretamente relacionado ao sentimento de auto realização, considerado por Maslow (1987) como a última necessidade do ser humano a ser atingida na pirâmide.

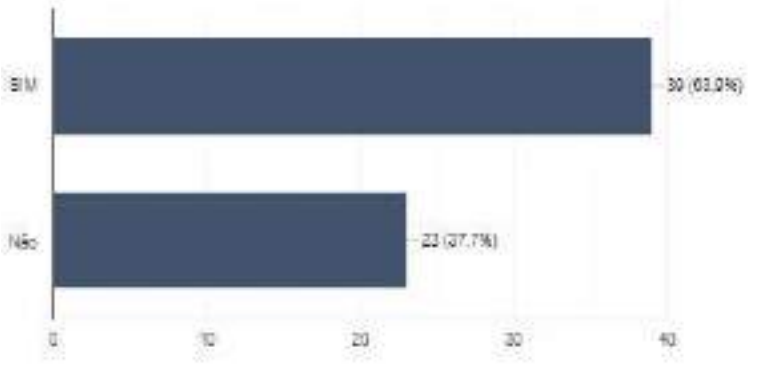
Gráfico 10: Reconhecimento, “Sim” ou “Não”.



***n** = 61 respondentes
Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Perguntado se o entrevistado se sente valorizado pelo seu trabalho, tendo como opção de resposta “Sim” ou “Não”, entre os sessenta e um (61) respondentes, trinta e nove (39), responderam que Sim (63,9% dos respondentes) e vinte e três (23) disseram que “Não” (23,7% das respostas)

Gráfico 11: Valorizado, Sim ou Não.



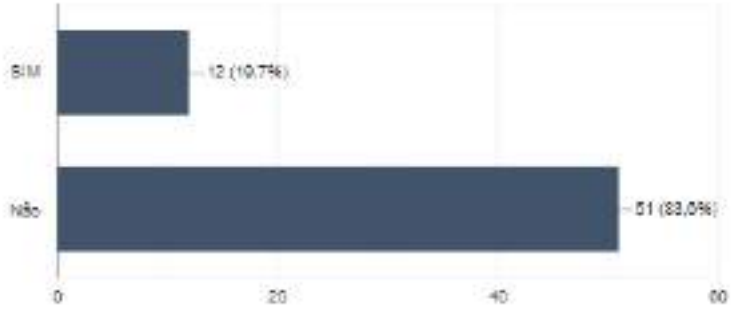
***n** = 61 respondentes
Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

Ainda a respeito da Motivação, Reconhecimento e Valorização, foi questionado "como ele

se sente valorizado". Por se tratar de uma pergunta discursiva e opcional tivemos cinquenta e cinco (55) respostas diversas. As 3 (três) mais citadas foram: "Reconhecimento por parte da sociedade"; "Tendo boas condições de trabalho"; "Elogios, medalhas, folgas, promoções". Segundo Lopes, o homem motiva-se para o trabalho se apoiando em fatores como realização profissional e reconhecimento pelo trabalho. Tais fatores motivadores, dentre outros, compõem o sistema de necessidade que o homem busca atender para o seu desenvolvimento pessoal e amadurecimento psicológico.

Sobre a questão da saúde mental, foi perguntado ao entrevistado se em algum momento da carreira ele já precisou recorrer à ajuda psicológica em decorrência do serviço. Para responder, o entrevistado possuía as alternativas: "Sim" e "Não". E, caso a resposta fosse afirmativa, foi feita uma pergunta adicional sobre como essa procura foi feita. Cinquenta e um (51) policiais (83,6%) responderam que responderam que "Não" e doze (12), equivalente a 19,7% dos respondentes, responderam que "Sim". Entre estes últimos, oito (08) policiais militares (53,3%) disseram que buscaram essa ajuda através da própria instituição e sete (07), totalizando 46,7%, procuraram ajuda por si mesmos.

Gráfico 12: Já buscou ajuda psicológica, Sim ou Não.



***n** = 61 respondentes
Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Gráfico 13: Como foi feito a procura por ajuda psicológica

***n** = 61 respondentes
Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Ao serem questionados se a unidade militar proporciona cuidados com saúde mental (As respostas poderiam ser “Sim” ou “Não”), trinta e nove (39) policiais, (65%) disseram que “Sim” e vinte e um (21) respondentes (35%) disseram que “Não”. Apesar da maioria ter respondido “Sim”, ainda é grande o número de pessoas que não tiveram contato com profissionais da saúde mental. Torna-se de fundamental importância esse tipo de acompanhamento, uma vez que conforme descrito nas características dos batalhões atuam em ocorrências de grande vulto e estão sujeitos há uma alta cara de estresse diariamente.

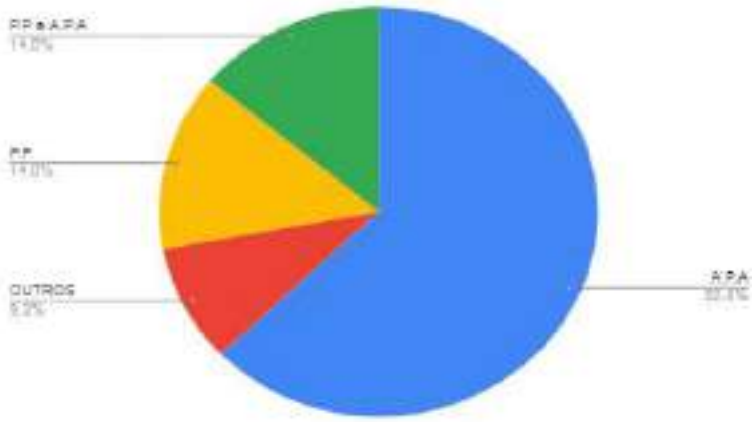
Gráfico 14: A Unidade Militar proporciona cuidados com a saúde metal.

n = 61 respondentes
Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

Para a próxima análise, foi realizada uma pergunta adicional quando a resposta foi “Sim” para a questão explorada anteriormente (se a unidade militar proporciona cuidados com saúde mental) a saber, foi perguntado de que forma a unidade militar proporciona o cuidado com a saúde mental de seus policiais. As respostas tinham as seguintes alternativas: (a) Programas de Prevenção (P.P); (b) Atendimento com Profissionais da Área (A.P.A), ou (c) “Outros”. Nesta última alternativa era possível que os entrevistados escrevessem de que forma a unidade militar proporcionava o cuidado com a saúde mental de seus policiais. Assim, vinte e sete (27) policiais (62,8% dos respondentes) disseram que a instituição proporciona cuidados com a saúde mental de seus policiais por meio de Atendimento com Profissional da Área. Seis (06) policiais militares (14,0% das respostas) falaram que os cuidados com a saúde metal dos policiais aconteciam por meio de Programa de prevenção e Atendimento com profissionais da área. Seis (06) respondentes (14,0%) relataram que é por meio de Programas de Prevenção, e quatro (04) policiais (correspondente a 9,3% do total de respostas) escolheram a opção "Outros", onde as respostas complementares foram: "Interação com a tropa", "Reuniões e formaturas, além de palestras regulares", "Orientação" e “Casos específicos (casos de confronto)”.

Embora o resultado desta pergunta demonstre que a maioria dos participantes é beneficiado com algum tipo de cuidado com a saúde mental por meio da instituição, ainda existe uma lacuna a ser preenchida de forma mais sistemática, buscando torná-lo ainda mais satisfatório.

Gráfico 15: Como são proporcionados os cuidados com a saúde mental dos policiais

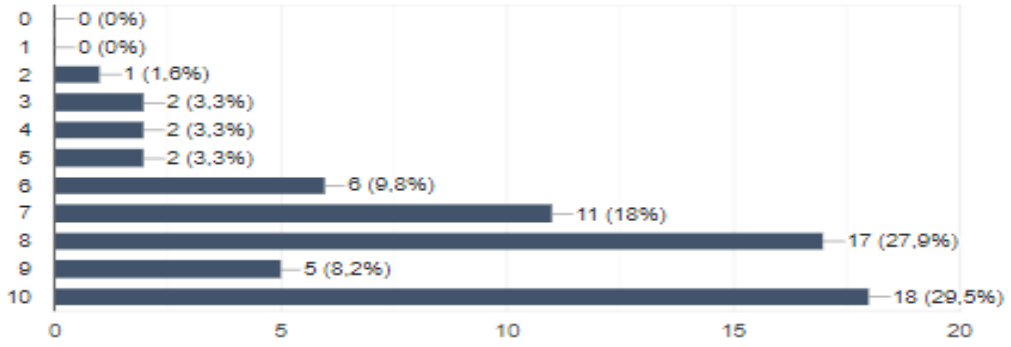


***n** = 61 respondentes
Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

Segundo Alves (2011), A psicologia entra no contexto militar como parte dele, promovendo diálogos e propostas de mudanças. O olhar do psicólogo para qualquer ser humano deve ser pautado na ética e na visão holística do homem. Ele é um ser biopsicossocial, que não necessita apenas de uma boa alimentação e atividade física, mas também de cuidados psicológicos. Não há uma divisão ente corpo e mente, mas um encontro de ambos, sendo consideravelmente afetados pelo ambiente (ALVES, 2011).

Ao perguntar sobre o grau de satisfação com a valorização que tem recebido da sua unidade militar, em uma escala de 0 a 10, obtivemos dezoito (18) respostas nota “10” (grau de satisfação mais alto) totalizando 29,5% do total de respondentes, e apenas uma resposta para o grau de satisfação mais baixo (00), totalizando 1,6% do total de respondentes. Esse indicador nos mostra que os participantes dessa pesquisa têm um alto índice de satisfação com o trabalho, o que pode ser entendido pela alta satisfação em fazer parte de um grupo especializado muito valorizado pela sociedade em geral e também por parte de seus comandantes.

Gráfico 16. Grau de satisfação com valorização recebida



***n** = 61 respondentes
Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

Como ultima pergunta, foi questionado ao participante, qual seria a sugestão para que sua unidade militar pudesse melhorar a forma de motivação, o reconhecimento e a valorização profissional. Por se tratar de uma pergunta discursiva e opcional, tivemos como resultado quarenta e nove (49) feedbacks. As três (03) respostas mais citadas foram: “Valorização através de promoções”; “Promover ações que busquem incentivar a prática esportiva, visando a manutenção da saúde do profissional”; “Reconhecimento dos serviços prestados através de elogios, medalhas e folgas"

Essas respostas corroboram a hipótese de que o sentimento de reconhecimento e valorização profissional, apesar de ter um alto índice junto às unidades militares pesquisadas, sempre tem algo a melhorar. E o policial militar tem essa necessidade latente principalmente por desempenhar uma atividade de grande risco.

Considerações Finais

A partir da análise das respostas do questionário, podemos inferir que as unidades especializadas das polícias militares pesquisadas oferecem boa estrutura física e também incentivo à prática de atividade física; boa gestão de reconhecimento, motivação e valorização profissional, porém a forma de ascensão à carreira não é vista como tão justa e imparcial. Também os cuidados com a saúde mental são vistos como insuficientes, sugerindo que as unidades precisam investir mais nessa área, buscando parcerias com profissionais da área, tanto da instituição quando possuírem quadro próprio, quanto externos, visando melhoria da qualidade de vida de seus integrantes.

Os resultados revelam a necessidade de programas mais estruturados e direcionado para valorização, motivação e reconhecimento profissional, buscando melhorar a satisfação pessoal. A valorização do policial e do papel que exerce na sociedade são pontos fundamentais em qualquer programa de valorização que busque promover e melhorar a qualidade desses profissionais.

É importante que mudanças institucionais sejam implantadas com o objetivo de se ter uma equipe motivada e capaz de desenvolver suas competências e habilidades com a valorização e o reconhecimento de seu trabalho por seus superiores e sua instituição. Propõe, também, que a Polícia Militar continue a pensar propostas que equilibrem o trabalho e o descanso, buscando inserir a família nesse propósito.

Esta pesquisa mostra a importância e a necessidade do incentivo e a promoção de meios e mecanismos para a realização de atividades física nas unidades militares, onde reflete diretamente na saúde, no preparo físico e no bem-estar dos policiais.

Futuros estudos nessa área são necessários para expandir os dados obtidos, buscando estudar mais as unidades especializadas e como são realizados cuidados com a saúde física e mental, que vão

refletir diretamente na qualidade de vida policiais militares. Outra proposta é que busque identificar os agentes estressores ocupacionais desse grupo específico, a fim de agir sobre eles minimizando seus impactos, podendo fazer comparação entre homens e mulheres. Adicionalmente, seria interessante buscar ampliar os programas de cuidado com a saúde do policial de forma a conscientizá-lo a cuidar melhor de si, respeitando seu descanso e lazer.

Agradecimento

Agradecemos à Polícia Militar de Goiás, pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa com apoio institucional do Comando da Academia de Polícia Militar (CAPM) através do curso de especialização em Polícia e Segurança Pública, momento ímpar na carreira profissional onde o conhecimento segue incólume com destino ao infinito.

Contribuições dos Autores

Problematização e Conceitualização: Eleilton Souza e Letícia Moreira. Metodologia: Letícia Moreira. Análise: Eleilton Souza. Redação: Eleilton Souza e Letícia Moreira.

Referências Bibliográficas

ALFINETE JÚNIOR, Mário Daniel. **As dimensões da motivação numa organização policial**. 2016. Tese de Doutorado.

BARBOSA, Louise Maia; MENEZES, Catarina Nívea Bezerra. A importância do apoio psicológico na saúde mental dos policiais militares de Fortaleza. **Psicologia Argumento**, v. 35, n. 89, 2019. Disponível em https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/25564.

DA SILVA, Luan Clementino et al. Qualidade de vida no 19º Batalhão da Polícia Militar, Novo Gama-Goiás. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 12, n. Especial, p. 42-53, 2019.

GUIMARÃES, L. A., Mayer, V. M., Bueno, H. P. V., Minari, M. R. T., & Martins, L. F. (2014). Síndrome de Burnout e qualidade de vida de policiais militares e civis. **Revista Sul Americana de Psicologia**, v.2, n. 1, p. 98-122.

MATTOS, Márcio Júlio da Silva. Reconhecimento, identidade e trabalho sujo na PMDF. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília: 2012.

LOPES, Tomas de Vilanova Monteiro. **Motivação no trabalho**. FGV, Instituto de Documentação, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1980.

MASLOW, Abraham. **Motivação e personalidade** (3ª ed.). São Paulo, 1987

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ADORNO, Sérgio. Risco e (in) segurança na missão policial. **Ciência & saúde coletiva**, v. 18, n. 3, p. 585-593, 2013. . Disponível em:

https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Valorização profissional sob a perspectiva dos policiais do Estado do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 1, p. 611-620, 2013. . Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. **Missão prevenir e proteger**: **condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Editora Fiocruz, 2008.

MODESTO, Paulo. Autovinculação da administração pública. **Revista Eletrônica de Direito de Estado**. n. 24, out/nov/dez, 2010. Disponível em: http://www.direitodoestado.com.br/codrevista.asp?cod=466. Acesso em: 20 dez. 2021

MUNIZ, Jaqueline. **Ser policial é sobretudo uma razão de ser: Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro** [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: UCAM, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Qualidade de vida em cinco passos**. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/dicas-em-saude/2107-qualidade-de-vida-em-cinco-passos. Acesso em 28 mar. 2020.

TAMAYO, Alvaro; PASCHOAL, Tatiane. A relação da motivação para o trabalho com as metas do trabalhador. **Revista de Administração Contemporânea**, Vol. 7, Out/Dez, 2003.

VICENTE, Carla; OLIVEIRA, Rui Aragão; MAROCO, João. "Análise fatorial do Inventário de Burnout de Maslach (MBI-HSS) em profissionais portugueses."Psicologia, saúde & doenças. v.14, n. 1, p. 152-167, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/236973659_Analise_Fatorial_do_Inventario_de_Burnout_de_Maslach_MBI-HSS_em_profissionais_portugueses. Acesso em: 20 dez. 2021

Sobre os Autores

Eleilton Souza

Cabo da Polícia Militar de Goiás, graduado em Análise de Sistemas pela PUC-Goiás, Pós-Graduado em Polícia e Segurança Pública pelo CAPM (PMGO), formado pelo 17º Curso Operacional de Rotam, atualmente trabalha no Serviço de Inteligência da ROTAM – PMGO.

Letícia de Sousa Moreira

Major Psicóloga da Polícia Militar do Tocantins, Professora e Orientadora do Programa de Pós-graduação do CAPM (PMGO), Mestre e Doutora em Desenvolvimento Humano e Saúde – UnB, membro do Instituto Brasileiro de Segurança Pública.

Recebido: 29 abr. 2021
Aceito: 16 dez. 2021

APÊNDICE

ANEXO I

COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS
PÓS –GRADUAÇÃO LATU SENSU EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

ALUNO: ELEILTONSOUZA

ORIENTADORA: MAJ LETICIA MOREIRA

TEMA DO ARTIGO CIENTÍFICO: VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DO POLICIAL MILITAR DE UNIDADES ESPECIALIZADAS E OS EFEITOS EM SUA QUALIDADE DE VIDA

1. Em qual Unidade Militar o Sr. trabalha?
[ ] GO - ROTAM
[ ] RJ-RECOM
[ ] AP – BOPE
[ ] TO – ROTAM
2. Qual sua idade?
18-25
26-31
32-37
38-43
44-50
51-60
3. Quantos anos de serviço?
0-5
6-11
12-17
18-23
24-30
4. Qual posto ou graduação?
Soldado
Cabo
Sargento
Subtenente
Tenente
Capitão
Major
Tenente Coronel
5. Como está sua saúde de forma geral?
Boa
Regular

Ruim
6. A Unidade Militar onde o Sr. trabalha, incentiva ou proporciona meios para que seja realizada atividade física militar?
Sim
Não
7. Se a resposta anterior foi SIM, quando é realizada essa atividade física?
Horário de serviço
Horário de folga
8. De que forma a atividade física é realizada?
Com a equipe
Individual
9. Como sua Unidade Militar poderia melhorar a prática de atividade física?
_____
10. Como você considera a forma de ascensão a carreira em sua instituição?
[ ] Rápida
[ ] Intermediaria
[ ] Lenta
11. Considera essa forma de ascensão à carreira justa?
[ ] Sim
[ ] Não
12. Sua instituição possui a possibilidade de ascensão à carreira por ato de bravura?
[ ] Sim
[ ] Não
13. Qual seu posicionamento a respeito?
_____
_____

14. O Sr. se sente motivado em seu trabalho?
[ ] Sim
[ ] Não
15. O Sr. se sente Reconhecido pelo seu trabalho?
[ ] Sim
[ ] Não
16. O Sr. se sente Valorizado pelo seu trabalho?
[ ] Sim
[ ] Não
17. Como o sr. se sente motivado, reconhecido ou valorizado por seu trabalho? Através de qual (is) mecanismo (s)
_____
_____
18. Em algum momento o Sr já precisou recorrer a ajuda psicológica em decorrência do serviço?
[ ] Sim
[ ] Não
19. Se Sim como foi feita essa procura?
[ ] Por meios próprios
[ ] Na instituição
20. Sua Unidade Militar proporciona cuidados com a saúde mental?

[ ] Sim
[ ] Não
21. Se Sim como isso é feito?
[ ] Programas de prevenção
[ ] Atendimento com profissionais da área
[ ] Outro tipo de ação que a Unidade Militar promove _____
22. Em uma escala de 0 a 10 qual seu grau de satisfação como a valorização que tem recebido da sua Unidade Militar?
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
23. Qual sua sugestão para sua unidade melhorar a motivação, o reconhecimento e valorização profissional? _____

POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS
11 JUNHO 1940
ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR

ISSN 2175-053X

MULHERES NAS POLÍCIAS MILITARES FRENTE A IGUALDADE DE GÊNERO

Ana Paula de Toledo Vieira

Polícia Militar do Estado de Goias, Goiânia/GO, Brasil. E-mail: aptoledovieira@hotmail.com

Gabriella Vicente Martins

Polícia Militar do Estado de Goias, Goiânia/GO, Brasil. E-mail: gvicentemartins@yahoo.com.br

RESUMO: As mudanças constitucionais desde 1988 trouxeram grandes avanços que esbarram no sistema de cotas, largamente utilizado, nas Polícias Militares. O Acesso restrito é justificado, apenas, pelas diferenças físicas entre mulheres e homens. A principal função do policial é "correr atrás do bandido" e, para a maior parte das Polícias Militares do Brasil e Distrito Federal, as mulheres não são competentes para exercer tal função. Um dos principais objetivos deste trabalho é entender e demonstrar que as relações de poder e gênero estabelecidas, tanto no momento de divulgação do edital do concurso para policial militar, quanto no exercício da atividade fim, estão baseadas em estereótipos machistas que reforçam, ainda mais, a desigualdade entre os gêneros nas instituições militares.

Palavras-chave: Gênero. Polícia Militar. Reserva de vagas.

WOMEN IN MILITARY POLICE FACING GENDER EQUALITY

ABSTRACT: Constitutional changes since 1988 brought great advances that collide with the quota system, widely used by the Military Police. Restricted access is justified only by the physical differences between women and men. The main function of the police officer is "to chase the bandit" and, for most of the Military Police in Brazil and the Federal District, women are not competent to exercise this function. One of the main objectives of this work is to understand and demonstrate that the relations of power and gender established, both at the time of publicizing the notice of the contest for military police, and in the exercise of the main activity, are based on sexist stereotypes that reinforce, even more, gender inequality in military institutions.

Keywords: Gender. Military Police. Reserve of vacancies.

Introdução

A Revolução Francesa e o Iluminismo deram de presente ao mundo as primeiras reivindicações dos Direitos das Mulheres em 1798, quando neste ano, Condorcet deputado da Convenção escreveu sobre os direitos femininos a participação política no Jounal de la Sociéte . As obras iniciais de caráter feminista, com mulheres atuando como autoras, foram das inglesas Mary Wortley Montagu e Mary Wollstonecraft (CAMPO, 2011). Esta última escreveu o livro "Em Defesa dos Direitos das Mulheres (2020).

Já no século 19, a Revolução Industrial colocou as mulheres nas fábricas e as ideologias socialistas se consolidaram, de modo que o feminismo se fortificou como um aliado do movimento operário (OLIVEIRI, 2007). Nesse contexto realizou-se a primeira convenção dos direitos da mulher em Seneca Falls, Nova York em 1848. As relações de gênero são construídas historicamente por isso é preciso analisar como essas relações estão estruturadas com base nas relações sociais, considerando o processo dinâmico dos indivíduos se relacionarem entre si.

É no movimento entre as determinações sócio estruturais, as conquistas culturais e as iniciativas dos indivíduos em sua singularidade que se definem formas de ser e agir quanto às relações de gênero (SANTOS, 2005). A categoria "gênero" contribui para desnaturalizar e historizar as desigualdades entre homens e mulheres, sendo entendida de modo histórico e relacional e não como "oposições decorrentes de traços inerentes aos distintos seres" para que não se incorra no erro de deixar de identificar "os diferentes poderes detidos e sofridos por homens e mulheres" (SAFFIOTI, 1992, p. 193).

Para melhor entendimento, vamos definir que " gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos… o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder" (SCOTT, 1995, p. 20).Ou seja, gênero está vinculado a construções sociais, não a características naturais. O gênero, portanto, se refere a tudo aquilo que foi definido ao longo tempo e que a nossa sociedade entende como o papel, função ou comportamento esperado de alguém com base em seu sexo biológico.

Em seu artigo "Gênero, o que é isso?", a psicólogo Maria Eunice Guedes (1995) define bem essa questão de imposição de gênero com o seguinte exemplo:

> Muitas vezes escutamos frases como "cuidar da casa é coisa de mulher". O que está por trás de frases desse tipo é justamente a questão de gênero: se o que caracteriza "ser mulher" são simplesmente características biológicas e anatômicas, não haveria razão para alguém atribuir uma atividade especificamente às mulheres. Afinal, qual genitália uma pessoa tem não faria

> diferença na hora de limpar a casa. Isso demonstra que há algum sentido a mais atribuído a "ser mulher", algo que vá além do sexo biológico. Esse "algo além" é, justamente, o gênero." (GUEDES, 1995, p. 5)

Na estrutura social que vivemos, os homens são considerados provedores e a mulheres "cuidadoras" e dependentes dos homens, naturalmente, os espaços sociais públicos se tornaram ocupados, na maior parte, por homens, enquanto os espaços sociais privado-domésticos ou relacionados ao "cuidar" (como as áreas da saúde e da educação, principalmente) se tornaram ocupados, na maior parte, por mulheres. Essa ideia não está só enraizada na vida social e estrutural familiar, mas também nas relações de trabalho, principalmente naquelas profissões que, historicamente, são dominadas pelo gênero masculino.

A busca pela igualdade de gênero persiste em diversas esferas da sociedade sendo percebida de foram latentes na segurança pública, principalmente nas polícias militares de todo o Brasil. Apesar das campanhas femininas pedindo o reconhecimento de que as mulheres não devem ser discriminadas em virtude do seu gênero, as polícias militares continuam estabelecendo reserva de vaga para as mulheres entrarem nas corporações.

No ano de 2014 uma candidata para o concurso da Polícia Militar do Rio de Janeiro entrou na justiça comum exigindo a sua convocação para as outras etapas da seleção. Na época deste concurso foram convocados paras as etapas posteriores a prova escrita, duas vezes mais homens do que mulheres, ação que deixava a candidata fora da convocação, mesmo a candidata tendo uma nota mais alta que a maioria dos homens convocados.

No recurso, no qual requeria antecipação de tutela para prestar as demais etapas do concurso, a candidata alegou ser inconstitucional o tratamento anti-isonômico entre homens e mulheres no concurso. A decisão monocrática foi publicada no último dia 30 de março do mesmo ano (TJRJ, 2014).

> Embora os candidatos de concursos públicos devam ter tratamento isonômico, a lei pode estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir, conforme diz o artigo 39, parágrafo 3º da Constituição (TJRJ, 2014).

Naquele mesmo ano de 2014 outros editais precisaram ser alterados. As seleções para soldado e oficial da Policia Militar e do Corpo de Bombeiros do Mato Grosso do Sul foram retificados após uma recomendação do Ministério Público, por meio de uma Ação Civil Pública (ACP). A solicitação da ACP foi pela igualdade do número de vagas entre homens e mulheres pois ao fazer essa limitação de vagas haveria uma interferência na convocação para as demais fases do concurso. No concurso citado seriam 93 vagas para o sexo masculino e 23 para o feminino.

Casos como esses são mais comuns nos editais do que nos tribunais. A maior parte dos candidatos considera normal essa reserva de vagas diferenciada para as mulheres nos concursos para as Polícias Militares. Esse senso comum paira devido ao machismo que reina sobre a nossa sociedade há muito tempo, mas isso não significa que aos olhos da lei, esse costume seja legal.

O número reduzido de mulheres associadas a segurança pública é reduzido, não apenas no Brasil, mas no mundo todo. A luta pela igualdade de gênero tem sido árdua e evolutiva, mas no campo da segurança tem encontrado barreiras e caminhado em direção oposta no Brasil. Na maioria dos concursos para a Polícia Militar, nas diversas Federações e Distrito Federal, existe a reserva de vagas de 10% para as mulheres.

Esse tipo de ação, de reservar uma quantidade mínima para as mulheres, em concursos para a polícia militar vai de encontro a todas as ações que buscam promover a igualdade e diversidade, ao criar cotas para a integração de grupos específicos que foram marginalizados, historicamente, pela sociedade. A presença feminina nos quadros de funcionais é tão necessária quanto a masculina. Essa importância é ressaltada, inclusive na lei, no Código de Processo Penal Brasileiro (BRASIL, 1941), no artigo 249 que afirma: “A busca em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência”, ou seja, essa busca feminina não será realizada por uma mulher apenas se isso causar um prejuízo para as diligências.

Outra lei que ressalta a importância da diversidade de gêneros nas polícias é a Lei nº 11.340, de 2006, conhecida popularmente pela Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Em seu artigo 10-A, a lei assegura a mulher vítima de violência doméstica e familiar o atendimento preferencial por policiais femininas.

Um exemplo dessa importância é que a Polícia Militar do Estado de Goiás, criou no dia 05 de janeiro de 2016, por meio do Decreto nº 8.524, a Patrulha Maria da Penha – PMP. A PMP é encarregada do policiamento ostensivo de segurança específica para o atendimento qualificado às ocorrências de violência doméstica contra a mulher. A patrulha, constituída, em sua maioria , por mulheres, presta atendimento especializado às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, realizando atendimento policial militar de natureza preventiva às essas mulheres, especialmente por meio de visitas comunitárias e solidárias.

De acordo com a pesquisa realizada pelo IBGE (2018), o quantitativo de policias militares femininas no Brasil representa apenas 13,4% do total de policiais na corporação. Esse número está muito longe do ideal e retrata a necessidade de uma representação de gênero mais igualitária, uma vez

que as mulheres representam 51% da população brasileira (IBGE, 2010).

Mas o aumento desse efetivo esbarra, não na procura e na vontade das mulheres em se tornarem policiais militares, mas na cota de 10% do número total de vagas para o sexo feminino nos concursos militares. Um grande equívoco entre os próprios membros das forças policiais e comunidade em geral é confundir a "força policial" com a "força física" mesmo que a atividade policial, por muitas vezes, exija, em sua atividade o uso da força física.

Beato Filho (1999) reflete sobre esse assunto ao falar sobre a mistificação de que a atividade policial se restringe ao combate aos delitos criminais, que de fato representam somente 15% da totalidade das atividades de policiamento ostensivo, que também estão engajadas em "pacificação, mediação de conflitos, inclusive em âmbitos doméstico, patrulhamento e, em volume significativo, assistenciais".

Ilegalidade das Cotas

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, V, a Polícia Militar é um dos órgãos responsáveis pela segurança pública, sendo o seu papel exercer a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública (art. 144, § 5º). O parágrafo 6º do mesmo artigo dispõe que as polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Já no o artigo 42 da nossa Constituição Brasileira de 1988, fica expresso que os membros das polícias militares e corpos de bombeiros militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, caput dado pela Emenda Constitucional nº 18 de 05/02/1998.

Em nenhum momento, ao lermos os artigos relacionados à segurança, encontramos algo referente a reserva de vagas, ou seja, cotas para a aceitação de qualquer sexo (masculino ou feminino) nas polícias militares. Isso nos leva a reflexão de que essa reserva de vagas para o sexo feminino em um edital para ingressar na Corporação Polícia Militar violam os direitos fundamentais de igualdade e não discriminação, direitos estes, assegurados pela Constituição Federal de 1988, como também por tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil.

Ou seja, não existe lei que permita à nenhuma Polícia Militar fazer distinção de vagas para homens e mulheres. Deve ser obedecida a Constituição que veda distinção de qualquer natureza

nos concursos públicos. Isto já ocorre nas polícias Civil e Federal e as respectivas forças de segurança não alegam a necessidade de ter mais homens do que mulheres em seus quadros.

A Constituição Federal de 1998 delega as leis estaduais a organização de suas respectivas polícias militares, cada ente da federação deve estabelecer suas próprias regras para o ingresso na Instituição.

Luciane Benedita Duarte Pivetta realizou um estudo no ano de 2019, sobre a reserva de vagas para as mulheres nos últimos editais (2018-2019) de concursos para as Polícias Militares de cada estado brasileiro, observando se houve alguma restrição ou incentivo no ingresso do gênero feminino (PIVETTA, 2019).

De acordo com o estudo, 74% dos estados brasileiros impuseram um limite máximo na seleção de mulheres, independentemente de sua classificação no concurso público. A pesquisa ainda revelou que a entrada de mulheres na polícia militar na última década foi limitada entre 5 a 50 % das vagas toais nos concursos realizados em 20 estados brasileiros. Nos estados que reservaram o número de vagas para as mulheres, 100% das restrições foram estabelecidas no próprio edital de abertura do concurso, e somente em 50% dos casos havia algum respaldo legal para a limitação de vagas.

Em 1975 a ONU proclamou como o Ano Internacional da Mulher e declarou o período 1976-1985 como a Década da Mulher. Estes anos foram conhecidos pelas conquistas de direitos, em face da realização de muitas conferências de cunho internacional para deliberar e reivindicar direitos para as mulheres.

Em 1979 tivemos a “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher” (CEDAW), um tratado internacional aprovado pela ONU e considerado um importante passo para o reconhecimento dos direitos das mulheres como direitos humanos. O Tratado possui exigências para que os Estados garantam o respeito aos direitos das mulheres, combinando a proibição da discriminação com políticas compensatórias que acelerem a igualdade por meio da adoção de medidas afirmativas, especiais e temporárias voltadas a aliviar e remediar o padrão discriminatório que alcança as mulheres.

Esse Tratado foi ratificado por 188 Estados, muitos com reservas e objeções em convenção adotada pela Resolução n. 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 18 de dezembro de 1979 e ratificada pelo Brasil em 1º de fevereiro de 1984. Foi, porém, aprovado pelo Brasil em 06 de junho de 2002 por meio do decreto legislativo no. 107 e sua promulgação se deu em 30 de julho de 2002 por meio

do decreto no. 4.316.

Já em seu artigo 1°, a CEDAW apresenta o conceito da expressão “discriminação contra a mulher”:

> Para fins da presente Convenção, o termo “discriminação contra mulheres” significa qualquer distinção, exclusão ou restrição feitas com base no gênero que tem o efeito ou propósito de prejudicar ou invalidar o reconhecimento, gozo ou exercício pelas mulheres, independentemente do seu estado civil, em base de igualdade entre homens e mulheres, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro campo. (ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 1979)

A discriminação sobre empregos é ressaltada no artigo 11, nas alíneas “a e b”. Neste artigo é acordado que os Estados-Partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera do emprego a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, os mesmos direitos, em particular: a) O direito ao trabalho como direito inalienável de todo ser humano; b) O direito às mesmas oportunidades de emprego, inclusive a aplicação dos mesmos critérios de seleção em questões de emprego. (SOUZA, 2009).

O Estado de São Paulo já está evoluído em relação aos seus editais para preencher o quadro de servidores para a Polícia Militar (SÃO PAULO, 2021). No edital de concurso público Nº DP-1/321/21, já no início o edital especifica que a Diretoria de Pessoal da Polícia Militar do Estado de São Paulo torna pública a abertura das inscrições para a realização de concurso público e estabelece normas específicas destinadas a selecionar candidatos visando ao provimento de 2.700 (dois mil e setecentos) cargos de Soldado PM de 2ª Classe do Quadro de Praças de Polícia Militar (QPPM), destinados a candidatos do sexo masculino e feminino (SÃO PAULO, 2021).

Ou seja, não existe reserva de vagas para o gênero feminino. A única diferenciação que é feita no edital é para a fase do Teste de Aptidão Física, em que são especificados, as diferenças dos exercícios para os gêneros masculino e feminino. Ainda no decorrer do edital, na página 2, são elencadas as atribuições do cargo de Soldado PM de 2ª Classe. Em nenhum momento é ressaltado alguma atribuição diferenciada para homens e mulheres. Todos que passarem no concurso deverão cumprir as mesmas funções, independente do gênero.

No Estado de Goiás, por exemplo, existe a reserva de vagas, de 10%, para as mulheres em relação aos concursos para a Polícia Militar. No último certame realizado pelo Estado foram oferecidas, no total, 2.420 (duas mil quatrocentos e vinte) vagas para o cargo de Soldado de 3ª Classe e 80 (oitenta) vagas para o cargo de Cadete, para provimento efetivo.

As vagas foram distribuídas entre homens e mulheres e a disparidade entre elas fica evidente. Para o 1º CRPM, sediado em Goiânia, foram ofertadas 738 para o sexo masculino e 82 vagas para o sexo feminino, totalizando 820 vagas. Do total das 2.420 vagas, 2.178 foram ofertadas para o gênero masculino e 242 vagas para o feminino.

Apesar da maior lei brasileira, a Constituição Federal da República Brasileira de 1988 (CR/1988), ter vetado a discriminação com origem no sexo, as instituições policiais militares reforçam, a cada edital para a entrada de novos policiais , enfatizam uma ideologia de papéis sociais que supostamente estariam de acordo com a biologia do indivíduo (se homem ou mulher), o que contribui para a reprodução de relações de gênero desiguais.

Os direitos de igualdade e não discriminação

Quando pensamos no direito à igualdade e o de não discriminação, precisamos entender que ele é abrangente, atinge não apenas a esfera da nossa Constituição Federal de 1988, mas também os mecanismos internacionais e regionais que devem ser contextualizados no serviço policial brasileiro e nas questões de gênero.

Ao falarmos sobre o direito de igualdade torna-se necessário abordarmos os diversos primas como: conceito de igualdade formal, material, real ou substancial, transformadora e de resultados (FREEMAN *et al*. 2012). A igualdade formal, de maneira resumida, compreende que os indivíduos em situações comparáveis devem ser tratados de forma idêntica. Todas as vezes que essa igualdade é evocada, refere-se ao Estado visto sob sua natureza formal, no sentido de ser a igualdade perante a lei com a preocupação e o comando legal do tratamento igualitário sem aferições sobre qualidades ou atributos pessoais e explícitos dos destinatários da norma (SILVA, 2012).

Essa igualdade formal é resultado da perspectiva política do Estado de Direito, que é fundado na lei, no sentido da lei igual para todos. Assim, todos são iguais perante a lei como forma de garantia dos direitos fundamentais estabelecidos por este Estado legal. Esse conceito defende que a igualdade formal propicia as mesmas condições de usufruto de direitos por todos (FREEMAN *et al.* 2012).

Mas esse conceito é criticado por não considerar o fato que os indivíduos são diferentes, distintos, historicamente e socialmente, e deixa e incorporar, em seu conceito, as dificuldades oriundas de uma estrutura discriminatória em que estes indivíduos estão inseridos. Basear-se neste conceito de igualdade formal é aceitar que a realização de um recrutamento diferenciado para as mulheres, tanto

para aceitar ou restringir a entradas delas em uma Polícia Militar, e isso seria completamente inaceitável.

Na contramão seguem a igualdade substancial, material ou real, defendendo que em face de condições não similares, o tratamento deve ser diferenciado de modo a contemplar tais disparidades individuais ou coletivas. Olhando pelo prisma da cota de 10% reservados para as mulheres nos concursos militares entendemos que a existência de uma seleção diferenciada para o favorecimento da entrada de mulheres nas polícias, em geral, poderia ser justificada , de levamos em consideração, todas as dificuldades históricas enfrentadas pelas mulheres no ambiente policial.

Falar de igualdade não é simples. Precisamos entender, também, o conceito de igualdade transformadora que visa atingir a igualdade de modo pleno e romper o ciclo de desvantagem que vem sendo perpetuado em alguns casos. A CEDAW, em seu artigo 5, fala sobre a promoção da igualdade transformadora de gênero e estabelece os estados-partes devem implementar medidas adequadas para modificar os padrões socioculturais de conduta de homens e mulheres .

Feminino X Policia Militar

As funções de repressão, proteção e vigilância sempre foram associadas com características de força física, atributos que não estariam presentes nas mulheres (PALOMBO, 1992). Na cultura militar, segue-se o padrão de gênero masculino, ou seja, reserva-se aos homens o espaço público e às mulheres o ambiente privado.

O conceito que faz uma ligação entre homens e contexto público e as mulheres ao privado foi contestado, por Mary Wollstonecraft (2020), escritora inglesa e uma das percussoras do feminismo, quando na Inglaterra, criticou os pensamentos do filósofo Jean-Jacques Rousseau (2019). Rousseau acreditava que o homem pertencia ao mundo externo e a mulher ao interno, devendo sempre estar a serviço do homem. Wollstonecraft (2020) contestou que existem diferenças naturais entre homens e mulheres, tanto de caráter quanto de inteligência. A suposta inferioridade da mulher dava-se pela sua educação, propondo, então, que as mulheres passassem a ter as mesmas oportunidades de formação intelectual, bem como de desenvolver-se fisicamente, como os homens (ALVES, 1981).

A construção do conceito feminino, ao longo do tempo, vem sofrendo mudanças, mas muitos “pré-conceitos” ainda continuam enraizados em nossa sociedade, principalmente no meio onde existe a hierarquia e disciplina como bases estruturais. As funções primordiais femininas como a reprodução, a amamentação e a criação dos filhos ainda permeiam no consciente de muitos.

Para melhor entendimento dessa relação controversa entre feminino e militarismo, vamos destacar que o sexo se refere ás determinações biológicas (macho e fêmea), já o gênero incorpora o cultural (feminino e masculino), referindo-se a identidade assumida pelos indivíduos quando a representação de papeis sociais dentro das Instituições militares. (CAPPELLE, 2006).

O fato da mulher ser aceita, de forma tardia, nos quadros das Polícias Militares, fez com que o ambiente policial militar fosse construído sob uma perspectiva, extremamente masculina, criando uma cultura difícil de ser quebrada. Esse é um dos grandes obstáculos encontrados: a Instituição Polícia Militar não quer evoluir para receber a mulher em seu quadro de servidores.

De acordo com a pesquisa citada anteriormente, Pivetta (2019) demonstra que as entrevistadas reportaram que apenas 6,5% das unidades policiais contam com creches, enquanto 67,6% possuem dormitórios femininos. Nem mesmo o básico banheiro de uso exclusivo feminino é contemplado na totalidade das unidades policiais (86,2%). Em relação ao equipamento de proteção pessoal, somente 39,7% tiveram acesso a coletes balísticos ergonomicamente adaptados ao corpo feminino, o que pode gerar não somente um desconforto, mas danos à saúde a longo prazo.

Na década de 1950, surgiu a ideia de empregar mulheres em missões policiais no Brasil, com o intuito de sanar lacunas existentes na organização policial. A ideia surgiu após a observação da inclusão de mulheres no contingente policial em vários países da Europa e nos EUA, constatando que uma policial feminina seria mais indicada para atender certas ocorrências no setor de segurança pública, como por exemplo, a prostituição e a delinquência juvenil. (SÃO PAULO, 2009)

O nome de Hilda Macedo fez história nessa década. Assistente da cadeira de criminologia da Escola de Polícia de São Paulo, ela defendeu a igual competência de homens e mulheres ao apresentar, no I Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia, uma tese sobre a Polícia Militar, onde escreve: “a criação da Polícia Feminina é, pois, de se aconselhar formalmente, sendo encomiástico um voto para seu imediato estabelecimento consubstanciando uma corporação que formará harmonicamente ao lado de seus irmãos, os policiais, para o melhor cumprimento da lei de da manutenção da ordem, dentro dos ditames da compreensão, do auxílio e da bondade”. (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2009)

Na data de 12 de maio do mesmo ano, sob o Decreto 24.548, institui-se, na Guarda Civil de São Paulo, o corpo de Policiamento Especial Feminino e, na mesma data, Hilda Macedo tornou-se a primeira comandante do Policiamento Especial Feminino. Passava a ser a primeira Polícia Feminina do Brasil, pioneira também na América Latina, sendo-lhe atribuídas as missões que melhor se ajustavam

ao trabalho feminino conforme as necessidades sociais da época: a proteção de mulheres e jovens.

No Estado de Goiás, a aceitação de mulheres na Polícia Militar, demorou alguns anos a mais. Isso só foi ocorrer em 20 de fevereiro de 1986 quando entrou a primeira turma de policiais femininas na Polícia Militar do Estado de Goiás. Naquela época, as candidatas deveriam ter de 18 a 26 anos, altura mínima de 1,60 m, solteiras, viúvas ou legalmente separadas e, se tivessem filhos, eram obrigadas a transferir a guarda para terceiros.

Além disso, nos próximos dois anos do curso de formação, elas não poderiam se casar. A seleção era feita mediante aplicação de prova intelectual, avaliação médica, teste de aptidão física e avaliação psicológica. Trabalhavam sempre em duplas, prestando informações à população, mas não faziam abordagens. Exerciam um papel figurativo, faziam o serviço de guarda no Aeroporto de Goiânia, Rodoviária, no trânsito, etc. Usavam saias. A calça foi fazer parte do fardamento somente a partir da segunda ou terceira turma. (TRIBUNA DO PLANALTO, 2016)

Após 35 anos da formação da entrada da primeira turma de policiais femininas, as chamadas "PFEMS" como são conhecidas por seus pares, ainda continuam sendo a minoria e enfrentando desafios na Instituição. Como citado anteriormente, a Polícia Militar de Goiás, reserva 10% das vagas para o público feminino e, por isso, as mulheres estão sempre atrás no quantitativo do quadro geral. (ver quadros em anexos)

Analisando o Quadro de Oficias da Polícia Miliar do Estado de Goiás notamos a discrepância de números entre homens e mulheres. Ressaltando que os oficias são considerados as lideranças dentro da PM, temos 32 coronéis homens e apenas 3 mulheres. No posto de tenente coronel temos 143 homens contra 13 mulheres; major 123 homens e 10 mulheres e capitão são 145 homens e 126 mulheres. No quadro de combatentes (QPPM) a diferença ainda é maior. Na graduação de sargentos (1º, 2º e 3º) temos 4.864 homens e 472 mulheres; cabos são 1083 homens e 115 mulheres; soldados (1ª e 2ª classe) são 2.938 homens e 322 mulheres.

No Brasil, muito menos nos entes federativos, não existe uma política para incentivar o ingresso das mulheres na polícia, o que vem de encontro a representatividade feminina no Brasil que segundo o IBGE (2010) as mulheres são 51% da população brasileira.

O sexismo nas polícias não está presente apenas no Brasil, mas em diversas partes do mundo. O estado de Israel torna-se uma exceção no recrutamento de mulheres para as forças policiais: mulheres devem prestar o serviço militar obrigatório. Assim como os homens, as mulheres aptas são recrutadas

aos 18 anos de idade, e servem por um período inicial de dois anos. Após o cumprimento desse serviço, mulheres servem na reserva uma vez por ano, até os 24 anos de idade (enquanto seus pares masculinos servem até os 40 anos de idade).

Conclusão

A participação das mulheres nas Polícias Militares é um desafio para as políticas de gêneros brasileira. A ideia de inferioridade física e do papel provado das mulheres nas polícias será um desafio a ser enfrentado ainda por várias gerações.

Será preciso que o poder público entenda a ilegalidade na reserva de cotas para as mulheres nos concursos das polícias militares assim como o Estado entenda que será preciso traçar estratégias para que essa diferença estratosférica na quantidade de mulheres nas polícias.

Apesar das mudanças advindas com a Constituição Federal de 1988, os obstáculos ao ingresso das mulheres na Polícias Militares ainda são visíveis, incluindo desde a cota máxima para a incorporação feminina até mecanismos utilizados para a saída nos cursos de formações, especialmente na parte física.

A entrada das mulheres nas Policias Militares abre a possibilidade para a modernização das instituições (MOREIRA,2011), de uma polícia mais aberta para a comunidade, democratização das ações. Mas apesar desse possível avanço, a entrada em maior número de mulheres na Polícia Militar é vista como uma ameaça para muitos homens.

Infelizmente poucas são as reflexões sobre o baixo números de mulheres policiais militares, não pela falta de interesse do gênero, mas pela discriminação e ilegalidade nas reservas de 10% das vagas dos editais para os concursos. Uma das justificativas utilizadas para estabelecer esse quantitativo das mulheres nas Policias Militares tem a ver com uma suposta resistência física "frágil" em relação aos homens. Neste sentido, encuca-se na tropa que a postura de um policial deverá ser assemelhada ao estilo "masculino", sendo simbolizado, por exemplo, pela frase "ser policial militar", que vem incorporada com aspectos de poder alheios aos ditos "atributos femininos".

É comum, por exemplo, ouvir a tropa (majoritariamente constituída de homens) falar que a mulher perde a feminilidade ao vestir a farda. Esse tipo de pensamento demonstra primeiramente, a sexualização da mulher nas instituições militares e também, que para tornar-se militar, ela precisa "masculinizar-se" e invadir o espaço criado no inconsciente coletivo de policial militar idealizado.

As próprias mulheres que fazem parte do quadro de policias militares encontram obstáculos, após os cursos de formação, para entenderem o verdadeiro papel feminino dentro da corporação. As cobranças durante os cursos de formação e no cotidiano do trabalho são direcionadas para o fato de que

essas mulheres (policiais) não podem parecer fracas. Não podem demonstrar nenhum traço de feminilidade estabelecido pela ideologia de gênero da sociedade.

Ao correrem, ao atirarem, ao realizarem uma abordagem policial, ao atenderem um chamado de ocorrência, tudo precisa ser feito tendo como base o parâmetro feminino. A feminilidade não é algo considerado pelo militarismo. As mulheres vestem fardas para serem como os homens.

A reserva de vaga para mulheres nos concursos das Polícias Militares é uma forma de mascarar toda uma carga de machismo e herança de estereótipos femininos que permeiam a nossa sociedade. É preciso que ocorra reflexões, e que essas mulheres/policiais se levantem e entendam que o seu papel nas instituições militares é muito mais do que fazer tudo como os homens fazem.

Contribuições dos Autores

As autoras contribuíram de forma igual na problematização, conceitualização, metodologia, coleta de dados, análise de dados, redação e revisão final do manuscrito.

Referencia Bibliográfica

ALVES, Branca Moreira; PINTANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. **Código de Processo Penal Brasileiro**. Decreto lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. 1941 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em 08 set. 2021.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção para Eliminar todas as formas de Discriminação Contra A Mulher** (CEDAW), 1979. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf. Acesso em 08 set. 2021.

BEATO FILHO, Cláudio C. Políticas públicas de segurança e a questão policial. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, p. 13-27, 1999. Disponível em: https://dx.doi.org/10.1590/S0102-8839199900040000.

CAMPO, Isabela Candeloro. O livro" Direitos das mulheres e injustiça dos homens" de Nísia Floresta: **Literatura, mulheres e o Brasil do século XIX**. História (São Paulo), v. 30, p. 196-213, 2011.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. **O trabalho feminino no Policiamento Operacional: subjetividade, relações de poder e gênero na oitava região da Polícia Militar de Minas Gerais**. Doutorado (Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. 2006. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMG_d5347d1d5aae26bb00d8879e4ef40ef6. Acesso em: 5 abr. 2020. Acesso em 08 set. 2021.

FREEMAN, M., Chinkin, C., Rudolf, B. The UN Convention on the Elimination of All Forms of

Discrimination against Women: a commentary. Oxford: **Oxford University Press**. 2006.

GOIÁS. Policia Militar do Estado de Goias. **Edital de abertura – PM/GO/ Edital n. 005**, 2016. Disponível em: http://funrio.selecao.net.br/uploads/47/concursos/8/anexos/de4d3e444d8b9825696a85e571b05dca.pdf. Acesso em 08 set. 2021.

IBGE (2018). **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. [Online]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em 4 mar. 2019.

GUEDES, Mª. Gênero, o que é isso?. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 15, p. 4-11, 1995

PAIVA, W. A. de. A questão da mulher em Rousseau e as críticas de Mary Wollstonecraft. **Ethic@**, v. *18*, n. 3, 2019, p. 357–380. Disponível em: https://doi.org/10.5007/1677-2954.2019v18n3p357.

PALOMBO, Joseph. "Attitudes, training, performance, and retention of female and minority police officers". In: UNSINGER, Peter C.; FELKENES, George. Diversity, affirmative action and law enforcement. Springfield: **Charles C. Thomas Publisher**, 1992. p. 57-90.

PIVETTA, Luciane B. Duarte. **A (I) legalidade do recrutamento de policiais militares femininas**. Revista brasileira de Ciências Policiais (jul/dez 2019). Brasília, v. 10, n. 2, p. 55-89, jul/dez 2019.

SÃO PAULO**.** Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **54 anos da Polícia Feminina do Estado de São Paulo**. 2009. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=269194. Acesso em 08 set. 2021.

SÃO PAULO. Policia Militar do Estado de São Paulo. **Edital de abertura/ PM/SP n. 1/321/21**, 2021. Disponível em: https://www.concursos.policiamilitar.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/Edital-DP-1-321-21-SD-PM-2-CL-V-FINAL-SITE.PDF. Acesso em 08 set. 2021.

SAFFIOTI, H.I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: OLVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SANTOS, S. M. de M. **O pensamento da esquerda e a política de identidade: as particularidades da luta pela liberdade de Orientação Sexual**.. Tese (Doutorado em Serviço Social) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFPE, Recife, 2005. 333 p.

SILVA, Nícolas Trindade da. **Da Igualdade Formal a Igualdade Material. Conteúdo Jurídico**. Brasília-DF. 2021. Disponível em: https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/32423/da-igualdade-formal-a-igualdade-material. Acesso em: 28 set. 2021.

SOUZA, Mércia Cardoso de. A Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e suas Implicações para o Direito. **Revista Eletrônica de Direito Internacional**, vol. 5, 2009, pp. 346-386. Disponível em: http://centrodireitointernacional.com.br/static/revistaeletronica/volume5/arquivos_pdf/sumario/mercia_cardoso.pdf. Acesso em: 28 set. 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TJRJ) **AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 0013467-56.2014.8.19.0000**, 12ª CÂMARA, 2014.

TRIBUNA DO PLANALTO. **Mulheres na PM: 30 anos de história em Goiás**, 2016.

WOLLSTONECRAFT, M. **Reivindicação dos direitos da mulher**. 1ª Ed. São Paulo: Lafonte, 2020.

Sobre os Autores

Gabriella Vicente Martins

Bacharel em Jornalismo pela UFG, Bacharel em Direito pela UNIFASAM, Pós Graduanda em Assessoria de Comunicação pela UFG, cursando MBA em Inteligência Estratégica e Competitiva na Segurança Pública pela Faculdade Sensu.

Ana Paula de Toledo Vieira

Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Católica de Goiás (2002), mestrado em Medicina Tropical e Saúde Pública pela Universidade Federal de Goiás (2012), e atualmente é doutoranda em Direitos Humanos, no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos na Universidade Federal de Goiás.

Recebido: 04 jan. 2021
Aceito:12 jan. 2022

POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS
11 JUNHO 1940
ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR

ISSN 2175-053X

ARTIGO

ROUBOS E FURTOS CONTRA PROPRIEDADES RURAIS EM CRISTALINA/GO: ANÁLISE SOBRE OS BENS SUBTRAÍDOS, AS PERDAS PATRIMONIAIS E AS CIRCUNSTÂNCIAS DOS FATOS

Carlos Antonio Ferreira de Oliveira

Polícia Militar do Estado de Goiás, Goiânia/GO, Brasil. E-mail: prof.c.oliveira@gmail.com

Gabriel da Silva Medina

Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF, Brasil. E-mail: gabriel.medina@unb.br

RESUMO: O crime contra o patrimônio em zonas rurais pode comprometer as condições para o desenvolvimento rural de produtores por subtrair bens de importância para os meios de vida e para as condições de produção agropecuária. Esta investigação propõe descrever e comparar os crimes de roubos e furtos em Cristalina; quantificar, classificar e descrever as perdas patrimoniais dos bens subtraídos; e descrever as circunstâncias em que ocorreram o roubo e o furto e seu impacto nos produtores rurais. A pesquisa foi feita a partir dos registros de atendimentos integrados (boletins de ocorrências) dos crimes de roubo e furto contra propriedades rurais no município de Cristalina nos anos de 2017 e 2018. Os resultados demonstram que: no roubo, a subtração de bens específicos, como veículos, armas de fogo e celulares ocorreu em maior número, enquanto nos furtos, bens como transformadores de energia e bens vinculados diretamente à produção agropecuária foram em maior quantidade. As perdas patrimoniais foram maiores nos furtos. As condições e circunstâncias do roubo foram caracterizadas pela agressividade e pelo número de autores (média de 3); já no furto, a subtração de transformadores foi algo representativo. A perda patrimonial é relativamente alta para o produtor, comprometendo potencialmente suas condições de vida e sua atividade produtiva, tanto no roubo como no furto.

Palavras-chave: Criminalidade. Patrimônio. Produção rural. Vitimização.

ROBBERY AND THEFT AGAINST RURAL PROPERTIES IN CRISTALINA/GO: ANALYSIS ON THE ASSETS STOLEN, THE PATRIMONIAL LOSSES AND THE CIRCUMSTANCES OF THE CRIMES

ABSTRACT: Crime against property in rural areas can jeopardize farmer's development conditions given to the losses of assets that are fundamental either for their livelihoods or for agricultural production. This study aims to describe and compare the crimes of robbery and theft in Cristalina; quantify, classify and describe the property losses of assets stolen; and describe the circumstances in which crime occurred and their impact on farmers. The research was based on police records (report of occurrences) of crimes of robbery and theft against rural properties in the municipality of Cristalina in the years 2017 and 2018. The results show that: in robbery, the subtraction of specific goods, such as vehicles, firearms and cell phones occurred in greater numbers, while in thefts, goods such as energy transformers and assets directly linked to agricultural production are in greater quantity. Patrimonial losses are greater in thefts. The conditions and circumstances of the robbery are characterized by aggressiveness and by tshe number of perpetrators (average of 3); in theft, the subtraction of energy transformers is representative. The property loss is relatively high for the farmers, potentially jeopardizing their livelihoods as well as their farming activity, both in robbery and theft crimes.

Keywords: Crime. Patrimony. Rural production. Victimization.

Introdução

Dados da Gerência do Observatório de Segurança Pública (GEOSP) – da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, nos anos de 2017 e 2018, informam que foram registrados 892 roubos e 8.968 furtos contra propriedade rurais no estado (GEOSP, 2019). O município de Cristalina foi o mais afetado pela criminalidade rural em termos da quantidade de roubos, ficando em primeiro lugar em termos de registros dessa modalidade criminosa e vigésimo quarto quanto ao número de furtos. No município, foram registradas 53 ocorrências de roubos e 111 furtos, o que representa 6% e 1,2% respectivamente do total do estado (GEOSP, 2019).

Os dados do Instituto Mauro Borges (IMB, 2016, p. 2) mostram que "Cristalina é a décima maior economia de Goiás, com participação relativa de 1,2% no PIB estadual, sendo a agropecuária o principal setor de sua economia". Nesse município a agricultura é diversificada, sendo considerado o maior produtor do estado de trigo, sorgo, feijão, batata-inglesa, cebola, alho e tomate; o segundo maior produtor de algodão herbáceo; e terceiro maior produtor de milho, soja e café. Um terço dos empregos em Cristalina está no setor da agropecuária, seguido do comércio com 19,4%. O município está localizado na mesorregião Leste Goiano, na microrregião do Entorno de Brasília (IMB, 2016).

Para Shikida e Oliveira (2012, p. 102), "É praxe acreditar que, ao resolver os problemas econômicos e sociais de uma região, resolvem-se também os problemas da violência". Esses autores postulam ainda que "[...] a ideia de que fatores socioeconômicos são as causas da criminalidade leva à formulação de políticas que atuem no sentido de uma reforma social". Nesse contexto, locais desenvolvidos economicamente oportunizam ações criminosas que envolvam transferência de renda ou de patrimônio por meio de condutas ilícitas, como é caso do furto e do roubo.

Os crimes contra o patrimônio são o furto, o roubo, a extorsão, a usurpação, o dano, a apropriação indébita, o estelionato e a receptação. Nos anos de 2017 e 2018, os crimes contra o patrimônio mais recorrentes contra propriedades rurais, no Estado de Goiás, foram o furto e o roubo.

Enquanto o furto é praticado no oculto (sem que alguém presencie o ato), o roubo é caracterizado pela violência ou a grave ameaça no momento da subtração, ou seja, a(s) pessoa(s) terá(ão) sua integridade física ou psicológica violada.

Cohen e Felson (1979) dizem que os crimes patrimoniais são praticados tendo em vista o bem pretendido pelos criminosos, as condições das vítimas e as condições do ambiente onde ocorrerá o fato delituoso:

> As atividades legítimas de rotina geralmente fornecem os meios para cometer ofensas ou para se proteger contra pessoas que o fazem, mas também fornecem aos infratores alvos adequados. A adequação do alvo provavelmente refletirá itens como valor (ou seja, conveniência material ou simbólica de um alvo pessoal ou propriedade para os infratores), visibilidade física, acesso e a inércia de um alvo para o tratamento ilegal pelos infratores (incluindo o tamanho, peso, portabilidade) ou características de trancamento da propriedade que inibem sua remoção e a capacidade das vítimas pessoais a resistirem aos ataques com ou sem armas (COHEN; FELSON,

1979, p. 591, tradução minha)

Isto posto, o objetivo deste estudo é analisar os crimes de roubos e furtos cometidos contra propriedades rurais no município de Cristalina, suas implicações para perdas patrimoniais e, consequentemente, sobre os meios de vida e de produção dos agricultores, calculando as perdas patrimoniais contra as propriedades rurais.

Como objetivos específicos, busca-se: 1. descrever e comparar os registros de roubos e furtos, assim como também definir os bens subtraídos em maior quantidade e sua vinculação com a atividade produtiva; 2. quantificar, classificar e descrever as perdas patrimoniais para os produtores rurais no roubo e no furto; e, 3. descrever as condições e as circunstâncias em que ocorreram os crimes, a partir dos relatos das vítimas quanto aos bens intentados pelos autores do roubo na propriedade, a quantidade de autores na ocorrência do fato, a violência empregada e os dias da semana com maior incidência.

Referencial teórico

Desenvolvimento rural e segurança

Analisar o grau de desenvolvimento rural a partir de uma base territorial, local ou regional é salutar para o estudo sobre segurança pública, devido à complexidade e multidimensionalidade que esse desenvolvimento se projeta no território e impõe nas ações específicas de segurança para cada localidade. A interação de diversos atores dos setores produtivos e de apoio representa a heterogeneidade das atividades desenvolvidas no ambiente rural na atualidade. O meio rural, que antes tinha como função produtiva a agricultura, atualmente desenvolve diversas atividades. O desenvolvimento da infraestrutura local busca atender às exigências impostas para as atividades tradicionais das produções agrícolas e pecuárias, como também para novas atividades, como processamento de produtos naturais, turismo rural, entre outras, ou para a própria retenção da população na área rural com oferta de serviços e empregos. A necessidade de melhorar a infraestrutura de uma região exige, entre outras estratégias, a adoção de políticas públicas que promovam bem-estar social no campo, dentre essas as atividades de segurança (KAGEYAMA, 2008).

O estudo de Rocha et al. (2012), especificamente para municípios canavieiros paranaenses, apontou que o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (construído por esses autores) e os crimes violentos se moveram juntos. Ou seja, ocorreu um fenômeno aparentemente paradoxal, pois à medida em que o desenvolvimento se eleva, é de se esperar que os crimes violentos reduzam (correlação negativa). Nesse sentido, a hipótese aventada pelos autores é que a correlação positiva encontrada pode

estar vinculada com características particulares dessas regiões, não sendo a atividade canavieira, *per se*, responsável por esse resultado.

Beato Filho (1998, p. 6) ressalta que "ao contrário do proposto em pilhas de produção intelectual e pesquisa sistemática, a correlação a ser estabelecida para a explicação do crime não é com a pobreza, mas com a riqueza". Segundo o autor, a prosperidade enseja oportunidades para ações criminosas, pois aumentam os alvos (vítimas) e torna o delito um evento compensador em termos econômicos (BEATO FILHO, 1998).

No presente estudo, verifica-se que as mesorregiões mais desenvolvidas socioeconômica e culturalmente de Goiás são as mesorregiões Centro, Sul e Leste Goiano (IFG, 2014). Os mapas das produções agrícolas de soja, cana-de-açúcar e milho também apontam as mesorregiões Sul e Leste Goiano como as mais produtivas do estado (IMB, 2018). Pertinente ressaltar neste estudo que não se pode atribuir às atividades produtivas agrícolas a responsabilidade pelo aumento de criminalidade.

Os crimes contra o patrimônio (furto, roubo, extorsão, apropriação indébita, estelionato, receptação etc.) estão previstos no Código Penal Brasileiro (CPB) (BRASIL, 1940), sendo os furtos e os roubos os mais praticados contra propriedades rurais em Goiás. Tais crimes são conceituados como crimes lucrativos ou econômicos (BECKER, 1968; SHIKIDA, 2005), por causarem prejuízos financeiros às suas vítimas, daí a evidência de tais condutas delituosas com o aspecto econômico de uma região.

Legislação brasileira atinente ao estudo

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 144, diz que "a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio". Nesse sentido, os órgãos responsáveis são subordinados à União e aos Estados-membros. No caso do presente estudo, os delitos pesquisados são de atribuição preventiva da Polícia Militar e, em caso de ocorrência do fato, a investigação e indicação dos autores é responsabilidade da Polícia Civil (BRASIL, 1988).

Neste trabalho não se aterá a análise pormenorizada do provimento estatal que a ocorrência criminal deveria percorrer no sistema de justiça criminal brasileiro. No sistema brasileiro, a persecução criminal é composta por duas fases: a investigação criminal e o processo penal. A investigação criminal é o procedimento preliminar, de caráter administrativo, executado pela polícia judiciária (Polícia Federal ou Polícia Civil). No caso do crime estudado a investigação é realizada pela Polícia Civil. Nessa fase é que se junta e organiza as provas que vão formar a convicção do representante do Ministério Público quanto à justa causa para o oferecimento da denúncia. Já o processo penal é o procedimento judicial que vai julgar se o acusado do delito deverá ser condenado ou absolvido.

O CPB descreve o crime de furto, previsto no Artigo 155, como a subtração da coisa alheia móvel sem a violência ou grave ameaça. Assim se descreve:

> Artigo 155 – Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa. **Furto qualificado** § 6º A pena é de **reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos** se a subtração for de semovente domesticável de produção, ainda que abatido ou dividido em partes no local da subtração (BRASIL, 1940).

O conteúdo é pertinente ao estudo, visto que em seu § 6º dispõe sobre circunstâncias que se amoldam a ação delituosa praticada e apresentada nos resultados da pesquisa. Essa prática criminosa tem grande incidência na perda financeira dos produtores, principalmente os pecuaristas com a subtração de bovinos, que são maioria entre os semoventes domesticáveis[1].

A qualificação desse dispositivo se dá por ser uma prática criminosa que faz parte da história da sociedade brasileira, inclusive a doutrina define como abigeato[2]. A proteção, ao patrimônio do produtor rural como bem jurídico tutelado pelo Estado, traz previsão de penalização não somente para quem comete a subtração, mas também para aquele que recepta. O Artigo 180-A do CPB foi incluído pela Lei nº 13.330, de 2 de agosto de 2016, que versa sobre a receptação animal (BRASIL, 2016).

> **Receptação de animal** Artigo 180-A. Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito ou vender, com a finalidade de produção ou de comercialização, semovente domesticável de produção, ainda que abatido ou dividido em partes, que deve saber ser produto de crime: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa (BRASIL, 1940).

O furto de semoventes, na forma abatida, representa não somente prejuízos financeiros ao produtor rural, mas perigo para a saúde pública, tanto pela ausência de higiene no local do abate, como a procedência do animal abatido.

Já o crime de roubo é o ato de subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante a grave ameaça ou violência à pessoa. Os parágrafos do Artigo 157 do CPB descrevem como será observada a prática criminosa na persecução criminal. Assim:

> Artigo 157 – Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: Pena – reclusão, de quatro a dez anos, e multa.
> § 1º – Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.
> § 2º A pena aumenta-se de 1/3 (um terço) até metade:
> II – se há o concurso de duas ou mais pessoas;
> III – se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância;

[1] Bens Semoventes**:** são aqueles que possuem movimentação própria, independente da ação do homem e possuem estimação econômica.

[2] Abigeato é o nome dado a esse crime pela doutrina, palavra etimologicamente derivada do latim *abigeatus*, verbo *abigere*, *abigear*, classificado como o furto de gado, especialmente de rebanhos bovinos e equinos. Aqui o bem jurídico protegido é o patrimônio e a posse legítima.

> IV – se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior;
> V – se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.
> VI – se a subtração for de substâncias explosivas ou de acessórios que, conjunta ou isoladamente, possibilitem sua fabricação, montagem ou emprego.
> VII – se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma branca;
> § 2º-A A pena aumenta-se de 2/3 (dois terços):
> I – se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma de fogo;
> II – se há destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.
> § 2º-B Se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido, aplica-se em dobro a pena prevista no **caput** deste Artigo.
> § 3º Se da violência resulta:
> I – lesão corporal grave, a pena é de reclusão de 7 (sete) a 18 (dezoito) anos, e multa;
> II – morte, a pena é de reclusão de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, e multa (BRASIL, 1940).

As previsões contidas no caput e § 1º versam sobre o emprego de violência ou grave ameaça contra a pessoa. Nos § 2º, § 2º-A e § 2º-B estão dispostos a quantidade de agentes (concurso de duas ou mais pessoas), a restrição da liberdade da vítima, o emprego de arma branca e/ou arma de fogo, entre outras; são ações e condutas percebidas em várias ocorrências, condição essas que majoram o crime, ou seja, causam aumento de pena ao autor. O § 3º traz as previsões punitivas mais gravosas para o tipo penal, quando resulta lesão corporal grave, o crime torna-se qualificado, com pena de 7 a 18 anos; quando o resultado do roubo é a morte da vítima (latrocínio), a pena será de 20 a 30 anos em caso de condenação para os autores.

Mesmo que seja uma explicação de cunho jurídico, nos resultados da pesquisa do roubo aparecem informações sobre a quantidade de autores, tal informação talvez tenha pouca importância para a vítima, visto que a subtração da coisa e a violência sofrida são resultados de sentimento particular. A informação, porém, sobre a quantidade de agentes perpetradores da ação criminosa é importante para as forças de segurança pública (policiais) para planejar o enfrentamento da prática delituosa, mais ainda para o processo penal no qual a quantidade de autores influencia na definição de condutas tipificadas em leis e na aplicação das penas em caso de condenação. Veja a importância da definição dos autores, conforme previsão legal. No Artigo 288 do CPB:

> Artigo 288. Associarem-se **3 (três) ou mais pessoas**, para o fim específico de cometer crimes: Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos. Parágrafo único. A pena aumenta-se até a metade se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente (BRASIL, 1940).

Já o Artigo 1º da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 (BRASIL, 2013), é assim exposto:

> [...] define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado.
> § 1º Considera-se organização criminosa a **associação de 4 (quatro) ou mais pessoas** estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional (BRASIL, 2013).

A diferença básica entre os dois dispositivos está na quantidade de agentes praticando a ação criminosa e na pena que será aplicada. Na associação criminosa, a pena é de 1 a 3 anos, com possibilidade de aumento, já na organização criminosa as penas são superiores a 4 anos para os crimes que assim especificarem.

Métodos de pesquisa

O levantamento documental foi realizado por meio da análise dos dados disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (GEOSP, 2019). Os números dos registros de ocorrências de crimes de roubos e furtos contra propriedades rurais nos anos de 2017 e 2018, em Goiás, foram disponibilizados pela Gerência do Observatório de Segurança (GEOSP, 2019).

Fez-se a sistematização da quantidade de registros nos anos de 2017 e 2018 no município de Cristalina. Os dados apresentados são aqueles provenientes de registros em unidades policiais, seja na Polícia Militar ou na Polícia Civil. Extraiu-se dos Registros de Atendimento Integrado (RAI), da Plataforma de Sistemas da Secretaria de Segurança Pública os bens subtraídos, o valor aproximado informado pela vítima ou estimado pelo autor desta pesquisa, a motivação inicial da incursão criminosa na propriedade, a intensidade da violência empregada e a quantidade de autores; além das informações quanto à recuperação dos bens pela intervenção policial.

A maioria dos registros não possui informações do valor aproximado do bem(s) subtraído(s). Para os bens que as vítimas não definiram o valor aproximado, foi realizada pesquisa em lojas virtuais, por telefone e também presencial nos comércios que vendem os produtos indicados nos registros. Ressalta-se que a atribuição de valores não levou em consideração marcas, modelos específicos, quando não informado na ocorrência policial. No caso dos animais, quando não informada a raça, atribuíram-se valores médios para os bens subtraídos.

O trabalho descreve e analisa os registros dos delitos patrimoniais contra propriedades rurais no recorte temporal e espacial da pesquisa. Os dados foram processados a partir dos bens subtraídos no furto e no roubo. Buscou-se, ainda, as condicionantes presentes nos relatos das vítimas que direcionam para a elaboração de padrões de comportamentos dos criminosos, que predizem algumas variáveis que compõem o delito e tenha vinculação com perdas patrimoniais da produção agropecuária.

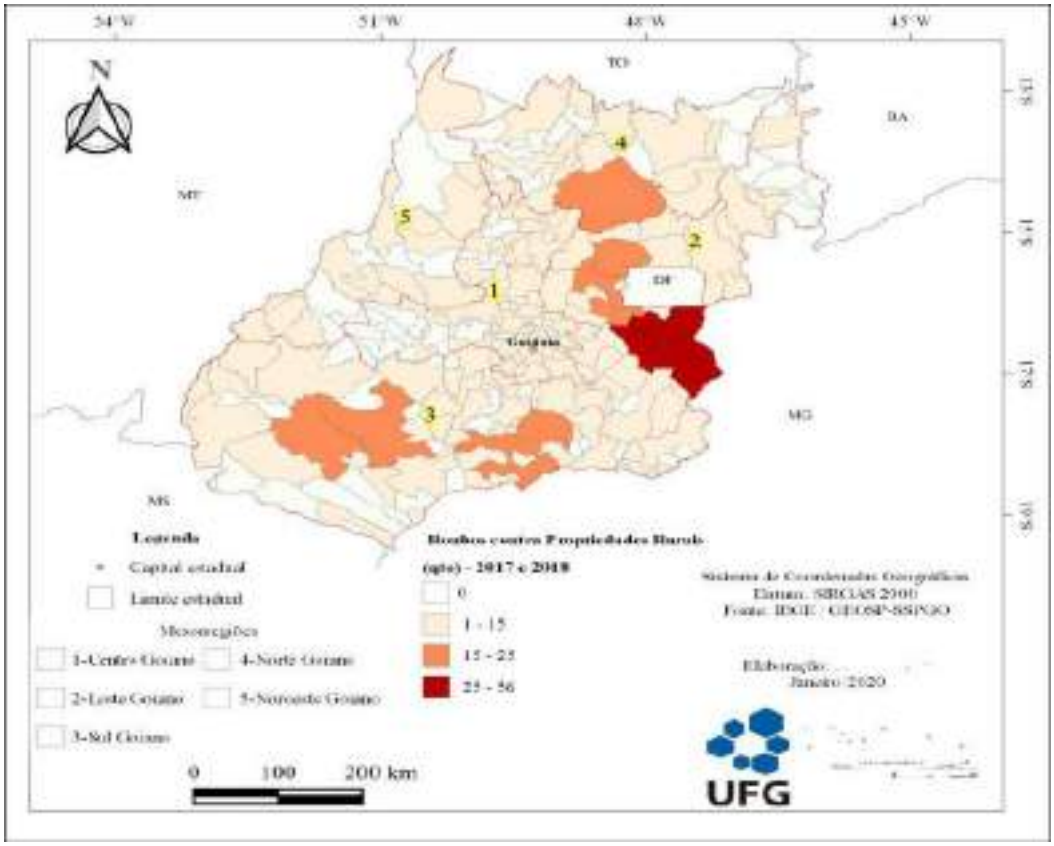
Apresentação e discussão dos resultados

Roubos e furtos contra propriedades rurais em Cristalina

Em Cristalina, nos anos de 2017 e 2018, foram registrados 53 roubos e 111 furtos contra propriedades rurais. Em relação ao crime de roubo, os registros locais divergem da relação estadual no

mesmo período, quando a média dos roubos é de 10% comparado aos furtos, no município a relação é de 32% (GEOSP, 2019).

Figura 1: Mapa dos roubos cometidos contra propriedades rurais em 2017 e 2018 em Cristalina/GO



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Bens subtraídos no roubo e no furto

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o Censo Agropecuário 2017 aponta que no município existem 1.763 estabelecimentos agropecuários. Dessa forma, a porcentagem total de propriedades vitimadas é de 9%, sendo 3% vítimas de roubo e 6% de furtos. O Quadro 1, a seguir, descreve os bens subtraídos no roubo; indica à subtração de bens diversos, bens vinculados à produção agropecuária (equipamentos, ferramentas, máquinas agrícolas, defensivos) e bens relacionados ao "suporte" para essa produção (eletrodomésticos e utensílios domésticos que compõem a habitação do produtor rural ou dos seus colaboradores). Além dos bens de relação com a habitação, bens ligados à segurança e ao meio de transporte são alvos dos criminosos, como as armas de fogo e os veículos.

Quadro 1 – Bens roubados em propriedades rurais em Cristalina nos anos de 2017 e 2018

EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E MATERIAIS DIVERSOS		**ELETRODOMÉSTICOS**	
Aparelho de solda	4	Aparelho de som	2
Compressor	1	DVD	1
Motor bombas	1	Forno elétrico	1
Motor serra	5	Impressora	1
Pistola de vacina	1	Máquina de lavar	3
Roçadeira	4	Micro-ondas	2
Selas (arreios)	1	Notebook	3
ANIMAIS		Tablet	2
Aves (galinhas e patos)	83	Televisor	26
Bovinos	21	**OBJETOS PESSOAIS**	
Suínos abatidos	27	Câmera fotográfica	1
PRODUTOS AGRÍCOLAS		Celular	71
Defensivos agrícolas (litros/kg)	1.143	GPS	1
MÁQUINÁS AGRÍCOLAS		Relógios	2
Trator	5	Violão	2
DINHEIRO		**UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS**	
Real	9.520,00	Botijão de gás	11
VEÍCULOS		Caixa de ferramentas	3
Veículos diversos	16	**ARMAS**	
Retroescavadeira	1	Armas de fogo	29

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da GEOSP (2019).

Em Cristalina, dos 53 registros de roubos contra propriedades rurais no município, 21 (40%) tiveram bens subtraídos relacionados à produção e aos insumos ou implementos agropecuários. Os demais registros apontam a subtração dos bens como: eletrodomésticos, objetos pessoais, utensílios domésticos, veículos e armas. Os destaques percebidos são para o elevado número de armas de fogo (29), veículos (16) e aparelhos celulares (71). Esses bens em alguns registros foram subtraídos juntos com algum insumo, implemento ou produção agropecuária, conforme mostra o Quadro 1.

O roubo de armas de fogo e, principalmente, veículos se revela como uma realidade bem particular na zona rural do município de Cristalina, quando comparado com os demais municípios do estado. Os dados apontam que a quantidade desses bens subtraídos sugere a existência de organizações criminosas que atuam na região. A atuação dessas organizações exige articulações com segmentos ou mercados na sociedade para a receptação dos bens, para futura revenda ou desmonte no caso dos veículos.

Soares (2006) define as organizações criminosas como uma praga, que afeta principalmente os mais vulneráveis.

> Há investimentos criminosos significativos em roubos e furtos de carros e cargas, ambas as modalidades exigindo articulações estreitas com estruturas de receptação, seja para revenda, desmonte ou recuperação financiada. Há uma praga que corrói a confiança e propaga o medo nas cidades: os assaltos, nos bairros e, sobretudo, no centro das cidades, dos quais ninguém está livre, mas que afetam com maior frequência e covardia os idosos (SOARES, 2006, p. 96).

A conexão de matrizes criminais que articula o tráfico de armas e drogas são gerenciadas

por organizações criminosas. Define como um mercado promissor, que se dissemina como um meio econômico de vida, instala-se em um território e ameaça comunidades (SOARES, 2006).

No Quadro 2 se percebe em quase todas as seções maior diversidade e quantidade dos bens subtraídos no furto, com destaque para a elevada quantidade de bovinos, sete vezes mais que no roubo.

Quadro 2: Bens furtados em propriedades rurais em Cristalina nos anos de 2017 e 2018

EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	QTD	ELETRODOMÉSTICOS	QTD	ANIMAIS	QTD
Arames (m)	1.500	Antena parabólica	2	Aves vivas	87
Baterias	4	Aparelhos de som	9	Bovinos vivos	147
Betoneira	1	DVD	1	Bovinos abatidos	12
Caixa de ferramentas	7	Fogão	4	Cães	2
Carrinho de mão	4	Forno elétrico	1	Equinos	5
Compressor	1	GPS	1	Ovinos	12
Fios Elétricos (m)	1.560	Máquina de lavar	5	Suínos	4
Furadeira	7	Micro-ondas	4	**PRODUTOS AGRÍCOLAS**	
Lavadora de pressão	1	Notebook	4	Defensivos Agrícolas (litros/kg)	1.344
Lixadeira	3	Roteador	4	**MÁQUINAS AGRÍCOLAS**	
Máquina solda	3	Sistema monitoramento	2	Tratador de sementes	1
Motor bomba	7	Televisor	8	Trator	7
Motor de ordenha	1	Vídeo game	1	Retroescavadeira	1
Motor elétrico	5	**UTENSÍLIOS**		**OUTROS BENS**	
Motosserra	6	Balança	1	Alho (kg)	240
Pistola de vacina	4	Botijão de gás	9	Cabos de cobre pivô (m)	525
Pulverizador	2	Facas	8	Canoa	1
Roçadeira	2	**OBJETOS PESSOAIS**		Estacas (cerca de arame)	450
Selas (arreios)	5	Berrante	1	Motor de popa	4
Serra elétrica	2	Celular	12	Motor de pivô	1
Telha de amianto	6	Relógios	1	Pneus (diversos)	7
ARMAS		Violão	1	Pneus (pivô)	18
Arma de fogo	3	**DINHEIRO**		Queijo	100
Arma de pressão	2	Real 3.550,00		Transformador de energia	22

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da GEOSP (2019).

Outros bens subtraídos na região, considerados de alto valor e em quantidade relativamente grande, foram: os fios elétricos (1.560 m); arames (1.500 m); defensivos agrícolas (1.344 litros/kg); cabos de cobre dos pivôs (525 metros); transformadores de energia (22) etc. Embora tenha ocorrido apenas 1 motor de pivô furtado e 7 tratores, estes são de grande valor econômico. Observa-se que esses bens furtados estão vinculados à produção agrícola.

Perdas patrimoniais no roubo e no furto contra propriedades rurais em Cristalina

O Quadro 3 qualifica e quantifica os bens subtraídos no roubo, bem como os valores aproximados informados pelas vítimas, ou valor estimado da perda financeira pelo residente, trabalhador ou produtor rural.

Quadro 3: Perdas patrimoniais no roubo (continua)

BENS SUBTRAÍDOS RELACIONADOS A INSUMOS, IMPLEMENTOS OU PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (21 Registros)			
Classificação dos bens	Registros (RAI)	Quantidades	Valor aproximado (estimado) em R$
Equipamentos Ferramentas	2612942	1 roçadeira, 1 motosserras, 3 botijões de gás, uma sela (arreio), acessórios de selaria e utensílios domésticos	2.500,00
	3564273	1 roçadeira, 1 DVD, 3 botijões de gás, 1 maquita, 3 motosserras, R$1.000,00	4.900,00
	3854499	2 aparelhos de solda, uma bomba d'agua, 2 motosserras, 1 espingarda 20	4.100,00
	3989370	1 Pistola de vacinar gado	200,00
	4136537	1 aparelho de solda, 3 armas de fogo e 2 armas de pressão	6.300,00
	6646166	1 compressor, 1 botijão de gás, 1 celular, 1 TV	2.200,00
	6728616	1 Compressor, 3 TV, 1 veículo, 3 celulares	Recuperados intervenção polícia
	6751980	1 roçadeira, 1 lava-jato, e extensão de energia, par de alianças de ouro, 2 televisores	2.700,00
		Total	**20.200,00**
Animais: Bovinos Suínos e aves	2259526	18 cabeças de gado	32.000,00
	3151398	2 celulares, R$200,00 e mataram um bezerro no curral	1.900.00
	7306537	1 bovino abatido	1,500,00
	5221514	3 suínos abatidos, 1 TV	1.300,00
	5474016	2 suínos, R$800,00, 1 TV, 3 celulares, 1 roçadeira, 1 câmera fotográfica, 1 DVD, e 1 aparelho som	5.100,00
	7026710	2 suínos, 23 galinhas, 1 celular e 1 TV	5.660,00
	7233732	20 suínos, 60 galinhas, 1 TV, 1 celular, 1 botijão de gás	6.500,00
		Total	**53.960,00**
Defensivos Agrícolas	3707500	88 litros CIMOX, 66 un DICARZOL, 9 un RECOP 25 kg 1 moto e 1 automóvel	40.500,00
	4988599	50 kg APPROVE da IHARA, 80 lts BAZUCA da ROTAM, 40 kg ORTHENE da ARYSTA	14.700,00
		Total	**55.200,00**
Tratores	4114110	TRATOR AGRALE, mais ferramentas, mantimentos, 2 botijões de gás. O trator foi abandonado pelos criminosos	Recuperada Abandonada
	5388220	Trator 4x4 85cv 4cl MASSEY FERGUSSON. Registro equivocado, foi furto	28.000,00
	5388220	Subtraíram cerca de 8 aparelhos celulares e dois tratores de marca John Deere modelo 7500 e modelo 7505	Recuperados abandonados
	8361114	Trator VALTRA A950F 4X4 ano e modelo 17/17	R$159.800,00
		Total	**187.800,00**

Quadro 3: Perdas patrimoniais no roubo (continuação)

BENS SUBTRAÍDOS SEM RELAÇÃO DIRETA COM INSUMOS, IMPLEMENTOS OU PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (32 Registros)			
Bens diversos	2485907/2885191/3014086/3057965 3102683/3400158/3534054/3780060 4112919/4165419/4708882/4829830 6215862/5158800/5164255/5354145 5471895/5482428/5573517/7282771 8812546	ELETRODOMÉSTICOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS: 12 TV, 2 notebooks, 2 violões, 1 forno elétrico, 1 micro-ondas, 1 impressora, 1 aparelho de som, 1 lavadora, 3 botijões de gás	R$11.750,00
		ARMAS DE FOGO:14 (3 fuzis)	R$40.000,00
		VEÍCULOS: 8, sendo 4 Fiat UNO, 2 S10, 1 Gol 2009 e 1 Ford F4000.	R$156.000,00
		CELULAR: 46	R$23.000,00
		DINHEIRO: 7.520,00	R$7.520,00
		Total	**238.000,00**
Bens recuperados por intervenção policial ou abandonados	2583880	2 veículos (motocicletas), 2 celulares, 2 armas de fogo	Recuperados
	3486689	2 motocicletas, 2 armas	Recuperadas
	4943574	Sem informações sobre o evento	
	5079248	1 veículo Gol 2013 e 1 celular	Abandonado
	5482428	1 camionete S10, 3 celulares, 1 arma de fogo, R$600,00, 1 Tablet, 2 Notebooks,	Intervenção polícia
Registros equivocados	3879570	1 arma de fogo	Equivocado furto
	4143534	1 Retroescavadeira *Foi na zona rural, não contra propriedade rural	
	4717392	Sem informações sobre o evento	

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da GEOSP (2019).

O Quadro 4 qualifica e quantifica os bens subtraídos de forma agrupada nas 111 ocorrências de furtos, bem como os valores informados pelas vítimas ou estimados no estudo.

Quadro 4: Perdas patrimoniais no furto

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADES		VALOR APROXIMADO EM R$
Equipamentos Ferramentas	Baterias, betoneira, caixas de ferramentas, carrinho de mão, compressor, furadeira, lavadora de pressão, lixadeira, máquina de solda, motor bomba, motor de ordenha, motor elétrico, motosserra, pistola de vacina, pulverizador, roçadeira, selas (arreios), serra elétrica, telhas de amianto	72	26.120,00
	Arames e fios elétricos (metros)	3.060	2.780,00
		Total	**28.900,00**
Animais	Aves	87	1.740,00
	Bovinos vivos (147) e abatidos (12)	147	273.300,00
	Equinos (5); Ovinos (12); Suínos (4)	5	11.800,00
		Total	**286.840,00**
Defensivos agrícolas	300 litros de Frowcide, 500 kg de Sialex e 300 litros Fox da BAYER.	1.100	249.300,00
	Regent da BASF (48 kg); Roundup (100 kg)	48	26.160,00
		Total	**275.460,00**
Máquinas agrícolas	Trator marca Agrale bx 6.150	1	Recuperado/abandonado
	Trator Valtra mod. 125i	1	118.000,00
	Trator John Deere 7515	1	70.000,00
	Trator New Holland tm 7040	1	174.000,00
	Trator Valmet 980 4x4 ano 1986	1	40.000,00
	Trator New Holland 7630	2	Recuperado polícia
		Total	**402.000,00**
Eletrodomés-ticos	Antena parabólica (2), aparelho de som (9), dvd (1), fogão (4), forno elétrico (1), gps (1), máquina de lavar (5), micro-ondas (4), notebook (4), roteador internet (4), sistema de monitoramento (2), televisão (8), vídeo game (1)	46 itens	24.360,00
Utensílios dom.	Balança (1), botijão de gás (9), facas (8)	18	1.210,00
Objetos Pessoais	Berrante (1), Celular (12), relógio (1), Violão (1)	15	6.450,00
Outros bens	Alho (240 kg), cabos de cobre pivôs (525 m), canoa (1), estacas (450), motor de popa (4), pneus diversos (7), queijo (100), reboque-carretinha (1)	17	39.240,00
	Transformadores de energia (22), motor de pivô (1), pneus pivôs (18)	41	453.000,00

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da GEOSP (2019).

É possível perceber nos registros (RAIs) que máquinas agrícolas (tratores), defensivos e animais são, respectivamente, as maiores perdas patrimoniais para o produtor no roubo. Os bovinos são os bens de maior valor entre os de animais subtraídos. Como a produção no ambiente rural possui relação com a habitação, com o meio de transporte e com a segurança particular, não se pode desconsiderar a subtração dos bens desses grupos patrimoniais. Em alguns registros, observa-se a subtração dos bens vinculados à produção agropecuária e na mesma ação a subtração de eletrodomésticos, objetos pessoais ou veículos. Os veículos, as armas de fogo e os objetos pessoais (celulares) são os que apresentam maior perda financeira.

Em relação aos furtos, destaca-se a quantidade de transformadores de energia, patrimônio com características técnicas que, de acordo com os relatos das vítimas variam de R$15.000,00 a R$50,000,00. Além dos transformadores, das máquinas agrícolas, dos defensivos e dos animais, principalmente bovinos, são os bens de maior valor. Os crimes patrimoniais adquirem formatação ou modo de operação conforme a região, bem como os bens que o(s) criminoso(s) têm interesse.

Circunstâncias em que ocorreram os roubos e os furtos

Circunstâncias e características do roubo

O roubo difere do furto justamente pelo fato de haver o emprego da violência e da grave ameaça. A quantidade de autores para a persecução criminal é muito importante, pois vai incidir em causas de aumento de pena.

No Quadro 5, alguns relatos das vítimas sobre a quantidade de autores e a agressividade deste durante a ação delituosa caracterizam esse tipo de ação criminosa contra o patrimônio.

Quadro 5 – Quantidade de autores e a agressividade empregada, conforme relatos de algumas vítimas (continua)

RAI	RELATOS DE ALGUMAS VÍTIMAS SOBRE A QUANTIDADE DE AGRESSORES E A VIOLÊNCIA EMPREGADA
2583880	"[...] relataram que os autores chegaram na fazenda por volta das 13h00min pedindo água para beber e combustível para uma moto, **eram quatro indivíduos, em seguida dois deles com armas em mãos anunciaram o roubo, amarraram as vítimas**, **deram tiros dentro da residência, comeram, quebraram o telefone** e vieram a subtrair uma moto de cor prata, não sabem informar a placa, um revólver calibre 32 pertencente ao genitor".
2612942	"Em seguida, o caseiro foi avisar para sua esposa acerca do ocorrido, momento em que **foi abordado por quatro indivíduos** municiados com arma de fogo. Informa que os **indivíduos amarraram o caseiro e sua esposa**".
3014086	"A comunicante **afirma que quatro indivíduos**, sendo um deles armado com uma espingarda, arrombaram a porta dos fundos da casa na Fazenda
3057965	"[...] segundo a vítima, **3 indivíduos chegaram em sua residência com os rostos encobertos por camisas amarradas no rosto,** momento em que anunciaram se tratar de um roubo, disse o mesmo que **2 dos indivíduos portavam facas e 1 portava uma arma semelhante**".

Quadro 5 – Quantidade de autores e a agressividade empregada, conforme relatos de algumas vítimas (continuação)

RAI	RELATOS DE ALGUMAS VÍTIMAS SOBRE A QUANTIDADE DE AGRESSORES E A VIOLÊNCIA EMPREGADA
3102683	"**[...] que 5 (cinco) indivíduos armados com arma de fogo tipo "revolver"** não sabendo os calibres, chegaram em um veículo de marca TOYOTA/COROLA de COR PRATA empunhado as armas e **bastante alterados** vindo subtrair o veículo de marca. Contudo, deslocamos com brevidade ao local aproximadamente 10 km encontramos com as vítimas [...] entre outras, com crianças ao colo desesperados pelo que ocorreu relata que os **autores haviam rendido suas famílias por volta das 16hs, quando estavam em uma área coberta comemorando o dia das mães com suas famílias e vizinhos da propriedade, sendo agredidos com tapas no rosto**. Segundo informações das Testemunhas/Vítimas [...] entre outras, os **autores muitos agressivos com arma de fogo em punho os levaram juntamente com (7) crianças menores de idades em um comodo "quarto" vindo a trancá-los**".

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da GEOSP (2019).

O roubo está previsto no Artigo 157 do Código Penal Brasileiro (CPB) (BRASIL, 1940). No seu caput descreve a prática criminosa onde se destaca a subtração da coisa alheia móvel mediante grave ameaça ou violência.

> Artigo 157 – Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: Pena – reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

A descrição contida no parágrafo 1º do Artigo 157 do CPB é providencial para o estudo, visto que os relatos das vítimas (Quadro 7) nos registros apontam para essa prática em vários registros.

> § 1º **–** Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, **emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro** (BRASIL, 1940).

O Quadro 5 também demonstra que a maioria dos roubos são cometidos, em média, por 3 indivíduos. Da análise de todos os relatos das vítimas de roubos, concluiu-se que 20 vítimas informaram que o crime foi cometido por 3 indivíduos, 19 que foi por 4 ou mais e 14 por 1 ou dois criminosos. Nesse tocante, em caso de determinação da autoria, a polícia consegue prender ou apontar os autores. No processo penal:

> § 2º **A pena aumenta-se de 1/3 (um terço) até metade: II** – **se há o concurso de duas ou mais pessoas;** III – se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância; **IV** – **se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior; V** – **se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade**; VI – se a subtração for de substâncias explosivas ou de acessórios que, conjunta ou isoladamente, possibilitem sua fabricação, montagem ou emprego; VII – se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma branca (BRASIL, 1940).

Nesse mesmo parágrafo da Lei, a restrição da liberdade, prevista no inciso V, é percebível na maioria das ocorrências de roubo contra propriedades rurais, quando os criminosos amarram as vítimas ou trancam em algum cômodo da residência. Ainda nesse parágrafo traz a previsão da subtração do veículo automotor que pode ser transportado para outro estado ou para o exterior. O transporte para

Minas Gerais adquire uma probabilidade maior, visto que Cristalina faz divisa com o estado.

Beato Filho, Peixoto e Andrade (2004) ressaltam que para um crime (ato predatório) ocorra é necessária a convergência de três elementos no tempo e no espaço.

> Para que um ato predatório ocorra é necessário que haja uma convergência no tempo e no espaço de três elementos: *ofensor motivado*, que por alguma razão esteja predisposto a cometer um crime; *alvo disponível*, objeto ou pessoa que possa ser atacado; e *ausência de guardiões*, que são capazes de prevenir violações (BEATO FILHO; PEIXOTO; ANDRADE, 2004, p. 55).

Os três elementos podem ser analisados em separado para elucidar o favorecimento que o ambiente possibilita. Quanto ao ofensor motivado e alvo disponível, Costa (2016, p. 55) aponta que as propriedades localizadas no espaço rural, em função de atividades relacionadas com o agronegócio, "[...] vêm se transformando em verdadeiras empresas de variados portes, com grande concentração de renda e armazenamento de bens, equipamentos, ferramentas, veículos, produtos e outros recursos tecnológicos que despertam a cobiça dos criminosos".

Já o elemento ausência de guardiões se verifica pelo fato de a dificuldade estatal conseguir se mostrar ostensivamente no espaço geográfico rural, devido a sua grande extensão territorial. Diante da ausência estatal no quesito segurança, muitos residentes e produtores rurais possuem armas de fogo com o objetivo de se protegerem, fato que também gera interesse de criminosos. O Quadro 6 demonstra, pelos relatos de algumas vítimas, a motivação de alguns criminosos na propriedade.

Quadro 6: Relatos de algumas vítimas sobre a motivação inicial da incursão criminosa na propriedade (continua)

Item	RAI	RELATOS DAS VÍTIMAS
1	**3102683**	"[...] estes não satisfeito danificaram toda a casa, portas, vidros e janelas e **sempre perguntando se tinham armas** e todo o tempo agressivo com as vítimas".
2	**3486689**	"[...] com a própria arma de fogo, com ameaças de morte **foi obrigado a mostrar onde tinha as armas de fogo de propriedade de seu pai**".
3	**3879570**	"[...] os quais lhe amarraram em uma viga de madeira e passaram a vasculhar a **casa à procura de valores, armas** e bens que pudessem ser subtraídos".
4	**3989370**	"[...] após amarraram as vítimas jogando-as ao chão, gritando a todo tempo que iriam mata-las (vítimas sempre em grave ameaça) **se não informassem onde se encontrava armas e o dinheiro e que segundo** os autores tinham informações que nesta fazenda teriam armas e dinheiro guardados".
5	**4112919**	"[...] as vítimas alegaram que os autores após anunciarem o roubo, efetuaram diversos disparos de arma de fogo nas proximidades da residência e **queriam armas e objetos de valor**".
6	**4165419**	"[...] que referidos ladrões, anunciaram um assalto, rendendo as vítimas de maneira truculenta/agressiva, efetuando diversos disparos de arma de fogo, dentro da casa e fora, **perguntando por armas de fogo**".

Quadro 6: Relatos de algumas vítimas sobre a motivação inicial da incursão criminosa na propriedade (continuação)

Item	RAI	RELATOS DAS VÍTIMAS
7	**5388220**	"[...] quando retornaram para a sede da fazenda foram abordados por dois assaltantes que anunciaram o roubo, **perguntaram se havia armas na fazenda e dinheiro**".
8	**5573517**	"[...] a todo momento os CRIMINOSOS **exigiam dinheiro e armas de fogo, mediante ameaça de morte**".
9	**6215862**	"[...] que os meliantes anunciaram o assalto, **onde perguntaram se na fazenda havia arma de fogo**".
10	**8812546**	"Em ato contínuo os BANDIDOS amarraram a VÍTIMA, onde permaneceu dentro do caminhão, juntamente com os CRIMINOSOS, **os quais perguntavam por armas de fogo**".

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da GEOSP (2019).

No roubo, pelas circunstâncias que se perfaz a ação criminosa, em alguns casos gera a possibilidade de a vítima acionar e contribuir com informações acerca das características dos criminosos para a polícia. No Quadro 3 é possível perceber que em seis casos a intervenção da polícia possibilitou a recuperação dos bens subtraídos, principalmente veículos e máquinas agrícolas, evitando a perda financeira. No furto, foram recuperadas 3 máquinas agrícolas (tratores) de um total de 7 tratores, pela intervenção da polícia ou pela desistência dos criminosos.

A atividade preventiva da polícia, na maioria das vezes, não é percebida pela comunidade local, mas em um dos casos a vítima percebeu que seus bens foram reavidos por causa da ação policial ostensiva e preventiva. Observe o relato da vítima no RAI 3879570: "a vítima tomou conhecimento que o veículo utilizado pelos criminosos para chegarem à sua casa foi GM Chevette de cor cinza que foi abandonado próximo a um curral quando os criminosos, em fuga, avistaram uma viatura da Polícia Militar que patrulhava as imediações".

Circunstâncias e características do furto

O furto de coisa alheia móvel acontece quando da ausência ou de vigilância de um guardião (BEATO FILHO; PEIXOTO; ANDRADE, 2004), seja pelo proprietário ou alguém com atribuição de guardar ou dar proteção, no caso das propriedades rurais muito comuns são os "caseiros", gerentes e peões. O furto, assim como no roubo contra propriedades rurais, ocorre pela existência e disponibilidade do bem de interesse do agente criminoso, cujo valor econômico varia de acordo com as pretensões do perpetrador.

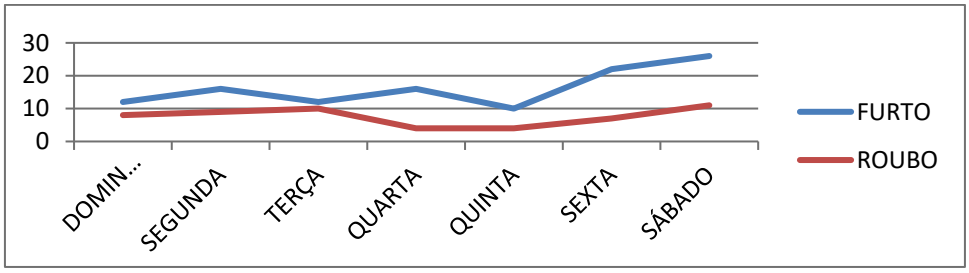
No Quadro 4, os bens subtraídos nas propriedades rurais com maior prejuízo financeiro foram os transformadores de energia, as máquinas agrícolas, os defensivos e os animais. Entre os animais, os bovinos foram os mais furtados e de maior valor econômico. O furto de transformadores

de energia é representativo pelo prejuízo financeiro e pela possível destinação do bem subtraído. No RAI 6500050, o produtor rural diz que "jogaram no chão um transformador de 150 KVA, esgotaram todo óleo e retiraram do interior todo o cobre, deixando somente a carcaça; que também subtraíram 3 cabos de 7 metros cada, mais 6 cabos de 4 metros cada, todos de 120 mm de diâmetro". A vítima relata que a perda financeira foi de valor superior a R$ 50.000,00.

Dias da semana com maiores índices de furtos e roubos

Comparando os 111 registros de furtos e 53 roubos nos anos de 2017 e 2018 em Cristalina, verifica-se que, tanto os furtos como os roubos, têm suas taxas aumentadas nas sextas-feiras e sábados, conforme mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Dias da semana com maior índice e furtos e roubos



Fonte: GEOSP (2019)

Esse fenômeno possui uma explicação em termos de vitimização. No roubo há a presença de vítimas, com atributos da violência ou grave ameaça por parte dos delinquentes. Os relatos indicam que, nesses dias (sexta e sábado), as pessoas da cidade deslocam para o campo com mais frequência, aumentando a quantidade de vítimas e de bens almejados pelos criminosos, como veículos, objetos pessoais (principalmente celular) e dinheiro. Os dados revelam que foram roubados 26 veículos e nenhum furtado, roubados 71 celulares e furtados 12, roubados R$ 9.520,00 e furtados R$ 3.550,00.

No furto, por sua vez, acontece ao contrário, a ocorrência do crime se dá em oculto e sorrateiramente, quando não existem pessoas (guardiões) no ambiente. Vários relatos das vítimas informam que deixaram sua propriedade para irem para confraternizações e também para a cidade. Esse fenômeno é justamente o contrário do que acontece no roubo, o morador da zona rural se desloca para a zona urbana.

Em ambas as ocorrências observadas, o que se pode constatar, a princípio, é que os delinquentes buscavam o maior benefício econômico possível mediante suas atitudes ilícitas (seja roubo ou furto, isto é, com ou sem o atributo da violência, respectivamente), com o menor custo, visando obtenção do ganho fácil. Embora tal relação não tenha sido objeto desta dissertação, isto está em conformidade com

o que salientam alguns trabalhos que atestaram esta relação custo-benefício com a ideia de ganho fácil, seja entrevistando os presos que realizaram furtos e/ou roubos (SCHLEMPER, 2018), seja entrevistando a própria polícia militar (como em um estudo de caso para a região Oeste do Paraná) sobre suas percepções a respeito das causas da migração para o crime de natureza lucrativa (SHIKIDA; SOUZA; PEREIRA, 2020).

Considerações finais

Em Cristalina, nos anos de 2017 e 2018, um terço (32%) dos registros dos crimes contra o patrimônio nas propriedades rurais foi de roubos, o restante foi de furtos. Em relação à quantidade de estabelecimentos rurais no município (IBGE, 2017), nos roubos foram vitimadas 3% e nos furtos 6% das propriedades rurais.

A comparação entre os bens subtraídos no roubo e no furto aponta para o interesse maior dos criminosos por veículos, dinheiro, armas de fogo e celulares no roubo; já nos furtos a subtração dos itens relacionados aos insumos, implementos e produção agropecuária é mais evidente, com destaque para os bovinos entre os animais, máquinas agrícolas, defensivos e, principalmente, transformadores de energia que compõem o sistema elétrico dos pivôs de irrigação. Quanto aos eletrodomésticos, a quantidade de itens subtraídos é idêntica, mas é pertinente lembrar que foram registradas 53 ocorrências de roubos e 111 de furtos, o que indica que a quantidade desses itens levados pelos criminosos no roubo representaria o dobro.

As perdas patrimoniais são maiores nos furtos, no qual os bens subtraídos de maiores valores são os transformadores de energia, furtados em alguns casos, conforme descrito nos registros policiais, para a retirada de metais da parte interna desse equipamento. Além dos transformadores, as máquinas agrícolas e os animais, principalmente bovinos, completam a lista de prejuízos ocasionados nesse crime. No roubo, o destaque em termos financeiros é o conjunto composto por veículos, armas de fogo e celulares, seguido das perdas do maquinário agrícola (tratores), defensivos e animais.

A prática da violência e grave ameaça nas subtrações ocorridas no roubo são perceptíveis. Os relatos indicam que os autores usam de violência física e psicológica. Quanto à quantidade de autores, as vítimas relataram que são, em média, 3, mas alguns registros apontam para a quantidade de 4 ou mais autores, o que configura o crime de organização criminosa. Quanto aos dias de maior incidência, tanto o furto, quanto o roubo, acontecem mais nos finais de semana; esse fato pode ter a seguinte explicação: ausência do morador (caseiro) no furto nos finais de semana e a presença de mais vítimas no período em determinadas propriedades, no caso dos roubos. Para o roubo, a oportunidade e

a vitimização aumentam com o número dos bens disponíveis e intentados pelos criminosos, como veículos, dinheiro e celulares.

O ordenamento jurídico brasileiro por seu Código Penal traz previsão específica quanto ao crime de furto de semoventes, quando torna o crime mais grave (furto qualificado) (BRASIL, 1940). Em 2016, o legislador tipificou como conduta criminosa de receptação, o ato de receptar animais vivos ou abatidos produto de crime. Quanto ao roubo e a sua organização cada vez mais sofisticada, os dispositivos jurídicos também trazem previsões mais severas, visto que na maioria dos casos o evento acontece com a associação ou com a organização criminosa, condição que torna o crime punido com mais rigor.

Em Goiás, foram criados nos últimos três anos a Delegacia de Repressão a Crimes Rurais (2017) e o Batalhão Rural (2019). A elaboração de leis e a criação de forças de segurança pública, voltadas ao enfrentamento de crimes cometidos contra as propriedades rurais, representam medidas estatais significativas para a proteção do produtor rural e a efetiva contribuição para o desenvolvimento rural. Faz-se necessário a continuidade desse estudo, principalmente para analisar os registros dos crimes dessa natureza nos anos posteriores e avaliar a capacidade estatal em enfrentar tais ocorrências em determinadas localizações geográficas.

Contribuições dos Autores

O primeiro autor, Carlos Antonio Ferreira de Oliveira ficou especialmente responsável pela aquisição, problematização, interpretação e análise dos dados, bem como desenvolvimento teórico-conceitual. Já o segundo autor, Gabriel da Silva Medina, pela revisão e orientação do desenvolvimento teórico-conceitual, além da tradução do resumo. A escolha da metodologia foi elaborada por ambos.

Referências Bibliográficas

BEATO FILHO, C.; Peixoto**,** B. T**.** & ANDRADE, M. V. Crime, oportunidade e vitimização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** v.19, n. 55, p. 73-89, 2004.

BEATO FILHO, C. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 13, n. 37, p. 74-87, jun. 1998.

BECKER, G. S. Crime and punishment: an economic approach. **Journal of Political Economy**, v. 76, n. 1, p. 169-217, jan./feb. 1968.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Centro Gráfico. 1988.

_____. **Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 14 mai. 2020.

_____. **Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013.** Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm. Acesso em: 20 mar. 2020.

_____. **Lei nº 13.330, de 2 de agosto de 2016**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar, de forma mais gravosa, os crimes de furto e de receptação de semovente domesticável de produção, ainda que abatido ou dividido em partes. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13330.htm. Acesso em: 13 dez. 2020

COHEN, L. & FELSON, M. Social change and crime rate trends: a routine approach. **American Sociological Review**, v. 44, p. 588-608, 1979.

COSTA, L. D. Policiamento rural. Patrulhas rurais comunitárias. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**. Goiânia, v. 9, n. 2, p. 51-58, 2016.

GERÊNCIA DO OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA (GEOSP). **Registros de crimes contra propriedades rurais**. 2019. Disponível com login particular em: https://sistemas.ssp.go.gov.br. Acesso em: 10 set. 2019.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/cristalina/pesquisa/24/27745. Acesso em: 25 mai. 2020.

IFG. **Observatório do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica – Região Centro-Oeste** 2010-2014. Disponível em: https://www.ifg.edu.br/attachments/article/488/plano_estrategico_desenvolvimento_ regional.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

IMB. **Painéis Municipais Cristalina**. 2016. Disponível em https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/paineis-municipais/cristalina-201612.pdf. Acesso em: 21 abr. 2020.

_____. **Produção Agrícola Municipal**. Ano XI, n. 5 – outubro de 2018.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Editora **UFRGS**, Porto Alegre, Ed. 1, 2008.

ROCHA, A. A. da; EBERHARDT, P. H. de; RAIZEL, T. e SHIKIDA, P. F. A. Crimes violentos e desenvolvimento socioeconômico: um estudo para os municípios canavieiros do Estado do Paraná. **Revista de Direito Empresarial**. Curitiba, ano 9, n. 2, p. 231-246, maio/ago. 2012.

SCHLEMPER, A. L. **Economia do crime: uma análise para jovens criminosos no Paraná e Rio Grande do Sul**. 2018. 164 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio), Unioeste, Toledo (PR).

SHIKIDA, P. F. A. Economia do crime: teoria e evidências empíricas a partir de um estudo de caso na

Penitenciária Estadual de Piraquara (PR). **Revista de Economia e Administração**, São Paulo (SP), v. 4, n. 3, p. 315-342, jul./set. 2005.

SHIKIDA, P. F. A. & Oliveira, H. V. N. A. Crimes violentos e desenvolvimento socioeconômico: um estudo sobre a mesorregião Oeste do Paraná. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, *v. 8, n.* 3, p. 99-114, set./dez. 2012.

SHIKIDA, S. L.; SOUZA, V. & PEREIRA, F. C. Percepções da polícia militar do Oeste do Paraná sobre aspectos da economia do crime. **Revista do Ministério Público Militar**, Ano XLV, n. 33, p. 106-134, 2020.

SOARES, L. E. Segurança pública: presente e futuro. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 56, p. 91-106, 2006.

Sobre os Autores

Carlos Oliveira

Policial militar do Estado de Goiás, professor da Faculdade Lions, instutor na Academia da Polícia Militar de Goiás, pesquisador da Escola Superior da Polícia Civil de Goiás. Mestre em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás-UFG, graduação em Direito e especialização em docência do ensino superior pela Faculdade Lions.

Gabriel Medina

Professor da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Ciências Naturais pela Universidade de Freiburg (Alemanha), com mestrado e graduação pela Universidade Federal do Pará. Pós-doutorado em Políticas Ambientais pelo Imperial College London (Reino Unido). Professor dos programas de pós-graduação em agronegócios da UnB e da Universidade Federal de Goiás.

Recebido: 16 dez. 2021
Aceito: 06 jan. 2022

ISSN 2175-053X

ARTIGO

LOGÍSTICA DE RASTREABILIDADE DOS LOTES DAS MUNIÇÕES EMPREGADAS PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS

Marcela Monteiro Barboza

Polícia Civil do Estado de Goiás, Goiânia/GO, Brasil. E-mail: marcelamonteiropc@yahoo.com.br

Glauco Leão Ferreira Alves

Polícia Civil do Estado de Goiás, Goiânia/GO, Brasil. E-mail: glaucoalves1@gmail.com

RESUMO: O presente artigo tem o propósito de conhecer o processo de controle e rastreio das munições operadas pela Polícia Civil do Estado de Goiás, buscando verificar sua importância e eficácia no que diz respeito à determinação de autoria e comprovação de crimes envolvendo policiais, na inibição de delitos bem como no auxílio à perícia para elucidação dos fatos. Visa ainda, avaliar o poder de controle da instituição sob seus comandados e examinar a importância e relevância do rastreio dentro do cenário das leis atuais. A pesquisa foi realizada por meio de entrevista encaminhada via e-mail com contato prévio por meio do aplicativo *WhatsApp* e por estudos bibliográficos em leis, artigos, livros e fontes digitais. Permitiu identificar a capacidade de atuação frente ao controle na administração do material por parte da Instituição e um possível direcionamento no auxílio à perícia criminal, haja vista a identificação do lote presente no culote do artefato.

Palavras-chave: Controle. Munição. Rastreio.

LOGISTICS OF TRACEABILITY OF THE LOTS OF AMMUNITION EMPLOYED BY THE CIVIL POLICE OF THE STATE OF GOIÁS

ABSTRACT: The purpose of this article is to learn about the process of control and tracking of ammunition operated by the Civil Police of the State of Goiás, seeking to verify its importance and effectiveness with regard to the determination of authorship and proof of crimes involving police, in the inhibition of crimes as well as assisting the expertise to clarify the facts. It also aims to assess the institution's control power under its command and examine the importance and relevance of screening within the context of current laws. The research was conducted through an interview sent via email with previous contact through the WhatsApp application and through bibliographic studies on laws, articles, books and digital sources. It allowed to identify the capacity to act in the face of control in the administration of the material by the Institution and a possible direction in assisting the criminal investigation, given the identification of the lot present in the artifact's breech.

Keywords: Control. Tracking. Ammunition.

Introdução

O conceito de controle e suas características são intrínsecos em qualquer instituição, seja ela pública ou privada. Não há organização que possa prescindir do controle e, na Administração Pública, encontra-se consagrado no campo do Direito Administrativo exercido em todos os níveis dos Poderes.

Diante do controle, a transparência surge como raque para a demonstração de confiança e credibilidade na imagem de qualquer instituição. Ter clareza na gestão passa a ser um dever na administração, permitindo o acompanhamento das ações por parte do governo como também a possibilidade de controle pela participação do povo, pois, segundo Saule JR (1998, p. 1) "a democracia e a cidadania reconhecidos como princípios fundamentais do Estado Brasileiro, são paradigmas essenciais para combater o desmantelamento do setor público [...]".

Um controle fraco, omisso ou sem poder de intervenção e correção de condutas impede uma boa atuação da Administração Pública. Se existe algo ainda que consegue estabelecer traços mínimos para o respeito a legalidade no País, este é o controle.

É sabido que os recursos envolvidos no Setor Público pertencem a todos os cidadãos e possuir o controle para garantir a boa gestão, não pode ser algo meramente figurativo devendo ser efetivo, legítimo e provado. Sendo detentor de tarefas extensas, muitas vezes especializadas e complexas, impossível imaginar que o Estado chegaria a um grau de intervenção de caráter social e econômico vigente e permanecesse como um mero agente autômato e verificador de fatos.

Por não possuírem fins lucrativos, as organizações públicas são consideradas entes não empresariais, o que não significa dizer a exclusão com a administração correta de seus recursos financeiros. Seus esforços devem pautar na busca da melhoria do desempenho, utilizando adequadamente os bens materiais disponíveis e a administração correta de seus custos.

Uma ferramenta muito utilizada para o controle de alguma equipagem dentro da atividade administrativa e logística é o rastreio, pois permite acompanhar o trajeto do item desde sua origem até o seu destino. Possuir essa acuracidade garante uma gestão mais precisa do rol de objetos administrados, facilita seu monitoramento e por consequência, torna o processo mais eficiente.

Nas organizações públicas e privadas com gestões mais modernas e integradas, notório é a inserção das atividades logísticas em seus departamentos, permitindo a execução das tarefas de uma maneira mais sistêmica e estratégica. Importante ressaltar que rastrear não assegura a qualidade do material, apenas informa o caminho percorrido e sua localização.

A rastreabilidade de munições no País foi recepcionada, por previsão legal, pela Lei nº

10.826 (BRASIL, 2003), mais conhecida como Estatuto do Desarmamento, em seu artigo 23, parágrafos 1º e 2º e posteriormente regulamentado Portaria nº 16-D LOG (BRASIL, 2004), que aprova a norma reguladora da marcação de embalagens e cartuchos de munição, expedida pelo Departamento Logístico do Exército Brasileiro. Ficaram estabelecidos os critérios para comercialização de lotes de munição, acondicionamento e demais características que garantam a identificação do objeto e do adquirente de forma unívoca.

A Portaria nº 16-D LOG impõe o respeito a esses critérios apenas para os órgãos públicos de segurança quando utilizado na atividade-fim (BRASIL, 2004). Não alcançam policiais e militares para uso particular em armas pessoais, civis com posse de arma ou empresa de segurança de valores.

Vigente desde a data de sua publicação, em 28 de dezembro de 2004, veio com o objetivo de prover maior capacidade de controle e melhores condições de rastreabilidade quanto à destinação de munições utilizadas no País. Tenta restringir a possibilidade de utilização pelo crime organizado, facultando uma melhor gestão em relação aos projéteis nos casos de extravio praticados com desvio de finalidade no setor público. Também pode benfazer no trabalho da perícia para os crimes cometidos com uso de arma de fogo, sobretudo nos que envolvem policiais (BRASIL, 2004).

O presente trabalho visa analisar as boas práticas da legislação vigente utilizadas pelas instituições de segurança pública no que se refere ao uso de produtos controlados pelo Exército Brasileiro. Dentre as diversas condutas a serem cumpridas, como por exemplo, o próprio cumprimento que a lei, há o respeito à dignidade da pessoa humana empregando a força quando estritamente necessário, de maneira proporcional, legítima e na medida exigida para o cumprimento do seu dever, nunca para outro fim diverso disso.

O objeto de estudo é uma análise no que diz respeito a função controle realizada pela Polícia Civil do Estado de Goiás junto aos seus agentes de segurança pública, quando na distribuição das munições empregadas (uso e devolução), já que o artefato possui código para sua rastreabilidade. Será realizado um paralelo entre a legislação vigente e a atuação do órgão frente à mesma.

Diante disso, há de se considerar a importância para a Instituição quanto das ações de seus atos e consequências, ao que se refere à disponibilização das munições a seus comandados. Tenta-se evitar a perda de credibilidade tanto em seu âmbito interno quanto no seu âmbito externo, com o objetivo de jamais transparecer uma imagem que pudesse projetar desordem e insegurança institucional.

Tem como objetivo geral, analisar a importância no controle realizado pela Corporação frente a marcação existente nos lotes das munições, conforme preconizado em legislação vigente no País.

Como objetivo específico, verificar a eficácia do controle em relação ao fluxo de munições,

avaliando se o número do lote gravado no estojo do artefato é fator relevante para a determinação de autoria na elucidação de crimes envolvendo policiais e para a diminuição de delitos por eles cometidos.

Levando-se em conta a atual fragilidade do cenário da Segurança Pública do Brasil, principalmente no que tange à credibilidade das instituições e conforme Lima, Sinhoretto e Bueno (2015) "avanços eventuais na gestão policial e reformas na legislação penal têm se revelado insuficientes para reduzir a incidência da violência urbana, com evidência de falta de coordenação e controle", espera-se com esse trabalho um levantamento da situação quanto à rastreabilidade do material bélico em estudo na atualidade, sua importância e relevância dentro do panorama das leis atuais.

Além disso, avaliar o poder de controle da Polícia Civil do Estado de Goiás sobre seus policiais e o apontamento de soluções para a diminuição do hiato referente às respostas encaminhadas ao Poder Judiciário quanto aos seus questionamentos.

A pesquisa será respaldada, inicialmente a partir de uma revisão bibliográfica e, após, uma investigação em campo a fim de obter dados secundários sobre o tema. Visa-se empregar o procedimento metodológico qualitativo por intermédio de realização de técnicas de entrevista.

Debate Teórico

A Administração Pública no exercício de suas funções, além de exercer um autocontrole sobre seus próprios atos e de seus administrados, encontra-se sujeita também a um controle tanto do Poder Legislativo quanto do Poder Judiciário, assegurando dessa maneira que sua atuação esteja em consonância com os princípios determinados pelo ordenamento jurídico brasileiro, os quais sejam a legalidade, moralidade, finalidade pública, a publicidade, motivação e a impessoalidade (DI PIETRO, 2019).

Possível também que seja exercido por parte do povo de maneira direta ou por meios de órgãos especializados onde, segundo Mello (2009), a existência da Supremacia do Interesse Público sobre o privado, nos termos da lei, possibilita a Administração a eleger terceiros em obrigações por intermédio de atos unilaterais imperativos do Estado.

Valendo-se do fato que o controle cabe a toda a Administração Pública, em amplo sentido, quando recai sobre os órgãos da administração direta, é considerada um controle interno e decorre do poder da autotutela, fundamentado este nos princípios da legalidade e predominância do interessa público (DI PIETRO, 2019).

Recaindo tal controle sobre administração indireta, tem-se o poder de tutela conhecido como controle externo, só poderá ser exercido nos limites estabelecidos pela lei. "O controle sobre as entidades da Administração Indireta, também chamado de tutela, é um controle externo que só pode ser exercido nos limites estabelecidos em lei, sob pena de ofender a autonomia que lhes é assegurada pela lei que as

instituiu." (DI PIETRO, 2019, p. 1632).

Para Alexandrino e Paulo (2017), a sujeição das atividades administrativas ao controle imposto é resultado dos Estados de Direito, onde toda atividade da administração pública deve ser pautada pela lei com a finalidade de defesa do interesse público.

Assegurado pela Constituição Federal, a competência quanto ao controle de material bélico no país é da União e desempenhado pelo Exército Brasileiro através do Comando Logístico e da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, exercendo atividades de autorização, fiscalização de produção, exportação, importação, desembaraço alfandegário e o comércio de armas de fogo e demais produtos controlados, conforme artigo 24 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (BRASIL, 2003).

Compreende-se por Produtos Controlados pelo Exército, conforme o Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados (SisFPC) as armas de fogo, acessórios de armas de fogo, munições, explosivos, propelentes, artifícios pirotécnicos, agentes químicos de guerra e precursores de agentes químicos de guerra, blindagens e proteções balísticas, e outros produtos de interesse militar e uso dual — cível e militar.

Dado que o controle deste material advém de origem militar, importante destacar sua antecedência. Segundo Marques (2011), ressalta a origem militar da logística quando nas suas atividades de abastecimento das tropas durante o combate, associando o sucesso ou não da guerra com o bom funcionamento do sistema logístico. Pontua as atividades a serem gerenciadas pela logística: o transporte, controle e manutenção de estoques, suprimento, processamento de pedidos, aquisição, armazenagem, manuseio de material e padrões de serviço ao cliente.

De acordo com Ballou (2006, p. 27), logística é o "ramo da ciência militar que lida com a obtenção, manutenção e transporte de material, pessoal e instalações."

Outra forma de controle realizada no País, conforme artigo 2º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (BRASIL, 2003), é o banco de dados da Polícia Federal, através do Sistema Nacional de Armas, o Sinarm. Sem a utilização de tecnologia de rastreio, o cadastro possui uma natureza administrativa, com informações do tipo: identificação de características das armas de fogo, autorizações, modificações e transferências, identificação de cano de arma, impressão de raiamento e de microestriamento do projétil disparado, entre outros. Esse mesmo sistema de cadastro administrativo é realizado na aquisição e comercialização de munições no território nacional, conforme inciso X do artigo 1º e parágrafos 2º e 5º do artigo 3º da referida lei.

Registra-se aqui a importância da modernização que, segundo Nazário (1999), o avanço da tecnologia com sua maior facilidade de uso e tendo em vista o seu custo decrescente, defere às empresas execuções de operações antes não imagináveis, onde o fluxo de informações permite conexões no

gerenciamento da operação quando combinado com o uso de *hardwares* e *softwares*.

Ainda na aplicação de tecnologia, para Metzner, Silva e Cugnasca (2014), define-se rastreabilidade como um sistema de identificação que permite resgatar a origem e história do produto em suas etapas podendo lançar mão de tecnologias como código de barras, QR codes e identificação por rádio frequência.

A rastreabilidade de munições no Brasil, admitida pela Lei nº 10.826 (BRASIL, 2003), estabelece nos parágrafos 1 e 2 do seu artigo 23 a transcrição abaixo:

> § 1º Todas as munições comercializadas no País deverão estar acondicionadas em embalagens com sistema de código de barras, gravado na caixa, visando possibilitar a identificação do fabricante e do adquirente, entre outras informações definidas pelo regulamento desta Lei.
>
> § 2º Para os órgãos referidos no art. 6º, somente serão expedidas autorizações de compra de munição com identificação do lote e do adquirente no culote dos projéteis, na forma do regulamento desta Lei. (BRASIL, 2003).

A Portaria nº 16-D LOG, de 28 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), expedida pelo Departamento Logístico do Exército Brasileiro, aprova a norma regulamentadora da marcação de embalagens e cartuchos de munições conforme previsão acima transcrita, entretanto, está assentada apenas na gravação do número de identificação na base dos estojos, não havendo um sistema que possa orientar a um controle mais autêntico. Estabelecido um padrão de comercialização dos lotes no País em um total de dez mil unidades, determina ainda a inserção das informações obrigatórias, quando acondicionadas nas embalagens, utilizando sistema de código de barras garantindo a identificação do lote e do adquirente de forma unívoca.

Tratando-se de gestão administrativa, segundo Ballou (2009), a boa administração de materiais significa coordenar a movimentação de suprimentos com as exigências da operação e, ainda conforme o autor, estima-se a importância da administração de materiais quando indisponíveis no tempo necessário para atendimento das necessidades, provendo o material certo, no local de operação certo, no instante correto e em condições utilizáveis ao custo mínimo.

Iniciada em janeiro de 2005, as determinações validadas pela Portaria nº 16-D LOG, de 28 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004) atingem aos órgãos públicos de segurança, não alcançando ao comércio especializado, conforme:

> A marcação das embalagens de munição de que trata o art. 3º, passa a ser obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2005. Parágrafo único. As disposições deste artigo não alcançam as embalagens de munição vendidas para o comércio especializado, bem como para as entidades listadas nos incisos VIII e IX do art. 6º da Lei nº 10.826, de 2003, cuja marcação será exigida noventa dias depois da publicação do resultado do referendo popular previsto no parágrafo 2º do art. 35 da Lei nº 10.826, de 2003. (BRASIL, 2004).

Também é previsto em legislação própria, as definições quanto o significado do que vem a

ser munição de uso restrito, de uso proibido e o significado de munição propriamente dito, dado pelo artigo 2º, incisos IV, V e X do Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019, que regulamenta o Estatuto do Desarmamento e dispõe sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (BRASIL, 2019a).

Em seus artigos 9º e 10º, permite a venda de munições por estabelecimentos comerciais credenciados pelo Exército que em contrapartida são obrigados a comunicar à Polícia Federal ou ao Comando do Exército, somente as vendas efetuadas e a quantidade de mercadorias disponíveis em estoque, não sendo necessário para a comercialização, a demarcação nas munições para rastreio do portador.

Existem outras Portarias em relação às aquisições de munições e demais produtos controlados de competência pelo Comando do Exército (BRASIL, 2019b), tanto para uso institucional quanto para integrante de órgãos e instituições.

Importante ressaltar que atualmente o país sinalizou uma tentativa na ampliação quanto à somatória de munições, tendo corroborado para tal convergência a Portaria Interministerial que estabeleceu os novos quantitativos máximos de munições passíveis de aquisição tanto por integrantes de órgão e instituições públicas, por pessoas físicas e aos demais agentes autorizados por legislação especial a adquirir ou portar armas de fogo (BRASIL, 2020).

Publicada no Diário Oficial da União em 23 de abril de 2020, a Portaria Interministerial nº 1634/GM-MD teve seus efeitos suspensos mediante decisão judicial impetrada através de uma ação popular em sede de antecipação de tutela. Distribuída para 25ª Vara Cível Federal de São Paulo, o juiz deferiu o pedido da ação cessando sua aplicação.

Diante do ocorrido, fora interposto recurso mediante agravo de instrumento postulando a suspensão do indeferimento, porém, sem liminar favorável. Assim sendo, volta a viger no país a portaria interministerial anterior a essa suspensa.

Vale ressaltar que a normativa suspensa detalhava o quantitativo mensal de munição a ser adquirida correspondente a seu calibre. Na atual, o mesmo não acontece. Apenas informa o total de munição passível de aquisição no período de um ano sem distinção de calibre ou tipo de arma, fazendo assim, uma norma uniforme para todo o tipo de aquisição.

Outra grande abertura introduzida foi a expedição de Portaria pelo Comando do Exército Brasileiro dispondo sobre parâmetros de aferição e listagem de calibres nominais de armas de fogo e das munições de uso permitido e restrito, tendo sido tal listagem ampliada em sua permissibilidade (BRASIL, 2019c).

Na Polícia Civil do Estado de Goiás, a normativa que estabelece as diretrizes para cautela e o controle de armas de fogo e munições de propriedade da Polícia Civil é a Portaria nº 0081, de 21 de março de 2017 (GOIÁS, 2017). Determina a forma de gerenciamento, as quantidades e formas de concessão dos armamentos, a substituição das munições por reposição de uso ou não, a devolução dos materiais nos casos em que servidor não pertencer mais aos quadros de ativos da Instituição, entre outros.

Ressalta-se que a utilização de um sistema de rastreamento tem a finalidade na obtenção de informações das etapas percorridas pelo objeto durante seu trajeto, podendo obter sua localização por intermédio do emprego de tecnologia apropriada. Vale frisar que, por apenas recuperar seu histórico de localização e utilização, facilitando possíveis perdas que possa ocorrer, ele não garante e nem define a qualidade do produto, tão pouco avarias ocorridas do seu ponto de origem ao seu destino (LIRANI, 2005).

Metodologia

Para a produção deste artigo, optou-se em realizar uma pesquisa utilizando o procedimento metodológico qualitativo de caráter exploratório, com a finalidade de esquadrinhar maiores informações sobre o assunto investigado, possibilitando assim sua melhor compreensão.

Segundo Neves (1996, p. 1), a pesquisa qualitativa possui foco de interesse amplo partindo de uma perspectiva diferenciada dos métodos quantitativos "dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo."

De início, foi empreendido estudos bibliográficos em leis, artigos, livros e fontes digitais. Para o desenvolvimento, na fase de coleta de dados, foram elaboradas entrevistas semiestruturadas com profissionais da área de segurança pública do Estado de Goiás, a princípio duas, sendo um policial civil e atual chefe do Núcleo de Armamentos e Produtos Controlados da Polícia Civil de Goiás e o outro, um auxiliar de autópsia lotado na 4ª Coordenação Regional da Polícia Técnico Científica – Itumbiara e Instrutor de Armamento e Tiro da Escola Superior da Polícia Civil de Goiás. Vale ressaltar que tais entrevistas foram cumpridas mediante perguntas encaminhadas por e-mail com contato prévio via ferramenta *WhatsApp*.

Para Duarte (2004), no uso de depoimentos consegue-se extrair o que é mais subjetivo e pessoal, permitindo entender as relações entre o grupo social ao qual o entrevistado pertence em um determinado tempo e lugar.

Por fim, foi gerada a análise de todas as informações obtidas visando a tabulação e redação do trabalho, expondo as visões dos entrevistados frente aos questionamentos levantados.

Resultados e Discussão

Com o propósito de aprofundar e conhecer o processo de controle e gestão da Instituição em relação ao material bélico em estudo, tendo como base Goiás (2017), que estabelece as diretrizes para a cautela e o controle de armas de fogo e munições de propriedade da Polícia Civil do Estado de Goiás, a pesquisa contou com uma entrevista realizada junto ao chefe da Divisão de Armamentos e Produtos Controlados. Desta forma, foi possível entender o funcionamento de parte da logística empregada, em especial a munição, abrangendo seu processo de entrega, uso e devolução.

As perguntas iniciaram com o tempo de serviço na Divisão e as principais atividades desenvolvidas. O entrevistado respondeu que labora há sete anos, atuando no recebimento, guarda e controle das armas curtas e longas, munições, equipamentos de proteção balística, insumos para manutenção de material bélico, instrumentos/armas e munições menos que letais, distintivos, uniformes, enfim, os equipamentos operacionais em geral pertencentes a Polícia Civil do Estado de Goiás.

Na parte mais burocrática e documental, assentam-se os procedimentos em abastecer e atualizar os cadastros de registro das armas institucionais no Sistema Nacional de Armas (SINARM) junto ao Departamento da Polícia Federal (DPF), a criação de banco de dados das ocorrências envolvendo armamentos e afins pertencentes a Instituição. Além disso, gerir, fiscalizar e acompanhar todos os procedimentos que envolvam a aquisição dos materiais bélicos acima mencionados, fazer a entrega dos referidos bens in supra ao Exército Brasileiro e ao Departamento da Polícia Federal, bem como face às doações/cautelas dos órgãos, poderes e outras instituições.

Em relação ao controle de munições informou que é realizado um cadastro no Sistema de Controle de Armas e Produtos Controlados da Divisão, registrando as quantidades entregues aos policiais, atualmente vinte e duas unidades, contendo a respectiva identificação do lote do objeto. Insta salientar que, ocorrendo necessidade de suplementação, o pedido deverá ser acompanhado de justificativa sobre a efetiva premência, submetida à apreciação do Gerente de Gestão e Finanças do órgão. Segundo Ballou (2009), a importância da boa administração de materiais pode ser bem mais apreciada quando os bens necessários não estão disponíveis no instante correto para atender as necessidades de produção ou operação.

Quando perguntado sobre quais munições são utilizadas na Instituição e a forma de sua distribuição, vejamos o que disse o entrevistado:

> As munições empregadas na PCGO são da única fabricante no Brasil: CBC (Companhia Brasileira de Cartuchos), nos calibres 380, 357, .40, .45, 9mm, 12, 5,56 e 7,62. A distribuição aos policiais atualmente é feita nos moldes dos artigos 6º e 7º da Portaria 081/2017 do Gabinete do Delegado Geral, que determina que o policial tenha o dever de devolver as munições anteriormente fornecidas ou em caso de utilização delas em serviço operacional policial, serão

> repostas a qualquer tempo, o que dependerá de requerimento, devidamente justificado pelo policial civil interessado, com a anuência da autoridade policial titular da unidade a que estiver subordinado. (Entrevistado).

Importante a ser destacado, é o esclarecimento quanto a destinação dos artefatos devolvidos pelos policiais após cento e oitenta dias de sua disponibilização e obviamente não consumidas. Segundo o entrevistado, os objetos são encaminhados à Escola Superior da Polícia Civil para serem utilizados em treinamentos e cursos, sob a supervisão de instrutores de armamento e tiro. Esta supervisão, além do propósito segurança, tem como objetivo um maior controle nos estoques, monitorando as quantidades de munições utilizadas nos treinamentos. Além disso, os estojos deflagrados são recolhidos e dado tratamento devido.

Vale ressaltar que uma ferramenta gerencial amplamente utilizada na logística com a finalidade de categorização de produtos e que atua no auxílio ao controle e gestão de estoques, é a curva ABC. Conforme Ballou (2009) por meio dela, é possível ordenar as informações quanto ao seu grau de importância, observando que nem todos os itens estocados merecerão a mesma atenção por parte da administração ou precisarão manter a mesma disponibilidade para satisfazer os clientes. Na Polícia Civil, a curva ABC do calibre das munições possui a seguinte ordem de classificação, quanto ao uso, da maior para a menor: .40, 12, 9mm, 5,56, 380, 7,62, 357 e .45. Observa-se, portanto, a relevância quanto à disponibilidade da munição .40 na Instituição.

Visando um maior controle institucional, tem-se a forma de reposição estabelecida na Portaria nº 0081, de 21 de março de 2017 (GOIÁS, 2017). Com a necessidade de requerimento próprio para a realização do procedimento, foi questionado se esta formalidade inibiu ou não a utilização do artefato pelo policial, provocando com isso uma queda em relação a essa solicitação. Vejamos:

> Sim, o fato de o policial ter que justificar a quantidade de projéteis utilizados o inibiu quanto ao uso do artefato, pois se ele não tiver legalmente amparado, possivelmente acarretará um questionamento futuro de sua atuação. Com a Portaria nº 081/17 pelo Gabinete do Delegado Geral, houve uma queda em relação às solicitações de reposição de munições, principalmente em 2017 quando foi implementado a normativa, houve grande resistência e o gasto anual de munições da PCGO caiu pela metade, porém com o passar dos anos, aumentou um pouco, mas ainda é menor se comparado com o gasto dos anos anteriores a 2017 (Entrevistado).

Atualmente, as autorizações de compras de munição somente são expedidas com a identificação no culote dos projéteis e contendo no máximo dez mil unidades do artefato por lote. Dito isso, foi indagado a importância de tal identificação para sua rastreabilidade. O entrevistado relatou que a única importância seria para determinar as munições que pertence à Instituição e que devido a elevada quantidade, torna-se difícil identificar com exatidão qual o policial deflagra o artefato de um determinado lote em uma operação. Afirmou ainda que, para se obter uma maior precisão quanto à rastreabilidade das munições e consequentemente um maior poder de controle, o tamanho do lote de

comercialização deveria ser reduzido. Porém, é sabido que isso poderia impactar nos custos, considerando o tempo e mão de obra para a produção.

Em relação à existência de um sistema de gerenciamento de controle de munições, relatou que a Divisão a possui de modo eletrônico e passível de auditoria anual, normalmente realizada no início de cada ano. Tal sistema contém o registro obrigatório de aquisição, reposição, devolução, distribuição, uso, extravio, furto, roubo, perda e descarte. No uso de operação de sistemas de informação, temos:

> Processar dados para conseguir informações é a função básica do sistema de informação. Através da codificação, manipulação aritmética, classificação e consolidação, os dados são convertidos em informações úteis para a tomada de decisões logísticas e para a feitura de relatórios. (BALLOU, 2009, p. 289).

Vale frisar que não há, até o presente momento, o conhecimento de alguma decisão judicial que adentrou quanto ao mérito de controle e distribuição das munições institucionais, havendo apenas questionamentos quanto a forma de controle e distribuição realizada.

Por fim, ainda no aspecto controle, esclareceu que os questionamentos do Poder Judiciário geralmente pautam-se quanto a existência ou não de gerência pelo Órgão referente à distribuição, extravio, furto, roubo, perda e utilização do artefato em relação aos casos em que há indícios de ilegalidade envolvendo policiais ou até mesmo quando encontradas munições de um lote institucional com terceiros.

Marcação e rastreio da munição

Nesta parte da entrevista, foi dado ênfase à importância e relevância da marcação e rastreio do artefato, no intuito de inibir o cometimento de crimes bem como auxiliar a elucidação dos fatos.

Responderam aos questionamentos um auxiliar de autópsia da Polícia Técnico Científica de Goiás e instrutor de tiro (Entrevistado 1), e, novamente, o atual gestor da Divisão de Armamentos e Produtos Controlados (Entrevistado 2). Tal escolha adveio pela imparcialidade e objetividade das respostas, uma vez que a imposição das normas recai sobre os policiais, não fazia sentido serem eles os interpelados.

Inicia-se a entrevista afirmando que as marcações de munição no país alcançam somente aos artefatos adquiridos pelos órgãos públicos de segurança. Diante disso, foi questionado:

a) Se a ampliação alcançasse pessoas físicas, tal fato poderia impactar de modo a elevar o índice de esclarecimentos de crimes contra a vida no país, em especial, o homicídio?

b) Faz sentido exigir, apenas dos órgãos públicos de segurança, o ônus (obrigação) da compra dos projéteis marcados, tendo em vista a atual ampliação dos exemplares de calibres permitidos no comércio para os civis, não pesando sobre os mesmos essa imposição?

c) Tal normativa pode ser vista como um controle opressor aos policiais, haja vista não recair a todos os adquirentes de forma igualitária?

No primeiro questionamento, o Entrevistado 2 respondeu positivamente, informando que com a ampliação, o código de rastreamento dará um norte quanto à loja que vendeu o artefato, indicando o indivíduo que adquiriu e assim, iniciará a investigação por parte da polícia civil. Já o Entrevistado 1 afirma negativamente, dizendo que a resolução para tal crime independe da marcação dos estojos de munição, a julgar pela possível falta desse tipo de vestígio no local do crime. Segundo ele, assumindo que a marcação ajudasse na resolução para este tipo de delito, ela só seria eficaz, no caso de individualização da pessoa no ato da compra, assim como acontece com as armas de fogo, porém, tal procedimento não impediria a aquisição do artefato no mercado paralelo de munições não rastreáveis e os extravios que poderiam ocorrer mesmo nos dispositivos marcados. Eis que:

> Nem todo crime de homicídio deixa esse vestígio, uma boa parte dos homicídios ocorrem com o uso de arma branca ou até mesmo, com o uso de armas naturais (mãos, cotovelos, pés etc.) – como é o caso da esganadura. No caso de uso de arma de fogo, apenas as armas semiautomáticas seriam capazes de deixar o vestígio estojo no local de crime, assim, armas como revólveres e espingardas de tiro unitário (cano único ou duplos) muito dificilmente deixaria esse vestígio (pois dependeria muito da forma como o crime ocorreu). No meu entendimento, a resolução de um homicídio depende muito mais do trabalho investigativo e de outras perícias do que a marcação dos estojos. O recurso dispensado no investimento (público ou privado) seria muito mais útil na resolução de crimes caso fosse investido no aparelhamento da polícia civil e de equipamentos para a perícia criminal. (Entrevistado 1)

Referente à segunda arguição, ambos afirmaram que não faz sentido algum exigir apenas do poder público a compra de munição marcada. Conforme o Entrevistado 1, o que possibilita a individualização tanto da arma quanto do autor de um disparo é a balística do projétil, em alguns casos, a balística do estojo, juntamente com a propriedade ou cautela da arma.

Por fim e convergentes no pensamento, sustentaram positivamente que a normativa pode sim ser vista como um controle opressor. Para o Entrevistado 2, tal ato imprime a sensação de que somente os policiais praticam crimes, necessitando exclusivamente a eles um maior rigor e controle de suas ações. De acordo o Entrevistado 1, levando em consideração a necessidade da marcação da munição para o esclarecimento dos crimes, não vê a necessidade desta imposição e toda a burocracia necessária para sua aquisição já que os criminosos obtêm armas e munições além das fronteiras, não respeitando o ordenamento vigente e as normas de conduta social.

Inquiridos quanto ao rastreamento do artefato poder ou não ser considerado como um meio auxiliador à perícia no reconhecimento da autoria nos delitos que envolvam policiais, bem como uma

ferramenta essencial para estabelecer conexões entre crimes ocorridos em diferentes localidades, ambos responderam que sim, ao considerarem o rastreio como um meio de auxílio à perícia. Contudo, frisaram a incapacidade na identificação do autor, a julgar pela quantidade de munições adquiridas pela instituição com a mesma numeração e sua distribuição. Outra barreira encontrada na identificação, conforme Entrevistado 1, seria o possível extravio ou mesmo a existência de empréstimos e disponibilização de munições nas operações em conjunto com diferentes órgãos policiais. Neste pensamento, disse: "[...] o que irá determinar a autoria do disparo que levou a óbito o infrator é a balística do projétil e o mapa da cautela de armas, pois são eles que indicarão a arma por meio do padrão de ranhuras no projétil feito pelo cano da arma e quem estava portando a arma em questão, e não a marcação do estojo deflagrado."

No quesito conexões entre crimes, a rastreabilidade não foi considerada, em conjunto, como ferramenta essencial. Como exemplo para tal negação, insere o Entrevistado 2 que, durante o confronto, o policial não sai recolhendo os estojos projetados de sua arma, o que pode levar um terceiro a adquiri-los, realizar a recarga e praticar crimes em outras localidades, verificando assim, a fragilidade desta ferramenta. Outro exemplo, agora mencionado pelo Entrevistado 1, foi o extravio de um determinado lote de munição e sua utilização em diversos Estados, por pessoas diferentes e cujos crimes não tenham alguma ligação.

Com a expansão do comércio a determinados calibres, antes restrito ao meio policial, foi perguntado sobre a possibilidade de se estabelecer um paralelo entre o aumento nas quantidades de munições para o crime organizado, principalmente em relação às milícias, e a consequente diminuição no desvio dentro das instituições de segurança. Afirmando positivamente, responderam que poderá sim haver uma diminuição relativo aos desvios. Vejamos as respostas:

> [...] "não afirmo que todos irão vender ou fornecer munições para o crime organizado, mas com o aumento da circulação, ocorrerão mais extravios, furtos e roubos das munições adquiridas legalmente, que fatalmente cairão nas mãos de milicianos. (Entrevistado 2).
>
> O que podemos vislumbrar e conjecturar é que o desvio de munição por parte de certos policiais tende a diminuir, visto que eles têm acesso a esses tipos de munições diretamente no comércio, bastando apresentar o registro da arma e a funcional. Assim, se porventura, o mal policial que deseja ganhar dinheiro extra vendendo uma munição, poderá fazer sem ser pelo desvio da munição dentro do órgão público. (Entrevistado 1).

Para este último, a marcação de munição tornou-se algo inútil pois, se o agente público tiver a intenção de fazer algo errado, obviamente não irá usar munições institucionais. Ele o fará adquirindo munição legal no mercado convencional ou ilegal, por meio de contrabando.

Finalmente, em que pese às políticas de segurança pública, foram sondados quanto à possiblidade em se avançar com eficiência em tal questão, levando em consideração o atual modelo de

controle e rastreio das munições vigentes no país. As respostas foram negativas. O Entrevistado 2 exemplificou como entrave, novamente, o tamanho dos lotes, demonstrando a não eficiência no que diz respeito ao controle do artefato e o fato da marcação dos estojos serem apenas para um grupo específico sugerindo que, para o rastreio ser um método eficaz, tais questões deveriam ser revistas. Assim, temos: "[...] a marcação dos estojos deveria ser para todos [...]". Já o Entrevistado 1 informou que uma política de segurança pública eficaz passa por questões muito além do rastreio, ilustrando que o atual modelo seria apenas uma norma burocrática necessária para legitimar tal controle, não trazendo benefício algum para a área de Segurança Pública. Segundo este, a natureza humana tende a burlar normas quando da premeditação dos atos, não sendo a marcação do estojo de uma munição fator impeditivo para a ocorrência do crime. Sugeriu para tal, uma melhor formação do policial, investimentos em equipamentos de ponta, a proteção do servidor para ele que possa exercer suas funções, a presença e integração da polícia com a comunidade e outras políticas educacionais e econômicas.

Considerações Finais

O trabalho buscou entender como é o processo de gestão quanto ao controle de munições na Polícia Civil do Estado de Goiás, relacionando-o com as atuais legislações existentes e as próprias normativas impostas.

À vista disso, pode-se verificar que no seu processo de entrega, uso e devolução, a Instituição procura executar de maneira a não permitir nenhum tipo de desvio por parte de seus comandados. Como exemplo, tem-se a confecção de requerimento próprio quando na solicitação de mais munições para sua reposição. Porém verifica-se que por mais atenta que esteja, resta a possibilidade de falhas ou mesmo de tal controle ser desvantajoso do ponto de vista de pericial, pois além de tolher sua utilização nas operações, há o fato da não identificação determinada do autor. Contudo, não é possível saber se com essa ação, houve impacto na diminuição dos delitos por eles cometidos, considerando o acesso de munições no mercado paralelo e comum sem a necessidade de rastreio em sua aquisição.

Em relação ao manejo administrativo, nota-se que a Instituição perfaz de forma ordenada principalmente no aspecto das ferramentas logísticas utilizadas, como por exemplo, na administração de seus materiais, em especial os estoques das munições, na utilização da curva ABC e pela existência de um sistema de gerenciamento de controle do material bélico, registrando ações como aquisição, devolução, reposição, uso, extravio, entre outros já citados.

Todavia, na análise da rastreabilidade, evidente fica a lacuna encontrada em relação ao alcance na determinação do agente que a utilizou, e por consequência, uma queda no poder de controle da Instituição. Fato este, é explicado pelo tamanho do lote de comercialização atualmente imposto, ainda

que possua código de identificação. Fazendo um paralelo com a definição de rastreio apresentado, evidencia-se apenas na localização do destino do artefato, ou seja, na indicação do órgão adquirente.

Em relação a importância e relevância da marcação e do rastreio, com o objetivo de determinação de autoria e elucidação de crimes envolvendo policiais, ficou visível que tal imposição apenas norteia um processo de investigação, podendo ou não indicar: se foi cometido por algum agente de segurança, se houve desvio de munição dentro da instituição ou se foi uma mera fatalidade o fato do cartucho ser encontrado em um local de crime porém não utilizado por nenhum policial, haja vista a possibilidade de sua deflagração nas operações e após as ações realizadas, serem apanhados por terceiros de má fé. O que irá instituir a autoria será a realização da perícia.

Em que pese o controle realizado pela administração pública, notabiliza-se novamente a desnecessidade deste modelo de rastreio com o objetivo de determinação de autoria, haja vista a possibilidade de aquisição do artefato sem a devida identificação. Faz com que os policiais, na ação de atos ilícitos, não utilizem o equipamento disponibilizado pela instituição, adquirindo-o de outra forma, tanto no mercado paralelo ou mesmo no mercado legal, fazendo uso do benefício da não rastreabilidade a civis e assim, não colocando em xeque seu cargo ou moral.

Observa-se que tal imposição apenas legitima o controle e o rastreio imposto pelas normas. Não beneficia a Segurança Pública para uma liderança robusta e eficaz a qual se justifica, nem aufere uma política capaz de atender aos anseios da justiça e dos cidadãos.

Recomenda-se um estudo mais ampliado, podendo lançar mão de tal modelo ou estendê-lo de forma a alcançar a todos, aparando arestas já encontradas tornando-o relevante e mais assertivo. Pertinente também seria ofertar um maior destaque na valorização do servidor, principalmente durante sua formação e no investimento em insumos, cursos de aperfeiçoamento e atualização e local de trabalho, além de uma aproximação da população junto à Instituição na divulgação das ações e de seus resultados.

Não se pretende com este artigo esgotar o tema, tendo em vista sua relevância e importância para a sociedade e segurança pública de um modo geral, contudo espera-se que com este trabalho possa iniciar uma reflexão dos gestores na busca de uma contínua melhoria em sua governança para com o tema estudado. As argumentações aqui apresentadas poderão servir de aporte para posteriores estudos e aprofundamento da matéria abordada.

Contribuições dos Autores

Os autores contribuíram de forma igual na problematização, conceitualização, metodologia, coleta de dados, análise de dados, redação e revisão final do manuscrito.

Referências Bibiográficas

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BALLOU, Ronald H. **Logística empresarial**: transportes, administração de materiais e distribuição física. 1. ed., 21. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Decreto nº 9.847 de 25 de junho de 2019. Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 1, 25 jun. 2019a.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento Logístico. **Portaria nº 16-D LOG de 28 de dezembro de 2004.** Aprova norma regulamentadora da marcação de embalagens e cartuchos de munição. Disponível em: http://www.dfpc.eb.mil.br/phocadownload/Portarias_EB_COLOG/Portaria_16DLog_de_28Dez04.pdf Acesso em: 7 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Departamento Marechal Falconieri. Portaria nº 136 – COLOG, de 08 de novembro de 2019. Dispõe sobre o registro, o cadastro e a transferência de armas de fogo do SIGMA e sobre aquisição de arma de fogo, munições e demais Produtos Controlados de competência do Comando do Exército. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 264, 12 nov. 2019c.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Interministerial nº 1634/GM-MD, de 22 de abril de 2020. Estabelece os quantitativos máximos de munições passíveis de aquisição pelos integrantes dos órgãos e instituições previstos nos incisos I a VII e X do caput art. 6º da Lei nº 10.826, de 2003, pelas pessoas físicas autorizadas a adquirir ou portar arma de fogo, e pelos demais agentes autorizados por legislação especial a portar arma de fogo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 22, 23 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Terceira Assessoria. Portaria nº 1.222, de 12 de agosto de 2019. Dispõe sobre parâmetros de aferição e listagem de calibres nominais de armas de fogo e das munições de uso permitido e restrito e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 13, 15 ago. 2019b.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.826.htm. Acesso em: 7 jun. 2020.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/QPr8CLhy4XhdJsChj7YW7jh/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 18 ago. 2020.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Comando Logístico**. Diretoria de Fiscalização de produtos Controlados, Disponível em: http://www.dfpc.eb.mil.br/index.php/sisfpc. Acesso em: 14 jun. 2020.

GOIÁS. Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária. Polícia Civil. Gabinete do Delegado Geral. **Portaria nº 0081, de 21 de março de 2017.** Estabelece diretrizes para cautela e o controle de armas de fogo e munições de propriedade da Polícia Civil do Estado de Goiás e dá providências correlatas. Disponível em: https://gtp.policiacivil.go.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/portaria-n-o-0081-2017-gdgpc.pdf. Acesso em: 14 jun. 2020.

LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 123-144, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/GXvgpX8S3K9dFzL4GMCky7G/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 22 set. 2020.

LIRANI, Antonio Carlos. Rastreabilidade, uma exigência comercial. **Visão Agrícola**, Piracicaba: ESALQ/USP, p. 97-99, 2005.

MARQUES, Juliano Appel. **Análise da atividade logística de transportes na cadeia de suprimento da 3º Região Militar**. 2011. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração) – Departamento de Ciências Administrativas, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 26. ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2009.

METZNER, Vivian Cristina Velloso; SILVA, Roberto Fray da; CUGNASCA, Carlos Eduardo. Modelo de rastreabilidade de medicamentos utilizando identificação por radiofrequência, redes de sensores sem fio e o conceito de internet das coisas. *In:* CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTE, XXVIII., 2014, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Anpet, 2014. p. 1-12.

NAZÁRIO, Paulo. A importância de sistemas de informação para a competitividade logística. **Revista Tecnologística**, São Paulo, ano, v. 5, 1999. Disponível em: https://www.ilos.com.br/web/a-importancia-de-sistemas-de-informacao-para-a-competitividade-logistica/. Acesso em: 07 set. 2020.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996. Disponível em: https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf. Acesso em: 22 set. 2020.

SAULE JR, Nelson. A participação dos cidadãos no controle da administração pública. **Revista Polis**, 1998. Disponível em: https://polis.org.br/wp-content/uploads/2014/07/840.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

Sobre os Autores

Marcela Monteiro Barboza é Especialista em Gestão de Polícia Ostensiva pela Academia da Polícia Militar de Goiás e Tecnóloga em Planejamento de Transportes – CEFET. Pesquisadora nas áreas de Segurança Pública e Logística.

Glauco Leão Ferreira Alves é Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos – UFG, Mestre em Agronegócio - UFG e Bacharel em Administração Pública – UFG. Pesquisador nas áreas de Segurança Pública, Direitos Humanos e Logística.

Recebido: 31 dez. 2021
Aceito: 12 jan. 2022

APÊNDICE

PERGUNTAS GERAIS DA ENTREVISTA

a) As marcações de munições no Brasil alcançam somente aos órgãos públicos de segurança. Com base nessa afirmação, sua ampliação para pessoas físicas pode impactar elevando o índice nos esclarecimentos de crimes no país, em especial o homicídio?
b) O rastreamento de munição é considerado como uma ferramenta para auxiliar a perícia no reconhecimento da autoria nos crimes que envolvem policiais ou em nada interfere na identificação? Por quê?
c) O país sinaliza uma intensificação do comércio ao flexibilizar regras para o acesso de munições sem a devida contrapartida para o civil que a adquire. Faz sentido exigir apenas do Poder Público o ônus da compra dos projéteis marcados?
d) O atual rigor quanto à forma de aquisição das munições nos órgãos públicos de segurança mostra-se eficiente no que diz respeito ao controle do artefato ou segue sendo mais uma norma burocratizadora?
e) Considerando a flexibilização para o acesso às munições, é possível estabelecer um paralelo entre o aumento no quantitativo de munições para o crime organizado, principalmente em relação às milícias, e a conseqüente diminuição no desvio de munição dentro das Instituições de Segurança?
f) O atual modelo de rastreio baseado na identificação dos lotes traz algum benefício na área de Segurança Pública?
g) A rastreabilidade de munições é uma ferramenta essencial para realizar conexões entre crimes ocorridos dentro do Estado ou mesmo em diferentes Unidades da Federação?
h) É possível avançar em política de segurança pública eficiente no atual modelo de controle e rastreio de munições vigentes no país?
i) Excluir a marcação dos lotes das munições é criar obstáculo à eficiência na atuação dos órgãos de segurança?
j) Dado que a normativa de imposição para rastreio de munição determinada por lei não recai a todos de uma maneira igualitária, ela pode ser vista como um controle opressor aos policiais?
k) Com base em sua experiência como profissional de segurança pública, qual sua sugestão para que de fato o rastreio seja um método eficaz no controle?

ENTREVISTA CHEFE NAPC/PCGO

a) Há quanto tempo encontra-se a frente do NAPC, quais as principais atividades desenvolvidas pelo Núcleo, quais as munições empregadas na PCGO e como é realizada a distribuição a seus policiais?
b) Segundo a Portaria 81/2017/GDGPC, o controle de munições para fins de gerenciamento será realizado mediante cadastro em banco de dados. Como é feito esse cadastro e quais as informações consubstanciais para o efeito controle quanto ao rastreio de munição?
c) Em janeiro de 2019, foi expedido ofício pela Procuradoria da República da Paraíba ao atual Governador do Estado Ronaldo Ramos Caiado com o objetivo de obter informações quanto a efetividade do controle e rastreabilidade de munições no território nacional. Foi perguntado no âmbito da PCGO quanto a existência de um sistema de gerenciamento e controle de munições eletrônico e auditável com registro obrigatório (aquisições, reposição, devolução, transportes, distribuição, movimentação, transferência, uso, extravio, furto, roubo, perda e descarte). Também foi questionado a existência de uma rotina de auditoria com vistas a controlar estoques de munição. Diante disso, qual foi a resposta encaminhada pela PCGO a esses questionamentos?

d) Em relação a substituição das munições, qual a destinação dada na sua devolução para um maior controle nos estoques?
e) A forma de reposição das munições inibe o policial quanto ao uso do artefato, haja vista que o servidor terá que justificar a quantidade de projétil utilizado acarretando um possível questionamento futuro quanto a sua atuação?
f) Dado que a normativa de reposição das munições objetiva um maior controle da Instituição sob seus administrados, houve uma queda em relação a solicitação de reposição?
g) Como é realizado o controle e distribuição das munições decorrentes de decisão judicial ou originários de outras entidades?
h) Conforme legislação vigente, somente serão expedidas autorizações de compras de munição com a identificação do lote nos projéteis. Na sua opinião, qual a importância desta identificação para a rastreabilidade das munições dentro da Instituição?
i) Em relação ao lote padrão para comercialização de munição, você acha que essa quantia poderia ser reduzida para uma maior precisão quanto a rastreabilidade das munições aumentando o poder de controle da Instituição?
j) Por quais motivos os órgãos de segurança pública vêm sendo questionados pelo Poder Judiciário em relação à apuração de fatos com indícios de ilegalidade envolvendo policiais?

ISSN 2175-053X

O ESTRESSE E IMPACTO NA SAÚDE MENTAL DE POLICIAIS MILITARES TRABALHADORES DO COPOM NO INTERIOR DE SÃO PAULO

Andréa da Silva Mazariolli

Universidade Paulista (UNIP), São José dos Campos/SP, Brasil. E-mail: psico.andreasilva@yahoo.com.br

Ana Luiza de Souza Paula

Universidade Paulista (UNIP), São José dos Campos/SP, Brasil. E-mail: psianaluizapaula@gmail.com

Carla Larissa Victoriano dos Santos

Universidade Paulista (UNIP), São José dos Campos/SP, Brasil. E-mail: carlalarissa18.cl@gmail.com

RESUMO: Este artigo teve como objetivo avaliar e dimensionar o estresse ocasionado a partir da rotina do trabalho de trinta policiais militares que exercem atividades no Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) como atendentes e despachadores. Investigar o impacto do estresse na saúde mental desses profissionais. Para tanto, esse estudo teve também o objetivo de, a partir dos resultados obtidos, contribuir para novos dados estatísticos e futuros estudos de validação do inventário, teste psicológico que é de uso exclusivo do psicólogo utilizado para avaliação dos níveis de estresse e sintomatologia em adultos. Os instrumentos utilizados foram o Inventário de Sintomas de *Stress* para adultos de Lipp (ISSL), que contribuiu para dimensionar a ocorrência e os níveis de estresse dos policiais militares e o Questionário Sociodemográfico – QSD utilizado para o reconhecimento do público-alvo da pesquisa. Destaca-se que em relação ao gênero, das duas (02) policiais que participaram do estudo, 100% apresentaram sintomas de estresse e do público masculino dos 28 participantes, 12 apresentaram estresse correspondendo a 42,8% dos resultados da pesquisa. E referente as fases do estresse e os sintomas indicados 36,66 % estão na fase de resistência e 10 % na fase quase exaustão. Os resultados demonstraram que são necessárias ações preventivas e de tratamento para esses profissionais que exercem uma profissão que expõe ao estresse constante e os profissionais dessa área podem desencadear consequências psicológicas e emocionais que resultam em cansaço mental, dificuldade de concentração e perda de memória imediata, bem como crises de ansiedade e de humor, que os levam ao sofrimento mental.

Palavras-chave: Polícia Militar. Saúde mental. Estresse. COPOM.

STRESS AND IMPACT ON THE MENTAL HEALTH OF MILITARY POLICE WORKERS OF COPOM IN THE INTERIOR OF SÃO PAULO

ABSTRACT This article aimed to evaluate and dimension the stress caused from the routine work of thirty military police officers who carry out activities in the Military Police Operations Center (COPOM) as attendants and dispatchers. Investigate the impact of stress on the mental health of these professionals. For this purpose, this study also had the objective of, from the results obtained, to contribute to new statistical data and future studies of inventory validation, a psychological test that is exclusively used by the psychologist used to evaluate stress levels and symptomatology in adults. The instruments used were the Lipp Adult Stress Symptom Inventory (ISSL), which contributed to scale the occurrence and stress levels of military police officers and the Sociodemographic Questionnaire – QSD used to recognize the target audience of the research. It is noteworthy that in relation to gender, of the two (02) police officers who participated in the study, 100% presented stress symptoms and the male audience of the 28 participants, 12 presented stress corresponding to 42.8% of the research results. And referring to the stress phases and the symptoms indicated 36.66% are in the resistance phase and 10% in the almost exhaustion phase. The results showed that preventive and treatment actions are necessary for these professionals who practice a profession that exposes to constant stress and professionals in this area can trigger psychological and emotional consequences that result in mental fatigue, difficulty concentrating and immediate memory loss, as well as anxiety and mood crises, which lead them to mental suffering.

Keywords: Military Police. Mental health. Stress. COPOM.

Introdução

A Segurança Pública é uma das questões preocupantes da sociedade neste início do século XXI, ainda que este problema esteja presente desde o começo das sociedades urbanas. Criou-se uma expectativa sobre os responsáveis por esta área e, portanto, espera-se que os policiais tenham competências para promover a segurança da população (RABELO E MAZARIOLLI, 2019).

Para levantarmos uma reflexão acerca do trabalho policial se faz necessário uma breve contextualização teórica sobre a definição da palavra "trabalho" e qual o seu significado na concepção de relação com o homem. A palavra trabalho vem do latim *tripalium*, termo utilizado para designar instrumento de tortura, ou mais precisamente, "instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, nas quais agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los" (ALBORNOZ, 1994, p. 10).

Sobre a relação homem e trabalho e a construção de identidade, Codo (1993, p. 74) escreve que os seres humanos "definem sua existência na medida em que a exercem, em metabolismo com a natureza, construindo a si mesmo na medida em que arrancam do mundo seu modo de ser", a significação da relação trabalhador e trabalho é única e depende da história pessoal de cada indivíduo. Num trabalho rigidamente organizado, mesmo se ele não for muito dividido, parcelado, nenhuma adaptação do trabalho é possível. [...] Mesmo as más condições de trabalho são, no conjunto, menos temíveis do que uma organização de trabalho rígida e imutável. O sofrimento começa quando a relação homem-organização do trabalho está bloqueada (DEJOURS, 1987, p. 52).

Este estudo procurou: (a) evidenciar o trabalho dos policiais militares que exercem atividades no Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) como atendentes e despachadores de ocorrências recebidas por meio de ligações do número 190; e (b) investigar o impacto do estresse na saúde mental desses profissionais que de certa forma estão na ponta do *iceberg*, pois são os primeiros a receber informações das ocorrências em andamento por meio de solicitações da população, as ocorrências são registradas e transferidas aos despachadores para serem distribuídas conforme a área de abrangência. O COPOM onde foi realizada esta pesquisa, abrange 39 cidades da região do Vale do Paraíba interior do estado de São Paulo, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira, e quando os sistemas de atendimentos de outras regiões do estado ficam sobrecarregados, as chamadas do número 190 são redirecionadas para este Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM), potencializando ainda mais o trabalho desses profissionais.

Dejours (1987) cita que se deve levar em conta a personalidade do indivíduo, de forma a adequá-lo no posto de trabalho que ele melhor se identifique, porém, adequar o trabalho a personalidade do indivíduo, muitas vezes não é possível, devido às condições atuais do mercado de trabalho, e a necessidade de trabalhar. O autor acredita que o sofrimento pode ser analisado de duas vertentes, o patológico e o criativo, sendo que o patológico é que aquele em que o homem se vê diante do esgotamento de todos seus recursos defensivos, que já foram mobilizados e acabam por se esgotar, fazendo com o que o sujeito se sinta incapacitado de exercer seu trabalho. Já o sofrimento criativo é aquele que serve de alavanca para o processo de criatividade do indivíduo, é o que favorece a realização do trabalho.

O trabalho pode afetar a saúde mental do indivíduo a partir do momento em que o trabalho que era visto como bom e edificador, acaba se tornando motivo de insatisfação, onde falta significado e finalidade para a realização da atividade, e o homem acaba não mais reconhecendo sua própria significação humana e o significado de seu trabalho, não compreendendo qual significado tem sua tarefa dentro da empresa. Desse modo passa a ser difícil para o trabalhador executar uma tarefa que não tem mais sentido afetivo para ele, onde “executar uma tarefa sem investimento material ou afetivo exige a produção de esforço de vontade” (DEJOURS, 1987, p. 49).

O trabalho que possui tamanha importância para a construção de vida do indivíduo, deve trazer também pontos positivos nessa relação, de forma a favorecer as condições de saúde mental do trabalhador, que se sentirá satisfeito e útil ao trabalho que exerce, tendo o trabalho diversos significados para cada ser humano, segundo Codo (1993) muitos estudos não citam os aspectos positivos relacionados ao trabalho, para ele o trabalho deve ser visto como “mágico”, a partir dos seus vários significados.

O trabalho enquanto valor de uso é o ato de depositar significado humano à natureza, construção de significado pessoal e intransferível, individual. Se trabalharmos em cooperação, se nosso trabalho implica na transmissão de um significado social à natureza, então traçamos nossa individualidade nesta extensa trama de espelhamentos que se desenha a cada momento, se igualando e se diferenciando de cada um e de todos (CODO, 1993, p. 60).

O Trabalho e a história da Polícia Militar

A partir dos relatos dos autores Bretas e Rosemberg (2013), entende-se que a polícia passou por obstáculos e foi vista sob diferentes pontos de vista ao decorrer da história, sendo eles: acadêmico e marxista, do ponto de vista acadêmico é enfatizado as agitações raciais e estudantis que transformaram

a polícia como foco acadêmico, já sob a visão marxista chama a atenção por dizer que a polícia era vista como repressiva, agindo sob as ordens de representantes do Estado ou uma burguesia opressora.

Conforme os mesmos autores a respeito dos respectivos períodos, eles discorrem explicando sobre o período de 1808 que é enfatizado como um marco da polícia no Brasil, onde ocorreu a transmigração da família real portuguesa, que se situa no século XVIII e no período Brasil independente, sendo o período que aconteceu a criação da Intendência Geral da Polícia e em 1809 a Guarda Real da Polícia, início da fundação da Polícia Brasileira. Sobre o policiamento do século XIX, os autores também discorreram sobre ter sido uma polícia com pouco impacto transformador. No século XX foi um período demarcado por lutas por mudanças sociais, econômicas e culturais no país, sendo que a polícia foi alvo dessas lutas e pressões. Também foi uma época de mudanças na organização da polícia, tais como regulamentar as práticas dos policiais, como, por exemplo, uso da força e inserir treinamentos para eles. Para tanto, "o foco principal dessas mudanças era estabelecer um processo de controle interno sobre o comportamento do policial" (PINC, 2012, p. 38). Ainda segundo a mesma autora, ocorreram mudanças no século XX relacionadas ao papel da polícia no Brasil e na América Latina, foram mudanças no contexto político com a democratização, bem como avanços da tecnologia no serviço oferecido à população.

Sobre o início da polícia no Brasil, "[...] as primeiras pesquisas aparecem, especialmente voltadas para a Polícia Militar do estado de São Paulo e sua atuação como um exército local nos primeiros anos da República" (BRETAS E ROSEMBERG, 2013, p. 164). Ainda segundo os autores a polícia ao se firmar como uma vertente historiográfica, eles intitularam como "controle da pobreza urbana", o período em que se caracterizaram pela repressão, tentativas de organização e manifestação e segundo eles, a repressão a práticas culturais, festas, cultos, diversões, portanto uma modernidade pela força.

A opressão policial e do Estado não tinha foco no trabalho escravo (que caracterizava o século XIX brasileiro na época), mas no espaço dos homens livres da cidade. Uma investigação começou a ser feita, com o intuito de responder quem eram os policiais e porque agiam daquela forma, porém foi se revelando a precariedade do conhecimento sobre a polícia, tanto na organização formal quanto na prática cotidiana (BRETAS E ROSEMBERG, 2013).

Em relação à estrutura organizativa da polícia militar e o processo de trabalho, a polícia se organiza de forma hierárquica. Segundo Minayo, Souza e Constantino (2008, p. 87), "Na corporação, há uma radical separação entre quem manda e quem deve obedecer [...]".

> 'Hierarquia' é o princípio fundamental da divisão do trabalho dessa corporação, expressando-se em papéis, tarefas e *status* que determinam condutas e estruturam relações de comando-subordinação. É também a base sobre a qual se reatualizam, cotidianamente, sinais de respeito, honras, cerimoniais e rituais de ordem e de disciplina (MINAYO, SOUZA e CONSTANTINO, 2008, p. 89).

A disciplina é o segundo tópico que norteia a estrutura organizativa da Polícia Militar, sendo que é exercida "[...] exigindo dos indivíduos: o controle dos expedientes, como horários e escalonamentos de trabalho; a elaboração temporal do ato" (MINAYO, SOUZA E CONSTANTINO, 2008, p. 91).

Dentre a estrutura organizativa, é possível compreender também como é estabelecida a dicotomia trabalho e saúde mental dos policiais militares, pois além da forma que esses policiais militares exercem suas atividades no cotidiano, ou seja, como é oferecido o suporte na organização interna, há de compreender sobre segurança pública e a existência de programa de atenção à saúde para esses trabalhadores, cujo objetivo é salientar a importância desse suporte (MINAYO, SOUZA E CONSTANTINO, 2008).

Pesquisas sobre o policial militar e sua saúde mental

Foram utilizadas para a realização das pesquisas bibliográficas as bases *Scielo, Pepsic* e *Google* Acadêmico, com os descritores policial militar, estresse e saúde mental. Foram encontrados 11 estudos nas bases pesquisadas. Na pesquisa realizada na base *Scielo* foram encontrados 03 estudos, o primeiro refere-se aos autores Oliveira e Santos (2010) pesquisaram a vida laboral do policial militar e vivencias estresse extremo que pode gerar possíveis quadros de desequilíbrio emocional. Analisaram a percepção de policiais militares da força tática e de rua acerca dos aspectos que permeiam sua saúde mental. Participaram do estudo 24 policiais militares de dois Batalhões da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Foi utilizado uma escala, desenvolvida pelas autoras, contendo 30 questões abordando assuntos relativos ao cansaço físico e emocional e à percepção do estresse. As questões estavam dispostas em escala likert de 3 pontos, na qual levantava-se a frequência de ocorrência do comportamento, isto é, sempre, às vezes, nunca. Em todos os casos, os participantes assinalaram com um x apenas uma alternativa de resposta. Os resultados evidenciaram que os participantes (91,7%), sempre ou às vezes, percebiam-se estressados; uma parte (41,7%) relatou já ter agido impulsivamente em alguma ocorrência; 88,3%, sempre ou às vezes, se sentiam emocionalmente cansados após o dia de trabalho; 62,5% afirmaram que às vezes percebiam-se agressivos no trabalho; 20,8% já pensaram em suicídio e 8,3% nunca se sentiam realizados com a profissão.

No segundo estudo da plataforma *Scielo* realizado por Azevedo (2017), com 10 Policiais

Militares do Estado de São Paulo, a autora concluiu que ao pesquisar sobre a polícia encontrou dados apenas relacionados à instituição policial e sua atuação, e foram poucos os resultados que a auxiliou em sua pesquisa, onde buscou compreender o diálogo do policial por trás da instituição, sua fala propriamente dita, e os efeitos que a instituição causa na subjetividade destes indivíduos. Através da pesquisa da autora concluiu-se também que "a farda se sobrepõe ao indivíduo marcando com toda força a matriz institucional deste discurso" (AZEVEDO, 2017, p. 562) e interfere diretamente em seu discurso que é sobreposto pelas regras e deveres impostos pela corporação de forma com que, outro fator apresentado é de que a principal tarefa exercida pelo policial militar é a de sempre, o tempo todo ter que proteger sua vida, que está sempre exposta ao risco.

Assim como no terceiro estudo encontrado realizado por Minayo, Souza e Constantino (2008) mostrou a quão exaustiva é a rotina policial e o que essa rotina causa na saúde psíquica do indivíduo. Dessa forma os autores acreditam que a pressão na tomada de decisões e a diferença hierárquica podem ser fatores importantes a se levar em conta quando se trata da saúde mental do profissional policial, de forma que:

> [...] o estresse do profissional policial tem relação, sobretudo, com a organização hierárquica que faz pesar muito sobre as chefias decisões categóricas e tira dos subordinados a possibilidade de criar e decidir (MINAYO, SOUZA e CONSTANTINO, 2008, p. 221).

Desta forma a prática diária da rotina policial baseia-se em responsabilidades, em que de acordo com estudos realizados por Rossetti et al (2008) os policiais estão a todo tempo lidando com diversas formas de violência e delitos graves, assim gerando maior sofrimento de estresse crônico, pois o âmbito de trabalho estressor é um fator que pode determinar a ocorrência de doenças que afetam a saúde mental do profissional.

Na Plataforma *Pepsic* com as mesmas palavras chaves, não foi encontrado nenhum estudo. Todavia na plataforma *Google* Acadêmico foram encontrados 08 artigos com o tema estudado. O primeiro estudo dos autores Costa et al (2007), realizaram uma pesquisa descritiva com corte transversal para diagnosticar a ocorrência e a fase de estresse em policiais militares da Cidade de Natal, Brasil, além de determinar a prevalência de sintomatologia física e mental. Participaram 264 indivíduos, utilizando-se o Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp. Foi determinada a presença de estresse, a fase de estresse (alerta, resistência, quase-exaustão, exaustão), a prevalência de sintomas físicos e mentais e a relação entre estresse e unidade policial, posto policial, sexo, hábito de beber, fumo, escolaridade, estado civil, idade, tempo de serviço e faixa salarial. Resultados: a proporção de policiais sem sintomas de estresse foi de 52,6%, enquanto 47,4% apresentaram sintomatologia. Dos 47,4% entrevistados com estresse, 3,4% encontravam-se na fase de alerta, 39,8% na fase de resistência, 3,8%

na fase de quase-exaustão e 0,4% na fase de exaustão. Sintomas psicológicos foram registrados em 76,0% dos policiais com estresse, e sintomas físicos, em 24,0%. Das variáveis investigadas, a única que apresentou relação com estresse foi o sexo (P = 0,0337), sendo as mulheres as mais afetadas.

O segundo estudo Couto et al (2017) investigaram características da saúde mental do policial militar, investigaram a percepção do policial sobre variáveis de estresse e características de relacionamento interpessoal em grupos divididos pelo tempo de exercício profissional. Participaram 325 alunos dos cursos de formação de oficiais da Polícia Militar de um estado brasileiro com idades entre 18 e 49 anos (M[1]= 31,9 e DP= 8,3), sendo 90,8% dos sujeitos do sexo masculino (297). O tempo de serviço como policial variou entre 2 meses e 23,75 anos (M=10,56 e DP=8,54). Os sujeitos responderam ao Inventário de Sintomas de Estresse de Lipp (ISSL) e ao Checklist de Relações Interpessoais Revisado (CLOIT-R). Os resultados apontaram sintomas de estresse em 55,9% da amostra. Apontaram também o efeito positivo do tempo de carreira na saúde dos policiais, primeiro pela redução dos sintomas de estresse e de características interpessoais negativas ao longo da carreira e, segundo pelo aumento correspondente entre as características interpessoais positivas e tempo de carreira.

No terceiro estudo Bezerra, Minayo e Constantino (2013) pesquisaram o estresse ocupacional em mulheres policiais militares do Rio de Janeiro. Utilizaram a abordagem qualitativa (entrevistas, grupos focais e observação) das percepções dessas mulheres sobre diferenças de gênero no trabalho policial, relação entre estresse ocupacional e problemas de saúde e estratégias para amenizar o estresse. Participaram 42 mulheres: oficiais e praças, profissionais operacionais e de saúde. Os resultados revelam que as policiais relacionam o cotidiano do trabalho ao estresse, citam diversos sintomas e mostram como o relacionamento familiar é afetado. Seu estresse tem origem basicamente na questão organizacional e gerencial do trabalho. Discriminação de gênero e assédio são percebidos como importantes fatores estressantes. O sofrimento psíquico aparece mais fortemente entre os oficiais com cargos de chefia; e as atividades operacionais são percebidas como mais estressantes pelo risco que oferecem. O exercício físico é a estratégia considerada mais eficaz para prevenir as consequências do estresse. Conclui-se que, embora as mulheres estejam presentes na PM há muitos anos, a organização e o gerenciamento praticamente continuam sob a ótica masculina e são necessários investimentos em ações preventivas do estresse sob a perspectiva de gênero.

No quarto estudo Dantas et al (2010) investigaram o nível de estresse em policiais militares, utilizaram o Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL). Participaram 38 policiais militares, de ambos os sexos, da ativa, de uma unidade do batalhão no sul de Minas Gerais. Destes, 45%

[1] As siglas “M” e “DP”, significam Média e Desvio Padrão, respectivamente.

apresentaram estresse em algum nível, com predominância da fase de resistência. Em relação ao gênero, constatou-se que policiais militares do sexo feminino apresentaram mais estresse. Quanto à função, observou-se estresse em policiais da área administrativa. Segundo a idade, o estresse foi identificado com maior concentração entre 25 e 41 anos.

No quinto estudo Oliveira e Bardagi (2009) desenvolveram um estudo comparativo dos níveis de estresse e comprometimento na carreira de policiais militares de Santa Maria (RS), divididos de acordo com a função desempenhada: atendimento do 190 (pelo telefone), serviços administrativos e policiamento ostensivo. Os instrumentos foram um questionário sociodemográfico, uma Escala de Comprometimento com a Carreira e um Inventário de Sintomas de Estresse para adultos, respondidos por 75 participantes, homens e mulheres entre 22 e 44 anos. Verificou-se que 57,3%dos participantes apresentaram sintomatologia de estresse e que as mulheres apresentaram maior severidade nos sintomas. Os funcionários administrativos apresentaram maior comprometimento com a carreira do que os demais grupos. Estes resultados confirmam que a atividade militar se insere em um contexto de vulnerabilidade e indicam que, quanto maior o risco envolvido, menor é a segurança em relação à carreira.

No sexto estudo Souza, Minayo e Pires (2012) foram investigados fatores associados ao sofrimento psíquico dos policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil, a partir de estudo transversal com 1.120 policiais, sendo caracterizados o perfil socioeconômico e demográfico, a qualidade de vida, as suas condições de saúde e de trabalho. Para mensurar o sofrimento psíquico, utilizou-se o *Self-Reported Questionnaire.* Na análise de associações, usou-se o modelo de regressão logística, considerando-se variáveis relacionadas ao sofrimento psíquico. Os resultados indicaram associação entre sofrimento psíquico e fatores como: capacidade de reagir a situações difíceis e grau de satisfação com a vida; problemas de saúde, sobretudo, digestivos, nervosos, musculares e ósseos; e condições adversas de trabalho, como carga excessiva, constante exposição ao estresse e à vitimização. Conclui-se apontando a necessidade de intervenções que visem à promoção da saúde desses profissionais, sobretudo da sua saúde mental.

No sétimo estudo Andrade e Guimarães (2017), investigaram a repercussão do Estresse Ocupacional utilizaram a Escala de Estresse Ocupacional – EEO – Criada pela Marlin Company e pelo Instituto Americano de Estresse e a escala *Personal Views Survey – PVS* é um instrumento de pesquisa desenvolvido por Kobasa, et al. (1982) para avaliar (personalidade resistente) na Qualidade de Vida Profissional em uma amostra de 143 policiais militares de uma cidade do interior de Mato Grosso do Sul. A amostra apresentou um alto nível de Estresse Ocupacional e um baixo *Hardiness*. Houve correlação positiva entre Estresse Ocupacional e Qualidade de Vida Profissional e quando introduzido o *Hardiness*, essa correlação diminuiu, sugerindo a existência de mediação, em que, quanto maior o

Hardiness menor o Estresse Ocupacional. Os resultados obtidos apontam para a necessidade de fortalecimento do *Hardiness*, para que ocorra uma diminuição dos níveis de Estresse Ocupacional.

No último artigo Almeida et al (2017) estudaram o estresse e como se configura em uma ameaça real, percebida ou socialmente construída. Desse modo, esse estudo foi desenvolvido visando identificar o nível de estresse ocupacional dos policiais militares do Rio Grande do Sul. Realizou-se uma pesquisa descritiva, do tipo ***survey***, com abordagem quantitativa. Os participantes do estudo totalizaram 519 policiais militares pertencentes a quartéis de cidades localizadas no estado do Rio Grande do Sul. No geral, ocorreu predomínio do nível médio de estresse, com os seguintes estressores com as maiores médias: deficiência nos treinamentos para capacitação profissional (3,51); discriminação/favoritismo no ambiente de trabalho (3,40); poucas perspectivas de crescimento na carreira (3,37); pouca valorização por parte dos superiores (3,04); e por fim, deficiência na divulgação de informações sobre as decisões organizacionais (3,00).

Relevante também citar o estudo realizado por Fraga (2006) ela nos coloca algumas questões pertinentes relacionadas ao trabalho do policial militar, o colocando como um trabalho que ao mesmo tempo em que segue sua rotina, é também cheio de incertezas, falando também do desafio em realizar pesquisas nesta área, onde muitas vezes a instituição policial por vezes é colocada de forma negativa e generalizada pela mídia, dessa forma a pesquisa neste campo passa a ter um significado social, de modo que:

> Isso posto, é interessante destacar, ainda, que os estudos e pesquisas que dão vistas ao trabalho do PM restringem-se, na maioria das vezes, às academias de Polícia e, estas enfatizam, prioritariamente, aspectos técnicos da profissão, carecendo, assim, de estudos e pesquisas que enfatizam as suas particularidades (FRAGA, 2006, p. 2).

Dessa forma fica ainda mais evidente de que é necessário que se realizem pesquisas sobre o policial militar e sua saúde mental, como indivíduo e não apenas visto como instituição. Outra pesquisa importante realizada por Sales e Sá (2016) com policiais militares em atendimento clínico, foram levantados os fatores que levam o policial ao adoecimento, abordando os assuntos do medo e sofrimento que pairam a profissão. Através de relatos de policiais, levando em conta sua visão e compreensão, ao decorrer de cada narrativa dos profissionais ficou evidente que o estresse e a humilhação exercida através do autoritarismo por hierarquias superiores foram os principais fatores apontados para o adoecimento dos soldados, além das condições de trabalho as quais os policiais são expostos no dia a dia, onde:

> Podemos observar que a percepção dos policiais sobre as más condições de trabalho, aliada a

> essas pressões que incidem sobre o indivíduo, pode relatar a conexão entre sofrimento laboral e aflições psíquicas, comprometendo, segundo os atores sociais, significantemente a eficácia da própria atividade laboral e gerando mais sofrimento (SALES e SÁ, 2016, p. 189-190).

A rotina exaustiva do policial militar se dá também pelas extensas cargas horárias de trabalho, de forma com que esse fator compromete sua saúde mental e pode vir a gerar o estresse nos indivíduos, as amplas demandas e cargas horárias de trabalho que são exercidas devido a necessidade de suprir a escassez do número de policiais em efetivo, de modo que se torna insuficiente para o atendimento da demanda que é procurada para o atendimento dos policiais militares, acabam por sobrecarregar os profissionais (COSTA, 2007).

Apesar da presença dos diversos fatores que acometem a saúde mental do policial e da necessidade da aplicação de promover saúde a esses profissionais que são acometidos diariamente por consequências de sua atividade profissional, ainda é existente o preconceito e discriminação daqueles que buscam por um tratamento, mesmo que esta possibilidade seja oferecida pela instituição policial, o que acontece é que:

> [...] a procura por algum tipo de atendimento de apoio não faz parte da cultura da corporação: ou os policiais têm medo de serem reconhecidos como fracos ou os problemas atingem camadas existenciais muito profundas, não consideradas no serviço de atendimento que lhes é oferecido (MINAYO, SOUZA e CONSTANTINO, 2008, p. 192).

Diante do exposto fica evidente a necessidade de pesquisas com esse público tão peculiar, bem como da atividade exercida que é fonte geradora de estresse e de TEPT, para isso no próximo capítulo será definido sobre estresse em várias concepções.

Definições do estresse

Hans Selye foi o primeiro autor a abordar o termo estresse, onde definiu-o como um "conjunto de reações que o organismo apresenta quando submetido a situações que exigem esforço adaptativo" (SELYE, 1956, p. 6). O autor aponta que o estresse tem como característica ser um evento tanto negativo quanto positivo e a partir de seus estudos, concluiu que o estresse se dá em momentos de defesa e adaptação aos estímulos estressores.

Atualmente o termo estresse aparece no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) de 2014, um manual que serve de base para que se avalie e busque características quando necessário para que se feche algum tipo de diagnóstico. Nele constam dados estatísticos de ocorrência dos transtornos mentais na população, além de características detalhadas relacionadas a cada patologia.

Algumas das referências presentes no manual DSM-5 (2014) que abordam especificamente o termo estresse aparecem na categoria Transtornos Relacionados a Trauma e a Estressores, onde se apresentam transtornos cuja suas causas estão diretamente relacionadas à vivência de um ou mais episódios que tenham gerado estresse. Apresentaremos dois desses transtornos mentais que podem ser evocados pela ocorrência de um episódio de estresse, são eles; Transtorno de Estresse Pós-traumático

(TEPT) e Transtorno de Estresse Agudo, a característica essencial do transtorno de estresse pós-traumático é o desenvolvimento de sintomas característicos após a exposição a um ou mais eventos traumáticos (DSM-5, 2014, p. 274). Sendo que, são considerados eventos traumáticos; exposição a algum episódio concreto ou ameaça de morte, lesão grave ou violência sexual. Sendo alguns dos possíveis sintomas que indicam a ocorrência de TEPT:

> Em alguns indivíduos sintomas de revivência do medo, emocionais e comportamentais podem predominar. Em outros, estados de humor anedônicos ou disfóricos e cognições negativas podem ser mais perturbadores. Em alguns outros, a excitação e sintomas reativos externalizantes são proeminentes, enquanto em outros, sintomas dissociativos predominam. Por fim, algumas pessoas exibem combinações desses padrões de sintomas (DSM-5, 2014, p. 74).

Ainda segundo o DSM-5 (2014) o TEPT pode ocorrer em qualquer idade da vida do indivíduo, sendo que geralmente os sintomas aparecem em média nos três primeiros meses após a vivência do trauma e os sintomas podem variar ao longo do tempo, assim como a recuperação completa do TEPT também é variável de acordo com cada indivíduo, é mais comum que a recuperação completa seja alcançada em torno de três meses, porém, há casos que permanecem por anos.

Outro transtorno abordado no DSM-5 (2014) relacionado ao estresse é o Transtorno de Estresse Agudo, caracterizado por ocorrer em casos de "Exposição a episódio concreto ou ameaça de morte, lesão grave ou violação sexual [...]" (DSM-5, 2014, p. 280), sendo que sua principal característica é a de que seus sintomas duram de três dias a um mês após a exposição do indivíduo ao evento traumático. Quanto aos sintomas apresentados em casos de Transtornos de Estresse Agudo:

> [...] em geral envolve uma resposta de ansiedade que inclui alguma forma de revivência ou reatividade ao evento traumático. Em alguns indivíduos, um quadro dissociativo ou de distanciamento pode predominar, embora essas pessoas também apresentem geralmente forte reatividade emocional ou fisiológica em resposta a lembranças do trauma. Em outros indivíduos, pode haver uma resposta de raiva intensa na qual a reatividade é caracterizada por respostas irritadiças ou possivelmente agressivas (DSM-5, 2014, p. 282).

De acordo com o DSM-5 (2014) o transtorno de estresse agudo possui riscos de progredir para o TEPT após um mês, sendo que esse é o prazo máximo que podem ocorrer os sintomas de estresse agudo, porém além do risco de evolução o transtorno pode também tomar outro curso e ser apenas uma resposta de estresse temporária que cede dentro deste período de um mês de ocorrência dos sintomas não acarretando o desenvolvimento do TEPT. Outra importante referência que deve ser apresentada para que se explique o termo estresse é a Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10 (1997), que apresenta a Classificação Internacional de Doenças (CID) para os transtornos mentais e de comportamento, onde dentre diversos outros estão presentes os transtornos relacionados ao estresse.

São de importância para este estudo duas das classificações dos transtornos de estresse

apresentados na CID-10 (1997), a Reação Aguda a Estresse (CID F43.0) e o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (CID F43.1), sendo esses incluídos na categoria Reação a estresse grave e transtornos de ajustamento, correspondente a CID F43. A Reação Aguda a Estresse é definida como:

> Um transtorno transitório de gravidade significativa, o qual se desenvolve em um indivíduo sem qualquer outro transtorno mental aparente em resposta à excepcional estresse físico e/ou mental e o qual usualmente diminui dentro de horas ou dias. O estressor pode ser uma experiência traumática esmagadora envolvendo séria ameaça à segurança ou integridade física do paciente ou de pessoa(s) amada(s) (p. ex., catástrofe natural, acidente, batalha, assalto, estupro) ou uma mudança inusualmente súbita e ameaçadora na posição social e/ou relações do indivíduo, tal como perdas múltiplas ou incêndio doméstico. O risco de esse transtorno se desenvolver é aumentado se exaustão física ou fatores orgânicos (p. ex. no idoso) estão também presentes (CID-10, 1997, p. 144).

A CID- 10 (1997) apresenta que apesar da Reação Aguda a Estresse ocorrer após a exposição a uma experiência traumática, a ocorrência do transtorno não é obrigatória, podendo ocorrer ou não, variando a cada indivíduo. Os sintomas apresentados incluem atordoamento, diminuição da atenção, desorientação e incapacidade de compreender a estímulos, além de que podem ocorrer também “Sinais autonômicos de ansiedade de pânico (taquicardia, sudorese, rubor) estão comumente presentes” (CID-10, 1997, p. 144), quanto aos sinais dos sintomas, eles podem aparecer dentro de alguns minutos após o impacto ou evento estressante e podem desaparecer em dois ou três dias, ou até mesmo dentro de algumas horas. Outro conceito também abordado pela CID-10 (1997) é o TEPT, que apresenta as seguintes características:

> Este surge como uma resposta tardia e/ou protraída a um evento ou situação estressante (de curta ou longa duração) de uma natureza excepcionalmente ameaçadora ou catastrófica, a qual provavelmente causa angústia invasiva em quase todas as pessoas (p. ex., desastre natural ou feito pelo homem, combate, acidente sério, testemunhar a morte violenta de outros ou ser vítima de tortura, terrorismo, estupro ou outro crime) (CID-10, 1997, p. 145).

De acordo com a CID-10 (1997) o aparecimento do TEPT pode variar em aparecer em poucas semanas ou em meses após o trauma, sendo que em sua maioria não ultrapassa seis meses posterior ao ocorrido. São sintomas típicos presentes no TEPT; episódios de reviver diversas vezes o trauma a partir de memórias intrusas ou sonhos, o que pode vir a causar sensação de embotamento emocional, afastamento social e evitação de situações que lembrem o trauma ocorrido. Existem também outros possíveis sintomas, que apesar de raros podem ocorrer, como o caso de surtos, que são desencadeados por alguma recordação do trauma.

Sabe-se que ao longo da história surgiram diversas outras definições para o estresse e os transtornos advindos dele, dessa forma para este estudo será utilizada como fundamentação teórica os conceitos elaborados por Marilda Novaes Lipp, onde segundo a autora, o estresse se caracteriza como uma reação do organismo.

> O *Stress* é uma reação do organismo com componentes psicológicos, físicos, mentais e hormonais que ocorrem quando surge a necessidade de uma adaptação grande a um evento ou situação de importância (LIPP, 2005, p. 81).

Segundo estudos de Lipp (2005), o estresse pode ser benéfico se apresentado em doses moderadas, pois em momentos de tensão produzimos uma substância chamada adrenalina (ou dopamina) que nos dá ânimo, vigor, entusiasmo e energia. Dessa forma a autora apresenta o modelo quadrifásico para o estresse (TABELA 1), onde este modelo teórico aponta quatro fases do percurso do estresse.

TABELA 1: Quadro de dados do modelo quadrifásico de estresse

FASE	CARACTERÍSTICAS
Alerta	Fase positiva do estresse, o ser humano se energiza através da produção de adrenalina, a sobrevivência é preservada e uma sensação de plenitude é alcançada.
Resistência	A pessoa automaticamente tenta lidar com os seus estressores de modo a manter sua homeostase interna. A produtividade cai dramaticamente. Caracteriza-se pela produção de cortisol. A vulnerabilidade da pessoa a vírus e bactérias se acentua.
Quase exaustão	O processo de adoecimento se inicia e os órgãos que possuírem uma maior vulnerabilidade genética ou adquirida passam a mostrar sinais de deterioração. Há muita ansiedade, a pessoa experimenta uma gangorra emocional. O cortisol é produzido em maior quantidade e começa a ter efeito negativo de destruir as defesas imunológicas. Doenças começam a surgir.
Exaustão	Fase patológica e negativa do estresse. É o momento em que um desequilíbrio interior muito grande ocorre. A pessoa não consegue se concentrar suas decisões muitas vezes são impensadas. Doenças graves podem ocorrer.

Fonte: Adaptado do Manual do Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL) / Marilda Novaes Lipp. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2005

A Fase do Alerta, onde a autora caracteriza por ser a fase positiva do estresse. A Fase de Resistência que pode ocorrer após um período de persistência de ocorrência da fase de alerta, fazendo com que o organismo aja para impedir o desgaste de energia, tentando reestabelecer o equilíbrio interior. Outra fase é a Fase de Quase Exaustão caracterizada por ter presente muita ansiedade, e apesar do indivíduo conseguir realizar suas atividades, ele o faz com grande esforço, tendo momentos de desconforto. Por fim é apresentada a Fase de Exaustão, caracterizada por ser a fase mais negativa do estresse, sendo patológica, causando um grande desequilíbrio interior. “A pessoa entra em depressão, não consegue concentrar ou trabalhar, suas decisões são muitas vezes impensadas” (LIPP, 2005, p. 82).

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa explicativa e para o embasamento teórico contou com dados qualiquantitativos. O caráter explicativo desta pesquisa caracteriza-se por mensurar o estresse em policiais militares em um Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) situado no interior do Estado de São Paulo na região do Vale do Paraíba.

De acordo com Dalfovo, Lana e Silveira (2008), a pesquisa quantitativa se baseia no método de coleta e tratamentos de dados, utilizando para o tratamento as técnicas estatísticas, conduzindo a um resultado com poucas chances de distorções, assim trabalhando e avaliando dados em uma base textual.

Quanto à pesquisa qualitativa, os mesmos autores discorrem sobre a coleta de informações não expressas em números, portanto não envolve a quantificação dos fenômenos, mas pode-se vincular a coleta e análise de texto, sendo ele falado ou escrito e a observação direta do comportamento.

Participantes

Participaram desta pesquisa 30 policiais militares de ambos os sexos, que tendo como critério de inclusão a participação voluntária.

Instrumentos

Foram utilizados para levantamento dos dados dois instrumentos, o Questionário Sociodemográfico (QSD), contendo dezessete questões para identificação do público-alvo da pesquisa e o Inventário de sintomas de *Stress* para Adultos de Lipp (ISSL) do qual foi fornecida e medida a sintomatologia do estresse vivido pelos policiais militares, o instrumento é formado por três fases, a primeira nomeada por alerta (alarme), composta por 15 itens, a segunda resistência (luta), composta por 15 itens e a terceira fase exaustão (esgotamento), composta por 22 itens, os quais analisam sintomas físicos e psicológicos, respectivamente considerando os sintomas experimentados nas últimas 24 horas, na última semana e no último mês, sua aplicação será desenvolvida aproximadamente em 10 minutos. A aplicação foi realizada de forma individual, sendo dividida em quatro encontros à instituição. Para a efetivação da pesquisa se destacou aos participantes a garantia do sigilo de sua identidade, com o anonimato dos dados coletados e da instituição, podendo a qualquer momento desistir de sua participação sem qualquer prejuízo. Desta forma esclarecida e baseada na Resolução nº 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional da Saúde**,** sendo assim entregues os "Termos de Consentimento Livre e Esclarecidos", em duas vias assinadas pelos participantes. Essas resoluções respaldam a ética, o respeito aos seres humanos, o compromisso de assistência no caso de eventuais danos e a garantia de serem

repassadas todas as informações da pesquisa realizada com os participantes.

Resultados

A partir do levantamento de informações através do QSD chegou-se aos seguintes resultados apresentados a seguir:

Tabela 2 – Faixa etária dos participantes

FAIXA ETÁRIA	SUJEITO	PORCENTAGEM
18 a 24	0	0%
25 a 34	8	26,66%
35 a 44	17	56,66%
45 a 54	5	16,66%
55 a 64	0	0%
TOTAL	30	100%

Fonte: Autoras (2019)

Em relação à faixa etária dos participantes, 26,66% têm idade entre 25 e 34 anos. A maior parte dos participantes têm idade entre 35 e 44 anos, sendo eles 56,66%. Os participantes com idade entre 45 e 54 anos representam 16,66%.

Tabela 3: Estado civil dos participantes

ESTADO CIVIL	SUJEITOS	PORCENTAGEM
Solteiro (a)	5	16,66%
Casado (a)	20	66,66%
Divorciado (a)	4	13,33%
Viúvo (a)	1	3,33%
TOTAL	30	100%

FONTE: Autoras (2019)

Em relação ao estado civil dos participantes, mais da metade são casados, sendo 66,66%, enquanto 16,66% apresentaram ser solteiros. Sobre ser divorciado, 13,33% representam essa categoria. Apenas 3,33% representaram o estado civil viúvo.

Tabela 4: Grau de escolaridade dos participantes

GRAU ESCOLAR	SUJEITOS	PORCENTAGEM (%)
Até 2º grau	23	76,66%
3º grau	7	23,33%
TOTAL	30	100%

FONTE: Autoras (2019)

Dentre os participantes, 76,66% apresentaram grau de escolaridade até 2º grau completo, enquanto 23,33% possuem 3º grau.

Tabela 5: Tempo de instituição dos participantes

ANOS	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
5 a 10	12	40%
11 a 15	5	16,66%
16 a 20	4	13,33%
21 a 25	6	20%
26 a 30	3	10%
TOTAL	30	100%

FONTE: Autoras (2019)

Em relação ao tempo de instituição dos participantes, 40% sendo a maioria, apresentou estar trabalhando na instituição entre 5 e 10 anos. Entre 11 e 15 anos, representa 16,66%. Participantes que estão na instituição entre 16 e 20 anos representaram 13,33%. Àqueles que apresentaram estar na instituição entre 21 e 25 foram representados por 20%, por fim, a menor porcentagem apresentada foi a de participantes com 26 a 30 de instituição, sendo estes 10%.

Tabela 6: Quantidade de horas de jornada de trabalho

HORAS	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
35 a 43	5	16,66%
44 a 51	19	63,33%
52 a 59	1	3,33%
60 a 67	4	13,33%
68 a 75	1	3,33%
TOTAL	30	100%

FONTE: Autoras (2019)

Em relação a quantidade de horas trabalhadas pelos participantes, a maioria, sendo 63,33% apresentaram trabalhar entre 44h e 51h por semana. Os participantes que manifestaram trabalhar de 35h até 43h semanais correspondem a 16,66%, já aqueles que apontaram trabalhar de 52h até 59h semanais são de 3,33%, posteriormente, os que disseram trabalhar de 60h até 67h semanais representam 13,33%, e por fim aqueles que declararam trabalhar de 68h até 75h semanais representam 3,33%.

Tabela 7: Frequência de participantes que consideram o trabalho estressante

	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Sim	27	90%
Não	3	10%
TOTAL	30	100%

FONTE: Autoras (2019)

Ao serem questionados sobre achar ou não seu trabalhado estressante 90% dos participantes alegaram que consideram seu trabalho estressante, enquanto apenas 10% declaram que não consideram estressante. Para estudar a relação da frequência de servidores que apresentavam sintomas de estresse, foram utilizados dados de frequência e porcentagem e estes dados podem ser observados na Tabela 8.

Tabela 8: Frequência de policiais que apresentaram sintomas de estresse

	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Estresse	14	46,66%
Sem estresse	16	53,34%
TOTAL	30	100%

FONTE: Autoras (2019)

Verificou-se que do total de 30 participantes 46,66% apresentaram os sintomas, enquanto 53,34% não apresentaram os sintomas de estresse. Dessa forma, ressaltando que uma parcela significativa da amostra dos participantes manifestou os sintomas de estresse.

Tabela 9: Frequência do nível da fase do estresse

FASE	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Sem estresse	16	53,34%
Alerta	0	0%
Resistência	11	36,66%
Quase exaustão	3	10%
Exaustão	0	0%
TOTAL	30	100%

FONTE: Autoras (2019)

Da amostra total de participantes, a fase de resistência foi a que mais prevaleceu sendo 36,66%, seguida da fase de quase exaustão sendo 10%. Dessa forma, apesar de quase metade dos participantes terem apresentado estresse, 53,34% dos participantes não apresentaram estresse.

Tabela 10: Frequência de sintomas

	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Psicológicos	9	64,28%
Físicos	4	28,57%
Físicos e psicológicos	1	7,14%
TOTAL	14	100%

FONTE: Autoras (2019)

Dos participantes que apresentaram estresse, os sintomas que mais prevaleceram foram os psicológicos, sendo 64,28%, enquanto os sintomas físicos 28,57%, destes apenas 7,14% apresentaram sintomas físicos e psicológicos.

Tabela 11: Frequência do nível da fase de estresse

FASE	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Alerta	0	0%
Resistência	11	78,57%
Quase Exaustão	3	21,42%
Exaustão	0	0%
TOTAL	14	100%

FONTE: Autoras (2019)

Da amostra de participantes que apresentaram estresse, a fase de Resistência foi a que mais prevaleceu entre os participantes, com 78,57%. Seguido da fase de Quase Exaustão, com 21,42%.

Tabela 12: Ocorrência de estresse por sexo

SEXO		FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Masculino	Estresse	12	42,85%
	Sem estresse	16	57,14%
Feminino	Estresse	02	100%
	Sem estresse	00	0%
TOTAL		30	100%

FONTE: Autoras (2019)

Dos participantes do sexo masculino, 42,85% apresentaram estresse, enquanto 57,14% não apresentaram estresse. Dos participantes do sexo feminino, em que foi menor a quantidade de participantes, 100% apresentaram estresse.

Discussão

De acordo com os resultados apresentados, foi possível observar que da amostra participante do estudo, a amostra do público masculino, representando 42,8% apresentaram estresse e referente a amostra do público feminino destaca-se que 100% apresentaram sintomas de estresse, sendo este um número considerável e que demostra a necessidade de atenção em ações que permitam prevenir esse adoecimento em ambos os sexos. Assim como relatado no estudo realizado por Sales e Sá (2016) em que foi constatado que o estresse era um dos principais fatores apontados para o adoecimento, confirmado essa hipótese na presente pesquisa.

Referente ao sexo feminino os resultados foram confirmados também nas pesquisas de Oliveira e Bardagi (2009) verificou-se que 57,3% dos participantes apresentaram sintomatologia de estresse e que as mulheres apresentaram maior severidade nos sintomas. Dantas el al (2010) em relação ao gênero, constatou se que policiais militares do sexo feminino apresentaram mais estresse e quanto à função, observou se estresse em policiais da área administrativa, por fim Costa el al (2007) das variáveis investigadas, a única que apresentou relação com estresse foi o sexo (P = 0,0337), sendo as mulheres as mais afetadas, ou seja este estudo confirmou que o sexo feminino e que exerce atividades administrativas são mais acometidas pelo estresse.

Outro fator preocupante percebido pela pesquisa foi que, entre aqueles que apresentaram sintomas de estresse, em sua maioria estavam na fase de Resistência (78,57%). Nessa fase o indivíduo automaticamente tenta lidar com os seus estressores de modo a manter sua homeostase interna (LIPP, 2005). Estes dados também puderam ser observados no estudo com militares na cidade de Natal – RN, que identificou uma frequência maior de participantes na fase de resistência do estresse (COSTA, 2007).

Nos estudos realizados por Lipp (2005) a maior porcentagem da amostra de padronização também se concentrou na fase de resistência. Na análise de parte da amostra, coletada na cidade do Rio de Janeiro, o índice de 50% de pessoas apresentou estresse na fase de resistência. Apesar de estarem em uma fase em que ainda é possível lidar com as tensões e até mesmo eliminar os sintomas, é importante ressaltar que, caso não haja intervenções à disposição para que os policiais lidem com os eventos estressores, isso poderá acarretar uma debilitação maior do organismo, podendo levá-los a fase de Exaustão.

Devido a instituição policial ainda ser um local de prevalência masculina, foram poucas as participantes mulheres, sendo apenas duas participantes, o que se constatou, foi que todas as participantes apresentaram sintomas de estresse, enquanto entre os participantes homens (57,14%) não apresentaram estresse porém, àqueles que apresentaram os sintomas ainda equivalem a um número preocupante (42,85%), novamente constatando a importância de ações voltadas a prevenção e tratamento desses profissionais. Dados esses que coincidem com a pesquisa realizada por Costa (2007) em que também foi percebido que a prevalência de estresse nas mulheres apresentou um número maior de ocorrência em relação aos homens, apesar da menor quantidade de participantes do sexo feminino.

Em relação ao tempo de serviço dos policiais militares a maior parte dos participantes apresentaram permanência entre 5 a 10 anos de instituição (40%) e com maior tempo de atuação entre 26 a 30 anos (10%), o que demonstra um quadro relativamente novo que de acordo com estudos realizados por Costa (2007) o corpo da Polícia Militar se encontra em ascensão na ampliação de seu número de agentes que atualmente se encontra reduzido, o que se pressupõe que se encontra em número

insuficiente para a demanda a ser atendida, desta forma devendo haver mais contratações para sanar a sobrecarga. Ao decorrer da pesquisa se mostrou um número relevante de adoecimentos, mesmo sendo um número de policiais militares em início de sua carreira, assim como se evidenciou por Sales e Sá (2016) que as pressões de trabalho e as condições deste que são exercidas sobre os soldados foram os principais fatores de apontamento de adoecimento dos policiais.

Com o quadro de policiais militares reduzido se encontra em maior quantidade de agentes que realizam cargas horárias de trabalho acima de 44h até 51h semanais (63,33%). E a exaustiva rotina de trabalho do policial militar é apontada como principal causa no impacto da saúde psíquica do indivíduo (Minayo, Souza e Constantino, 2008). As cargas horárias dos policiais militares chegaram a ser superiores a 40 horas semanais, o que se torna relevante referente a busca da complementação de sua renda e ao que diz nos estudos realizado com policiais militares em Natal- RN por Costa (2007) de que profissionais que recebem o valor inferior a 15 salários-mínimos e que trabalhavam três turnos ou mais se apresentavam em fase de resistência.

Na análise da amostra se apontou que há grande preponderância de policiais militares que denominam seu trabalho como estressante (90%) e assim apontando aspectos como tratar de ocorrências que não são de competência da Polícia Militar, as exaustivas rotinas de trabalho, tanto pela carga horária, mas também por se absorver ampla gama de informações em curto espaço de tempo, além da falta de educação da população. Foi possível chegar a estas conclusões de acordo com os relatos expressos pelos policiais no QSD, sendo um deles:

> Razão pela qual atender por 12h público em situação de perigo, vítimas de crimes, muitos trotes em sua maioria feitos pela mesma pessoa, além pessoal mal-educado, que pensa que a PM tem o dever de resolver todos os problemas da sociedade. Solicitantes que tentam intimidar os atendentes para forçá-los a cadastrar ocorrências sem fundamento (Homem, Policial Militar, 25 anos).

Além de lidarem com as ocorrências de situação de conflito e de natureza grave, como citados casos de roubo, de estupro ou até mesmo risco de morte, sendo assim a população busca a Polícia Militar para qualquer solicitação de ajuda, seja qual for a demanda. Assim acarretando uma grande carga psicológica para os policiais militares de acordo com o que levavam a qualificar o trabalho que realiza como estressante.

> Lidamos com situações de natureza grave, onde é quase impossível não ser afetado para a natureza da ocorrência. Você encerra a ocorrência de roubo por exemplo e já pode "administrar" outra de natureza estupro. Isso num turno de 12 horas acaba afetando aos poucos o psicológico (Homem, Policial Militar, 34 anos).

O trabalho do Policial militar e sua rotina são caracterizados por incertezas e desafios onde se é colocada de forma negativa pela mídia, desta forma necessitando do enfoque nas particularidades da profissão, se posicionando numa visão voltada ao indivíduo e não somente a instituição (FRAGA, 2006).

Considerações Finais

A presente pesquisa contribuiu para ampliação do conhecimento sobre a área referente a presença do estresse no trabalho do policial militar no Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) investigado e qual o impacto na saúde mental desses trabalhadores, assim confirmando os resultados em estudos realizados anteriormente. Com a análise dos dados coletados se obteve a constatação de que quase a maioria dos participantes apresentaram sintomas de estresse, estando em maior índice na fase da Resistência, prevalecendo em maioria os sintomas psicológicos. Com o levantamento dos fatores estressores durante a pesquisa se destacaram a rotina de trabalho exaustiva e a grande pressão psicológica com a demanda que é atendida diariamente no trabalho exercido pelo policial militar, portanto, sendo estes dados merecedores de reflexões para interesse de novas pesquisas a fim de interpretar os fatores estressores que afetam o policial em seu trabalho de forma a minimizar os impactos negativos em sua saúde mental.

As fases do estresse e os sintomas indicados nos dados não apresentam um quadro crítico, mas demonstram que são necessárias ações preventivas e de tratamento para o quadro policial da organização militar. Entre as ações possíveis pode-se incluir a aplicação de um programa efetivo para o diagnóstico, orientação e controle do estresse, assim com a identificação dos eventos estressores que afetam a rotina dos policiais, sendo realizado através de exames médicos e psicológicos anuais, o aumento do número efetivo de soldados, de maneira a impossibilitar extensas cargas horárias de trabalho e além da implementação de programas para incentivo de atividades físicas, prática de esportes e alimentação, de forma a aumentar a qualidade de vida no âmbito pessoal e profissional.

Destaca-se a importância do uso do Inventário de Sintomas de *Stress* para Adultos de Lipp para a realização desta pesquisa, sendo capaz de garantir o diagnóstico fidedigno dos sintomas de estresse apurados, de forma a possibilitar a avaliação sobre a existência das fases e sintomas do estresse, para assim elaborar ações de prevenção dos fatores estressores e não gerando a somatização, que se ocorrer, pode gerar o sofrimento nos indivíduos e apresentar prejuízos à organização e sociedade. Mas, deve-se destacar as limitações encontradas com a aplicação de apenas um instrumento de avaliação de estresse. Assim tantos outros fatores devem ser levados em conta e ampliados em futuras pesquisas.

Dessa forma, faz-se necessário que sejam realizados novos estudos que apontem questões

da saúde mental do policial militar de ambos os sexos em uma amostra maior. Os resultados também mostraram a escassez de estudos sobre a saúde mental e estresse dos policiais militares e a unanimidade quanto ao nível de *stress* acima da média brasileira para este público, sendo predominante a fase de resistência, avaliada por meio do Inventário de Sintomas de Stress de Lipp (ISSL). Também se mostra importante estudos que demonstrem estratégias de prevenção e tratamento aos profissionais que dedicam sua vida em prol da sociedade. Por fim, a presente pesquisa poderá contribuir para futura validação do ISSL no SATEPSI (Sistema informatizado de avaliação de instrumentos) para que o inventário possa ser utilizado em novas pesquisas, principalmente com estudos de correlação.

Contribuições dos Autores

Andréa da Silva Mazariolli: Foi orientadora do artigo e trabalhou no planejamento do estudo, bem como, na problematização, conceitualização, metodologia, análise e interpretação dos dados obtidos, redação e revisão do manuscrito.

Ana Luiza de Souza Paula: Escreveu o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), que deu base para o artigo e participou desde o planejamento da pesquisa, como também, na coleta e interpretação dos dados obtidos.

Carla Larissa Victoriano dos Santos: Escreveu o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), que deu base para o artigo e participou desde o planejamento da pesquisa, como também, na coleta e interpretação dos dados obtidos.

Referências Bibliográficas

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho.** Coleção Primeiros Passos, 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ALMEIDA, M.D. et al., Avaliação do estresse ocupacional no cotidiano de policiais militares do Rio Grande do Sul. **Revista Organizações em Contexto., v.** 13, n. 26. 2017. 215p. Disponível em: https://doi.org/10.15603/1982-8756/roc.v13n26p215-238. Acesso em 22 Abr 2021.

ANDRADE, J. de S.,GUIMARÃES, L. A. M. Estresse ocupacional, *hardiness*, qualidade de vida de policiais militares. **Revista Laborativa.,** v. 6, n. 1 (especial), p. 80-105, abr./2017. Disponível em: http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa. Acesso em 11 Abr. 2021.

AZEVEDO, E. F. A Polícia e suas Polícias: Clientela, Hierarquia, Soldado e Bandido. **Psicologia: Ciência e Profissão.,** Jul/Set. 2017 v. 37 n°3, 553-564. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703000192015.Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000300553&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 abr. 2018.

BEZERRA, C. M., MINAYO, M. C. S.; CONSTANTINO, P. Estresse ocupacional em mulheres

policiais. **Ciência e saúde coletiva.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 657-666, Mar. 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300011. Acesso em 11 de Abr 2021. .

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: http://bit.ly/1mTMIS3. Acesso em: 15 ago. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: Disponível em: http://bit.ly/2fmnKeD. Acesso em: 15 ago. 2019.

BRETAS, M. L., ROSEMBERG, A. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**., v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 162-173 | www.revistatopoi.org. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S2237-101X2013000100162. Acesso em: 04 abr. 2018.

CODO, W. et al. **Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

COSTA, M. A. A. **STRESS: Um diagnóstico dos policiais militares da cidade de Natal Brasil.** 2007. 69 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível: < https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13387. Acesso em: 18 Abr. 2018.

COUTO, G. et al. Saúde mental do policial militar: Relações interpessoais e estresse no exercício profissional. **Psicologia Argumento., [**S.l.], v. 30, n. 68, nov. 2017. ISSN 1980-5942. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20507. Acesso em: 12 abr. 2021. doi:http://dx.doi.org/10.7213/psicol.argum.5896. Acesso em: 11 Abr. 2021.

DALFOVO, M. S., LANA, R. A., SILVEIRA, A**.** Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**., Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008 ISSN 1980-7031. Acesso em 22 Abr 2021.

DANTAS, M. A., BRITO, D. V. C., RODRIGUES, P. B. e MACIENTE, T. S. Avaliação de estresse em policiais militares. **Psicol. teor. prat.,** São Paulo , v. 12, n. 3, p. 66-77, mar. 2010. Disponível em: http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/2092/0. Acesso em: 25 maio 2018.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho.** São Paulo: Cortez; Oboré, 1987.

DSM-5. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico] : DSM-5** / [American Psychiatric Association ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2014.

FRAGA, C K. Peculiaridades do trabalho policial militar. **Revista Virtual Textos & Contextos.**,n. 6, Dez 2006. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1033/812. Acesso em 1 Abr. 2018

LIPP, M. E. N. (2005). **Manual do Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL).** São Paulo: Casa do Psicólogo.

MINAYO, M.C.S., SOUZA, E.R., CONSTANTINO, P., coords. **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro [online].** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/y28rt/pdf/minayo-9788575413395.pdf>. Acesso em: 10 Nov. 2018.

OLIVEIRA, P. L. M., BARDAGI, M. P. Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares. **Bol. Psicol.,** São Paulo, v. 59, n. 131, p. 153-166, dez. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script+sci_arttext&pid=S0006-59432009000200003&Ing=pt&nrm=isso. Acesso em 23 out. 2018

OLIVEIRA, K. L. de, SANTOS, L. M. dos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**., Porto Alegre, ano 12, no 25, set./dez. 2010, p. 224-250. Disponível em https://www.scielo.br/j/soc/a/kRWWYHPFpWbvhGmMdbjtqcp/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 30 Abril 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde.** 10a rev. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1997. vol.2.

PINC, T. . **Treinamento Policial: um meio de difusão de políticas públicas que incidem na conduta individual do policial de rua.** In: 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2012, Gramado-RS. 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-04102011-085036/publico/2011_TaniaMariaPinc.pdf . Acesso em: 01 Set. 2019.

RABELO, I. S., MAZARIOLLI, A. S. Avaliação Cognitiva de Policiais Militares e Universitários em Medidas Padronizadas de Memória, Atenção e Inteligência. **Revista Meta: Avaliação**, [S.l.], v. 11, n. 32, p. 468 - 494, aug. 2019. ISSN 2175-2753. Disponível em: https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1975. Acesso em: 22 apr. 2021. doi:http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v11i32.1975.

ROSSETTI, M. O. et al . O inventário de sintomas de stress para adultos de lipp (ISSL) em servidores da polícia federal de São Paulo. **Rev. bras.ter. cogn.**, Rio de Janeiro , v. 4, n. 2, p. 108-120, dez. 2008 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872008000200008&lng=pt&nrm=iso. acessos em: 10 jan. 2022.

SALES, L. J. de M., SÁ, L. D. A condição do policial militar em atendimento clínico: uma análise das narrativas sobre adoecimento, sofrimento e medo. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 13, n. 25, p. 181-206, jan./jun. 2016. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/21437. Acesso em: 31 abr. 2018.

SELYE, H. (1956). **Stress, a tensão da vida**. São Paulo: Ibrasa - Instituição Brasileira de Difusão Cultural.

SOUZA, E. R. de et al . Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**., Rio de Janeiro , v. 28, n. 7, p. 1297-1311, July 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2012000700008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 Abr. 2021. https://doi.org/10.1590/S0102-311X2012000700008.

Sobre os Autores

Andréa da Silva Mazariolli

Doutoranda na Universidade de São Paulo (USP) em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (2021), Mestrado pela Universidade São Francisco (2011) em Avaliação Psicológica no contexto da Saúde Mental, Graduada em Psicologia pela Universidade Paulista (2008).

Ana Luiza de Souza Paula

Graduada em Psicologia pela Universidade Paulista - UNIP (2020). Atua em psicologia clínica na abordagem comportamental, é assistente terapêutica ABA - Análise Comportamental Aplicada ou *Applied Behavior Analysis* para crianças.

Carla Larissa Victoriano dos Santos

Graduada em Psicologia pela Universidade Paulista - UNIP (2019). Atua em psicologia clínica, psicoterapia para adultos, na abordagem Terapia Cognitivo Comportamental (TCC).

Recebido: 11 nov. 2021
Aceito: 14 jan. 2022

POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS
11 JUNHO 1940
ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR

ISSN 2175-053X

CLIMA ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE DOS FATORES INTERNOS DO COLÉGIO MILITAR DA POLÍCIA MILITAR I

Paulo César Diniz de Araújo

Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Manaus/AM, Brasil. E-mail: pcdiniz1@gmail.com

Danelle Tamborini Lopes

Polícia Militar Estado do Amazonas, Manaus/AM, Brasil. E-mail: dtl.msp20@uea.edu.br

Diogo de Lima Albuquerque

Polícia Militar Estado do Amazonas, Manaus/AM, Brasil. E-mail: ddla.msp20@uea.edu.br

RESUMO: Este artigo visa discutir sobre o clima organizacional existente entre os policiais militares colaboradores e o Colégio Militar da Polícia Militar I. Neste sentido, buscou-se compreender as percepções destes policiais militares, lotados no referido colégio, em relação a este estabelecimento de ensino. Para isso, foi realizado um diagnóstico do clima organizacional do CMPM I, por meio da compreensão dos fatores internos que influenciam o ambiente de trabalho. Os objetivos específicos deste trabalho procuraram explanar acerca do conceito, importância e principais modelos de pesquisa de clima organizacional, e traçar um diagnóstico do clima organizacional da escola. A pesquisa foi quantitativa e bibliográfica mediante questionário. Os resultados apresentaram informações importantes sobre o clima organizacional da escola, com pontos interessantes à apreciação e tomada de decisão de seus gestores, dentre eles, a necessidade de provimento de cursos para aperfeiçoamento.

Palavras-chave: Colégio Militar da Polícia Militar I. Clima organizacional. Fatores internos.

ORGANIZATIONAL CLIMATE: AN ANALYSIS OF THE INTERNAL FACTORS OF THE MILITARY COLLEGE OF THE MILITARY POLICE I

ABSTRACT: This article aims to discuss the organizational climate between the collaborating military police and the Colégio Militar da Polícia Militar I. In this sense, we sought to understand the perceptions of these military police officers, assigned to the aforementioned college, in relation to this educational establishment. For this, a diagnosis of the organizational climate of the CMPM I was carried out, through the understanding of the internal factors that influence the work environment. The specific objectives of this work sought to explain the concept, importance and main models of organizational climate research, and to draw a diagnosis of the school's organizational climate. The research was quantitative and bibliographical through a questionnaire. The results presented important information about the organizational climate of the school, with interesting points for the appreciation and decision-making of its managers, among them, the need to provide courses for improvement.

Keywords: Military College of Military Police I. Organizational climate. Internal factors.

Introdução

Nos últimos anos, a criação de escolas militarizadas tem crescido cada vez mais no Brasil e no Amazonas. Independentemente das críticas negativas à militarização, essas instituições são alvos de pais que buscam propiciar aos filhos um ensino público de qualidade superior ao ofertado pelas outras escolas da rede. Nesse contexto, fundamentadas na hierarquia e na disciplina militar e face o desempenho diferenciado dos discentes, essas unidades concorrem acirradamente em exames com outras instituições, principalmente as de cunho privado.

Pioneiro entre as nove escolas do Amazonas, o Colégio Militar da Polícia Militar I - CMPM I - localizado no Bairro Petrópolis da cidade de Manaus, foi criado em 1994, com a missão de educar com disciplina dependentes de policiais militares e membros da sociedade civil. Assim como qualquer empresa ou instituição pública, no intuito de melhorar seu nível de desempenho e produtividade e visando ser referência em educação no Estado, a gestão do CMPM I deve fortalecer não somente a relação instituição-discente, mas também a combinação instituição-colaborador, uma vez que funcionários mais satisfeitos, sejam eles civis ou policiais militares, tendem a garantir a qualidade dos serviços de aprendizagem.

Nesse sentido, o estudo se justifica pela necessidade de compreensão do clima organizacional do CMPM I, pois procura reconhecer os fatores que favorecem ou prejudicam o andamento das atividades, face às dificuldades cotidianas, que podem acarretar, por exemplo, insatisfação, estresse e diminuição no desempenho dos funcionários ou diminuição das médias e redução na quantidade de aprovação dos alunos em vestibulares e exames, dentre outros.

Dessa forma, em virtude da inexistência de pesquisa sobre o clima organizacional entre os colaboradores policiais e com a finalidade de melhor compreender o ambiente de trabalho, surgiu a seguinte problemática: Qual a percepção dos policiais militares lotados no Colégio Militar da Polícia Militar I em relação à referida instituição de ensino?

Para responder o problema proposto, o objetivo geral do artigo é realizar um diagnóstico do clima organizacional do Colégio Militar da Polícia Militar I, sob a ótica do efetivo policial que integra a unidade, por meio da compreensão dos fatores internos que influenciam o ambiente de trabalho. Por conseguinte, os objetivos específicos são: discorrer sobre o CMPM I, descrevendo seu histórico, finalidade e regulamentação; explanar acerca do tema clima organizacional, apresentando seu conceito, importância e principais modelos de pesquisa; e, traçar um diagnóstico do clima organizacional do CMPM I, por meio da aplicação de questionário ao efetivo policial militar.

Com o escopo de atender aos objetivos propostos, a metodologia a ser utilizada na pesquisa é do tipo indutiva, quanto ao método de abordagem; quantitativa, no que tange à técnica de abordagem;

descritiva, no que se refere aos fins da pesquisa; e, bibliográfica e estudo de caso, mediante questionário web, no que concerne aos meios da pesquisa.

Nesse sentido, o autor de base do estudo é Bispo (2006), no qual baseou-se o modelo de pesquisa organizacional.

Referencial Teórico

Neste tópico, será realizada uma abordagem teórica sobre o histórico, finalidade e regulamentação do Colégio Militar da Polícia Militar I, bem como acerca do conceito, importância e modelos de pesquisa referentes ao clima organizacional.

Colégio Militar da Polícia Militar I

O Colégio Militar da Polícia Militar I (CMPM I), criado em 04 de fevereiro de 1994 pelo Decreto nº 15.831, tem a finalidade de atender os dependentes de policiais militares e a comunidade amazonense, ofertando, atualmente, aulas do 1º ao 9º ano do ensino fundamental e da 1ª a 3ª série do ensino médio (antigos 1º e 2º grau) (AMAZONAS, 1994).

O CMPM I traz em sua história a regência liderada por militares, desenvolvendo em seu apoio a disciplina militar, com normas e regras características desde sua fundação, a fim de que o jovem adquira responsabilidades e valores necessários à vida, despertando como cidadão consciente de seus direitos e deveres na sociedade. Hodiernamente, a escola é mantida pelo Governo do Estado, mediante parceria entre a Polícia Militar do Amazonas (PMAM) e a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) (AMAZONAS, 2015).

No âmbito da Polícia Militar do Amazonas, nos termos do artigo 31, I, “b” em consonância com o artigo 32, § 2º, ambos da Lei nº 3.514, de 08 de junho de 2010, denominada Lei de Organização Básica da PMAM, o CMPM I é considerado órgão de apoio de ensino subordinado à Diretoria de Treinamento e Capacitação (DCT), orientado por regimento próprio (AMAZONAS, 2010).

Nesse sentido, devidamente aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, por meio da Resolução nº 231/2015 – CEE/AM, o Regimento Escolar do CMPM I dispõe sobre sua organização administrativa nos títulos II e III. O comando da instituição é formado pelo Comandante, Subcomandante e P-1 (Chefe da Seção de Pessoal). Além disso, de acordo com o artigo 5º do regimento em comento, a escola conta com a divisão de ensino, que, a comando do Subcomandante, é responsável pelo serviço de comunicação social, Seção Técnica de Ensino (STE), coordenação pedagógica, corpo de alunos, secretaria, Associação de Pais, Mestre e Comunitários (APMC) e conselho de classe, bem como com a divisão administrativa, a qual, composta pelo encarregado de material, serviço de

tesouraria, serviço de saúde e serviços gerais, é acompanhada pelo P-1 e supervisionada pelo Subcomandante (AMAZONAS, 2015).

Atualmente, sob a gestão de policiais militares, o CMPM é considerado destaque entre as escolas da rede pública estadual de ensino (AMAZONAS, 2016) e dispõe de um prédio principal e uma subunidade, além do quadro de aproximadamente 4.292 (quatro mil, duzentos e noventa e dois) alunos matriculados, 277 (duzentos e setenta e sete) servidores, dentre civis e militares, e 20 (vinte) funcionários de empresas terceirizadas.

2.2 Clima Organizacional: conceito, importância e principais modelos de pesquisa

Para ser escola de referência, o CMPM I tem a missão de oferecer um ensino de qualidade a seus alunos. Como organização de trabalho, a qual deve ser planejada e organizada conforme seus objetivos, quais sejam, o ensino-aprendizagem (LIBÂNEO, 2004), todas as atividades da escola, fins ou meios, devem ser positivamente avaliadas, tendo em vista todas são importantes para se chegar aos resultados esperados. Sob essa ótica, no intuito de aumentar sua competitividade diante de ouras instituições (GUKUSMA, 2009), a direção do colégio não deve considerar apenas o acúmulo de conhecimento dos discentes, mas também o relacionamento entre os servidores e a instituição, sejam eles civis ou policiais militares, fazendo-o por meio da análise do clima organizacional.

Nos ensinamentos de Toro (1992), clima organizacional consiste na percepção dos indivíduos acerca de seu ambiente de trabalho, a qual, pode influenciar no comportamento destes, de maneira positiva ou negativa (CHIAVENATO, 2003), e consequentemente, no desempenho e produtividade da escola. Trata-se, portanto, de conceito subjetivo que os colaboradores dispensam em relação ao estabelecimento de ensino, por meio de suas experiências e interpretações cotidianas, o qual pode ser favorável ou desfavorável.

Desse modo, em razão da subjetividade e da dificuldade de materialização do conceito, as instituições se utilizam de vários modelos de pesquisas de clima organizacional, como mecanismos confiáveis voltados à melhoria de suas políticas internas e de sua produtividade (BISPO, 2006), e, no caso da escola em comento, do ensino ofertado. Assim, por refletir os sentimentos dos servidores, a pesquisa é uma importante ferramenta na identificação de eventuais problemas e na tomada de decisão sobre o futuro da unidade (LUZ, 2003), tendo, com isso, papel fundamental no planejamento estratégico.

Historicamente, as primeiras análises sobre clima organizacional foram desenvolvidas por Forehand e Gilmer (1964) nos Estados Unidos, da década de 1960, os quais se basearam na avaliação comportamental com ideias trazidas pela psicologia (RIZZATTI, 2002). Em 1968, Litwin e Sringer

desenvolveram um modelo de pesquisa de clima organizacional e aplicaram-no em três empresas americanas de grande porte, obtendo resultados distintos entre elas, quanto à satisfação, clima organizacional e produtividade (MELLO; PIASSA, 2012). Em 1983, Sbragia apresentou um modelo mais robusto, composto de vinte indicadores, pelo qual avaliou treze órgãos públicos brasileiros, constatando, ao final, a existência de variação entre os fatores considerados dentro da mesma entidade, bem como a diferença de percepção entre os níveis de hierarquias, sendo mais favoráveis os participantes do escalão superior, além de pouca diferença de assimilação entre os servidores mais novos e os mais antigos (SBRAGIA, 1983). Posteriormente, em 1986, no intuito de aperfeiçoar o estudo de Litwin e Stringer e baseado no avanço da psicologia, Kolb *et al.* (1986) apresentou um novo modelo de pesquisa com a análise sobre conformismo, clareza organizacional, calor e apoio, liderança, além de responsabilidades, padrões e recompensas (CUNHA *et al*., 2014).

Quadro 1: Comparação das características dos quatro modelos de pesquisa de clima organizacional apresentado por Bispo (2006)

FATORES/INDICADORES	MODELO DE LITWIN & STRINGER	MODELO DE KOLB	MODELO DE SBRAGIA	MODELO PROPOSTO
Fatores Internos				
Estrutura / regras	X	-	X	X
Responsabilidade / autonomia	X	X	X	-
Motivação (recompensa, promoção, remuneração, justiça)	X	X	X	-
Relacionamento / cooperação	X	-	X	X
Conflito	X	-	X	-
Identidade / orgulho	X	-	X	X
Clareza organizacional	-	X	X	X
Liderança / suporte	-	X	-	X
Participação / iniciativa / integração	-	-	X	-
Consideração / prestígio / tolerância	-	-	X	X
Oportunidade de crescimento / incentivo profissionais	-	-	X	X
Comunicação	-	-	X	-
Cultura organizacional	-	-	-	X
Estabilidade no emprego	-	-	-	X
Transporte casa/trabalho/casa	-	-	-	X
Nível sociocultural	-	-	-	X
Fatores Externos				
Convivência familiar	-	-	-	X
Férias / lazer	-	-	-	X
Saúde física e mental	-	-	-	X
Situação financeira familiar	-	-	-	X
Política / Economia local, nacional e internacional	-	-	-	X
Segurança pública	-	-	-	X
Vida social	-	-	-	X
Futebol	-	-	-	X

Fonte: Bispo (2006)

Vinte anos depois, Carlos Alberto Ferreira Bispo (2006), hoje Doutor em Engenharia de Produção pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, fundamentando-se em vastas investigações sobre o assunto, traçou uma comparação entre os modelos mais conhecidos e desenvolveu um modelo de pesquisa a ser aplicado em instituições públicas e privadas, de acordo com o panorama político, econômico, social e cultural. À época, a pesquisa foi aplicada em duas grandes entidades públicas, onde foram analisados os fatores internos (ambiente de trabalho, assistência aos funcionários, burocracia, cultura organizacional, estrutura organizacional, nível sociocultural, incentivos profissionais, remuneração, segurança profissional, transporte casa/trabalho, vida profissional), já mencionados nos modelos anteriores, e externos (convivência familiar, férias e lazer, investimentos e despesas familiares, política e economia, saúde, segurança pública, situação financeira, time de futebol e vida social) (BISPO, 2006), indicadores para ele necessários ao levantamento do clima organizacional.

Embora existam semelhanças entre os modelos propostos, o questionário de pesquisa elaborado para este artigo foi voltado às peculiaridades de uma instituição de ensino militarizada, reunindo nove fatores, quais sejam, vida profissional, estrutura organizacional, incentivo profissionais, remuneração, segurança profissional, nível sociocultural, ambiente de trabalho, cultura organizacional e burocracia, os quais, pelo modelo de Bispo (2006), são considerados indicadores internos de influência (BISPO, 2006).

Metodologia

Com o escopo de realizar um diagnóstico sobre o clima organizacional do Colégio Militar da Polícia Militar I, sob a ótica do efetivo policial que integra a unidade, por meio da compreensão dos fatores internos que influenciam o ambiente de trabalho, os autores traçaram os procedimentos metodológicos da pesquisa da seguinte forma: (a) Primeiramente, realizou-se uma abordagem teórica sobre o histórico, finalidade e regulamentação do CMPM I, mediante pesquisa bibliográfica; (b) Posteriormente, utilizando o mesmo tipo de pesquisa, ou seja, a bibliográfica, explanou-se sobre o conceito, importância e principais modelos de pesquisa referentes ao clima organizacional; e (c) Por fim, recorrendo a estudo de caso, com aplicação de questionário, traçou-se um diagnóstico do clima organizacional do CMPM I, com destaque aos resultados obtidos e às respectivas discussões.

Dessa forma, quanto ao método de abordagem, a pesquisa foi do tipo indutiva, pois buscou, a partir da percepção dos policiais militares lotados no colégio, apresentar o diagnóstico do clima organizacional do CMPM I. No que tange à técnica de abordagem, a pesquisa foi de natureza quantitativa, pois visou, por meio de questionário elaborado pelos autores com base no modelo de Bispo (2006), demonstrar a percepção dos funcionários sobre o clima da instituição, não pretendendo, no

entanto, analisar as eventuais causas dos resultados obtidos. No que se refere aos fins da pesquisa, o estudo teve ordem descritiva e visou detalhar os níveis de percepção dos policiais militares em relação à escola. E, no que concerne aos meios, a pesquisa caracterizou-se tanto como bibliográfica, para a investigação dos três objetivos específicos, com o devido levantamento de informações em livros, artigos e documentos e sítios oficiais, disponíveis em meios físico e digital, quanto como estudo de caso, realizado mediante questionário aplicado ao efetivo policial miliar do colégio, para se chegar ao terceiro objetivo específico.

Nesse contexto, o modelo de questionário aplicado foi elaborado pelos autores de acordo com o proposto por Bispo (2006), mais especificamente quanto aos seus fatores internos, com a finalidade de verificar a percepção do efetivo policial militar do colégio. Isso se justifica pela peculiaridade do órgão em análise, que não é gerido pela Secretaria Estadual de Educação, mas sim pela Polícia Militar do Amazonas (AMAZONAS, 1994; AMAZONAS, 2010; AMAZONAS, 2015), trazendo, com isso, princípios próprios da instituição policial militar.

Com isso, na parte inicial do questionário, constante do Apêndice 1, foram delineados o objetivo da pesquisa e a importância das respostas dos participantes ao sucesso do trabalho. Posteriormente, foram estabelecidos vinte e oito quesitos, com quatro alternativas possíveis cada um, “CONCORDO PLENAMENTE”, “INCLINADO A CONCORDAR”, “INCLINADO A DISCORDAR” e “DISCORDO PLENAMENTE” contemplando, assim, os nove fatores internos propostos por Bispo (2006). Dessa forma, as questões 1 a 7 tratam da vida profissional, pela qual se observa o nível de identificação dos policiais com a escola. Os quesitos 8 a 10 ocupam-se da estrutura organizacional, considerando a convivência dos integrantes da estrutura. As questões 11 a 14 versam sobre os incentivos profissionais e procuram mensurar o grau de reconhecimento percebidos pelos colaboradores. Os quesitos 15 a 16 referem-se à remuneração e examinam se esta é compatível com as atividades realizadas. A questão 17 relaciona-se à segurança profissional, a qual analisa se há risco de transferência sem motivo. Os quesitos 18 a 19 tratam do nível sociocultural dos servidores, ao passo que as questões 20 a 24 dedicam-se ao ambiente de trabalho, por meio do qual se avalia o relacionamento entre os servidores. O quesito 25 compreende a burocracia e sua compatibilidade com atividades desenvolvidas, enquanto as questões 26 a 28 abordam sobre cultura organizacional, apreciando como os costumes influenciam no ambiente de trabalho.

Nesse contexto, com o intuito de verificar a percepção dos colaboradores em relação à escola, a pesquisa foi realizada nos dias 09 e 10 de setembro de 2020, e teve como amostra o efetivo do CMPM I, composto por 44 policiais militares, dos quais 42 responderam o questionário, deixando de respondê-lo apenas o Comandante e o Subcomandante, este último responsável por aplicá-lo. Ressalta-

se que a participação foi totalmente voluntária e não houve identificação de nenhum servidor no momento da resposta, não havendo sequer espaço para incluir o nome no formulário, o que denota a ausência de coerção ou insegurança ao responder, cautela tida principalmente por se tratar de amostra composta por policiais militares, cujos pilares são a hierarquia e a disciplina. Para tanto, utilizou-se o formulário eletrônico "*google forms*", cujo *link* foi repassado aos policiais pelo aplicativo "*whatsapp*".

Após a coleta de dados, os dados foram tabulados no Programa Excel. Nessa fase, para cada resposta foi estipulado um valor específico, os quais foram somados e resultaram no *score* da questão. Posteriormente, para estabelecer o nível de sentimento dos policiais militares, utilizou-se a clássica escala de Likert (1932), adotando-se cinco intervalos "MUITO SATISFATÓRIO", "SATISFATÓRIO", "ACEITÁVEL", "NECESSITA DE ATENÇÃO" E "INACEITÁVEL". Por fim, procedeu-se à análise dos resultados.

Resultados e Discussões

A pesquisa foi realizada nos dias 09 e 10 de setembro de 2020 com o efetivo de policiais militares do Colégio Militar da Polícia Militar I, havendo a participação de 42 (quarenta e dois) militares de um total de 44 (quarenta e quatro), de forma voluntária, não sendo pesquisados o Comandante e o Subcomandante, este último responsável pela aplicação. O formulário eletrônico "*google forms*" foi repassado a cada policial militar através de aplicativo de troca de mensagens "*whatsapp*", não constando identificação de nenhum deles, sendo obtidos os seguintes resultados:

Tabela 1: Intervalos de *scores* considerando a escala Likert (1932)

SCORE	RESULTADO
>63~84	Muito Satisfatório
>42~63	Satisfatório
>21~42	Necessita de Atenção
0~21	Insatisfatório

Fonte: Elaborado pelos Autores (2020)

A tabela acima representou os 4 (quatro) intervalos adotados pelos pesquisadores levando em consideração a escala Likert (1932). O formulário contou com 4 (três) respostas possíveis, sendo "CONCORDO PLENAMENTE", "INCLINADO A CONCORDAR", "INCLINADO A DISCORDAR" e "DISCORDO PLENAMENTE". Para cada resposta foi atribuído um valor: +2, +1, -1, -2, respectivamente. Com isso, o cálculo dos *scores* das questões se deu pela soma dos produtos do total de cada resposta fornecida pelos policiais, da forma seguinte: **Score questão (x)** igual ao total de respostas **Concordo Plenamente** multiplicado por 2, somados ao total de respostas **Inclinado a**

Concordar, somados ao total de respostas **Inclinado a Discordar** multiplicado por -1, somados ao total de respostas **Discordo Plenamente** multiplicado por -2.

É mportante frisar que, para qualquer uma das possibilidades de resposta, cujo o valor fosse igual a zero, ou seja, valor = 0, o seu resultado foi desconsiderado para fins de *score*, pois qualquer produto de 0 (zero) é igual a 0 (zero). Outro fato a ser destacado é a possibilidade de existir score negativo em razão das pontuações atribuições no cálculo acima. Para esses casos, o resultado será considerado como "Insatisfatório". A explicação se deve ao fato de a régua ter sido calibrada até o score 0 (zero).

Tabela 2: Resultado da pesquisa (continua)

ORDEM	PERGUNTAS	SCORES	RESULTADOS
1	Sinto orgulho de trabalhar nesta escola.	77	Muito Satisfatório
2	Identifico-me com a função que exerço nesta escola.	63	Satisfatório
3	Indico a escola para outros policiais trabalharem.	72	Muito Satisfatório
4	Eu me preocupo com o futuro desta escola.	81	Muito Satisfatório
5	Dependo apenas dos meus próprios esforços para obter o sucesso profissional e de carreira.	18	Insatisfatório
6	A escola oferta cursos suficientes para o exercício das minhas atividades	-11	Insatisfatório
7	Os cursos e treinamentos que fiz são suficientes para o exercício das minhas atividades.	18	Insatisfatório
8	Estou satisfeito com a estrutura hierárquica (chefes e subordinados) a que estou vinculado.	64	Muito Satisfatório
9	O meu chefe imediato é a pessoa mais indicada para a função que ocupa.	67	Muito Satisfatório
10	A cadeia de comando do militarismo policial ajuda o andamento das atividades da escola.	72	Muito Satisfatório
11	O meu trabalho é reconhecido e valorizado pela escola.	52	Satisfatório
12	O meu trabalho é reconhecido e valorizado pela minha família.	76	Muito Satisfatório
13	O meu trabalho é incentivado pela escola.	57	Satisfatório
14	Meu potencial de realização profissional tem sido adequadamente aproveitado.	49	Satisfatório
15	Sinto-me satisfeito com a remuneração percebida.	46	Satisfatório
16	A minha remuneração é compatível com a função que exerço.	49	Satisfatório
17	Sinto segurança ao executar minha função, não correndo risco de ser transferido para outra Organização Policial Militar de forma indiscriminada.	47	Satisfatório
18	O meu nível cultural e intelectual é suficiente para o exercício das minhas atividades na escola.	65	Muito Satisfatório

Tabela 2: Resultado da pesquisa (continuação)

ORDEM	PERGUNTAS	SCORES	RESULTADOS
19	O meu nível social é suficiente para o exercício das minhas atividades na escola.	72	Muito Satisfatório
20	O ambiente de trabalho favorece a execução das minhas atividades na escola.	54	Satisfatório
21	A escola estimula o bom relacionamento entre os servidores.	58	Satisfatório
22	A escola estimula o trabalho em equipe.	55	Satisfatório
23	A direção da escola se comunica com seus servidores.	58	Satisfatório
24	A escola me faz sentir importante pela função que executo.	58	Satisfatório
25	A burocracia adotada na escola favorece a execução das minhas atividades no ambiente de trabalho.	43	Satisfatório
26	A Cultura Organizacional (tradições, práticas e costumes que não estão previstos em qualquer regra) adotada na escola favorece a execução das minhas atividades na escola.	49	Satisfatório
27	A disciplina e a hierarquia ajudam nas atividades na escola.	68	Muito Satisfatório
28	A visão, a missão e os objetivos da escola estão muito claros para mim.	68	Muito Satisfatório

Fonte: Elaborado pelos Autores (2020)

A tabela 2 apresentou os resultados obtidos por meio da adaptação do questionário proposto por Bispo (2006) à realidade da instituição pesquisada, com o levantamento dos fatores internos de influência do relacionamento entre os policiais militares e o CMPM I, com as seguintes discussões:

As questões de 1 a 7 referiram-se à vida profissional, pela qual procura estabelecer o grau de identificação profissional e orgulho dos policiais militares em relação ao CMPM I. As questões 1 (Sinto orgulho de trabalhar nesta escola), 2 (Identifico-me com a função que exerço nesta escola), 3 (Indico a escola para outros policiais trabalharem), 4 (Eu me preocupo com o futuro desta escola) obtiveram os resultados: “Muito Satisfatório”, “Satisfatório”, “Muito Satisfatório” e “Muito Satisfatório”, respectivamente, demonstrando haver identificação e orgulho do efetivo policial para com as atividades desenvolvidas na escola.

No entanto, especificamente as questões 5 (Dependo apenas dos meus próprios esforços para obter o sucesso profissional e de carreira), 6 (A escola oferta cursos suficientes para o exercício das minhas atividades) e 7 (Os cursos e treinamentos que fiz são suficientes para o exercício das minhas atividades) obtiveram como resultado: “Insatisfatório”, evidenciando que os meios necessários ofertados aos servidores pelo colégio são insuficientes à consecução do sucesso profissional.

As questões 8 a 10 compuseram o levantamentos relativo à estrutura organizacional, as quais buscaram aferir o nível de relacionamento, capacitação e interferências dos servidores que compõem o

CMPM I. No caso em tela, as questões 8 (Estou satisfeito com a estrutura hierárquica [chefes e subordinados] a que estou vinculado); 9 (O meu chefe imediato é a pessoa mais indicada para a função que ocupa) e 10 (A cadeia de comando do militarismo policial ajuda o andamento das atividades da escola) obtiveram resultados idênticos: "Muito Satisfatório".

No caso das questões 11 a 14, procurou-se aferir os inventivos profissionais oferecidos pelo CMPM I, com o objetivo de detectar o nível de reconhecimento percebido pelos policiais militares. Para tanto, as questões 11 (O meu trabalho é reconhecido e valorizado pela escola), 13 (O meu trabalho é incentivado pela escola) e 14 (Meu potencial de realização profissional tem sido adequadamente aproveitado) tiveram os resultados: "Satisfatório". O quesito 12 (O meu trabalho é reconhecido e valorizado pela minha família), por sua vez, alcançou resultado "Muito Satisfatório". Com isso, constatou-se maior apoio e reconhecimento familiar às atividades desenvolvidas do que da própria direção.

Nas questões 15 (Sinto-me satisfeito com a remuneração percebida) e 16 (A minha remuneração é compatível com a função que exerço), avaliou-se o item referente à remuneração para se saber se a mesma, na visão dos policiais militares, está de acordo com as atividades desenvolvidas no CMPM I. Ambas as respostas obtiveram resultados positivos, sendo "Satisfatório" e "Satisfatório", respectivamente.

O item segurança profissional visou avaliar o risco de transferência do policial militar sem motivos aparentes, foi levantado no quesito 17 (Sinto segurança ao executar minha função, não correndo risco de ser transferido para outra Organização Policial Militar de forma indiscriminada), apresentou como resultado: "Satisfatório".

Adiante, as questões 18 (O meu nível cultural e intelectual é suficiente para o exercício das minhas atividades na escola) e 19 (O meu nível social é suficiente para o exercício das minhas atividades na escola), as quais objetivaram apurar se o nível sociocultural dos policiais militares está de acordo com as necessidades e atividades do CMPM I, obtiveram o resultado "Muito Satisfatório", em ambos os casos.

Acerca do ambiente de trabalho, em que se procura estabelecer o grau de relacionamento dos policiais militares necessário à realização das atividades desenvolvidas no CMPM I, as questões 20 (O ambiente de trabalho favorece a execução das minhas atividades na escola.), 21 (A escola estimula o bom relacionamento entre os servidores), 22 (A escola estimula o trabalho em equipe), 23 (A direção da escola se comunica com seus servidores) e 24 (A escola me faz sentir importante pela função que executo) tiveram os resultados: "Satisfatório" em todas as questões.

A questão 25 (A burocracia adotada na escola favorece a execução das minhas atividades

no ambiente de trabalho), disposta no intuito de aferir se a burocracia no CMPM I está compatível com as atividades realizadas pelos policiais militares, obteve o resultado “Satisfatório”.

Por fim, os quesitos 26 a 28 trataram da cultura organizacional do CMPM I. O quesito 26 (A Cultura Organizacional [tradições, práticas e costumes que não estão previstos em qualquer regra] adotada na escola favorece a execução das minhas atividades na escola) teve como resultado “Satisfatório”. A questão 27 (A disciplina e a hierarquia ajudam a execução das atividades na escola) apontou o produto “Muito Satisfatório”, e a questão 28 (A visão, a missão e os objetivos da escola estão muito claros para mim) teve indicador “Muito Satisfatório”.

Pela análise geral dos vinte e oito quesitos, três respostas apresentaram resultado “Insatisfatório”; quatorze, “Satisfatório”; onze, “Muito Satisfatório”, a pesquisa não apresentou o resultado “Necessita de atenção”. No que se refere à verificação das questões em relação aos fatores internos, dois indicadores, remuneração e nível sociocultural, compostos de duas perguntas cada um, apresentaram resultados “Satisfatório”.

Dessa forma, os cursos e treinamentos ofertados aos servidores e a dependência própria dos esforços para obter sucesso profissional foram considerados “Insatisfatório”. Quesitos como Identificação com a função, reconhecimento e valorização pela escola, incentivo do trabalho, potencial, remuneração, segurança de transferência, ambiente de trabalho, estímulo, comunicação, importância fornecida pela escola à função, burocracia e cultura organizacional foram avaliados como “Satisfatório”. E os temas: orgulho do trabalho, indicação da escola para outros policiais, preocupação com o futuro da escola, estrutura hierárquica, capacidade do chefe imediato, cadeia de comando, reconhecimento e valorização pela família, nível cultural e intelectual, nível sociocultural, disciplina e hierarquia e clareza dos objetivos, missão e visão foram avaliados como “Muito Satisfatório”.

Pelo exposto, verifica-se que, a partir da percepção dos policiais militares lotado no CMPM I, a pesquisa delineou aspectos positivos, negativos e de atenção no clima organizacional da instituição de ensino, sendo de suma importância à apreciação e à tomada de decisão de seus gestores, os quais podem, a título de sugestão, aprofundar o estudo em lide, criar um plano de ação voltado à gestão do estabelecimento e estender a pesquisa aos demais colégios militares sob responsabilidade da corporação.

Considerações Finais

O presente artigo teve como objetivo realizar um diagnóstico do clima organizacional do Colégio Militar da Polícia Militar I, sob a ótica do efetivo policial que integra a unidade, por meio da compreensão dos fatores internos que influenciam o ambiente de trabalho, descrevendo o histórico, finalidade e regulamentação do colégio e o conceito, importância e principais modelos de pesquisa referentes ao clima organizacional, bem como traçando um diagnóstico da instituição de ensino, por

meio de estudo de caso, com aplicação de questionário elaborado pelos autores, com base no modelo proposto por Bispo (2006).

Após perpassar todos os procedimentos metodológicos, os objetivos propostos foram alcançados e os resultados obtidos apresentaram diversos aspectos sobre a instituição de ensino em lide. Dos vinte e oito quesitos, trezes necessitam de atenção e três foram considerados "Insatisfatório", especificamente nas questões 5 (Dependo apenas dos meus próprios esforços para obter o sucesso profissional e de carreira), 6 (A escola oferta cursos suficientes para o exercício das minhas atividades) e 7 (Os cursos e treinamentos que fiz são suficientes para o exercício das minhas atividades), demonstrando, assim, a necessidade de provimento de cursos para aperfeiçoamento e de materiais para desenvolvimento do trabalho e possíveis ingerências na escola.

É claro que este estudo empírico não teve a pretensão de esgotar o assunto e determinar o que a gestão deva realizar, mas como investigação preliminar, a pesquisa serviu para apontar os rumos e chamar a atenção dos gestores da escola para possíveis aspectos a serem melhorados no CMPM I, que podem realizar um estudo mais aprofundado sobre o tema, abrangendo, inclusive, a percepção dos demais colaboradores. Assim, o fato é que o presente artigo mostrou pontos interessantes à tomada de decisão dos gestores, fornecendo informações importantes sobre a realidade organizacional do colégio.

Espera-se, portanto, que a pesquisa sirva de alicerce para estudos posteriores, momento em que se sugere a implementação de um plano de ação voltado à gestão do CMPM I, principalmente no que concerne aos quesitos que necessitam de atenção e inaceitáveis, levantados por meio deste estudo, a fim de buscar melhorias na prestação de serviço público de educação no Estado do Amazonas. De igual modo, o trabalho pode ser replicado aos demais Colégios Militares da Polícia Militar do Amazonas.

Referências

AMAZONAS. **Decreto nº 15.831, de 04 de fevereiro de 1994.** Dispõe sobre a criação, na estrutura organizacional da Polícia Militar do Amazonas, do Colégio Militar e dá outras providências. Disponível em: https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/buscanova/#/p=1&q=%22%22&di=19940204&df=19940204. Acesso em: 06 set. 2020.

AMAZONAS. **Lei nº 3.514, de 08 de junho de 2010.** Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Amazonas. Disponível em: http://pmam.com.br/ portal/ document/LEI13_ 2018_08_02_12_11_24.pdf. Acesso em: 15 ago. 2020.

AMAZONAS. **Resolução nº 231/2015 – CEE/AM.** Aprova o Regimento do Colégio Militar da Polícia Militar, Manaus/AM. 2015. Disponível em: https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/16317#/p:27/e:16317?find=Regimento%20do%20Col%C3%A9gio%20Militar%20da%20Pol%C3%ADcia%20Militar. Acesso

em. 06 set. 2020.

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Educação. **Com gestão da Polícia Militar, escolas da rede pública estadual são referências na educação do Amazonas**. Disponível em: http://www.educacao.am.gov.br/com-gestao-da-policia-militar-escolas-da-rede-publica-estadu al-sao-referencias-na-educacao-do-amazonas/. Acesso em: 06 set: 2020.

BISPO, Carlos Alberto Ferreira. **Um novo modelo de pesquisa organizacional**. In: Produção, v. 16, n. 2, p. 258-273, São Paulo, USP, 2006. Disponível em: www.scielo.br/j/prod/a/4Cy7Wz5QsYJrPBnQBWt5R7x/abstract/?lang=pt. Acesso em. 06 set. 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CODA, Roberto. **"Como está o Clima?"**. In: Fascículo n. 15, Programa de Profissionalização do Banco do Brasil. Brasília, 1998.

CUNHA, Paulo Roberto da; COSTA, Filipe Jose; CRESPI, Nayane Thais; GOMES, Giancarlo; SILVA, Tarcísio Pedro da. **Pesquisa de clima organizacional: um estudo realizado em uma indústria de alimentos na Cidade de Gaspar, SC**. In: Race, Unoesc, v. 13, n. 1, p. 59-78, jan./abr., 2014. Disponível em: https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/1977. Acesso em: 16 ago. 2020.

GUSKUMA, Edilmar Arakaki. **Evidências da satisfação no trabalho com base nas demonstrações financeiras publicadas**. 2009. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-02022010-123120/publico/EDILM AR_DISSERTACAO_2009.pdf. Acesso em: 16 ago. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIKERT, Rensis. **A technique for the measurement of attitudes**. Archives of Psychology, n. 140, p. 1-50, 1932.

LUZ, Ricardo Silveira. **Gestão do Clima Organizacional**: Proposta de critérios para metodologia de diagnóstico, mensuração e melhoria. Estudo de caso em organizações nacionais e multinacionais localizadas na cidade do Rio de Janeiro. 2003. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão) - Universidade Federal Fluminense, Niteroi-RJ, 2003. Disponível em: http://paginapessoal.utfpr.edu.br/leonardotonon/especializacao/arquivos-gerais/Aula% 203% 20-%20Dissertacao%20Ri cardo%20Luz.pdf. Acesso em: 16 ago. 2020.

MELLO, Patrícia Luz Pereira de; PIASSA, Zuleika Aparecida Claro. **Clima organizacional na escola: um estudo sobre a realização das pessoas**. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_uel_ped_pdp_patricia_luz_pereira_de_mello.pdf. Acesso em: 16 ago. 2020.

RIZZATTI, Gerson. **Categorias de análise de clima organizacional em universidades federais brasileira**s. Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado). Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. Disponível em:

https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/84206/186334.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 ago. 2020.

SBRAGIA, Roberto. **Um estudo empírico sobre o clima organizacional em instituições de pesquisa**. Revista de Administração, vol. 18(2), p. 30-39, abril/junho, 1983.

TORO, Fernando. **Clima organizacional y expectativas en la perspectiva del cambio**. Revista lnteramericana de Psicologia Ocupacional. Medellín. v.11. n.1 e 2. 1992. pp.163-173. Disponível em: https://revista.cincel.com.co/index.php/RPO/article/view/82. Acesso em: 16 ago. 2020.

Sobre os Autores

Paulo César Diniz de Araújo

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG. Professor do Programa de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas-UEA (2016-Presente).

Danelle Tamborini Lopes

Mestranda em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas e Major da Polícia Militar, lotada na Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas sediada na cidade de Manaus.

Diogo de Lima Albuquerque

Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas e Major da Polícia Militar, lotado no I Colégio Militar da Polícia Militar do Amazonas, sediado na cidade de Manaus.

Recebido: 01 jun. 2021
Aceito: 19 jan. 2022

POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS
11 JUNHO 1940
ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR

ISSN 2175-053X

ANÁLISE CRIMINAL COMO FATOR DE INTEGRAÇÃO DAS POLÍCIAS

Nazareno Marcineiro

Faculdade da Polícia Militar de Santa Catarina (FAPOM), Florianópolis/SC, Brasil. E-mail: nazarenomarcineiro@gmail.com

Pedro Corrêa Guerra

Polícia Militar Estado de Santa Catrina, Florianólis/SC, Brasil. E-mail: pedroguerra.pm@gmail.com

Edimar Boarão

Polícia Militar Estado de Santa Catrina, Florianólis/SC, Brasil. E-mail: ed.boarao@gmail.com

Willian Pamplona

Polícia Militar Estado de Santa Catrina, Florianólis/SC, Brasil. E-mail: willianpamplona@gmail.com

Bruno de Pádua Cavalcante

Polícia Militar Estado de Santa Catrina, Florianólis/SC, Brasil. E-mail: cavalcantee@hotmail.com

RESUMO: O objetivo deste artigo científico é verificar a possibilidade de utilização da análise criminal como instrumento da atuação conjunta entre as diferentes instituições policiais. Apresentou-se a definição de análise criminal, sua relação com a atividade de inteligência policial, bem como os principais indicadores utilizados no processo de tratamento e análise dos dados e informações. Foram expostas as atribuições constitucionais dos órgãos policiais e o modelo de ciclo incompleto de polícia como possível causador da falta de atuação colaborativa interagências. Por fim, tratou-se da análise criminal como fator de integração das polícias. Trata-se de pesquisa exploratória, de natureza qualitativa e método dedutivo, com a utilização de pesquisa bibliográfica e documental. Pode-se verificar que, ainda que a atuação integrada seja disciplinada legalmente, carece de aplicação prática dos instrumentos de compartilhamento de dados, informações, bem como um processo de análise criminal integrado dos diferentes órgãos, o que pode estar associado, dentre outras coisas, a interesses classistas de alguns integrantes das carreiras policiais, que deixam de lado os postulados constitucionais destinados à preservação da ordem pública, em detrimento de interesses pessoais.

Palavras-chave: Análise Criminal. Integração Policial. Ciências Policiais.

CRIMINAL ANALYSIS AS A FACTOR OF POLICE INTEGRATION

ABSTRACT: This article's goal is to verify the possibility of joint action between different police institutions in the criminal analysis process. The definition of criminal analysis, its relationship with police intelligence activity, as well as the main indicators used in the process of processing and analyzing data and information were presented. The constitutional attributions of the police bodies and the incomplete cycle model of the police as a possible cause of the lack of interagency collaborative action were exposed. Finally, it dealt with criminal analysis as a factor of police integration. It is exploratory research, qualitative in nature and deductive method, using bibliographic and documentary research. It can be seen that, even if the integrated action is legally disciplined, it lacks the practical application of data and information sharing instruments, as well as an integrated criminal analysis process of the different bodies, which may be associated, among other things, to class interests of some members of police careers, who set aside the constitutional postulates aimed at preserving public order, to the detriment of personal interests.

Keywords: Criminal Analysis; Police Integration; Sciences Police.

Introdução

Sabe-se que a prática de crimes assola a sociedade brasileira hodiernamente. Neste sentido, é necessário que o Estado, notadamente através de seus órgãos de Segurança Pública, utilize a análise criminal, considerando não apenas os índices criminais pretéritos, mas também o contexto socioeconômico local, para definir os rumos de atuação de seu efetivo.

Ademais, percebe-se que o modelo multiagências com atuação limitada no combate ao crime pode, por vezes, causar um retrabalho ou um perecimento de informações úteis ao processo de análise criminal, sendo imprescindível que as diferentes instituições estejam orquestradas no objetivo comum de preservação da ordem pública, consentâneo aos objetivos instituídos na Constituição Federal para a segurança pública.

Mesmo havendo instrumentos legais que estabeleçam o compartilhamento de dados entre os diferentes órgãos, ainda carecem tais dispositivos de efetiva aplicação. Daí exsurge o problema da presente pesquisa, qual seja: No paradigma atual, é possível a utilização da análise criminal como fator de integração entre os órgãos de segurança pública?

Para responder a questão central da pesquisa, traçou-se como objetivo geral verificar a possibilidade de atuação conjunta entre as diferentes instituições policiais no processo de análise criminal, e como objetivos específicos: apresentar a definição de análise criminal e os principais indicadores utilizados para o tratamento e análise dos dados e informações; expor as atribuições constitucionais das instituições policiais e o modelo de ciclo incompleto de polícia adotado no Brasil; tratar da análise criminal como fator de integração entre as polícias.

O tema apresenta-se institucionalmente relevante, dado que a atuação integrada das instituições acarretará em melhores resultados de prevenção e combate ao crime com a utilização de menos recursos, o que redunda numa importância geral, visto que a apresentação de formas de operacionalização da integração policial trará benefícios para toda a sociedade. A relevância pessoal de pesquisar o presente assunto situa-se na crença de que a prevenção criminal é um dos principais caminhos para a redução dos índices criminais, sendo que somente se pode prevenir aquilo que se conhece, figurando a análise criminal um dos principais instrumentos norteadores para a definição das estratégias de combate ao crime, sejam elas de natureza preventiva ou repressiva.

Inferiu-se, durante o processo de pesquisa, que são poucos os estudos científicos que abordam a imprescindibilidade da integração interagências no processo de análise criminal, em que pese a relevância do tema para as ações de segurança pública, persistindo amplo campo para a produção científica, sobretudo com a produção do conhecimento fulcrada nos postulados das Ciências Policiais.

Metodologicamente, utilizou-se de pesquisa do tipo exploratória, com natureza qualitativa,

apresentando-se entendimentos de estudiosos sobre os temas tratados. Através de um método dedutivo, no qual se partiu do estudo da análise criminal e sua importância na redução dos índices crimes, perpassando pela importância da integração interagências e pela importância da comunhão de forças na prevenção criminal, até a resposta da pergunta da pesquisa. Empregaram-se as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, valendo-se da análise de artigos científicos, legislação e estudo jurisprudencial.

Estruturalmente, a pesquisa foi desenvolvida em três subseções. Abordou-se, na primeira delas, aspectos gerais sobre a análise criminal, a exemplo de indicadores a serem utilizados e a necessidade de consideração dos aspectos socioculturais para o estabelecimento de métricas de atuação das instituições. Num segundo momento, tratou-se das atribuições das polícias estaduais, em especial as constitucionais, destacando a questão do ciclo incompleto de persecução penal dessas instituições e os problemas que disso advém. No derradeiro ponto é tratado de como a análise criminal pode ser utilizada como um fator de ligação entre as polícias, trazendo os pontos positivos analisados na primeira subseção de maneira a superar os problemas apontados na terceira.

Desenvolvimento

Abordam-se, nesta seção, aspectos gerais sobre análise criminal e seus indicadores, bem como as atribuições constitucionais das diferentes forças policiais e o ciclo incompleto de polícia adotado pela legislação pátria. Por fim, trata-se da análise criminal como fator de integração entre as polícias.

Análise Criminal

É notório que a criminalidade é um dos maiores problemas vivenciados pela sociedade brasileira, sendo frequente a ocorrência de barbáries perpetradas pelo crime organizado, gerando não só um espetáculo midiático, mas também grande comoção pública.

Nesse sentido, conforme Rocha (2020) há de se fomentar nas instituições de segurança pública a utilização de técnicas de inteligência policial, sobretudo a análise criminal, aproveitando-se dos indicadores para a mensuração da incidência de delitos, como forma de identificação dos principais fatores desencadeadores no crime em determinado local, utilizando-se, ainda, como premissas para a definição das estratégias institucionais de atuação, das peculiaridades socioeconômicas regionais. Fernandez (2020) sobreleva a importância da utilização de bases antropológicas, psicológicas e sociológicas no processo de análise criminal, pautando-se a construção de conhecimento policial em fundamentos científicos.

Impossível deixar de ressaltar, no entanto, que a atividade policial é extremamente dinâmica, sendo que o conhecimento produzido nas Ciências Policiais, pelo seu caráter interdisciplinar, há de ser o principal balizador teórico associado ao estudo dos dados criminais para análise e fornecimento de hipóteses ao gestor policial.

Historicamente os órgãos policiais brasileiros têm recorrido a uma forma de atuação predominantemente reativa, esperando que o crime ocorra para, só então, direcionar seus esforços para mitigar os danos já causados pelo criminoso. Por óbvio que a mudança paradigmática entre o atual cenário, eminentemente repressivo, para uma atuação preventiva, com a utilização de inteligência criminal, perpassa pela mudança cultural das polícias, incutindo no policial a importância da análise estatística na prevenção criminal (AZEVEDO; RICCIO e RUEDIGER, 2011).

Apesar da tardia inserção da análise de padrões criminais para definição de estratégias de segurança pública no Brasil, Fernandez (2020) afirma que Robert Peel, no século XIX, já utilizava informações de delitos pretéritos para a prevenção criminal pela Polícia Metropolitana de Londres. Borba (2021) vai ainda mais longe, atribuindo a Henry Fielding, um magistrado inglês, ainda na primeira metade dos anos 1700, a alocação de agentes policiais nas ruas a partir da consideração de denúncias criminais previamente recebidas.

Sabe-se que a atividade delitiva costuma ter um determinado padrão em seu modo de operação (UNODC, UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2007), assim, com a análise de dados pretéritos, pode-se planejar uma ação futura, diminuindo as chances do cometimento do delito. Para tanto, necessário se faz além da análise criminal que o Estado possua policiais capacitados para atuar de forma preventiva nos locais indicados como prováveis ambientes de crimes.

No exercício de suas atribuições, as instituições policiais têm acesso a um enorme volume de informações, a exemplo de locais e delitos que ocorrem com maior incidência, tipos preferenciais de vítimas, perfis criminais dos autores, dentre outros. O correto armazenamento e manejo dos dados, sobretudo com o uso das modernas ferramentas informatizadas que a sociedade dispõe hodiernamente, são imprescindíveis para o proativo direcionamento da atuação das polícias. Nesse sentido, Ferreira (2020) afirma que do tratamento de dados e informações nasce o conhecimento, o que denomina tríade do conhecimento, sendo as técnicas de análise criminal responsáveis por essa transformação de dados em informação, e, consequentemente, num conteúdo hábil à produção do conhecimento.

Gomes (2010) afirma que as instituições de segurança pública perdem uma grande parte dos dados e informações criminais que recebem no exercício de suas atribuições, decorrendo tal fato da falta de gestão do conhecimento. Nesse sentido, propõe que as instituições devem investir em mecanismos tecnológicos que facilitem a coleta e análise dos dados, bem como evitar o excesso de compartimentação das informações. Ademais, percebe-se que há, no sistema de produção tradicional de conhecimento,

uma tendência dos órgãos e pessoas em monopolizar o conhecimento policial.

A inteligência de segurança pública pode ser definida como a atividade sistêmica de produção de conhecimento de interesse policial, com objetivo de prevenir e reprimir fenômenos criminais, cabendo aos integrantes do sistema de inteligência o levantamento de informações e a sua documentação, a fim de materializar o conhecimento para subsidiar o combate a crimes de qualquer natureza (GOMES, 2010).

A utilização da análise criminal pelas instituições brasileiras como ferramenta de apoio à decisão aos gestores de segurança pública, conforme já dito, é bastante recente, pendendo a academia de estudos internos sobre o tema, o que exige que os profissionais de segurança recorram, via de regra, a estudos produzidos em outros países, guardando, portanto, pouca relação com a realidade criminal tupiniquim (BORBA, 2021).

A análise criminal está inserida, juntamente à análise de vínculos e à análise de riscos, como uma das técnicas acessórias para a análise de inteligência, em um rol taxativo apresentado na Doutrina Nacional de Inteligência, desde 2013. Considerando estar incluída como uma das subáreas da inteligência, poderão ser utilizados no processo de análise criminal conhecimentos sigilosos e dados negados, visto que o conhecimento produzido pelo analista poderá evitar a ocorrência de crimes e desordens (FERNANDEZ, 2020).

Ferreira e Rigueira (2013, p. 71) definem sinteticamente a análise criminal como “um conjunto de técnicas e procedimentos cuja finalidade é processar informações relevantes para a prevenção ou a repressão ao crime”, produzida a partir de indicadores-chave, podendo ser subdividida em: **a) tática** (objetiva a identificação de padrões criminais que orientem a condução de investigações criminais para o esclarecimento de autoria e materialidade delitivas); **b) estratégica** (destinada à identificação de tendências que orientem estratégias de longo prazo, bem como à avaliação dos resultados alcançados pelas políticas de atuação institucional); **c) operações** (utilizada para a produção de conhecimento orientado à tomada de decisão e alocamento de recursos pelos gestores e comandantes); **d) administrativa** (utilizada para apresentar informações gerais para os diferentes públicos sobre ocorrências criminais e de quebra da ordem); **e) investigativa** (visa identificar padrões de personalidade e comportamentais do criminoso); e, **f) de inteligência** (produzida a partir de informações de inteligência com o objetivo de identificar atividades e grupos criminosos organizados).

Em Santa Catarina, conforme detalhamento exaustivo em (MARCINEIRO, 2020), a utilização pela Polícia Militar do software *Business Intelligence* possibilitou a análise dinâmica de uma enorme quantidade de dados armazenada nos diferentes sistemas informatizados utilizados pela Corporação, contribuindo de forma bastante positiva na gestão estratégica, tática e operacional,

sobretudo pela possibilidade de montagem de diferentes cenários pelo analista criminal.

É fundamental para mensuração da efetividade das ações utilizadas pelas polícias, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, a análise dos indicadores de desempenho. Pode-se elencar duas funções dos indicadores: a primeira delas é a representação dos fatos e comportamentos já ocorridos; a segunda consiste na possibilidade de realização de proposições valorativas baseadas nas informações armazenadas nas bases de dados pesquisadas (FERREIRA; RIGUEIRA, 2013).

Ferreira e Rigueira (2013) classificam os indicadores de análise criminal da seguinte forma: a) indicadores básicos - dados demográficos e sociais (IDH, população total, taxa de crescimento populacional), que, apesar de não decorrerem da atividade policial, devem ser analisados juntamente com os índices criminais de determinada localidade ou região; b) indicadores diretos - representam o desempenho operacional das instituições policiais (número de crimes ocorridos, tempo-resposta no atendimento de ocorrências, taxa de resolutividade criminal, número de prisões, etc), logo merecem atenção especial e acompanhamento constante pelo analista; c) indicadores indiretos - decorrem da atividade de gestão institucional, abrangendo as políticas de atuação e a relação da polícia com os destinatários de seu serviço (percepção de segurança da população, reuniões comunitárias, ações sociais, programas preventivos, etc).

As atribuições das polícias estaduais e o ciclo incompleto da persecução penal como causadores da ausência de integração

Para tratar acerca da análise criminal como fator de integração das polícias, como proposto, é assaz relevante, antes de tudo, estabelecer um terreno fértil que subsidie e situe a discussão sobre o assunto. Para tanto, é imprescindível que sejam abordadas as competências das polícias civis e das polícias militares, explorando e cotejando as diferenças e semelhanças em suas atribuições. Dessa maneira, será aferido como se desenvolve o trabalho de cada uma por ocasião do atendimento aos mesmos casos.

Na maioria das ocorrências, essa atuação conjunta se dá, inicialmente, pela polícia militar por ocasião da prisão em flagrante e respectiva condução do preso, para, após, o seu recebimento e recolhimento ao cárcere por parte da polícia civil.

Adentrando-se nos consentâneos textos normativos, inicia-se o presente assunto delineando-se os dispositivos constitucionais que regulamentam as atribuições das polícias mencionadas. Com efeito, dispõe o artigo 144, da Constituição Federal, que já sofreu algumas alterações e, hoje, assim se apresenta:

> Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
> I - polícia federal;
> II - polícia rodoviária federal;
> III - polícia ferroviária federal;
> IV - polícias civis;
> V - polícias militares e corpos de bombeiros militares;
> VI - polícias penais federal, estaduais e distrital.
>
> § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:
> I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
> II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
> III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
> § 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.
> § 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.
> § 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
> § 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
> § 5º-A. Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.
> § 6º As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
> § 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.
> § 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.
> § 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39.
> § 10. A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas:
> I - compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente; e
> II - compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei. (BRASIL, 2021)

Preliminarmente, infere-se do seu *caput* que o artigo 144 atribuiu indistintamente a todos a responsabilidade pela segurança pública. Já individualmente, tratou de especificar os órgãos aos quais incumbe a exclusiva função pública de promovê-la.

À época o constituinte optou por dividir os órgãos policiais em duas modalidades de atuação,

sendo a preventiva e a repressiva. No que tange às esferas, dividiu-se em instituições com atuação federal, estadual e municipal.

A nível federal ficou bem definido que a Polícia Federal atuará tanto na modalidade preventiva, como por exemplo na atuação em aeroportos, quanto na repressiva, quando envolverem crimes federais, devido exercer as duas modalidades, o que se pode definir como uma organização policial híbrida (LOPES e RUSSO, 2020). À Polícia Rodoviária Federal compete apenas a modalidade preventiva no que tange ao patrulhamento das rodovias federais, ao passo que à Polícia Ferroviária Federal foi atribuída a modalidade preventiva nas ferrovias federais.

No nível estadual o constituinte previu, em regra, que a modalidade preventiva seria exercida pelas polícias militares e a repressiva pelas polícias civis.

A polícia com atuação preventiva é assim conceituada por Cretella Júnior (2000, p. 534):

> A polícia administrativa tem por finalidade impedir as infrações das leis (sendo nesta parte preventiva) e assegurar a ordem pública em cada lugar, bem como em toda parte do reino; assegurar a ordem e segurança públicas, a proteção dos direitos concernentes à liberdade, à vida e à propriedade, e, bem assim, a prevenção dos delitos, por meio de ordens e determinações dirigidas a tal fim.

Sobre a polícia com atuação repressiva leciona Matrak Filho (2010, p. 6-7):

> Destaca-se que bons policiais, devidamente treinados para atuar na área repressiva - com técnicas e de forma legal -, servem de apoio à prevenção, visto que atuarão como fator de inibição à prática de delitos e restabelecimento imediato da ordem pública, afinal, o próprio criminoso, conhecedor da preparação adequada, satisfatória e suficiente, por parte de grupamentos especializados, certamente ficará, no mínimo, preocupado em praticar ação criminosa onde estes pelotões ou batalhões existam.

No que tange à esfera municipal, poderão ser criadas guardas municipais para vigilância dos seus bens e patrimônio. Neste aspecto, pode-se entender que não exercem papel de polícia. Sendo assim, sua atuação não entra nas modalidades preventiva ou repressiva e, desta forma, tais atribuições ficam a cargo das instituições policiais estaduais.

As modalidades de atuação preventiva e repressiva também são denominadas ciclos de polícia, as quais cada vez mais são questionadas, pois não entregam a população uma real efetividade, uma vez que, com exceção da Polícia Federal, todas as demais polícias atuam apenas em uma parcela do fato delituoso. Assim, por exemplo, a Polícia Rodoviária Federal, ao prender alguém em flagrante cometendo algum crime, deverá realizar a condução para a polícia judiciária realizar o auto de prisão em flagrante.

Embora haja a expressa previsão constitucional de que há polícias que atuam na modalidade preventiva e outras na repressiva, na prática percebe-se que a atuação não pode ser estanque, podendo uma instituição, de certa forma, entrar na competência de outra, conforme explicam Lopes e Russo (2020, p. 2-3):

> Note que a singularidade de atribuições é uma característica muitas vezes apenas idealizada pelos textos legais, uma vez que é muito difícil, senão impossível, limitar a atuação do policiamento uniformizado ao segmento preventivo, particularmente nos casos em que os ativos policiais ostensivos deparam com infrações em curso. Nesses contextos, não é crível a interrupção do atendimento policial, pelo simples fato de ter se convertido em repressiva, intervenção primitivamente preventiva.

Colpani (2016, p. 20) assevera que falta clareza na delimitação entre as atribuições das diferentes agências policiais, "[...] o que acaba provocando invasões de competências de umas instituições policiais em relação às outras, bem como o abandono ou negligência de algumas atribuições constitucionalmente previstas".

Quando a polícia preventiva atua excepcionalmente de forma repressiva há uma sobreposição sobre a outra instituição, contudo, caso assim não o fizesse, acabaria por tornar inviável a persecução criminal. Da mesma forma, caso o texto constitucional fosse interpretado de forma restrita, a Polícia Civil não poderia atuar preventivamente em nenhuma hipótese.

Embora haja essa atuação excepcional de sobreposição em alguns casos, fica muito clara a atribuição de cada instituição dentro do ciclo de polícia, com isso é inevitável que haja um prejuízo para a sociedade, principalmente no que tange a análise de dados, pois em muitos estados os dados de uma instituição não são compartilhados com as outras, prejudicando uma melhor atuação estatal frente aos delitos.

Percebe-se que havendo vários órgãos e instituições para exercerem a segurança pública não há uma integração entre eles no que se refere a dados de registros de crimes. O que se constata é que o banco de dados fica restrito ao próprio órgão, sendo assim, não é incomum que um determinado crime esteja sendo combatido ou investigado ao mesmo tempo pelas polícias militar, civil, rodoviária federal e federal, demonstrando que a falta de atuação em conjunto prejudica a sociedade.

No que se refere ao banco de dados é outro fator impeditivo de uma maior efetividade na prestação de serviço à comunidade, pois cada instituição possui seu próprio banco de dados e, via de regra, não pode ser acessado pelos demais, além disso, as plataformas de banco de dados nacionais carecem de cada estado inserir seus dados, caso isso não ocorra, os registros ficam incompletos.

Para tentar afastar esse problema apontado, no estado de Santa Catarina, desde o ano de 2019, há uma integração dos dados entre a polícia preventiva (Polícia Militar) e a polícia repressiva (Polícia Civil).

> [...]foi lançada oficialmente a nova plataforma digital para a unificação dos bancos de dados e dos boletins de ocorrências das polícias Militar e Civil. Batizado de INTEGRA, o sistema permite um aumento de produtividade, ao evitar a duplicidade de registros e o consequente retrabalho dos agentes. Do ponto de vista do cidadão, o ganho é em praticidade, já que não será mais necessário fazer vários registros para uma mesma ocorrência. (SANTA CATARINA, 2019)

Essa nova plataforma faz com que haja uma maior fidedignidade dos números apresentados, pois não corre o risco de termos uma informação duplicada da existência do mesmo crime, já que, no exemplo de um crime de furto em que o autor não seja identificado, caso a vítima registre com o fato com a Polícia Militar, esta informação aparecerá automaticamente para a Polícia Civil.

No que tange aos dados nacionais, atualmente existe o sistema INFOSEG que, como destacado no site do Conselho Nacional de Justiça, tem por "finalidade de integrar nacionalmente as informações concernentes à segurança pública, identificação civil e criminal, controle e fiscalização, inteligência, justiça e defesa civil" (BRASIL, 2019). Porém, devido a política de segurança de dados, o acesso fica restrito a um pequeno número de policiais.

O Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, criado através do Decreto 3.695/2000, permite, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, a atuação coordenada e integradas dos órgãos e agentes de inteligência de segurança pública brasileiros, visando aprimorar a gestão de informações na atividade, visando prevenir e reprimir as ocorrências criminal (GOMES, 2010).

Gomes (2010) vai além, falando da cooperação internacional no compartilhamento de informações, visto a influência de aspectos supranacionais na prática criminal. Desse compartilhamento podem resultar diversos benefícios, a exemplo de bancos de dados a serem utilizados em políticas de segurança locais e nacionais; obtenção de informações econômicas, financeiras e sociais de estrangeiros; estabelecimento de uma força conjunta com abrangência internacional capaz de fazer frente a uma das maiores patologias sociais modernas, a atuação das organizações criminosas.

A análise criminal como fator de integração

Gottlieb, Arenber, Singh (1998, *apud* SILVA, 2015), apontam funcionalidades da análise criminal, que se destaca pelo uso das informações levantadas para aumentar a eficiência do trabalho policial, não servindo apenas como ferramenta para prender criminosos. Essa análise auxilia a unidade policial a alcançar seus objetivos estratégicos por meio do acompanhamento de suas atividades de controle do crime.

Os autores ainda destacam os seguintes itens como funções da análise criminal: a identificação dos envolvidos no crime ou da existência de padrões de crimes em série, a previsão de ocorrências criminais, a análise de perfil, objetivo ou lugar em que poderão ocorrer crimes, o oferecimento de suporte para a investigação criminal, o oferecimento de dados de suporte para o policiamento comunitário e programas de prevenção ao crime, o auxílio ao processo de investigação de crimes específicos, o fornecimento de dados para dar suporte ao planejamento de uma unidade e a possibilidade de analisar dados operacionais para planejamento de alocação de recursos e orçamentos

de uma unidade (SILVA, 2015).

Tendo isso em mente, além dos conceitos apresentados nas seções anteriores, pode ser claramente percebido que a análise criminal se mostra de grande importância para as atribuições das polícias estaduais.

A análise criminal estratégica, que tem por objetivo a identificação de tendências que orientem estratégias de longo prazo, bem como a avaliação dos resultados alcançados pelas políticas de atuação institucional, é de óbvio interesse da Polícia Militar, em sua atribuição. Do mesmo modo ocorre com a análise criminal de operações, já que ela é utilizada para a produção de conhecimento orientado à tomada de decisão e alocamento de recursos pelos gestores e comandantes (FERREIRA E RIGUEIRA, 2013) .

Por outro lado, a análise criminal tática, que tem por objetivo a identificação de padrões criminais que orientem a condução de investigações criminais (RATCLIFFE, 2007) para o esclarecimento de autoria e materialidade delitivas, atrai lógico interesse da Polícia Civil. O mesmo ocorre com a análise criminal investigativa, que visa identificar padrões de personalidade e comportamento do criminoso, que tem íntima relação com essa instituição.

Ainda por fim, a análise criminal administrativa, por ser utilizada para apresentar informações gerais para os diferentes públicos sobre ocorrências criminais e de quebra da ordem, é de interesse de ambas as corporações, por seu duplo caráter. Isso também ocorre com a análise criminal de inteligência, já que é produzida a partir de informações de inteligência com o objetivo de identificar atividades e grupos criminosos organizados.

Integração pode ser entendida como um elemento de junção das forças policiais para reduzir os índices de criminalidade, sendo que, em essência, é com esse fim que os governos pretendem a integração. Ela é o início de uma junção maior entre as polícias, que não leva sempre à obrigatoriedade de funcionamento físico único, mas que deve iniciar com algum compartilhamento de informações e ideias (ALENCAR, 2020).

Como exemplo de integração das polícias, Brasil e Abreu (2002) citam o projeto dos Distritos Modelo (DM) criados na política de segurança pública do Ceará. Nesses, as atividades policiais passaram a ser desenvolvidas de maneira integrada, ou seja, a um distrito modelo estava incorporada uma companhia da PM, delegacias de polícia e corpo de bombeiros militar, numa mesma área geográfica.

Esses autores apontam que os responsáveis por um determinado DM, pela regularidade estatística, sabem que tipo de crimes e delitos estão ocorrendo no bairro "X" com maior frequência que nos outros e, pela caraterística de ação dos delinquentes, é até possível, em alguns casos, identificá-los,

caso já possuam passagem na delegacia. Essas estatísticas orientam as estratégias de ação da PC e da PM naquela área da cidade, indicando, se preciso, maior presença ostensiva da PM, "saturando" o local para inibir e combater o tipo de criminalidade que vem sendo praticada, e o modo como a PC deve também direcionar suas investigações. A delegacia de polícia civil, bem como a companhia de polícia militar, do DM são responsáveis pela produção das estatísticas em suas áreas.

Ainda no mesmo estudo, os autores apontam outro exemplo, afirmando que quando se dispõe de estatísticas do ano anterior, é possível prever onde acontecem os eventos que mobilizam a população, e qual foi o tipo de delito mais ocorrido (no ano anterior). Assim é possível, no ano em curso, preparar ações específicas e conjuntas da PM e da PC, objetivando combater os delitos e crimes mais comuns numa determinada área naquele período correspondente (BRASIL; ABREU, 2002).

Fechando o ponto em questão, Brasil e Abreu (2002) mencionam que os delegados e os capitães responsáveis pelas delegacias e companhias de distritos modelo semanalmente faziam reuniões, para traçar conjuntamente planos de combate e de combate e prevenção ao crime. Nessas reuniões discutiam sobre as estatísticas produzidas em relatórios de crimes - documentos esses que tinham por base boletins de ocorrência - e, dessas análises, um plano de ação era desenhado.

Ou seja, de maneira incipiente (mais básica, talvez) as polícias do citado estado deram início a um processo de integração que, se não baseado na análise criminal, a utilizava para sustentar a experiência. Apesar da utilização de bases físicas conjuntas, pode-se perceber que os policiais do Ceará utilizavam de princípios da análise criminal para dar base ao seu trabalho conjunto.

Como demonstrado da experiência cearense, o planejamento da segurança pública em nível local, ou mesmo regional, é muito impactado e melhorado, quando uma análise criminal é realizada por policiais de ambas as corporações estaduais. Se for levado em consideração que existe em Santa Catarina bancos de dados muito grandes (seja o próprio *business intelligence* da PM ou o SISP da Secretaria de Segurança Pública), com informações sobre os mais diversos crimes e desordens com grande lapso histórico, pode-se concluir haver um vasto campo para que a análise criminal sirva como atrativo para a atuação integrada das polícias.

Considerações Finais

A redução das ocorrências criminais no Brasil é um desafio enfrentado pelas diversas instituições, não só as de segurança pública. Em que pese todos os recursos humanos e materiais empregados, vê-se que a atual estratégia de atuação, com foco em ações repressivas, pode não ser o caminho mais efetivo para o combate à criminalidade no território brasileiro.

Sabe-se que a responsabilidade pelo aumento dos índices criminais nem sempre está associada ao trabalho policial, muitas vezes sendo originado por falta de saúde, educação, trabalho e

desigualdade social. Todavia, recai sobre as instituições policiais ser a última fronteira entre a situação de normalidade e o caos social causado pelo excesso de ocorrências criminais.

Entretanto, considerando a dinamicidade que rege as relações sociais, é extremamente complexo o controle das taxas criminais, havendo de serem analisadas as peculiaridades de cada localidade para a definição das estratégias de segurança pública a se adotar pelos órgãos.

Nesse sentido, não basta que os órgãos policiais atuem nas consequências do crime, direcionando a totalidade de seus recursos em ações repressivas de combate ao crime, como tradicionalmente adotado pelas polícias brasileiras. Necessita-se, conforme afirmado no desenvolvimento deste artigo, de uma mudança cultural nas instituições policiais, para que estas passem a direcionar seus esforços, também para ações preventivas, atuando sobre as causas do crime.

Embora a atividade preventiva traga inúmeros benefícios para a segurança pública, sua efetividade é de difícil mensuração, visto a complexidade de se aferir o exato número de crimes que deixou de ser praticado em decorrência de um programa preventivo adotado pelas forças de segurança pública.

Não é de hoje que se utilizam os dados obtidos no dia-a-dia da atividade policial para a definição das estratégias de segurança pública, havendo registros de sua utilização no início dos anos 1700, na Inglaterra. Entretanto, vê-se que no Brasil a utilização da inteligência, sobretudo da análise criminal, é prática bastante recente, carecendo de profundo aprimoramento, a iniciar pela necessidade de produção científica sobre o tema.

Apesar de todo o avanço tecnológico registrado nas últimas décadas, ainda é expressiva a perda de dados e informações pelos órgãos de segurança pública, sendo que tal perecimento é extremamente prejudicial ao processo de análise criminal, podendo resultar em prejuízo à formação do conhecimento utilizado pelo gestor no processo decisório.

Assim sendo, vê-se que o correto armazenamento de dados pelas instituições de segurança é extremamente relevante para a definição de estratégias de atuação das polícias. Ademais, outro problema enfrentado é a falta de integração entre os banco de dados das diferentes instituições de segurança.

Entende-se que a multiplicidade de bancos de dados utilizados, com acesso restrito aos integrantes de determinada instituição às informações constantes em cada sistemas, também é extremamente prejudicial para os órgãos, gerando cifras negras criminais (eventos de crime, violência ou desordem que acontecem, mas que não são do conhecimento oficial) e desperdício de recursos públicos, sobretudo pelo retrabalho exigido, muitas vezes, aos profissionais de cada instituição. Inobstante a existência da normatização com previsões de integração interinstitucional, percebe-se uma

tendência de monopolização dos dados obtidos pelas diferentes instituições, possivelmente fundada nas rusgas institucionais geradas pela já mencionada falta de clareza na repartição das atribuições dos diferentes órgãos, ou mesmo outros motivos, que acabam por relegar o objetivo principal de todo o sistema de segurança pública, a preservação da ordem pública.

Muito provavelmente essa compartimentação de informações decorra do modelo de ciclo incompleto adotado pelo sistema brasileiro, em que cada instituição possui uma parcela de atuação no ciclo de polícia, cabendo, via de regra, no âmbito estadual, a atividade preventiva e de repressão imediata às polícias militares, e a repressão mediata às polícias civis. Dessa "repartição" de atribuições decorrem rusgas institucionais e manifestações de vaidades pessoais dos integrantes das diferentes carreiras, o que também prejudica a atuação conjunta e harmônica dos diferentes órgãos.

Desde o ano de 2018, vê-se como exemplo positivo a doação de um sistema unificado de registro de ocorrências policiais pelas polícias militar e civil de Santa Catarina, evitando-se retrabalho na inserção de dados no sistema, bem como a possibilidade da utilização das informações ali constantes por ambas instituições. Todavia, o vanguardeiro exemplo é exceção ao que ocorre na maioria dos estados brasileiros.

No entanto, a integração entre as diferentes instituições não deve parar por aí, vislumbrando-se que há de se utilizar da análise criminal como um fator de integração sistêmica e coordenada entre as diferentes instituições policiais.

Conforme dito, ao se estabelecer uma atuação parcial das diferentes instituições no ciclo de polícia, há de se prezar pela coordenação entre as atividades das forças, de modo que estas se complementem, sem retrabalhos ou atuação em sentidos opostos, visto que o objetivo principal e comum a todo o sistema brasileiro de segurança pública é a preservação da ordem pública.

Assim sendo, pensa-se que o objetivo nuclear da presente pesquisa foi alcançado, ao se demonstrar que a análise criminal pode ser utilizada como um fator de integração entre as polícias, somando-se os esforços das diferentes instituições para alcançar um objetivo comum. Foi demonstrado caso onde isso já ocorreu, mesmo que a análise criminal tenha sido um fato tangencial à atuação integrada, mas que, de todo modo, se mostrou muito útil.

Para a implementação da ideia discutida, sugere-se, inclusive, que o processo de análise criminal pode ser feito conjuntamente pelos analistas das diferentes instituições, disponibilizando-se aos gestores propostas de ações integradas de prevenção e combate ao crime e à desordem, gerando não só uma redução dos índices criminais, mas também uma melhor aplicação dos recursos materiais e humanos das diferentes instituições.

Contribuições dos Autores

Todos os autores contribuíram de forma igual na problematização, conceitualização, metodologia, coleta de dados, análise de dados, redação e revisão final do manuscrito.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, Jean Rockfeller da Silva. **Integração entre as polícias: O exemplo de Pernambuco em debate**. 2020. Disponível em: https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/55924/integrao-entre-as-polcias-o-exemplo-de-pernambuco-em-debate. Acesso em: 25 set. 2021.

AZEVEDO, Ana Luísa Vieira de; RICCIO, Vicente; e RUEDIGER, Marco Aurélio. **A utilização das estatísticas criminais no planejamento da ação policial: cultura e contexto organizacional como elementos centrais à sua compreensão.** Ciência da Informação [online]. 2011, v. 40, n. 1 [Acessado em 7 out. 2021] , pp. 9-21. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-19652011000100001.

BORBA, Geyson Alves. Institucionalização do sistema de análise criminal e inovação na PMGO: uma proposta para o aperfeiçoamento da tomada de decisão, do emprego dos recursos policiais e modernização da gestão do policiamento ostensivo preventivo. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 14, n. 2, p. 115-133. 2021. Disponível em: https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebesp/article/view/554. Acesso em 25 set. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Infoseg**. 2019. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/sistemas/infoseg/. Acesso em 25 de outubro de 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm. Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL, Glaucíria Mota; ABREU, Domingos. **Uma experiência de integração das Polícias Civil e Militar: os distritos modelo em fortaleza**. Porto Alegre, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/LMPgCwRNtHLXKVqrkt6rWnQ/?lang=pt. Acesso em: 1 jan. 2020.

COLPANI, Clóvis Lopes. **Fundamentos dos estudos jurídicos em segurança pública**. Rio de Janeiro: SESES, 2016.

CRETELLA JUNIOR, José. **Curso de Direito Administrativo**. Ver. e atual. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2000.

FERNANDEZ, Katia Machado. Emprego da análise criminal na atividade de inteligência de segurança pública. **Caderno de Segurança Pública,** v. 12, n. 12, p. 1-12, set. 2020. Disponível em: https://www.isprevista.rj.gov.br:4433/download/Rev20201204.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

FERREIRA, Bilmar Angelis de Almeida; RIGUEIRA, André Di Lauro. Os indicadores-chave de desempenho como aliados da análise criminal. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 7, n. 2, 2013. Disponível em: https://www.revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/312/145. Acesso em: 21 out. 2021.

FERREIRA, Rogério Cardoso. Análise Criminal como Fomentadora de Políticas de Segurança Pública. **Revista Brasileira de Ciências Policiais (RBCP)**, Brasília, v. 11, n. 3, p. 265-289, set. 2020. Disponível em: https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RBCP/article/view/655/432. Acesso em: 23 set. 2021.

GOMES, Rodrigo Carneiro. Prevenir o crime organizado: inteligência policial, democracia e difusão do conhecimento. **Segurança Pública & Cidadania**, v. 2, n. 2, p. 107-137, 2010. ISSN 1983-1927.

LOPES, Pedro Luis de Souza; RUSSO Ana Carolina. **A natureza policial do sistema de segurança pública brasileiro**: concentração e sobreposição do nível estadual. REBESP, Goiânia V.13 n.2, p.88-110, jul.2020

MARCINEIRO, Nazareno. **A melhoria do desempenho policial**: **uma metodologia multicritério para aprimorar a tomada de decisão**. 1ª ed. Florianópolis. Habitus, 2020.

MATRAK FILHO, Riskala. A doutrina de polícia repressiva e a sua aplicação na filosofia de polícia comunitária. **Revista Ordem Pública**, Florianópolis, v. 3, n. 1/2 , p. 41-56, jan. 2010.

RATCLIFFE, Jerry H. **Integrated Inteligence and Crime Analysis: enhanced information managment for law enforcement leaders.** Washington: Police Foundation, 2007. Disponível em: http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.709.3943. Acesso em: 25 set. 2021.

ROCHA, Alexandre Pereira da**. Análises criminal e de inteligência: definições teóricas e desafios práticos para as polícias do Brasil**. 2020. Disponível em: https://cienciapolitica.org.br/web/system/files/documentos/eventos/2021/02/analises-criminal-e-inteligencia-definicoes-teoricas-e.pdf. Acesso em: 26 set. 2021.

SANTA CATARINA. (Estado). Secretaria de Segurança Pública. **Portaria nº 085/GABS/SSP/2019, de 28 de março de 2019**. Disciplina a adoção de novas rotinas operacionais junto ao SISP. Segurança Pública. Florianópolis: 2019c. Disponível em: https://bit.ly/3BuUY4k. Acesso em: 19 out. 2021.

SILVA, João Apolinário da. **Análise criminal**: teoria e prática. Salvador: Artpoesia, 2015.

UNODC, UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Criminal Intelligence: Manual for Analysts**. Vienna: United Nation, 2011. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/organized-crime/Law-Enforcement/Criminal_Intelligence_for_Analysts.pdf. Acesso em: 26 set. 2021.

Sobre os Autores

Nazareno Marcineiro

Coronel Veterano PMSC. Doutor em Engenharia da Produção – UFSC. Professor de Análise Criminal e Gestão Estratégica em Polícia Ostensiva - FAPOM.

Pedro Corrêa Guerra

Asp Of PMSC, Pós-Graduando em Gestão da Segurança Pública, FAPOM. Bacharel em Ciências Policiais - FAPOM. Pós-Graduado em Direito Civil e Direito Processual Civil - Universidade Anhanguera Pelotas. Bacharel em Direito - UFPEL.

Edimar Boarão

Asp Of PMSC, Pós-Graduando em Gestão da Segurança Pública, FAPOM. Bacharel em Ciências Policiais - FAPOM. Bacharel em Direito – UNC.

Willian Pamplona

Asp Of PMSC, Pós-Graduando em Gestão da Segurança Pública, FAPOM. Bacharel em Ciências Policiais - FAPOM. Bacharel em Direito – UNISUL. E-mail: willianpamplona@gmail.com.

Bruno de Pádua Cavalcante

Asp Of PMSC, Pós-Graduando em Gestão da Segurança Pública, FAPOM. Bacharel em Ciências Policiais - FAPOM. Pós-Graduado em Direito Processual Penal - Damásio Educacional. Bacharel em Direito – CESUSC.

Recebido: 10 dez. 2021
Aceito: 20 jan. 2022

POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS
11 JUNHO 1940
ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR

ISSN 2175-053X

ARTIGO

AGENTES QUE COMPÕEM O CAMPO DA EDUCAÇÃO MILITARIZADA EM GOIÁS

Sebastião Donizeti da Silva Linhares

Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO, Brasil. E-mail: sebastiaolinhares@discente.ufg.br; sbtiao@gmail.com

RESUMO: As pesquisas em educação proporcionam, em certa medida, muitos pontos a serem debatidos por pesquisadores, pois é fonte quase infinadável na produção de conhecimento. E, o interesse em pesquisar este tema, que é muito sensível a mim devido as minhas experiências pessoais, nasce de uma interpelação profissional em querer ampliar minhas experiências no campo educacional. O que não é tarefa simples. Neste sentido, recorremos aos conceitos de *habitus*, campo, capital (econômico, cultural, social) e agente presentes na teoria sociológica de Pierre Bourdieu como elementos de fundamentação teórica. Entre os objetivos de nossa pesquisa consiste numa análise do trabalho no campo educacional em escolas militares no Estado de Goiás (com ênfase em três unidades localizadas em Goiânia, Anápolis e Goianápolis). Aqui buscaremos apresentar um recorte de nossa pesquisa, a qual, ainda está em andamento, apresentando alguns resultados de análises de dados descritivos. Contudo, há uma etapa qualitativa que faz parte de nossa metodologia aplicada a este estudo e tem como base uma triangulação de fontes de dados e métodos qualitativos e quantitativos.

Palavras-chave: Agentes, Docente; Educação Militarizada; Gestor.

AGENTS THAT MAKE UP THE FIELD OF MILITARY EDUCATION IN GOIÁS

ABSTRACT: Research in education provides, to a certain extent, many points to be debated by researchers, as it is an almost endless source in the production of knowledge. And, the interest in researching this topic, which is very sensitive to me due to my personal experiences, stems from a professional challenge in wanting to expand my experiences in the educational field. Which is no simple task. In this sense, we resort to the concepts of habitus, field, capital (economic, cultural, social) and agent present in Pierre Bourdieu's sociological theory as elements of theoretical foundation. Among the objectives of our research is an analysis of work in the educational field in military schools in the State of Goiás (with emphasis on three units located in Goiânia, Anápolis and Goianápolis). Here we will seek to present a clipping of our research, which is still in progress, presenting some results of descriptive data analysis. However, there is a qualitative step that is part of our methodology applied to this study and is based on a triangulation of data sources and qualitative and quantitative methods.

Keywords: Agents, Teacher; Militarized Education; Manager.

Introdução

O presente estudo pretende apresentar um olhar para a Educação Militar no Estado de Goiás através de uma apresentação de dados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2019), demonstrando algumas variáveis que contribuem para a identificação de dois agentes profissionais que ocupam cargos dentro campo da educação militar em Goiás, a saber, os docentes e o gestor.

Para tanto, recorremos aos conceitos de *habitus*, campo, e agente presentes na teoria sociológica de Pierre Bourdieu como elementos de fundamentação teórica, além de outros pensadores que corroboram nesta investigação.

Os objetivos de nossa pesquisa são: (a) analisar a atuação da Escola Militar do Estado de Goiás na área da educação, em especial, nas unidades (1) Anápolis-Unidade Cezar Toledo, (2) Goianápolis-Unidade Benedita Brito de Andrade, e (3) Goiânia- Unidade Waldemar Mundim, por meio das respostas de 130 professores obtidas junto ao Censo Escolar da Educação Básico (INEP, 2019); (b), identificar as condições da formação de um campo e de um *habitus* militar dentro das unidades escolares denominadas CPMG – Colégio da Polícia Militar de Goiás; (c) caracterizar as condições e as formas de organização e contratação de trabalho nos CPMG; e (d) compreender como acontece o trabalho dentro de um campo, o da educação militar no Estado de Goiás e de construção de um *habitus* correspondente, etc.

Tendo em vista a importância da análise sociológica dos objetos de pesquisa acima mencionados, sua relevância é razoável em alguns aspectos básicos. Por exemplo, a parte da reflexão sobre a situação e formação dos *habitus* e estilos militares na Escola Militar de Goiás; por fim, compreenderemos como a educação militarizada no Estado de Goiás é realizada em determinado campo e *habitus* específicos. Aqui buscaremos apresentar um recorte de nossa pesquisa, a qual ainda está em andamento, apresentando alguns resultados de análises de dados descritivos com a ênfase e relevância no tema proposto como perfil de educadores, gestores, etc.,

Educação Militarizada em Goiás

A educação é um ponto fundamental a ser pesquisado, discutido, avaliado em todos os seus aspectos, sejam históricos, filosóficos e sociais. Abordar este tema é pensar sobre ações sociais que seguem a humanidade e seu desenvolvimento.

No Estado de Goiás vem se implantando cada vez mais escolas de cunho militar, ou seja, de acordo com o Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2019), o Estado conta com 62 unidades sendo 57 de dependências Estaduais e 05 Municipais.

O portal do CPMG - Colégio Estadual da Polícia Militar, nos fornece uma narrativa sobre a criação dos colégios militares, a saber que:

> O Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás – CPMG foi criado pela Lei 8.125, de julho de 1976 que trata da Organização Básica da Polícia Militar do Estado de Goiás, mas somente depois de 23 anos foi ativado pela Portaria de nº 604, de 19 de novembro de 1998, iniciando seu funcionamento com 440 alunos nas instalações da Academia de Polícia Militar com apenas 6 salas de aula, nominado Colégio Militar Coronel Cícero Bueno Brandão (CEPMG, 2019).

Assim, Alves (2018) e Ferreira (2018) afirmam as Escolas Estaduais de Goiás que são geridas pela SEDUCE - Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás foram "entregues" à gestão militar da Polícia Militar. Contudo, o que significaria usar o termo "entrega"?

> Para uma reflexão mais ampla, detemo-nos na análise de um conjunto de acontecimentos que está relacionado com a transferência dessas escolas para a PM e que foi denunciado publicamente pelo Sintego, para quem o adentramento dos policiais na educação tem clara relação com a retaliação e perseguição aos professores grevistas que protestaram contra o governador na solenidade de entrega do Bolsa Atleta[1]. (FERREIRA, 2018, p.74).

Flick (2013) afirma que a pesquisa social é a análise sistemática das questões por meio de métodos empíricos. Seu objetivo é fazer afirmações de base empírica que possam ser generalizadas ou testar essas declarações.

Para Bourdieu (2004), a família desempenha um papel decisivo na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. O comportamento familiar transmite mais bens culturais para aumentar o capital cultural do sujeito, o que pode ou não ser apropriado na socialização secundária. Portanto, a família é o principal alvo da estratégia de reprodução.

Entretanto, se essa responsabilidade for transferida para a escola, os filhos herdarão o que a agência passou para eles, em vez do que a família significa para ela. Assim, as escolas militares inculcam em seus discentes um anseio de pertencimento que os retira da sociedade comum e os assentam num regime disciplinar militar, formando o que Bourdieu (2004) chama de *habitus*, ou seja, sistemas socialmente construídos de disposições cognitivas e somáticas, esquemas de percepção e ação historicamente objetivados, encarnados nos corpos e inculcados nas mentes.

Essas pistas formam hábitos sociais quando necessário, porque não são apenas produtos de indivíduos, mas também a internalização e integração de grupos sociais na estrutura do mundo

[1] O Programa Bolsa Atleta é um programa do Ministério do Esporte, que contempla jovens que se destacam em competições nacionais e internacionais, independente da condição econômica. Esse programa completou dez anos em 2015 e atualmente contempla 6.093 atletas, divididos em seis categorias (atleta de base, estudantil, nacional, internacional, olímpico/paraolímpico e pódio) com bolsas que vão de R$ 370,00 a R$ 15.000. A cerimônia em questão foi realizada em 19 de junho de 2015, no Centro Cultural Oscar Niemeyer, em Goiânia. Na ocasião, um grupo de professores que protestava no local vaiou o governador durante seu discurso. Mostrando-se visivelmente alterado, o governador interrompeu seu discurso e se dirigiu aos grevistas chamando-os de baderneiros. (FERREIRA, 2018, p.74).

social para orientar o comportamento e a percepção do mundo (Bourdieu, 2004). Portanto, seu poder se constrói no caminho da formação global da sociedade como membro de um corpo, o corpo social.

Agentes que compõem os colegios militarizados em Goiás

Para bem compreender um pouco a teoria de Bourdieu (1996) sobre "campo", deve-se compreender que, os campos são desenvolvidos por agentes, que podem ser indivíduos ou instituições (escolas, colégios etc.), estes por sua vez criam os espaços e os fazem existir pelas relações que aí estabelecem. Logo, um dos princípios do campo, é que ele direciona as atitudes dos agentes, é a "estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes" (BOURDIEU, 2004, p. 23). Assim, é o lugar que os agentes ocupam nessa estrutura que indica suas tomadas de posição.

Assim, nos questionamos, por que os colégios militares representariam um campo conforme a teoria de Bourdieu? Sobre este questionamento, Genovese (2008) em sua tese de doutorado, configura a escola como um campo conforme teoria de Bourdieu. Neste sentido, ele define da seguinte forma o campo escolar:

> O **campo escolar**, por sua vez, é um campo de forças relativamente autônomo, dotado de uma estrutura estruturante e estruturada pela distribuição e hierarquização das escolas e dos professores segundo sua autonomia em relação às forças externas – provenientes de outros campos –, representada pelo tipo de financiamento privado ou público, características dos alunos e dos professores, localização geográfica da escola, dentre outros fatores. Tal espaço é regido por leis específicas que se impõem às instituições e aos agentes que lutam por conhecimento e reconhecimento via manutenção ou transformação do mesmo, ou seja, de suas leis, objetos dignos de disputa, valores... O tensionamento entre a manutenção e a transformação do campo está sincronicamente manifesto, por exemplo, na distribuição e hierarquização dos professores, ou seja, nas suas posições no interior de uma dada escola, que é um subcampo do campo escolar, denominado de **campo da escola (**GENOVESE, 2013, p. 03, grifo nosso).

Assim, podemos compreender que o campo escolar "é um campo de forças relativamente autônomo dotada de estrutura estruturante e estruturada, pela distribuição e hierarquização das escolas e dos professores" (Genovese, 2008, p. 171), e é justamente esta estrutura de hirarquia que existe dentro das unidades dos colégios militares que nos permite estudá-la como um campo onde os agentes realizam seus afazeres educacionais escolares.

Desta forma, dentro dos agentes que compõe o campo dos colégios militares em Goiás, temos docentes, discentes, profissionais de serviços de secretaria, coordenação, bibliotecários, gestor etc. Como estamos trazendo um recorte de nossa pesquisa e a mesma se referenda em unidades educacionais de Goiás e especificamente em três municípios de nosso Estado: (1) Anápolis; (2) Goianápolis e (3) Goiânia. Os dados aqui apresentados refletem justamente sobre os docentes e gestores que trabalham em unidades estaduais destes municípios, ou seja, tivemos um cuidado no tratamento destes dados, que foram compilados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2019), para que representassem uma realidade dentro do que nossa proposta de pesquisa final solicita.

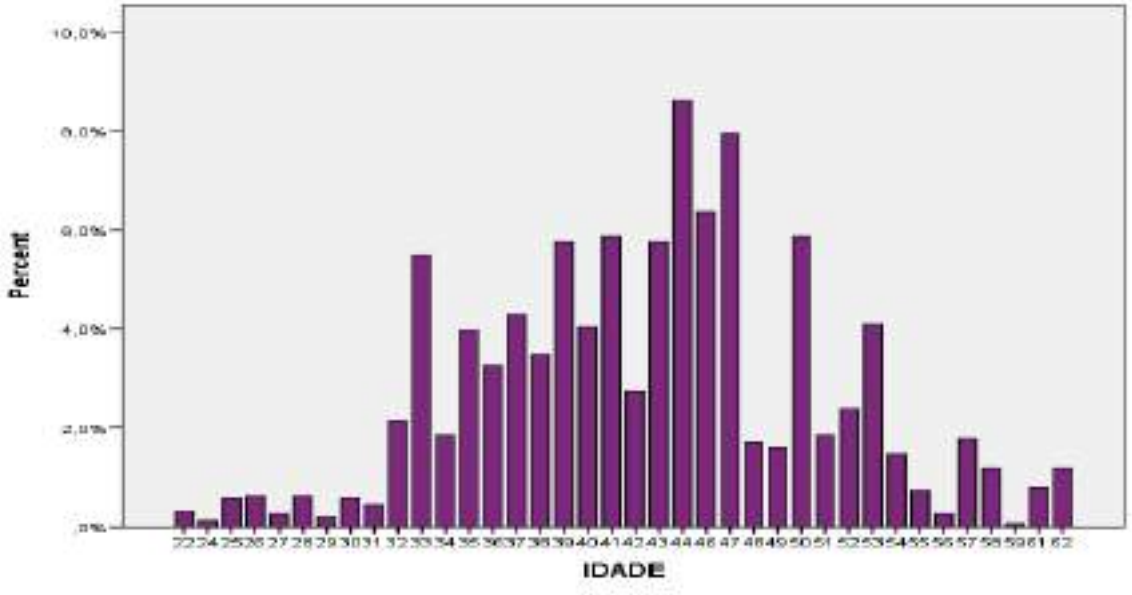
Por isso, a tratativa dos dados demonstrados nos levará a analisar alguns perfis dos agentes do campo educacional dos colégios militares propostos na pesquisa, lembrando que os dados nos auxiliam a no futiro realizar algumas triangulações de dados que nos permitirão realizar uma leitura mais específica do campo e dos agentes que ali realizam seus afazeres trabalhistas.

Apresentaremos primeiramente, alguns dados sobre os agentes docentes. Temos uma variação grande em nível de idade como nos mostra o gráfico 1, entretanto os maiores índices de idade estão entre 44 e 47 anos.

Resultados e Implicações

Considerando que o presente estudo busca demonstrar alguns dados sobre a Educação Militar no Estado de Goiás, buscamos frente aos dados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2019), apresentar e demonstrar variáveis que nos auxiliam e que contribuem na identificação de dois dos principais agentes profissionais, que trabalham em cargos dentro do campo da educação militar em Goiás e que são muitos importantes para este processo, ou seja, os docentes e o gestor.

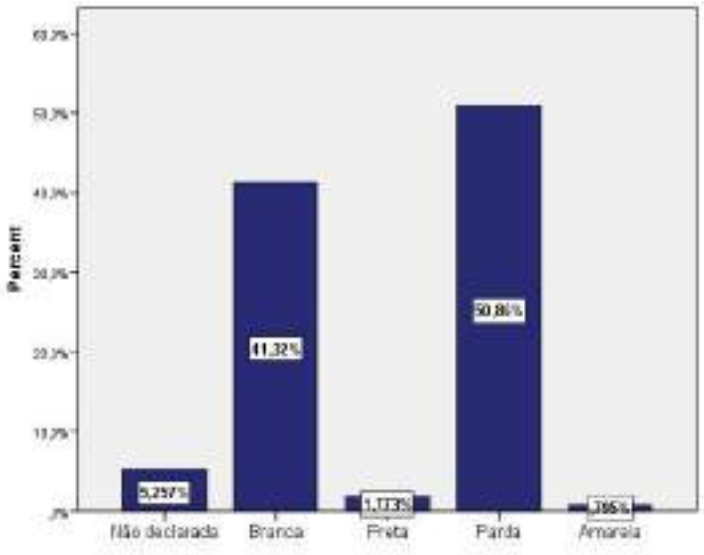
Gráfico 1: Professores por idade



número de respondentes: 130
Fonte: Autores com dados do Censo Escolar da Educação Básico (INEP, 2019).

O gráfico 1 apresenta um número superior de mulheres na docência em relação aos homens, nos colégios pesquisados. Já o gráfico 2, retrata a declaração de raça/cor, relatados pelos respondentes. Nas respostas, prevalecem as cores Branca e Parda.

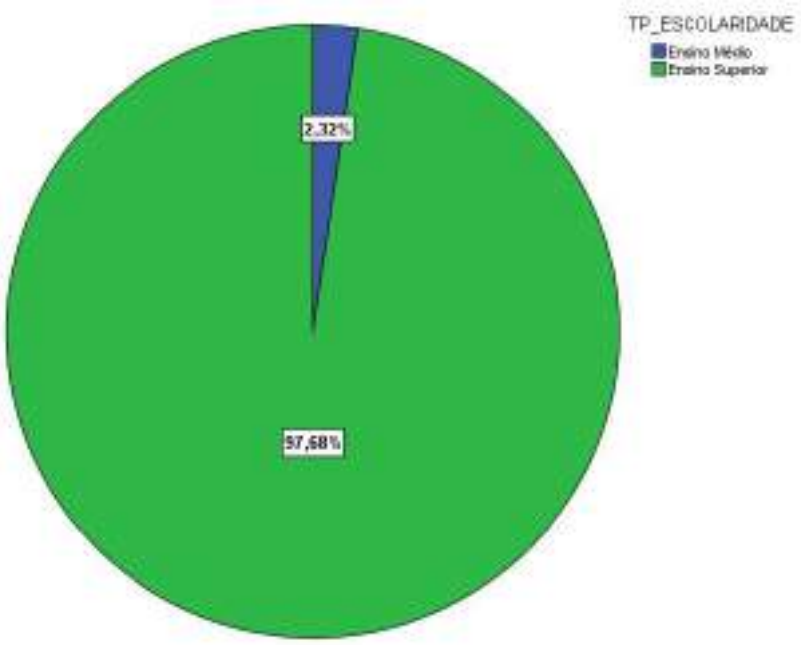
Gráfico 2: Professores conforme autodeclaração de raça.



número de respondentes: 130
Fonte: Autores com dados do Censo Escolar da Educação Básico (INEP, 2019).

Buscamos ainda investigar os tipos de escolaridade apresentadas no censo, e concluímos que há uma prevalência de docentes formados com ensino superior, conforme o gráfico 3.

Gráfico 3: Professores por tipo de escolaridade.

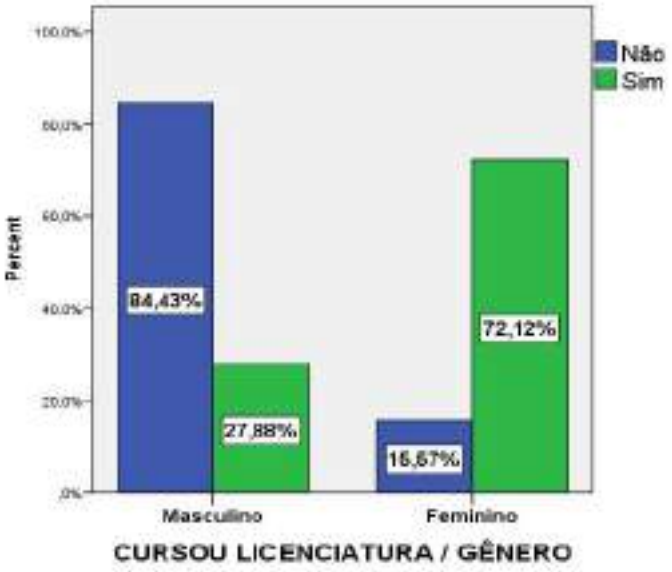


número de respondentes: 130
Fonte: Autores com dados do Censo Escolar da Educação Básico (INEP, 2019).

Em relação a formação acadêmica, buscamos investigar o ano de conclusão da licenciatura, o gênero, como também, a instituição em que foi cursada. Os resultados podem ser vistos nos gráficos

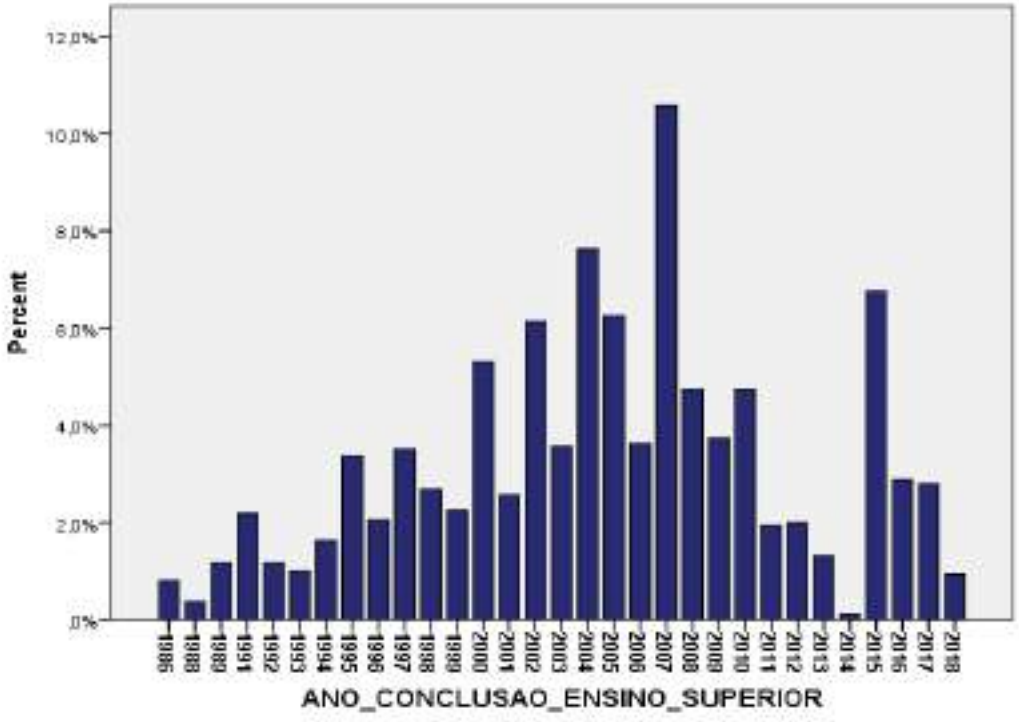
4, 5 e 6.

Gráfico 4: Professores por gênero que cursaram licenciatura.



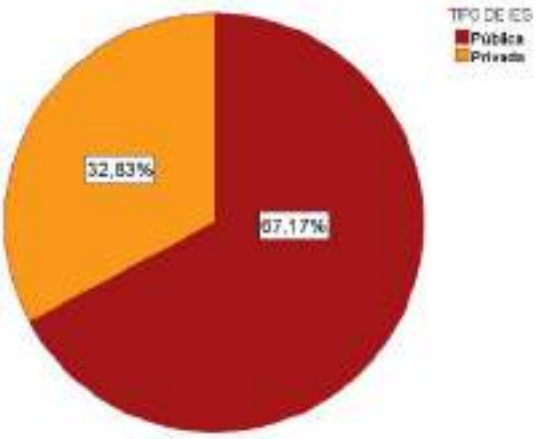
número de respondentes: 130
Fonte: Autores com dados do Censo Escolar da Educação Básico (INEP, 2019).

Gráfico 5 – Ano de conclusão do curso de Licenciatura.



número de respondentes: 130
Fonte: Autores com dados do Censo Escolar da Educação Básico (INEP, 2019).

Gráfico 6: Ano de conclusão do curso de Licenciatura.



número de respondentes: 130
Fonte: Autores com dados do Censo Escolar da Educação Básico (INEP, 2019).

Quanto aos dados sobre o graficos 4, ressaltamos que os numeros ali colhidos representam uma grande diferença quanto ao gênero no que compete à conclusão de curso de licenciatura. Neste gráfico podemos perceber que o numero de mulheres é maior que o de homens, e que, a partir do ano 2000 houve elevações e depreciações nas formações em licenciatura atingindo seu ápice no ano de 2017.

De acordo com a tabela 1 se percebe que a maioria dos docentes possui curso de especialização e assim como na graduação em licenciatura o gênero feminino está com índice mais elevado.

Tabela 1: Professores(as) com Especialização por gênero.

	NÃO	**SIM**	**TOTAL**
MASCULINO	16,7%	17,0%	33,7%
FEMININO	22,3%	44,1%	66,3%
TOTAL	**39,0%**	**61,0%**	**100,0%**

número de respondentes: 130
Fonte: Autores com dados do Censo Escolar da Educação Básico (INEP, 2019).

Tabela 2: Professores(as) com Mestrado por gênero.

	NÃO	**SIM**	**TOTAL**
MASCULINO	31,5%	2,1%	33,7%
FEMININO	63,8%	2,6%	66,3%
TOTAL	**95,3%**	**4,7%**	**100,0%**

número de respondentes: 130
Fonte: Autores com dados do Censo Escolar da Educação Básico (INEP, 2019).

Quando analisamos com um olhar mais próximo as graduações dos professores, conforme nos apresenta os dados da tabela 2 e tabela 3, percebemos que somente 4,7% de nossos professores deram prosseguimento em cursos *stricto sensu* como o mestrado. Porém, também percebeu-se que não

há professores que possuem doutorado.

Tabela 3: Professores(as) com Doutorado por gênero.

	NÃO	SIM	TOTAL
MASCULINO	33,7%	-	33,7%
FEMININO	66,3%	-	66,3%
TOTAL	**100,0%**	-	**100,0%**

número de respondentes: 130

Fonte: Autores com dados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2019).

Conforme dados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2019), em relação aos docentes que atuam em uma área especifica dentro da escola, percebe-se que há uma falta de professores licenciados em tradução e interpretação de LIBRAS, assim como, profissionais para o apoio a alunos com deficiência.

Tabela 4: Tipo profissional por gênero.

	DOCENTE	PROFISSIONAL MONITOR DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR	TRADUTOR INTERPRETE DE LIBRAS	PROFISSIONAL DE APOIO/ALUNO DEFICIÊNCIA	TOTAL
MASCULINO	32,8%	2,4%	-	-	35,2%
FEMININO	63,2%	0,6%	0,1%	0,9%	64,8%
TOTAL	**96,0%**	**3,0%**	**0,1%**	**0,9%**	**100,0%**

número de respondentes: 130

Fonte: Autores com dados do Censo Escolar da Educação Básico (INEP, 2019).

Outro fator de relevância em nossos estudos é a forma de contratação destes profissionais como nos apresenta a tabela 5. 76,2% são profissionais efetivos e 23,8% são professores com contrato temporário. Ainda há muitos professores com contrato, o que pode mostrar uma defasagem em relação a concurdos proporcionados pelos Estado de Goiás.

Tabela 5: Tipo de contratação por gênero.

	CONCURSADO EFETIVO ESTÁVEL	CONTRATO TEMPORÁRIO	TOTAL
MASCULINO	24,8%	9,4%	34,2%
FEMININO	51,4%	14,4%	65,8%
TOTAL	**76,2%**	**23,8%**	**100,0%**

número de respondentes: 130

Fonte: Autores com dados do Censo Escolar da Educação Básico (INEP, 2019).

Sobre os gestores e gestoras, comumente chamados de diretores ou diretoras, cuja função é considerada como uma das principais pilastras que alicerçam toda a vivência escolar. Podemos perceber que são policiais militares e, conforme cadeia hierárquica, possui como função subalterana um

coordenador pedagógico civil. A tabela 6 nos mostra que quase 50% dos gestores (as) responderam que sua cor/raça é branca e o gênero feminino se sobressai em mais de 43% das respostas.

Tabela 6: Gestor(a) por gênero, cor e raça.

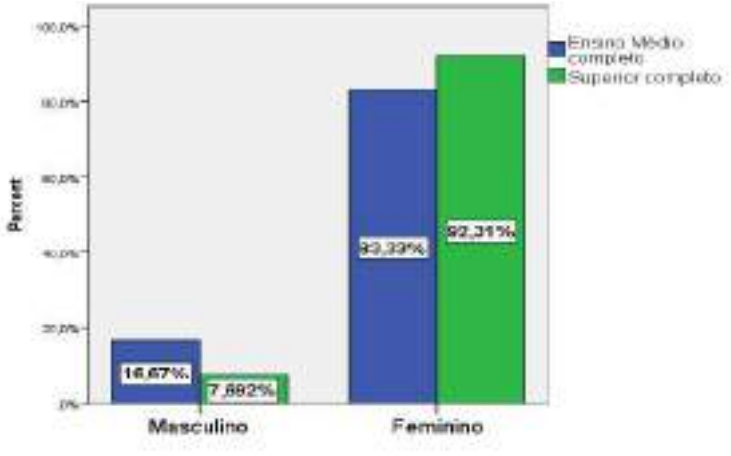
	NÃO DECLARADA	BRANCA	PRETA	PARDA	TOTAL
MASCULINO	0,4%	4,0%	-	3,5%	7,9%
FEMININO	12,3%	43,6%	1,8%	34,4%	92,1%
TOTAL	**12,8%**	**47,6%**	**1,8%**	**37,9%**	**100,0%**

número de respondentes: 130

Fonte: Autores com dados do Censo Escolar da Educação Básico (INEP, 2019).

Buscamos ainda, investigar os tipos de escolaridade apresentadas no censo 2019 e concluímos que há uma prevalência de gestoras formadas com ensino superior muito maior em relação ao gênero masculino, conforme nos apresenta o gráfico 7.

Gráfico 7: Gestor(a), gênero e tipo de escolaridade.



número de respondentes: 130

Fonte: Autores com dados do Censo Escolar da Educação Básico (INEP, 2019).

Abaixo, faremos uma verificação quanto à formação no curso de licenciatura por parte dos gestores e onde concluíram tais cursos. Estes dados serão apresentados nas tabelas 7.

Tabela 7 – Gestor(a) por gênero, com curso de licenciatura.

	NÃO	SIM	TOTAL
MASCULINO	0,4%	7,5%	7,9%
FEMININO	15,9%	76,2%	92,1%
TOTAL	**16,3%**	**83,7%**	**100,0%**

número de respondentes: 130

Fonte: Autores com dados do Censo Escolar da Educação Básico (INEP, 2019).

As conclusões apresentadas na tabela 7, seguem o que o gráfico 7, que demonstrou acima, uma superioridade do gênero feminino quanto à formação nos cursos de licenciatura.

Tabela 8: Gestor(a) por gênero com especialização.

	NÃO	SIM	TOTAL
MASCULINO	2,3%	5,4%	7,7%
FEMININO	27,1%	65,2%	92,3%
TOTAL	**29,4%**	**70,6%**	**100,0%**

número de respondentes: 130
Fonte: Autores com dados do Censo Escolar da Educação Básico (INEP, 2019).

Tabela 9 – Gestor(a) por gênero com mestrado.

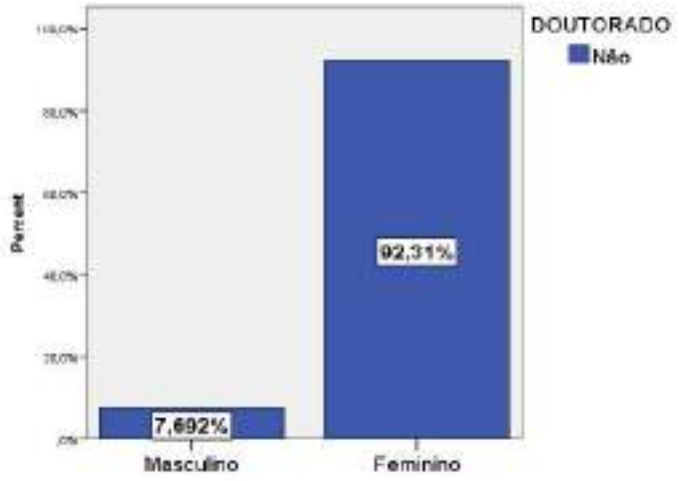
	NÃO	SIM	TOTAL
MASCULINO	7,7%	-	7,7%
FEMININO	90,5%	1,8%	92,3%
TOTAL	**98,2%**	**1,8%**	**100,0%**

número de respondentes: 130
Fonte: Autores com dados do Censo Escolar da Educação Básico (INEP, 2019).

Quanto à formação em uma pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, o que se percebe, pelos dados apresentados conforme as tabelas 7 e 8, é que o publico de gênero feminino fez mais cursos de especializações *lato sensu* do que o gênero masculino. Já na pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), nenhum gestor masculino é mestre.

Portanto, diante do quadro apresentado e como nos mostra o gráfico 8 nenhum dos gestores nem masculino ou feminino possuem o curso de doutorado.

Gráfico 8: Gestor(a) por gênero com doutorado.



número de respondentes: 130
Fonte: Autores com dados do Censo Escolar da Educação Básico (INEP, 2019).

A tabela 10 nos mostra que mais de 90% dos respondentes, que executam as tarefas de gestão em unidades escolares estaduais nos municípios pesquisados, são do gênero feminino. E, que de acordo

com a tabela 11 elas possuem cargo efetivo para ocupar tais funções.

Tabela 10: Gestor por gênero, ocupação de cargo.

	DIRETOR(A)	OUTRO CARGO	TOTAL
MASCULINO	7,0%	0,9%	7,9%
FEMININO	90,7%	1,3%	92,1%
TOTAL	**97,8%**	**2,2%**	**100,0%**

número de respondentes: 130
Fonte: Autores com dados do Censo Escolar da Educação Básico (INEP, 2019).

Tabela 11: Gestor por gênero, tipo de contratação.

	CONCURSADO/EFETIVO/ESTÁVEL	TOTAL
MASCULINO	7,2%	7,2%
FEMININO	92,8%	92,8%
TOTAL	**100,0%**	**100,0%**

número de respondentes: 130
Fonte: Autores com dados do Censo Escolar da Educação Básico (INEP, 2019).

A tabela 11 reflete a maneira como estes gestores são levados a assumir tais funções. A tabela revela que a maioria, são levados exclusivamente por processo eleitoral com a participação da comunidade escolar (apenas escolas públicas), ou seja, discentes, docentes, demais profissionais, pais votam e elegem o gestor(a).

Tabela 11: Gestor por gênero, acesso ao cargo.

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Exclusivamente por indicação/escolha da gestão (escolas públicas e privadas)	0,5%	17,1%	17,6%
Processo seletivo qualificado e escolha/nomeação da gestão (escolas públicas e privadas	0,0%	0,5%	0,5%
Exclusivamente por processo eleitoral com a participação da comunidade escolar (apenas escolas públicas)	5,9%	67,1%	73,0%
Processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar (apenas escola pública	0,5%	7,7%	8,1%
Outro (escolas públicas e privadas)	0.5%	0.5%	0.9%
Total	**7,2%**	**92,8%**	**100,0%**

número de respondentes: 130
Fonte: Autores com dados do Censo Escolar da Educação Básico (INEP, 2019).

As informações e os dados expostos aqui querem nos trazer há uma reflexão sobre os docentes e gestores que laboram em unidades estaduais destes municípios a saber (Anápolis-Unidade Cezar Toledo, Goianápolis-Unidade Benedita Brito de Andrade, e Goiânia- Unidade Waldemar

Mundim). Cabe ressaltar que procuramos tratar os dados obtidos com a devida responsabilidade que uma pesquisa cientifica exige e que eles foram devidamente compilados junto ao Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2019), para que nos fornecessem um parâmetro da realidade que estamos dispostos a pesquisar.

Conclusão

Como já dito anteriormente, a proposta deste foi apresentar um recorte de nossa pesquisa bem alguns dados já levantados sobre os agentes que compõe o campo da educação militar em Goiás, conseguimos levantar informações que possibilitarão uma reflexão maior quanto ao objetivo final de nossa pesquisa.

Ademais, em resumo, podemos dizer que ha uma predominância do gênero masculino na gestão das três escolas (todos são homens) pesquisadas. Este retrato não é o mesmo em todas as unidades militarizadas em Goias. Contudo, para averiguar este cenário em outras unidades, proponho uma nova pesquisa. Quanto aos professores civis, os dados apresentam que, há uma hegemonia do gênero feminino em relação ao masculino. Isso mostra que nos colégios pesquisados há mais mulheres do que homens (quase o dobro) conforme os docentes nos municípios pesquisados no Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2019).

Referencias bibliográficas

ALVES, M. F., TOSCHI, M. S., FERREIR, N. S. R. A expansão dos colégios militares em Goiás e a diferenciação na rede estadual. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 23, p. 271-287, jul./out. 2018. Disponível em: http//www.esforce.org.br. Acesso em 01 dez 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/situacao_aluno/documentos/2018/caderno_de_instrucoes-censo_escolar2018.pdf. Acesso em: 01 dez. 2020.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação** (M. Corrêa, trad.). Campinas, SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. **Da regra às estratégias**. In P. Bourdieu. **Coisas ditas**, São Paulo, SP: Brasiliense, 2004.

CATANI, Afrânio Mendes et al.. Abrindo a caixa de ferramentas. In: **Vocabulário Bourdieu**. Afrânio Mendes Catani et. al. (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. **“Gestão Militar” da escola pública em Goiás:** um estudo de caso da implementação de um colégio estadual da polícia militar de Goiás em Aparecida de Goiânia. 2018.

Trabalho de conclusão (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2018. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9043. Acesso em 04 jul. 2019.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa:** um guia para iniciantes. Tradução Magda Lopes. – Porto Alegre: Penso, 2013.

GENOVESE, L. G. R. **Homo Magister***:* conhecimento e reconhecimento de uma professora de ciências pelo campo escolar. (Tese de doutorado em Educação para a Ciência). Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru. 2008.

GENOVESE, L. G. R Obstáculos à Consolidação da Relação entre o Campo Escolar e o Campo Universitário: os Pequenos Grupos de Pesquisa de Goiás em foco. Atas do IX Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – **IX ENPEC Águas de Lindóia-SP**. 2013. Disponível em: http://abrapecnet.org.br/atas_enpec/ixenpec/atas/resumos/R1068-3.pdf. Acesso em 14 fev. 2022.

GOIÁS, Lei Nº 8.125 de 18 junho de 1976. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1976/lei_8125.htm. Acesso em 01 dez. 2020.

Sobre o Autor

Sebastião Donizeti da Silva Linhares

Mestrando em Sociologia-UFG, Pós-graduação em MBA de Gestão de Pessoas, Legislação Trabalhista e Coaching, Pós-graduação em Gestão Escolar, Pós-graduação em Ensino de Filosofia, Pós-graduação em Ensino de História. Bacharel em Administração, Licenciado em Filosofia.

Recebido:27 jan. 2022
Aceito: 15 fev. 2022

POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS
11 JUNHO 1940
ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR

POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS
11 JUNHO 1940
ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR